

B.O. 33-5 - f

B.O. 2/5 - f .

**||| GIL ▶**  
**VICENTE**

---

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE  
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA  
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — Guimarães

---

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS  
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE  
SOUSA, Sucessores, Ld.ª-V,ª N.ª DE FAMILICÃO-1942

---

# GIL VICENTE



MEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XVIII

# GVIMARÃIS

MCMXLII

# Sanabiles fecit nationes

A guerra deixou de ser aquêlê pesadelo, fonte dos maiores males, de que falava Vieira, para se tornar desejada de tantos povos que bem podiam continuar a viver em paz e serem, oportunamente, os media-neiros nesta contenda em que se acham envolvidas já as cinco partidas do Mundo.

A loucura alastra; e na confusão da hora que passa, quem poderá dizer de que lado está a Razão, o Direito e a Justiça, que tanto se invocam?

Também Portugal, numa parcela do seu Império, padrão a marcar a acção dos nossos gloriosos antepassados nos longes da Oceânia, foi atingido. Aquêlê tratado de 16 de Junho de 1373 de « faithful, constant, mutual and perpetual friendships, unions, alliances and leagues of sincere affection » foi esquecido, esquecendo-se também, como o salientou Salazar, — nô seu discurso histórico e, ao mesmo tempo, singelo e profundo, — que « o que a nós, pequenos e fracos, não é permitido, não o é, igualmente, aos governos que dirigem os grandes impérios — não lhes é permitido perder a calma necessária para distinguir os serviços dos agravos. E pela confiança na própria valentia dos seus soldados hão-de igualmente não confundir a diligência e a precipitação: a primeira aconselharia porventura a negociar, com respeito pelo direito alheio; a segunda levou a invadir o território de um neutro, de um amigo, de um aliado ».

O processo, felizmente, está findo. A precipitação deu lugar à calma e foi-nos feita a justiça que nos era devida. *Sanabiles fecit nationes*. A nossa Honra foi salva e continuamos, à face do mundo e à face da História, de pé.

\*

\* \* \*

A guerra alastrou. Neste princípio de ano as inquietações aumentaram, as dificuldades tornam-se cada vez maiores e todos os povos, até os neutrais, sentem os malefícios da luta que se desenrola. No entanto,

como fomos dizendo, há povos que procuram resvalar para a fogueira, como se o sofrimento não bastasse e o martírio não fôsse já suficiente para pôr termo à expiação dos erros cometidos.

Fala-se em solidariedade Democrática e vemos que a deusa criada pela Revolução Francesa, à sua imagem e semelhança, ainda continua sedenta de sangue, para que nesse sangue se tinja a bandeira da sua vitória.

Caminharemos para o caos? Ou desta tremenda loucura que avassala o mundo, nascerá, finalmente, o resgate da Humanidade dentro daqueles princípios eternos que a Democracia calçou aos pés?

*Sanabiles fecit nationes.* Caminhemos, caminhemos sempre — *donec occurramus omnes in unitatem fidei.* E que a fé nos anime na nova jornada que vamos encetar, — nesta hora que não sabemos se trágica se iniciadora de uma nova e mais tranqüila era, — na defesa intransigente dos sãos princípios: — por Deus, por Portugal, pelo Rei!





**Nos liberi sumus, rex noster  
liber est et manus nostrae  
nos liberaverunt.**

*Êles o afirmam com aspeito grave,  
— êles o afirmam com profunda voz,  
Um côro imenso reboou p'la nave:  
— «O Rei é livre e livres somos nós!»*

*— «O Rei é livre!» E o grito de Almacave  
não foi sòmente o grito dos Avós.  
Por mais que o tempo em nossas veias cave,  
nunca desafa êsses antigos nós!*

*— «O Rei é livre!» E com o seu elmo erguido,  
é Portugal tornado corpo e alma  
na sucessão do tempo indefinido!*

*O sangue o diz! E o sangue não se engana!  
Que ver o Rei na sua fôrça calma,  
é ver a Pátria com figura humana!*

**ANTÓNIO SARDINHA.**

# ELVAS QUINTA DO BISPO

**E**LVAS, oh! Elvas!  
Badajoz à vista...

E a paisagem desenrola-se numa melancolia latina, com manchas de tonalidades sêcas, côr de cinza, próprias dêste mês de Agôsto.

Quem avistar Elvas, avista Badajoz; Olivença, nossa irmã de sangue a dizer-nos adeus da outra margem do Guadiana; Campo Maior, a terra mais quente de Portugal; Vila Boim, a terra boa onde nada é ruim, e outras urbes secundárias do Alto Alentejo a branquejarem na tristeza do Suão.

Elvas, chave amuralhada do Reino, é ponto de partida privilegiado. Três estradas importantes, saindo de três portas armoriadas, portas seculares, talhadas em blocos de pedra, que são a cédula pessoal desta cidadinha que apetece trazer ao colo.

Cada cidade tem uma ou meia dúzia de imagens que fazem o seu *ex-libris*, que a diferenciam, que nos acodem à memória mal a relembramos. Elvas, além da latinidade, que a torna irmã-gêmea de Évora, de Cáceres, de Toledo e de Beja, tem as ruas estreitas, perfumadas, ruas que ainda hoje se cobrem de espadana e rosmaninho na procissão de S. Jorge, ruas que nos evocam a contenda do «Hissope», por onde decerto passaram os partidários do Deão e do Senhor Bispo. Mais do que elas, só as muralhas, nobres castelãs cobertas de verduras, que pendem como enfeites sumptuosos. Pelas portas já citadas, que em tempos idos estavam vedadas às arremetidas belicosas dos inimigos, deslisam prosaicamente as camionetas ajougadas de passageiros utilitários. De vez em quando um turista, mas só um. E esta cidade bela merecia também a sua atenção. A paragem é sempre num café, debaixo duma arcaria, café que bem podia ser típico e ter outro rótulo. Baptizaram-no de «Internacional» só porque ali estacionam, às vezes, gentes de Espanha. «Peninsular» é que seria o verdadeiro e mais condizente apelido. As muralhas, fãmos nós dizendo, cercam Elvas e o Aqueduto da Amoreira leva-lhe a água através da arcaria monumental.

Mas quem vai a Elvas tem de ir à Piedade, para cumprir o pro-

grama da cantiga popular, mais um cartaz turístico do que desabafo de descante. De facto, aquilo é a prenda mais bonita da cidade.

E se forem, como eu fui agora, à Piedade, peçam, como eu pedi, alguém que os leve à Quinta do Bispo.

Eu não sei se êste nome está popularizado entre os que tratam de escritores em Portugal. É possível que sim. Já tantos tem falado dele!

Quinta do Bispo, como S. Pedro de Muel, S. Miguel de Seide, Vale de Lobos, Belinho, Tôrre de Anto, são paragens que estão ligadas à literatura portuguesa.

Quinta do Bispo foi moradia de mestre António Sardinha, «aquêlê bom português» que segundo a lápida do aqueduto «amou e muito serviu» esta cidade.

Entramos silenciosamente. Aquela voz mansa, companheira do mestre durante a sua vida de casado, acompanhou-nos na peregrinação.

O escritório em que o poeta da «Epopéia da Planície» trabalhava está ainda na mesma.

Dir-se-ia que o tempo, desde 1925 para cá, desde êsse Janeiro trágico, nunca mais andou. Os mesmos retratos, os mesmos livros, a última carta escrita ao «Troveiro amigo da Praia de Muel», a última página do livro que não chega nunca mais a ser lido até ao fim, tudo, tudo permanece saúdosamente estático, numa suspensão que não sabemos se inda é vida, se é já morte. O que se conclue fàcilmente é que esta oficina nunca mais serviu a ninguém. A tarde tomba enquanto nós falamos. As alas de buxo e as fôlhas dos lilases e glicínias agitam-se através dos vidros. E voltamos atrás, folheamos datas, recordações dêsse 1925, quando Portugal estava à beira do abismo. Voltamos à época de inquietação que deu motivo à brilhante cruzada do «Integralismo Lusitano».

Os frisos dos soldados ali estão todos alinhados em efígie: Almeida Braga, Hipólito, Pequito, Alberto Monsaraz, Lopes Vieira, Alexandre Cabeças e muitos mais. Não faltam até grandes de Espanha. Se nos fôr permitido ler os frontespícios dos livros das estantes, lá vemos o testemunho da época nas dedicatórias de inúmeras admirações de Eugénio de Castro, nos *Oaristos*, nas *Cartas de Torna Viagem*, com uma consagrada a Elvas, até Manuel Ribeiro, o mais novo na chegada, com a sua conversão religiosa que deu brado. Mas Sardinha esteve exilado. Quási que íamos a escrever — êsse bemdito exílio. De facto, só a dor permite a criação. Do pão do exílio trouxe o escritor a sua lusitanidade mais requintada, mais aguçada. Foi da deambulação forçada por terras de Espanha que nasceu a «Aliança Peninsular», tão mal compreendida

---



nesse tempo, e de que um discípulo seu, o embaixador Pedro Teotónio Pereira, está seguindo a trilhagem deixada pelo mestre.

Sardinha chorou lágrimas de sal e sangue na « Casa del Greco ». Sim, chorou, e dessas lágrimas nasceu o cântico lírico de *Na Côrte da Saüdade*. Ninguém, como o mestre, soube evocar Toledo. « É cada pedra uma alma e cada alma um segrêdo... »

Em poucos escritores há uma obra tão unitária como em Sardinha. Veja-se o início, na dissertação do *Valor da Raça*, até *Ao Princípio era o verbo*, até aos seus poemas da *Chuva da tarde*, da *Epopéia da Planície* ou do *Roubo da Europa*. Há sempre a mesma voz cristã, o mesmo saüdosismo das eras do apogéu, confiando cegamente nos destinos da Pátria.

A casa dum intelectual, dum artista criador, poeta, músico ou pintor, é, tanto ou mais do que a sua obra, a síntese da sua alma, da sua sinceridade. O cenário da nossa tórre de marfim, que às vezes é perfeita tórre de Babel, é tão necessário para o espírito como o pão para a bôca. A casa de António Sardinha, aqui, na Quinta do Bispo, era o complemento da sua obra.

Cá estão os retratos de D. Carlota Joaquina e de D. João VI, reabilitados por êle. Cá se encontram os tapêtes de Arraiolos, os pucarinhos de Estremôz, os cobres portugueses, as jarras, os móveis, os panos, tudo a respirar lusitaníssimo bom gôsto.

Nem outra coisa era de esperar do maioral e mentor do Integralismo Lusitano.

Afirmou-me a Espôsa do Mestre que aquela Casa era o ideal para êle. Só de vez em quando lhe dizia: precisava que ela tivesse uma porta para o Chiado, por causa dos amigos. Sim, só por causa dos amigos, porque de resto a paisagem, o ambiente de cristandade franciscana, que por ali paira, deviam satisfazer-lhe as aspirações espirituais necessárias às suas tranqüilas meditações.

Foi-lhe possível então extrair das coisas a lição de sensibilidade, profunda, imprescindível. Dessa forma nasceu o mestre que dissertava sôbre a linguagem das pedras do aqueduto da Amoreira. Não só pela cultura, mas também por isso, pela sua emoção histórica, a sua capacidade, conseguiu fazer nascer luz sôbre factos que pareciam assentes. Assim, a personalidade poética de Junqueiro, a preponderância intelectual de Teófilo Braga, o vulto de Gomes Freire e, mais do que isso, a resposta a Afonso Costa, quando êsse, enclausurado no Forte de Nossa Senhora da Graça, pretendeu conhecer a História de Elvas, tudo Mestre

Sardinha analisou sob um critério que revelava os pés de barro dos ídolos endeusados pelo Liberalismo.

António Sardinha foi bom português, como dizem as letras da lápida do Aqueduto de Elvas, como dizem os seus poemas, os seus ensaios e como diz esta sua casa, lar verdadeiro, exemplo da família portuguesa.

Esta Elvas, senhores! Esta Elvas, depois de tudo, desta paisagem, dêste casario, desta melancolia, desta latinidade castiça, depois de tudo, ainda tem a mais a casa onde António Sardinha viveu, e que é uma grande lição.

Oh! Portugueses! oh! português que foste aprender a Belinho e em S. Miguel de Seide o que era e como era a província do Minho; tu, que vais a S. Pedro de Muel ouvir as palestras dos buzios de Afonso Lopes Vieira sobre o mar das descobertas e sobre o pinhal do Rei, vem, vem também aqui ouvir o mestre da *Epopéia da Planície*. Ele ainda ali está vivo, na sua mesa de trabalho a escrever a sua última carta. Ana Júlia, a excelente chaveira desta pousada «que tem um ar de igreja», está lá, sempre vigilante. Enchem-se-lhe os olhos de água quando perpassam nas suas falas as sombras históricas que ali moram. Oh! a jornada de Monsanto! O Natal do exílio em Badajoz! Os jogos florais Salamantinos! Enevoa-se-lhe o parecer, mas depois, com gentileza fidalga, aos fiéis à memória do Mestre, os portões da Quinta do Bispo abrem-se sempre. E merece a pena. A emoção é tão grande!...

AZINHAL ABELHO.

# O Tricentenário da "Gazeta,"

**C**ELEBROU-SE com tôdas as honras, festiva e brilhantemente, a comemoração do aparecimento do primeiro periódico português, que em Novembro de 1641, há trezentos anos, pois, viu a luz da publicidade, e num período glorioso de renovação histórica.

As comemorações tiveram um alto significado espiritual, visto que despertaram o maior interêsse nos organismos e nas colectividades mais representativas do pensamento e da cultura nacionais, colhendo-se dessa animada corrente de intenções festivas e de homenagem, frutos proveitosos em lições de patriotismo e de justiça.

Lições e ensinamentos se colheram também, na mobilização dos valores que inteiramente se votaram às mais curiosas pesquisas sôbre as facêtas várias dos jornais e dos jornalistas das épocas afastadas, e na recolha de materiais copiosos, que amanhã prestarão o maior auxílio para o estudo geral e completo da arqueologia jornalística em Portugal.

Lições e conhecimentos se patentearam igualmente nas exposições, documentários, conferências e sessões académicas que se realizaram, e donde surgiram, ao interêsse e à curiosidade públicas e ao proveito da história, tôdas as facêtas características e ligações duma existência longa de 300 anos, socialmente e psicologicamente marcada na agitação fervilhosa e múltipla da corrente elementar do periodismo nacional.

Através das conferências e das exposições se conheceu e avaliou da expansão do jornalismo, fazendo-se a reconstituição e história das opiniões que por larguíssimos anos se debateram e travaram à volta do primeiro periódico publicado em Portugal. Qual teria sido êle? Foi o pomo de discussão e de discórdia durante uma catrozada de anos.

Publicações valiosas saíram a lume, por ocasião dêste movimento de prestígio nacional e de vigoroso pronúncio de vida, entre elas a do Académico Dr. Alfredo da Cunha, *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa*, e o *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, número especial comemorativo do tricentenário da *Gazeta*, que se compõe de uma série distinta de estudos divulgadores sôbre jornais e jornalistas das várias épocas e das várias fases do nosso jornalismo periódico.

Todos os jornais e revistas portuguesas elogiosamente se referiram às múltiplas comemorações e actos solenes decorridos no meio do maior ambiente cultural, fazendo-o numa espontaneidade de conjunto e de uniformidade nobremente dignificadora e de alto aprêço moral, que muito nos agrada registrar, pois nessa espontaneidade de conjunto vimos o bom entendimento que reinou, e sempre devia reinar, aliás, entre a função e a missão de todos quantos trabalham nas lides inglórias e exaustivas do jornalismo.

Alguns jornais e revistas trouxeram até a sua contribuição e os seus elementos sôbre o ignorado e modesto movimento do jornalismo local e provinciano, achegas de aproveitar para uma futura e completa organização de um Dicionário, onde cronológica e discriminativamente sejam referidos todos os periódicos que existiram e existem no País (1).

*Gazeta* foi o primeiro jornal, e mesmo o primeiro chamadoiro que o povo deu por muitos anos às notícias postas a correr em papel volante vendido a baixo preço. E quer se tratasse de *Gazetas* ou *Mercúrios* o nome era o mesmo: a *gazeta*.

Depois evolucionaram os tempos e chegaram os períodos mais ou menos propensos à expansão do jornalismo — o liberalismo, o cabralismo — e o apelido mais corrente passou então a ser: a *fôlha*. Depois veio o têrmo mais modernista e de uso corrente: o *jornal*, e o mais empertigado e doutoral surgiu também: o *periódico*.

A *Gazeta* teve íntima relação com o movimento restaurador de 1640, por isso mesmo que era cognominada «da Restauração».

Integrou-se esta publicação no verdadeiro sentimento nacional, e entrou no espírito patriótico que reinava nessa altura de ressurgimento nos corações dos leais e afervorados portugueses.

O primeiro número da série inicial do jornalismo português, relata as novas que houve na côrte, e é datado do mês de Novembro de 1641, mas aparecido a público depois de 5 de Dezembro daquele ano, pelo que se depreende do fecho: *Taxasse esta Gazeta em seis réis, em Lisboa 5 de Dezembro de 1641, António Coelho de Carvalho*.

A *Gazeta* não teve longa vida. Durou desde Dezembro de 1641 a Setembro de 1647, com vários lapsos de publicação. Era mensal. O seu preço variou entre 6, 8 e 10 réis.

---

(1) Ver *Revista de Guimarães*, vol. I, artigo intitulado: O quinquagésimo aniversário da *Revista de Guimarães* e a vida das publicações periódicas vimaranenses, por Alberto V. Braga.

---

Desde 1834 é que o jornalismo entrou numa verdadeira fase de evolução efervescente, dominando e apaixonando o público com as suas ardências de partidarismos.

\*  
\* \* \*

O problema das origens do jornalismo tem sido largamente ventilado pelo erudito homem de ciência Dr. Alfredo da Cunha.

Levantaram-se, porém, apaixonadas discussões entre os que defendiam a opinião de que as *Relações* de Francisco de Abreu, pseudónimo de Severim de Faria, teriam sido os primeiros periódicos portugueses, e os que aferradamente se inclinavam a admitir que com o aparecimento da *Gazeta*, começou o periodismo em Portugal.

O mais estrénuo defensor da *Gazeta*, aquêlo que mais elementos informativos trouxe à luz da publicidade e mais documentos apresentou, de comprovada análise e justificação, foi o Dr. Alfredo da Cunha.

Em conferências, em entrevistas, numa comunicação feita na sessão da classe de letras da Academia das Ciências, em 10 de Abril de 1930 e há pouco ainda num extenso artigo publicado na revista *Olsipo*, provou êste ilustre Académico, incontestavelmente, que o primeiro periódico português foi a *Gazeta*. Firmou-se, é claro, em bom e erudito Mestre, no Historiador Alexandre Herculano.

Se jornais houve antes daquela data do aparecimento da *Gazeta*, Alexandre Herculano não o acreditou muito.

Quem os indicou? Quem os referiu?

E Alexandre Herculano, depois das consultas que fêz e dos documentos que descobriu, deu à *Gazeta* foros de primazia.

Os contraditores, porém, foram muitos, e o escritor Alfredo da Cunha teve de lutar sempre, e carrear elementos de controvérsia e conversão.

Arredou a discussão das *Relações* de Severim de Faria, que datam de 1626, porquanto provou que antes delas se haviam publicado algumas *relações de novas gerais*, e tais *relações*, dando conta de guerras, viagens, mortes, naufrágios, aparições, etc., eram exclusivamente uma forma de fazer história e não de fazer jornalismo.

Depois vieram o *Mercúrio Português* e a *Gazeta de Lisboa*.


«A *Gazeta* foi cognominada «da Restauração» pelos serviços que prestou à consolidação daquele segundo feito da nossa História, e porque para êsse fim se criou e foi protegida por D. João IV.» D. António Cae-

tano de Sousa atribue até, em parte, à autoria do próprio monarca a redacção das principais notícias.

Muitos escritores, jornalistas, bibliófilos e tratadistas entraram no

**GAZETA**  
**DOMES DE**  
**FEVEREIRO**  
de 1642.

5726



Vifontfe de entre Douro, & minhõna primeiro Sabado deste mes, que dos cô-  
tornos da Ponte da Barca fahião algũas  
tropas da nossa infantaria, & forão mar-  
chando pello Reyno de Galiza, até che-  
gar à Villa de Gerés, donde entraraõ sem  
auer quem lhes fizze resistenciã: antes fugio toda a gente  
do lugar, de modo que ficou despouada, & os nossos, por-  
que não tiveram em que empregar o seu valor, forão a fazer  
oração a hũa Igreja de N. Senhora dos Remedios, & por-  
que a gente de entre Douro, & minhõna costumava ir todos  
os annos em Romaria a esta sancta casa, tiraraõ do altar cõ  
muita reuerencia a imagem da Senhora, & com ella se re-  
colheraõ, sem trazer nenhũa presa, nem fazer dano ao lugar.  
Foy successo este muy festejado naquellas partes, porque ef-  
tauão todos de se côsolades de não poderẽ agora fazer esta  
Romaria: & com isto se alegraraõ mais, q se os nossos omie-  
raõ ganhado algũa praça, ou alcançado algũa grande victo-  
ria

1. Monsieur de Mathé Coronel de quatro regimentos de ca-  
vallaria, Senhor da Turcha, & Cavalleiro da Medalha, habio  
a seis de mes, cõ todos os seus officiaes a cavallo a dar mo-  
lha

torneio literário e debateram o assunto com mais ou menos acalorado interesse, e a matéria deu pasto a discussões, a pareceres e a juízos, até que a maioria se inclinou para o justo plano das conclusões evidentes.

Herculano, Inocêncio, Sousa Viterbo, Eduardo Coelho, Brito Aranha, Teófilo Braga, Teixeira de Vasconcelos, Fonseca Benevides, Ribeiro Guimarães, Cunha Rivara, Brito Aranha e Bento Carqueja, pronunciaram-se pela *Gazeta*.

Leite de Vasconcelos, Silva Pereira, Matos Sequeira e outros, deram o seu voto às *Relações*.

Como se vê, os apaixonados degladiadores foram bastantes e dos melhores.

A importante biblioteca da Sociedade de Martins Sarmiento possui um só e interessante exemplar desta raridade da imprensa periódica, cuja reprodução ilustra este nosso artigo.

É o quarto exemplar da série, visto que se remonta ao mês de Fevereiro de 1642.

Transcrevamos agora, por ser curioso e oportuno, o que sobre o assunto nos diz Herculano, no tomo II do *Panorama* (Janeiro de 1838), páginas 101.

É um artigo base, donde dimanaram tôdas as discussões, pois ali se faz a história desenvolvida da origem das Gazetas em Portugal.

O artigo não vem assinado, mas é atribuído a Herculano por Inocêncio.

Vejamos a clareza e a elucidação do artigo:

« Tendo falado das gazetas entre os romanos, e da sua origem entre as nações modernas da Europa, resta-nos tratar da introdução deste género de escritos no nosso país.

O sr. João Pedro Ribeiro cita um decreto de 1642, em que se proíbem os periódicos, *pela pouca verdade de muitos e o estilo de todos*. Isto parece provar que esta espécie de escritos estava generalizada em Portugal, já por aquêles tempos.

Porém nem nós pudemos achar tais periódicos, nem aquêlê erudito escritor, que sobre a matéria consultamos, nos pôde dar esclarecimentos acêrca de semelhante objecto.

Apesar de tôdas as indagações que fizemos para descobrir gazetas portuguesas anteriores a 1640 não as pudemos encontrar. É verdade que antes dessa época apparecem relações volantes dos acontecimentos públicos, nacionais ou estranhos; mas tais relações nem eram periódicas, nem tinham em si a disposição de uma gazeta. Um acontecimento notável, principalmente de guerra, dava matéria a estas publicações, de que difficilmente apparecerá hoje uma colecção completa, por serem raríssimas muitas delas.

As relações dos naufrágios, que se reimprimiram no século XVIII, numa colecção intitulada História Trágico-Marítima, eram desta espécie de publicações, de que se poderia tecer um largo catálogo.

A gazeta mais antiga que vimos foi uma do mês de Novembro de 1641. Existe esta com outras subseqüentes na biblioteca pública da côrte, metidas tôdas numa pasta, onde se conservam com a estimação que merecem. Esta Gazeta está marcada no alto da primeira página com o número 14, feito à mão, com tinta que mostra bastante antiguidade, e assim o estão as subseqüentes com os números sucessivos, o que nos faz conjecturar que talvez as Gazetas remontem ao ano de 1640, e que começassem logo depois da revolução, supondo que nalguns meses se publicaram duas, como para o diante aconteceu.

Era preciso animar o povo depois daquela ousada tentativa, convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las; e porventura o govêrno não achou meio nenhum mais azado a seus intentos, do que lançar mão das Gazetas, invento que como vimos era já conhecido em outros países da Europa.

Eram, pois, estas publicações, mensais, e às vezes saíam duas por mês. O formato das primeiras Gazetas era em quarto, e é de notar que assim continuaram até 1820. Cada uma se compunha de seis páginas ou mais, o seu preço variava segundo o número delas, mas uma Gazeta custava regularmente 6 réis.

Como já notamos, o objecto principal destas Gazetas antigas era dar notícias da guerra com Castela; continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos.

Quanto aos sucessos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos, o exagerar as perdas alheias e encobrir as próprias; data esta usança em Portugal do ano do Senhor de 1640 ou 1641.

Desde êste ano até 1644 uma alteração notável se foi fazendo na redacção das Gazetas: as notícias da guerra com Espanha cessaram, ou porque as *relações* soltas e especiais de cada acontecimento as tornassem desnecessárias, ou porque o govêrno achasse por algum motivo particular que não era conveniente publicar tudo: o que é certo é que já em 1644 as Gazetas continham quasi só notícias estrangeiras, e saíam de dois em dois meses.



Gazeta nenhuma vimos do século XVII, posterior a 1645, pôsto que talvez as houvesse: entretanto, do artigo de introdução ao primeiro número do *Mercúrio*, publicado desde 1663 a 1667 pelo célebre portuense António de Sousa Macedo se vê que nesse tempo nenhum periódico se publicava em Portugal, do que o erudito Macedo largamente se queixa naquela introdução.

O *Mercúrio*, redigido por um homem tão ágil, por um político tão consumado, como era o autor da *Lusitânia Liberata*, teve grande voga; mas parece não escapou ao fado de todos os diários políticos. O P.<sup>e</sup> Vieira o taxava de pouco verídico e, o que é mais, de impolítico e mal escrito.

Desde o ano de 1667 não vimos mais Gazetas, senão em 1715; mas daqui àvante elas continuaram até o nosso tempo. Publicavam-se semanalmente, a princípio ao sábado, depois à quinta, depois à sexta-feira; para os fins do século passado, afluindo materiais que se pretendiam inserir neste papel, os suplementos começaram a sair em outros dias da semana, e a tal ponto cresceram, que os havia todos os dias. Foi assim que se converteu sucessivamente a Gazeta de Lisboa de mensal em semanal e de semanal em diária.»

\*  
\*   \*  
\*

Não queremos terminar êste longo artigo, sem darmos algumas notas sôbre o jornalismo vimaranense, notas aliás já expandidas num trabalho nosso, há pouco tempo publicado (1).

Houve muitos jornais de facêta humorística e mais ainda de feição literária, ao gôsto lírico e romântico dos tempos passados.

Esta terra atravessou várias quadras de verdadeira praga jornalística, e então os jornais, em pequenos decursos, apareciam e morriam como as mágicas revisteiras.

Os de literatura e humorismo e os defensores de classe, morriam ao nascer.

Os regionalistas ou de defesa local, tenteavam uns anos, e os de credo político e bandeira partidária, os de credo religioso, agüentavam a cruz, num sudário de marcha muito sangrada e pobre.

Revelaram-se então muitas aptidões, apuraram-se jornalistas, ordenaram-se escritores, definiram-se lemas, travaram-se rijas polémicas e retemperaram-se caracteres e opiniões.

---

(1) *Jornalismo Vimaranense* — VII, por Alberto Vieira Braga.

---

O jornalismo foi escola e campo de luta; foi sacerdócio e vazadoiro.

Longe iríamos, se pretendessemos fazer a história do jornalismo vimaranense, dentro da sua capacidade de existência e de evolução.

Preciso seria, para isso, estudar as condições de vida em que os jornais mais duradoiramente resistiram, e condicioná-las com as inclinações e hábitos dessas épocas em marcha. Depois ver até que ponto os jornais foram úteis e até que grau subiram o pensamento e o sentimento das cruzadas nobres que nobremente manejaram a pena.

O P.<sup>o</sup> Caldas diz-nos que em 1820 implantou Guimarães, dentro dos seus muros, o esplendoroso invento da imprensa, e que são raros os impressos atinentes aos seus primórdios, citando apenas três trabalhos,

### *O AZEMEL VIMARANENSE.*

N.º 3.

An. 1822.

A qui vaõ troando  
Os eccos das bombas,  
Que estouraõ nas trombas  
Dos Rhyneçórontes.

Fel. Elis. Antes de morto.

Preço 30 reis.

---

*Sexta Feira 25 de Outubro.*

---

e entre êles figura o semanário *O Azemel Vimaranense*, publicado dois anos depois (1822).

Até então o jornalismo limitava-se a Lisboa, Pôrto e Coimbra, de sorte que Guimarães tomou assim o quarto lugar entre as terras que primeiro tiveram jornais.

É no correr do período do liberalismo que nasce o primeiro jornal vimaranense.

*O Azemel Vimaranense* era impresso em Guimarães, na Tipografia Vieirense, rua Escura (hoje Gravador Molarinho). Tem o formato 0<sup>m</sup>,32×0<sup>m</sup>,22.

Nenhuma biblioteca do País possui a coleção completa dêste jornal. Na Sociedade Martins Sarmiento há somente os números 3 e 4 do primeiro ano, respectivamente de 25 e 30 de Outubro de 1822 e os números 11, 12 e 16 do segundo ano, de 22 de Março, 4 de Abril e 7 de Maio de 1823.

«Estes cinco números representam uma extrêma raridade. O jornal, aparecendo em Outubro de 1822 com o juramento da Constituição, parece haver terminado em meados do ano seguinte logo após a Vilafran-

cada. O jornal saía tôdas as semanas, mas sem dia marcado para a publicação. Durante Outubro de 1822 a Maio de 1823, é provável que saíssem 12 ou 13 números no primeiro ano e 18 ou 19 no segundo, não indo além de 30 ou 32 a sua colecção.»

Êste periódico de combate liberal teve como seus fundadores o

O AZEMEL



VIMARANENSE.

*Aqui vão troando  
Os ecos das bombas,  
Que estourão nas trombas  
Dos Rhyngorones.*

*Fel. Elis.*

---

---

SEXTA FEIRA 4.

[NUM. 12.]

ABRIL DE 1823.

---

---

egresso Jerónimo Rodrigo, Joaquim de Meneses, José de Sousa Bandeira, Manuel Luís Pereira Pinheiro de Gouveia e José Joaquim Vieira. Nenhum dos fundadores dêste jornal escapou às investigações da Alçada.

Depois, só em 1856 apareceu *A Tesoura de Guimarães*, e daí por diante, numa lenta evolução surgiram, até nossos dias, 128 periódicos (1).

Actualmente existem: *O Comércio de Guimarães*, fundado em 1884; *Revista de Guimarães*, fundada em 1884; *Gil Vicente*, fundada em 1925; *Notícias de Guimarães*, fundado em 1932 e *Boletim de Trabalhos Históricos*, fundado em 1933.

ALBERTO V. BRAGA.

---

(1) *Jornalismo Vimaranesense*—VII, por Alberto Vieira Braga.

---

# Notas apostas ao romance "Calcanhar do Mundo,"

de Virgílio Godinho

**A** PESAR de todos os entraves e de tôdas as dificuldades, materiais e espirituais, que a inteligência portuguesa hoje sofre, é inegável que temos bons escritores; e mais inegável é ainda a revolta da sensibilidade nacional contra a decadência marasmática em que se atrofia, pelo moral e biológico, a nossa fôrça demográfica.

O Dr. Virgílio Godinho soube, no seu romance *Calcanhar do Mundo*, interpretar estes dois elementos preponderantes da camada virgem que ameaça, forte e musculosa, de cérebro rijo, de convicções maduramente sólidas, todos os erros dum veneno que há mais de cento e vinte anos avilta, a expensas da maçonaria, a essência portugallística das instituições sagradas em que nos criamos e desenvolvemos por largos séculos de obras assombrosas.

A Inteligência e a Sensibilidade conjugam-se no romancista que ora surge na arena da ficção literária para fazerem dele o símbolo duma esperança e o porta-voz duma ânsia; esperança precisamente definida pelo poeta:

*Como um romeiro que de longe fôsse,  
Volvi à terra que me viu nascer...*

.....

*Longe, eu ouvira a tua voz, baixinho,  
Como quem chama, em sonho, um filho ausente.*

.....

*Porque eu sabia que o milagre houvesse,  
Senti, desperta, a comoção rural;  
E a tua fala amiga quis viesse:  
— Dá-me o teu colo — ó Terra maternal;»*

ânsia também pelo poeta cantada, de

*Sentir correr, falando-me nas veias,  
O chôro da desgraça... (1)*

O Dr. Virgílio Godinho, como advogado, retratou em nudez simples, as misérias que a razão combate, o Dr. Vaz Craveiro, médico sensível, expôs com ritmo lírico as modulações imprecisas mas latentes dum futuro que das letras passará aos factos. Desconhecendo-se ambos mutuamente, bem como às respectivas obras, o facto do segundo confirmar as observações do primeiro é suficiente para mostrar que os motivos literários de Virgílio Godinho foram colhidos no vivo inquieto das preocupações elementares do país.

\*  
\*   \*  
.

O Dr. Virgílio Godinho é, com efeito, um romancista consciente das suas virtudes. Basta, para tanto, o militar nas fileiras da redenção europeia, da redenção universal, talhada, nos moldes revolucionários do anti-racionalismo, do anti-marx, do anti-niilismo, da anti-burguesia, da anti-plutocracia, do anti-judaísmo, pelo chorado mestre António Sardinha.

O *Calcanhar do Mundo* é uma jóia literária e marca, mesmo assim, como um libelo acusatório. E mantém-se, no entanto, fiel, estruturalmente fiel, à base do vitalismo nacional: ruralista e comunitário. Virgílio Godinho escreveu um livro que não obedece a escolas, porque, sendo o seu objecto o Homem e a Terra de sempre, traz um sentido de novidade, e constitui-se um molde que não envelhece nem caduca.

Dois exemplos da parte social do livro:

1) «Não admira, portanto, que o camponês se apresse, em triste pandilha, a largar à bôca dos cofres, indiferente aos atropelos do direito e da dignidade humana quantas vezes patentes, os tristes vinténs apurados em escassas trezentas jornadas infernais.

Pagam enquanto vivos, pagam depois de mortos. Pagam ao

---

(1) Versos do Dr. Vaz Craveiro — *De mim, da terra e do mar*, Coimbra, Novembro de 1941.

---

senhor govêrno fatia grossa, à senhora Câmara um destempêro, à senhora junta tem-te não caias, à província, ao turismo, às federações, aos consórcios, e até ao desemprego, tudo rica dinheirama arrancada à terra mártir para engordar os da cidade, uns para que dêem vivas, outros para que não deitem bombas. Pagam ressalvas militares dos filhos que as fomes invalidaram, as prediais com todos os contrapesos, as licenças das juntas, muares, canitos e jumentos, pagam por engenhos e picotas, por palheiros e adegas, pelo que compram e pelo que vendem, pelo que semeiam e pelo que colhem, pagam para trilhar os maus caminhos que êles próprios cavam nas rochas, pagam pelo trigo que moem e pelo centeio que tragam, pagam se decilitram, pagam se jejuam, pagam para trabalharem e até para receberem o salário. Só a preguiça parece estar isenta, mas essa não demora por estes cerros inóspitos.

Depois vivem ainda sob o pesadelo das cisas, cada dia mais avantajadas, e das sumptuárias, cada vez mais injustas, arreceiam-se das multas, sempre iminentes e implacáveis, como das penas infernais, dariam metade do sangue para que não houvesse tanta protecção às viúvas e órfãos, e, quanto aos braçais, única colecta que de certo modo lhes aproveita directamente e, por isso mesmo, a que mais regateiam, redimem-nos a dias de jornal, regando com o suor do rosto os incríveis caminhos, mas sobretudo cavando ou surribando alvas estradinhas para as quintas dos senhores, de modo que as fidalgas tenham trem à porta ao passo que os tristes, regressando aos lares por horrídeos atalhos, vão ainda arrotear as terras à fraca luz de lanternas, para se não perder a maré das sementeiras » págs. 37-38).

2) « Ó Jesuíno, olha o fisco! — gracejou o Sebastião.

O dito despertou risota e mesmo júbilo. Nada mais grato àquelas almas simples, tão escarmentadas por multas, alcavalas e vexames de toda a ordem, do que uma pirraça bem pregada aos senhores fiscais. Quando os pressentem, correm a deitar os rudimentares isqueiros nos poços das hortas onde, passado o perigo, mergulham para reavê-los. Aliás, só dessa maneira, e nem sempre, conseguem escapar-se a sangrias monetárias e humilhações, pois, com raríssimas excepções, os funcionários procedem com requintes de brutalidade, infringindo por excesso as leis e regulamentos, ainda os mais severos. E' freqüente forçarem os camponeses a despirem o último farrapo, em pleno campo, para farungarem a candonga até nas repregas do corpo. Compreende-se facilmente o regozijo dos que conseguem iludi-los, e a volúpia com que petiscam as pederneiras para obterem fogo, quando os não pressentem » (pág. 47).

\*

\* \*

Mas Virgílio Godinho estuda de igual modo a psicologia popular nos seus remaños de rotina:

« A par de virtudes raras e costumes louváveis, estes povos cultivam certos vícios e defeitos que sobremaneira os deslustram, sobretudo o de votarem à terra um amor quási patológico. Colocam a cada passo o sentimento do domínio e usufruição da terra acima de qualquer outro, mesmo o familiar. Tal pai trocava os filhos por olivais de boa funda, cederia de bom grado a mulher por uma bela horta criadora, isto para não citar as sogras, que essas qualquer ladeirota de mato as pagaria... » (pág. 36).

Inesquecíveis são as páginas em que se desfolham as folganças populares, ramalhando como cristais nas vozes da mocidade. As vindimas e uma festa de aldeia, com as folganças onde não falta a desgarrada ao desafio com a fina inspiração do improvisado popular, balizam uma preocupação de etnografia nas páginas do romance. E a descrição dos bruxedos, maus olhados e curandeirismos de mulheres de virtude, excedem a narrativa e quási são a mesma vida vivida...

\*

\* \*

Auxiliaram Virgílio Godinho duas coisas principais: a sua qualidade de advogado que, na Beira Baixa, lida todos os dias com o problema rural e o conhece na máxima amplitude da sua angústia; e o ser natural dessa região áspera, onde tem vivido, correndo-lhe nas veias o sangue de antigos montanhesees indomáveis, o sangue de homens honrados que não sabem mentir, nem adular, mas que também não calam...

\*

\* \*

O romance pode dividir-se em duas partes: o *enrêdo* e o *fundo social*. Se considerarmos só o primeiro, é certo que achamos descritivos escusados perante as quais o linfatismo de namoradeiros citadinos se enfastia e o impudismo de *cinéfilas* boceja. É um facto. Mas se considerarmos o segundo, a obra tem um carácter de estudo científico,

documentado, etnográfico-crítico absolutamente inédito. Para mim, todavia, o conjunto das duas facêtas reveste-se de *novidade*, grossa novidade, na literatura portuguesa. Os críticos de jornais e revistas foram unânimes em reconhecê-lo, e saudaram em Virgílio Godinho uma estrêla de primeira grandeza que desponta nos horizontes nacionais.

O Dr. Rolão Prêto, autorizado prefaciador do livro, achou em Virgílio Godinho um mestre na literatura de imaginação, criando tipos ideais. Mas o verdadeiro segrêdo do triunfo, do sucesso que o livro alcançou, está no equilíbrio do romântico, do real e do ideal, numa síntese de princípios políticos que o escritor não pôde esconder sob o manto da novela. Além disso, a cena passa-se no têrmo da comarca da Sertã, cuja paisagem agreste, cujos costumes, passam em cortejo ante os nossos olhos. Sou natural dessas terras e posso afirmar que a *imaginação* de Virgílio Godinho repousa absolutamente na realidade pungente, no drama contínuo das gerações serranas, e o tipo ideal, João Pedro, filho de hereditariedades espúrias e de amores anormais, pelo ascendente materno, e filho de regularidade moral pelo ascendente paterno, simbiose de incoerências, todo instinto e drama, encontra-se muito vulgarmente nas brenhas inóspitas daquele *Calcanhar do Mundo*, longe dos rumores da civilização e das inovações técnicas! Um mundo de outrora se acha ali, quási isolado, onde Virgílio Godinho estudou a ancestralidade, boa e má, do povo beirão. O livro é a verdade e a verdade foi bem transmitida ao papel. Eis tudo.

\*  
\*  
\*

O livro tem alguns defeitos: repetição de termos, sendo a principal a de *cabonde*; galicismos sintácticos, deficiências ligeiras de construção. Entretanto, como tendo sido nado e baptizado no *meio* descrito, devo referir que o Dr. Virgílio Godinho empregou os termos na acepção que o povo lhes dá. É que a filologia vai ao povo e a quem tiver a maçada de ler os clássicos portugueses e os confrontar com os dizeres do povo, a irmandade, a fidelidade ao tronco verdadeiro, tornar-se-lhe-á evidente.

\*  
\*  
\*

A meu ver, o Dr. Virgílio Godinho deve prosseguir na sua carreira literária, não só para elevar mais ainda o seu nome de romancista com a noção do *momento nacional* que atravessamos, como também para, com



isso, prestar à Pátria os serviços que ela espera, orgulhosa, dos seus filhos responsáveis. A facilidade com que escreve e os dons innatos que possui garantem-lhe uma trajectória invejável que o levará a um dos lugares mais altos da intelectualidade contemporânea. É indispensável, entretentes, manter e aperfeiçoar a parte negativa da novela, a que faz da pena um látego aqui ou uma lancêta acolá, para que os seus romances despertem qualidades adormecidas, vinculem na sua pureza nascente os sentimentos que se abastardaram, e, ao mesmo tempo, para que dêem a todos os homens, os mais humildes, o quinhão proporcional da *humanidade* que lhes tem sido arrebatada.

\*  
\*   \*  
\*

A apresentação é modesta para o valor da obra.

JORGE VERNEX.

Sicut erat in Principio:

# PORTUGAL ETERNO

UM dia dêstes, conversando num grupo onde se tratava de assuntos os mais desvairados, um amigo meu, homem de aspeito venerável, como um Moisés varão de notáveis costumes, veio a monte com uma sugestão que desde logo mereceu minha boa acolhida.

É certo, eu sei, que a minha voz de nada valerá neste descampado êrmo onde só as paixões, as mais desenfreadas e mais terrenas, têm lugar saliente.

Mas é quási certo também que algo do *bom* fica quando semeado e cultivado em terrenos inda por arrotar, ou onde os maus adubos artificiais inda não fizeram a má sementeira. Somos homem de opinião, sempre a tivemos e esperamos com esta morrer e descansar em chão português e cristão. E é com essa nossa razão que sempre, em público ou em família, em escritos ou em palestras, temos procurado apontuguesar a pequena casa lusitana, enfêrma de cem anos por opiniões estranhas, falsificada nas suas leis, nos seus costumes, no seu *sentir* e até no seu *querer à portuguesa* por sentidos penetrados do anti-nacional sistema de um Rosseau ou de um Mirabeau.

Pelo regresso à tradição sempre, desde os nossos dezóito anos e êles já lá vão longe, nos temos batido. Por êle, temos sofrido afrontas, ódios, desgostos, prisões, mágoas... Por êle, temos chorado e lamentado os males feitos aos homens e à nossa Terra. Mas a Esperança, essa Esperança que só um Português e um Cristão pode compreender, essa nunca nos abandonou, e com ela vivemos, certos de que um dia a alma sã e sem mácula do nosso povo, êsse mesmo povo a quem os nossos Reis sempre se apoiaram nas suas lutas com a nobreza ou o clero, compreenderá que a salvação da Grei está nos nossos sistemas tradicionais e não nas cópias, mais ou menos contrafeitas de sistemas estranhos e que, então, êsse mesmo povo de Aljubarrota e dos campos de S. Mamede, lançando para fora do reino de Afonso Henriques com os intrusos, proclame como

únicos portugueses os nossos dois princípios eternos: a Monarquia tradicional como forma de govêrno, e a Fé Católica da Santa Madre Igreja como religião oficial da Nação.

É contranatural desejar-se, em Portugal, forma de govêrno que não seja a da nossa tradição, e a nossa tradição, a tradição do Portugal Eterno de nossos avós-heróis, mostra-nos como única possível a do monarquismo tradicional.

É tempo de estudar as coisas portuguesas, a língua, os costumes, as instituições do tempo dos nossos Reis e passar a dar-lhes o seu sentido próprio; assim, temos obrigação de tornar conhecido o significado próprio que à expressão República davam os nossos avós e os cronistas do tempo — re pública, coisa pública. Referiam-se sempre os antigos à *república* como sinónimo natural do *bem-estar público*; — à noção histórica da governança ou do poder e não à República como doutrina política. Era ao *facto-república* que se afirmou «principalmente na Idade Média com as liberdades municipais e corporativas, fundamentalmente no direito legítimo do homem a viver e com razão moral no profundo ideal cristão daquela época» (1), aquêlê sentido empregado por nossos avós.

Para moralização da nossa História é preciso ensinar o verdadeiro entendimento das palavras, interpretando-as no tempo e no espaço que lhe são próprios.

A nossa História anda ainda deturpada ou obscura nalguns pontos capitais por falta de interpretação rigorosa e perfeita nos textos, por desconhecimento de alguns monumentos escritos que por aí andam a perderem-se por arquivos particulares, ou até mesmo por arquivos públicos ou municipais, por falta de análise rigorosamente comparativa de factos, palavras e termos aplicados no tempo, e enfim por um certo número de outros motivos, a que é tempo de pôr còbro.

Ora, quanto ao estudo da história de Portugal em Marrocos, aquêlê amigo a que me refiro, um dia dêstes lembrou, e muito bem, a criação de uma Casa de Portugal em Marrocos, no próprio lugar de Alcácer-Quibir. Aí, nesses areais onde a 4 de Agôsto de 1578 um Rei de Portugal (durante muito incompreendido), ao tentar recuperar o sentido perdido da nossa vocação histórica para o «Algarve de Além-Mar», ao procurar ouvir a voz do véelho do Restelo que era a voz colectiva do sentir nacional, ali, naquele lugar onde um Rei-Menino, herdeiro e senhor

---

(1) Vd. Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, in-«Monarquia e República», pág. 127 da 2.ª edição.

das virtudes da Raça, perdeu a jornada de África, erguer-se-ia a Casa de Portugal. De modesto porte, teria ermida com Altar a Santo António de Lisboa, o glorioso franciscano português que desejou ir prègar, a converter infieis, em África, o que só uma doença, que o trouxe em perigo, evitou fizesse.

Junto à Capela deveria haver larga e espaçosa biblioteca com todos os modernos requisitos, e onde se arrecadariam subsídios para a história de Portugal em Marrocos.

Entregue a franciscanos o culto diário, ali se rezaria missa pelos portugueses que, em 1578, naquele campo de honra derramaram o seu generoso sangue por Portugal; e a cargo dos mesmos frades ficariam a conservação e o aumento da biblioteca.

Haveria ainda, no mesmo corpo da edificação à portuguesa, umas três ou quatro celas onde se hospedariam estudiosos de assuntos de Portugal em Marrocos, quer por iniciativa particular, quer com bôlsa de estudo criada pelo Govêrno para alunos distinguidos das nossas Faculdades de Letras.

Pouco custaria à Nação a construção da Casa e sua manutenção, custo que fàcilmente o orçamento suportaria, quer pelo Ministério da Educação Nacional, quer pelo dos Negócios Estrangeiros. Para ali se mandariam todos os monumentos escritos relativos à história de Portugal em Marrocos. E que enormes vantagens, que grande *bem* colectivo, adviriam de tão simpática iniciativa?!... Naquele retiro, em que se cuidaria do espiritual e do temporal, a história de Portugal em Marrocos seria feita em tôda a sua magnitude, muita luz se derramaria sôbre pontos ainda mal estudados, ou mal interpretados, e obscuros ou deturpados. Sob o patrocínio dos doutos franciscanos, Ordem a que pertenceu o Taumaturgo, preparar-se-iam estudiosos probos, historiadores conscientes, e até alcançaríamos arabistas sabedores e profundos.

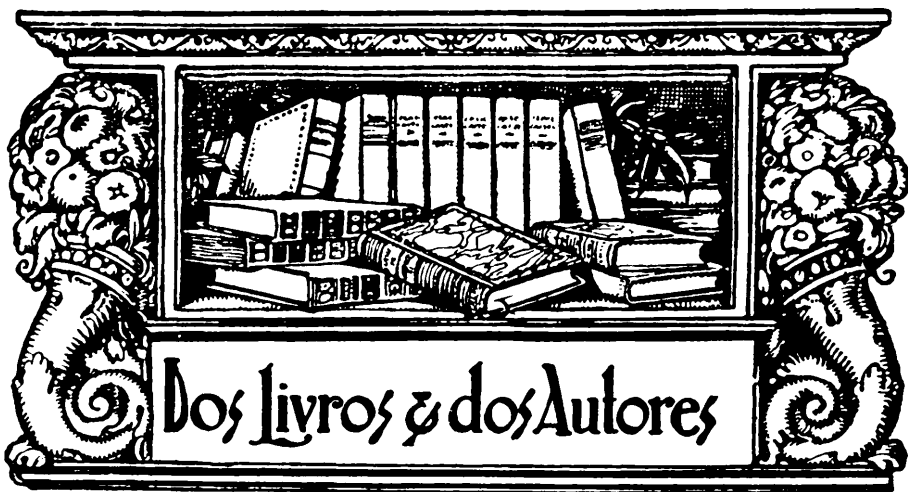
E finalmente teríamos os nossos Anais menos maltratados; ao menos naquela parte em que se referissem à acção dos portugueses nos Algarves de Além-Mar...

Esperamos agora que vozes mais autorizadas do que a nossa, se ergam, subindo a quem de direito, por esta santa e justa cruzada pelo Portugal Eterno.

*Semper et ubique.*

FERNANDO DE AGUIAR.

Lisboa, Natal de 1941.



LAGOA ESCURA, por *Hipólito Raposo*.  
Lisboa, MCMXLI.

Depois dêsse *Amar e Servir* — que um destino mau fêz desaparecer sem ao menos nos ter sido dado o prazer fugaz de lhe aspirarmos o suave perfume — brinda-nos Hipólito Raposo com êste livro, pequena obra prima perdida no *mare magnum* das inutilidades, das futilidades e das insipidezes que enchem os escaparates dos livreros de Portugal.

Se o gôsto do público não estivesse pervertido por mais de cem anos de novelas de género indefinível, de romances imorais e amorais, de ensaios, obras de funâmbulo, tão precário é o equilíbrio do pensamento que revelam; se a literatura não tivesse baixado de categoria, descendo de arte a artifício; se a língua se não abastardasse, transformando-se no receptáculo ou vazadouro de quantas chinesices para lá querem lançar; se, emfim, o escol mental do nosso País não estivesse mareado por longos anos de convivência com obras e autores que me abstenho de classificar, e a política torpe o não inquinasse com o seu vírus à espera ainda do seu Pasteur, — com certeza êste novo livro de H. R. seria saúdo por todos os que ainda sentem o

prazer de ler, por quantos conhecem os segredos que fazem bela a nossa pobre língua, e pelos raros — oh, bem raros! — que sabem distinguir uma obra prima duma obra de fancaria.

H. R. é um escritor que há longos anos se vem batendo denodadamente pelo saneamento das letras portuguesas, através de duas dezenas de obras que — triste é dizê-lo! — os portugueses mal conhecem. Repartindo a sua vida de escritor pelo ensaio doutrinário e pela novela ou o conto, êle é um dos raros escritores de raça dos nossos dias. Quando a morte vai ceifando artistas como Malheiro Dias e Teixeira Gomes, deixando ainda mais raras as fileiras dos que pela pena procuram ennobrecer a « última flor do Lácio inculca e bela », consola saber que o culto persiste com uma tenacidade digna de admiração e de aplauso em homens que, como H. R., para ela vivem e a ela dedicam todos os seus cuidados. Desde 1910 — ano da sua estreia — ao ano em que estamos, ¿quais foram as obras de H. R. que o público recebeu com alvordço? Nenhumas! E se um dia à sua volta se estabeleceu um movimento de curiosidade, tal facto deve H. R. agradecê-lo aos que, não vendo mais para além do ambiente que os rodeia, se lembraram de incluir obra sua,

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

inofensiva aliás, na lista negra da moderna Mesa Censória. Só por isso...

E no entanto H. R. escreveu *Outro Mundo*, *Ana Maria* e êsses admiráveis contos de *Ana A. Kalunga*, das *Areias de Portugal*, e desta *Lagoa Escura* a que me venho referindo. E escreveu êsse pungente e forte drama *O Berço*, e êsse lapidar ensaio de *Fôrça e Beleza* e êsse feixe de magníficos ensaios que baptizou de *Aula Régia*. Quais deles conhece o grande público? De quais deles fixou os nomes? Que expressões suas fixou? São perguntas a que se não pode responder. Isto não deshonra o escritor: deshonra o público; não vexa o autor: vexa o País. E dito isto, tudo está dito. H. R. sofre do mal de incompreensão; sofre também da ignorância dos pseudo-críticos, se alguma vez houve críticos em Portugal. Embora: passarão as gerações, mas lá virá o dia em que as suas páginas entrarão consagradas na antologia dos que bem amaram e bem serviram a língua portuguesa.

Procuremos agora analisar a obra. *Lagoa Escura* contém seis contos, um dos quais já nosso conhecido: *Um sorriso de Santo Antônio*, o de abertura. Os restantes são, pela sua ordem: *Daniel, cegador de pássaros*; *Sonho do Natal*; *Lição ao Bispo*; *A rôla no claustro*; e *O moleiro feito cinza*. O primeiro é uma aguarela suave à maneira daqueles inglêses do século XVIII que punham nos esbatidos e nas grandes massas uma delicadeza própria só de mãos femininas. A história singela da Irmã Cecília é bem um quadrinho de Turner, cheio de ternura e de beleza, em que os olhos do corpo como os da alma repousam sossegadamente das incertezas do dia de hoje.

O segundo é uma poderosa água-forte, um pouco à «maneira» de Rembrandt, um pouco à de Goya, com aquela passagem assombrosa em que o «cegador de pássaros», ferido pela águia real cai precipite «rasgando-se veias e quebrando-se ossos

nos agumes virgens da fraga» enquanto a águia justiceira se ergue no espaço «a proclamar vitória, em concôrto de vozes com outras mãis que por curtas espirais descem a certificar-se da morte do perseguidor». E' um conto escrito em linguagem tersa, vívida e rápida, pelo qual perpassa um sôpro de tragédia, que se adivinha do princípio.

*Sonho do Natal* é realmente um sonho, sonho de criança, sonho de homem acordado, que na fôrça da vida e já ferido pela dor sonha de olhos abertos na evocação duma idade simples e ingénua que vai e não volta mais. É um rendilhaço filigranado que dá particular encanto a êste livro cheio de beleza.

*Lição ao Bispo* é glosa curiosíssima da história de S. Cornélio mártir, instituidor indirecto e involuntário de costumeira serrana de Centumcellas que o bispo D. Nuno quis corrigir, do que teve de retratar-se após dolorosa experiência que esteve prestes a transformá-lo em espécie híbrida apenas conhecida dos mitólogos.

*A Rôla no claustro* é outra aguarela, a história curiosa duma rôla associada à vida de Fr. José Nunes, antigo frade do convento franciscano de Linteiros e que, feito Cardeal, visita um dia o seu convento em ocasião de escassez a tocar as raias da miséria. E essa rôla, que vivia ali, talvez por mandado divino, traz quasi a abundância aos bons dos frades, enquanto por lá permaneceu o Cardeal. Retirado êste, desaparece a rôla, que só voltou mais tarde no momento preciso em que em Roma D. Fr. José Nunes passava a melhor vida.

*O Moleiro feito cinza* é um quadro admiravelmente observado, cheio de movimento, de côr e de vida, com lances dramáticos, a terminar em tragédia na morte daquele pobre moleiro que, envolvido em questões com o fisco, acaba por lançar o fogo ao moínho que fôra de seus avós para o não ver em mãos alheias, morrendo trucidado

pela roda, final lancinante duma vida de trabalho honrado.

Linguagem sóbria, elegante e escorreita; caracteres bem observados e coerentes; descritivo cheio de colorido, sem excesso de pormenores, mas sem omissões censuráveis; eis a síntese dêste novo livro de H. R. em que êle se revela na plena posse das suas faculdades de escritor de raça, vernáculo e lapidar.



ARMAND GODOY, por *Émile Schaub-Koch*. Tradução portuguesa de *A. G. da Rocha Madahil*. Coimbra, 1940.

Armand Godoy, cubano de nascimento, francês de adopção, é um poeta mal conhecido em Portugal, como de resto o são muitos dos grandes nomes da literatura europeia contemporânea. Encerrados adentro dum narcisismo sistemático, deixamos há muito de ter contactó com as grandes correntes literárias e do pensamento europeu. Parece que nem já a França nos enfeitou e nos atrai, do que o século XIX foi testemunha. À parte um grupo restrito de espíritos curiosos, que para mais nem comungam nas mesmas ideias, a maior parte dos leitores médios ignoram os nomes dos mais poderosos escritores da Europa e da América, como se as fronteiras do mundo acabassem no Caia ou no Minho. O povo que outrora mandava às Universidades europeias mestres de renome a ensinar, que aqui chamava alguns dos mais notáveis pedagogos e eruditos, e que levava ao conhecimento da Europa o exótico e o maravilhoso das civilizações asiáticas, africanas e americanas, êsse povo que produziu a inquietude espiritual dum Góis, o universalismo dum D. Francisco Manuel, o senso crítico dum Verney e o espírito libérrimo dum Cavalheiro de Oliveira, êsse povo, di-

zia eu, como caracol cansado de vida soa-lheira, recolheu-se ao silêncio da sua cama e adormeceu. Teria de ir longe e entrar num campo que a minha própria inteligência me vedou; teria, por isso, de afastar-me do objecto em vista, se quisesse profundar e comparar o Portugal de hoje com o de ontem, o que não quero fazer, pelo menos neste lugar. Registo apenas o facto: salvo um número restrito de espíritos de escol, e ainda assim alguns por dever de officio, conhecem os grandes nomes de ressonância mundial. Não admira por isso que nunca ouvissem falar de Armand Godoy e ainda menos de Émile Schaub-Koch, seu crítico e seu biógrafo. Encarregou-se de tal missão, e dela se desempenhou cabalmente, o sr. dr. Rocha Madahil traduzindo o livro que êste último crítico e cientista escreveu sobre o grande poeta cubano.

Enganaria o leitor se lhe dissesse que o livro é acessível ao leitor médio, e que são aceitáveis todos os pontos de vista do prof. Schaub-Koch. Mas de modo algum o engano dizendo-lhe que é obra séria e honesta de processos. Divide-se o livro em quatro capítulos e uma conclusão, os quais o prof. R. Madahil faz preceder duma «Breve explicação» em que nos põe em presença da personalidade do autor do livro, simultaneamente homem de ciência e homem de letras, filósofo e crítico de arte de nomeada universal, cuja bibliografia já larga é indicada em nota de págs. VI a XI. Nessa mesma introdução expõe o sr. dr. R. M. os intuitos que o levaram a empreender a tradução do volume por se lhe afigurar ser «duplamente vantajosa para a ilustração do público de Língua portuguesa: ao mesmo tempo que lhe daria a conhecer os extraordinários recursos dum eminente crítico moderno, revelar-lhe-ia também a estética pessoal e inconfundível dum grande Poeta contemporâneo, analisando, demais a mais, com notável lucidez e agudeza, o processo da poesia moderna, sobretudo a de feição católica».

Quanto à obra propriamente dita consta, como disse, de quatro capítulos em que são estudados: o carácter estético do poeta cubano, a acção, a sua condição de cristão e o seu génio técnico. É um trabalho exaustivo e profundo em que a obra e a personalidade do chefe da escola musicista são estudadas magistralmente e por processos em que muito teria que aprender a crítica portuguesa, se existisse. A par de elementos biográficos do poeta, o autor dissecou toda a sua obra (e já vasta ela é) tal como o anatomista no anfiteatro. Mas simultaneamente faz sobressair tudo o que de belo ela encerra, mostrando a par das influências sofridas por Godoy o que de original elle possui. Se há afirmações, como a de que Baudelaire e Verlaine, condenados pela Igreja católica, simbolizam «a mais alta forma poética do espírito católico» (pág. 31), de que discordo por não distinguir, sobretudo na poesia do primeiro, quaisquer elementos sobre que me possa basear para tal afirmação, outros há que posso perfilhar inteiramente.

Engenhosa é a explicação do modo por que Godoy adoptou o francês como língua expressional poética, como o seu compatriota glorioso Herédia, como já D'Annunzio o fizera em parte e ainda hoje o faz o flamengo Maeterlinck. Duvido muito porém do dogmatismo com que E. Schaub-Koch afirma que é o francês a língua «que permite exprimir o que se quer dizer com o máximo de precisão e de clareza» (pág. 43). Os forçados limites que me são impostos pela índole destas nótulas impedem-me de discutir não só os pontos de concordância, mas também os de discordância do autor. Por isso terei de ser forçosamente lacónico e até omisso.

O capítulo III, intitulado «O cristão», é uma peça admirável de clareza e de compreensão, apesar de em grande parte ser constituído por transcrições de juízos críticos alheios sobre Godoy. Curiosa é a defesa do modernismo estético de Godoy,

fundamentada com uma anedota autêntica cujos protagonistas foram o pintor Van Dogen e a superiora dum convento de religiosas de Mouseron.

A técnica de Godoy é estudada no capítulo IV e comparada com a de outros poetas, indo às fontes em que o poeta bebeu e justificando os seus processos à luz de teorias perfeitamente admissíveis e claras.

Repito: não é livro para todos, mas é obra séria, digna de leitura e de meditação. Fica bem na estante do homem de estudo; fica, sobretudo, muito bem entre a escassa literatura crítica portuguesa, como obra digna de imitação.



A FRANÇA E O MUNDO DA CULTURA  
ALEMÃ, por *Gustav Steinbömer*.  
Coimbra, 1941.

Pertence este opúsculo à série «Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra» e foi traduzido pelo distinto professor sr. dr. Cabral de Moncada, que procurou e conseguiu vencer as naturais dificuldades próprias de duas línguas tão diferentes como o português e o alemão. Num pequeno prefácio o sr. dr. C. de M. expõe as razões da sua tradução, justifica o ter traduzido a palavra alemã *Bildungsreich* por «mundo de cultura alemã» e não «reino de cultura» e concluiu por dizer que o livro «tem o merecimento de dar aos portugueses, cremos que pela primeira vez, uma visão essencialmente alemã, nada francesa, das relações espirituais e literárias entre a Alemanha e a França no século XIX».

O autor começa por estudar «A tese francesa das *duas Alemanhas*», ou, como Elme-Marie Caro escreveu, a Alemanha do Espírito, da Filosofia, da Poesia e da Música, e a outra, brutal, dinâmica, expansiva, inimiga da civilização, e que é uma ameaça



para todos os povos. Todo êste capítulo é uma glosa aos dizeres de muitos escritores e filósofos franceses que defenderam e defenderem essa existência das duas Alemanhas, e todo o livro é a defesa do ponto de vista próprio do autor (que é também o do III Reich): que tal dualidade não existe, nunca existiu senão no espírito dos franceses visionários que não compreenderam, ou não souberam ou não quiseram compreender a Alemanha, para concluir que «só quando com a subida ao poder do Nacional-Socialismo o Reich alemão recentemente reatou a linha dos seus destinos históricos, é que, pode dizer-se, se dissiparam emfim de todo os últimos vestígios do *Bildungsreich*» (página 79).

Por muito sugestivas e convincentes que sejam as palavras do sr. Steinbömer, eu, português, latino e consciente daquilo que a civilização deve ao génio latino, não posso concordar com as conclusões do prof. alemão. O sr. S. é aliciante, não há dúvida. Não estamos já, felizmente, em presença das doudas afirmações de Topsisius ao atarantado Raposo, mas por detrás delas lá está a mesma ciência pesada do autor da *História dos Lágidas*, que media com um guarda-chuva a espessura das muralhas do castelo dos Cavaleiros de Malta. Está a mesma ciência, está o mesmo dogmatismo, e está, sobretudo, o velho espírito prussiano que ainda respira (vêmo-lo hoje!) a mesma brutalidade dos tempos do Rei Sargento.

Eu não creio na dualidade da Alemanha, porque a história me diz que há mais que duas. A decantada unidade do génio alemão é uma fábula que apenas tem servido à Prússia.

Isto é que é verdade. Por muitos sofismas que o sr. S. e os seus seguidores empreguem, por muita dialéctica de que usem para nos convencerem da verdade das suas afirmações, a história aí está para os desmentir e dizer: há várias Alemanhas — a de Lutero e a católica; a de Goethe e a da

*Mein Kampf*; a de Mozart, Mendelsohn, Beethoven e Händel, e a do *Deutschland über alles* e do hino cantado a plenos pulmões pelas S. A. e pelas S. S.; há a Alemanha tolerante de Lessing e a intolerante de Fichte; há, emfim, as variadas pequeninas Alemanhas, particularistas, que pulularam até ao Zollverein na Europa central, e há a Prússia tentacular a estender cada vez mais os braços de cefalópode a envolvê-las.

Negar uma evidência, demais a mais comprovada pela história, parece-me dupla má acção; ou o autor, pouco lisongeiro para com os simples mortais como nós, confia na ignorância do mundo e, por isso, deturpa a verdade; ou o faz inconscientemente levado pela euforia de que padecem todos os alemães de hoje educados voluntária ou involuntariamente em doutrinas que são anti-humanas e, por isso, anti-cristãs.

E eu não posso esquecer que foi o génio greco-latino quem informou o pensamento da Europa nascente, quando os guerreiros boçais de Arminio destruíam as legiões de Varo nas florestas pantanosas da Germânia antiga.

Depois há alguns lapsos no que respeita à cultura francesa, como por exemplo o da pág. 61. Chateaubriand escreveu o *Génie du Christianisme* e não o *Esprit du Christianisme*, êrro indesculpável da parte de tão douto autor.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



PÁGINAS CORPORATIVAS, por *Fernando Campos*. Edição do Boletim da União de Grémios de Logistas de Lisboa, 1941.

Fernando Campos tem sido incansável na propaganda das boas ideias para o definitivo resgate de Portugal.

A sua obra é vasta e valiosa, e a sua actuação nos fundamentos da Ordem Nova tem sido das mais eficazes e das mais produtivas.

Fernando Campos não se deixou adormecer à sombra dos justos louros conquistados no árduo trabalho — que ainda dura — pelo reaportuguesamento de Portugal.

A êle se devem estudos profundos sobre os nossos mestres da Contra-Revolução, a êle se devem artigos brilhantes em defesa da Monarquia.

Estas *Páginas*, com que agora nos brinda, são o testemunho eloqüente da sua actividade construtiva, da sua intransigência na defesa dos seus princípios, da sua inteligência clara posta ao serviço da Nação. Nelas estão reunidos artigos que se encontravam dispersos, e não é êste um dos menores serviços que lhe ficamos devendo.

De facto, se todos os que estiveram no bom combate reunissem agora os seus escritos, que de admiráveis páginas se não publicariam, que de proveitosos ensinamentos se não colheriam, que de inestimáveis subsidios se não carreariam para a História do renascimento Corporativo no nosso país!

Sim, porque êste renascimento não foi obra do acaso. Deve-se à influência que teve entre nós o doutrinário integralista!

Isto mesmo tem sido já diversas vezes reconhecido, embora também por diversas vezes esquecido. Achemos oportuno transcrever aqui o depoimento do dr. Marcelo Caetano, citado por Fernando Campos em *Antecedentes da Renovação Corporativa*, depoimento publicado por aquêlê illustre Professor no seu *Sistema Corporativo*: — «Em primeiro lugar, cumpre referir o *Integralismo Lusitano*, que no programa de reintegração da Nação na linha evolutiva do seu natural destino histórico incluía a formação de um Es-

tado *orgânico*, isto é, integrador das unidades sociais secundárias representativas dos interesses parciais da Nação, que nas Côrtes Gerais e na Coroa encontrariam a sua expressão complexiva e unitária.»

A doutrina, portanto, é boa e se o sistema acusa sintomas de abastardamento, é porque a sua execução não corresponde à pureza dos princípios. Falta-lhes, também, a «expressão complexiva e unitária» e é neste facto, que reside, igualmente, as deficiências que se vão notando.

Por tudo isto, *Páginas Corporativas* são um livro oportuno que vem enfileirar ao lado das boas obras que Fernando Campos tem já publicadas.



ITALIA E FRANCIA DAVANTI ALLA STORIA por *Ettore Rota*. Istituto per gli studi di Politica Internazionale, 1939.

*La storia d'Italia si confonde con la storia del mondo*. E êste volume de Rota vem defender esta tese, demonstrando, através dos tempos, o que a Itália fêz em defesa da civilização latina.

Pondo em paralelo, à face da história, as relações e dissensões entre a Itália e a França, êste livro de Rota encerra lições preciosas que muito esclarecem alguns dos pontos principais que originaram o conflito que se desenrola e contribuíram para o aniquilamento militar da França.

A História dos dois países anda intimamente ligada. As Gálias tiveram sempre pontos de contacto, interesses mais ou menos em litigio, que agora se avivam.

Todo o volume é um resumo da História desde os tempos esplendorosos de Roma até Versailles onde Wilson «che voleva essera il padrino di una nuova Europa, non fu che un falso incendiario di illusioni».

Rota, baseado num estudo consciencioso da política internacional da Itália no passado e no presente, demonstra em que consiste *il mito della sorella latina*.



ASSUNTOS REGIONAIS, por *Jorge Vernex*. Editorial «Meio-Dia». Porto, 1940.

Neste utilíssimo volume reuniu Jorge Vernex alguns dos seus artigos dispersos por diversos jornais de diversas das nossas províncias.

E dizemos utilíssimo porque todos os artigos agora reunidos tratam de assuntos do maior interesse, orientados num sentido revolucionário de melhoria das condições de vida das nossas províncias.

Jorge Vernex é um lutador vigoroso, que sabe o que quer, pelo que os seus artigos revelam uma feição construtiva tão necessária na hora renovadora que se atravessa.

Este livro divide-se em três partes. A 1.<sup>a</sup> de Assuntos Regionais, que lhe dão o título e onde, de um modo particular, se põe, com energia, um assunto de interesse para os povos que se agasalham na região beiroa que vai desde a Sertã ao

Pêso. Jorge Vernex defende, e com admirável lógica e entusiasmo, que «é no *Regionalismo* que está a fonte do verdadeiro *nacionalismo*, daquele nacionalismo que tem o sindicalismo como base e que representa as máximas liberdades dentro da máxima autoridade».

A 2.<sup>a</sup> parte estabelece *O Princípio duma Orgânica*, tomando como base que «o *Regionalismo* é a fórmula descentralizadora que se revela mais justa, devido a ser, também, a mais natural». O capítulo «Em frente!» é cheio de verdade e merece estudo cuidado para se dar remédio ao grande mal que alastra pavorosamente.

A 3.<sup>a</sup> parte trata do *Regionalismo Imperial*, que nos interessa sobretudo visto que «é Portugal a nacionalidade mais antiga da Europa na sua forma actual, e foi êle que, mestre e amigo, ensinou a todos os grandes o caminho da riqueza e da glória».

Jorge Vernex sub-intitulou este seu livro de *Prosa Revolucionária*, mas revolucionária no bom sentido: — num maior amor da Pátria, numa maior esperança no futuro glorioso de Portugal.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

# Algumas figuras notáveis do Brasil, do tempo colonial, no Arquivo Histórico Militar

ENTRE os numerosos documentos que se conservam no Arquivo Histórico Militar não se encontram apenas elementos para o estudo das nossas diversas campanhas e para a confecção de biografias dos nossos oficiais. Também, ali, por vezes, aparecem alguns que dizem respeito a literatos da nossa terra, tais como Bocage, Curvo Semedo, Garrett, Herculano, Fr. João de Sousa, etc., parte dos quais já utilizamos em diversos trabalhos (1).

Agora vieram-nos à mão outros relativos a figuras notáveis brasileiras da época colonial, que, se não têm um valor notável, encerram alguns curiosos subsídios para as suas biografias.

Os documentos encontrados e que vamos reproduzir referem-se ao poeta João Eloi Ottoni, ao erudito jurisconsulto e historiador José da Silva Lisboa, aos sábios Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Fr. José Mariano da Conceição Veloso e ao Marquês de Paranaguá.

Ottoni nasceu na vila do Príncipe, da província de Minas Gerais, em 1 de Dezembro de 1764. Fêz os seus estudos no Brasil, onde, em 1791 era professor régio de gramática latina. Por três vezes veio a Portugal. O documento adiante reproduzido, em que pede um posto militar, deve ser da época da sua segunda viagem, talvez dos anos de 1801 ou 1802. Se não alcançou aquêlê lugar, obteve, pela protecção que lhe dispensava a poetisa Marquesa de Alorna, o de Secretário da Embaixada Portuguesa em Madrid, quando nela estava o Conde da

---

(1) Vid. *Bocage no Arquivo Histórico Militar*, Pôrto, 1930; *O poeta Belmiro Transtagano no Arquivo Histórico Militar*, Moura, 1933; *Garrett, soldado do Corpo de Voluntários Acadêmicos*, Lisboa, 1930; *Garrett diplomata*, Pôrto, 1932 e *José Clemente Pereira no Arquivo Histórico Militar*, Vila Nova de Famalicão, 1937.

Ega. Ali se conservou até 1807, ano em que se deu a primeira invasão francesa em Portugal.

Faleceu no Rio de Janeiro a 3 de Outubro de 1851.

As suas poesias são, na maioria, de assuntos religiosos.

Segue-se o documento:

SENHOR

Diz Jozé Eloi Ottoni, que achando-se actualmente sem emprego algum, e tendo todas as qualid.<sup>es</sup> necessr.<sup>as</sup> p.<sup>a</sup> bem se empregar no Real Serviço, recorre a V. A. R. pedindo, que por compaixão do Sup.<sup>e</sup>, sua mulher, e filhos se digne promovello ao Posto de Secretario de qualq.<sup>r</sup> Regimento e Provincia, que seja; pois que deste modo se occupa hum Vassallo, que pode ser util ao Estado, desempenhando ao m.<sup>mo</sup> tempo as obrigaçoens do seo Posto, igualm.<sup>e</sup> que as de Pai de Familia.

Pelo que

R. M.

Num papel junto lê-se: «Não tem por ora lugar».

José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru, nasceu na Baía a 16 de Junho de 1756 e formou-se em cânones na Universidade de Coimbra. Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1835.

Em Portugal publicou, em diversas tipografias, a sua obra mais notável *Princípios de direito mercantil e leis da marinha*, 1801-1808, em sete volumes, a que se referem os dois documentos adiante reproduzidos e que é considerada «um monumento extraordinário de erudição jurídica e filosófica, que inscreveu o nome do seu autor no livro de ouro destinado à immortalidade».

No segundo documento alude Silva Lisboa a um *Tratado de economia política*, que tinha concluído, mas que precisava de correcções e aditamentos, só realizáveis, vindo à metrópole para consultar as obras modernas acêrca do assunto.

Diz ter remetido a introdução desta obra, que efectivamente se imprimiu em 1804, na Imprensa Régia, com o título *Princípios de economia política, para servir de introdução à tentativa económica*.

Não sabemos se a sua obra *Estudos do bem comum e economia política*, publicada no Rio de Janeiro em 1819-1820, é, com outro título, aquêlê *Tratado*.

Damos agora lugar aos mencionados documentos:

SENHOR

Diz João Pedro Ladislau de Figrd.<sup>o</sup> como procurador de seu cunhado José da Silva Lisboa Author dos Principios de Direito Mercantil, que como o seu constituinte obteve Graça de V. A. R. p.<sup>a</sup> imprimir os primeiros volumes da sua Obra na Officina Regia Roga a V. A. R. lhe conceda a mesma Graça p.<sup>a</sup> poder não só imprimir o 5.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup> volumes à sua custa em qualquer officina, que lhe for mais conveniente, mais comoda e mais breve; mas tão bem para a reimprimir todas as vezes que quizer, visto a utilidade, que da sua publicação resulta ao Commercio e port.<sup>o</sup>

P. a. V. A. R. lhe queira conceder a dita Graça, ordenando que não só se possa imprimir á sua custa em qualquer Officina os ditos 5.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup> volumes; mas tão bem que da mesma sorte se possa reimprimir toda a Obra as vezes que entender, e lhe parecerem convenientes.

E. R. M.

Tem êste despacho: «Requeira pela Repartição competente».

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ant3nio de Araujo de Azevedo

A honra e mercê com q̃. V. Ex.<sup>ca</sup> se dignou receber os exemplares dos Principios de Direito Mercantil; impõe-me o dever de render-lhe as graças por tão benevolo acolhimento. O favoravel juizo com q̃ V. Ex.<sup>ca</sup> conceitua aquelle trabalho, animando-me ao complemento dos Tratados restantes, acrescenta os motivos para eu accelerar a sua edição.

Mas para isso he necessario hir á C3rte, p.<sup>a</sup> o q̃. obtive Licença Regia; pois estando fora da Europa, preciso de soccorros literarios aqui impraticaveis, para o ultimo e mais importante Tratado de Economia Pol3tica: e posto o tenha concluido segundo a doutrina dos principais classicos, elle todavia exige correcções e additamentos, para sahir quanto me for possivel, ao nivel das luzes actuaes, e do melindre dos tempos.

Por isso remetti p.<sup>a</sup> a Imprensa Regia somente huma Introducção desta Obra; reservando levalla inteira, quando se removerem

as difficuld.<sup>es</sup> da minha situação. Feliz eu hera, se pudesse, quanto antes, beijar as mãos de V. Ex.<sup>ca</sup> e sob seus auspícios contribuir para o progresso da Opulencia Nacional.

A Pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> G.<sup>c</sup> D.<sup>s</sup> m.<sup>s</sup> an.<sup>s</sup> Bahia 3 de Março de 1805.

O mais rev.<sup>e</sup> cr.

*José da Silva Lisboa*

Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido na Baía, a 27 de Abril de 1756 e falecido, em Lisboa, a 23 de Abril de 1815, foi um sábio naturalista.

Doutorou-se em filosofia pela Universidade de Coimbra e foi director do Jardim Botânico da Ajuda.

Em 1783 tomou parte numa viagem científica às diversas províncias do Brasil, que durou cêrca de dez anos.

Deixou numerosos trabalhos manuscritos acêrca desta viagem, alguns dos quais foram, modernamente, impressos. No opúsculo do sr. dr. Fidelino de Figueiredo *Do aspecto científico na Colonização Portuguesa da América*, Lisboa, 1927, estão reünidos muitos subsídios para o conhecimento da biografia e trabalhos científicos de Rodrigues Ferreira.

Em 1842 o ministro brasileiro em Lisboa António de Menezes Vasconcelos de Drummond, em cuja casa Almeida Garrett procurou asilo, em 1844, por ocasião da revolta de Tôrres Novas, tendo tido conhecimento de que em Lisboa existia um neto dêste sábio brasileiro de nome Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira, que era furriel do Batalhão de Sapadores, solicitou, ao Ministério da Guerra, a sua baixa, visto que o culto e benemérito Imperador do Brasil havia resolvido que, em memória do alto merecimento do avô, fôsse educado no Colégio de Pedro II, a fim de seguir uma carreira correspondente ao seu nascimento.

E' o que consta dos seguintes documentos:

Legação Imperial do Brazil

Lisboa 27 de Maio de 1842

Constando a S. M. o Imperador que um Neto do Sabio Brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira fora recolhido por caridade à Caza Pia desta Corte donde sahira para assentar Praça no Bata-

lhão de Sapadores, Houve por bem resolver que, em memoria do alto merecimento do Avô, fosse o Neto remettido para o Rio de Janeiro, afim de ser ali educado no Collegio de Pedro 2.º; e seguir depois uma carreira correspondente ao seu nascimento.

Tenho por isso a honra de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> o obsequio de mandar dar baixa do referido neto de Alexandre Rodrigues Ferreira, de nome Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira, que se acha com Praça de Furriel da 6.<sup>a</sup> companhia do Batalhão de Sapadores, afim de poder partir para o Rio de Janeiro a bordo do navio Resolução, que conta largar até meado da semana proxima, e utilizar a graça que o Imperador se dignou fazer-lhe.

Certo de que V. Ex.<sup>a</sup> terá muita satisfação em contribuir da sua parte para um fim tão digno como é o de proteger o descendente desvalido de um sabio que tanto illustrou este Reino com as suas obras, antecipo os agradecimentos que o Governo Imperial votará por isso a V. Ex.<sup>a</sup>, offerecendo igualmente os meus em particular.

Queira V. Ex.<sup>a</sup> acceital-os e bem assim a segurança da minha mais perfeita estima e subida consideração.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Duque da Terceira

*Ant.<sup>o</sup> de Men.<sup>es</sup> Vas.<sup>cos</sup> de Drummond.*

Ministério da Guerra

1.<sup>a</sup> Direcção — 1.<sup>a</sup> Repartição

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Sua Excellencia o Ministro da Guerra encarrega-me de dizer a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> queira expedir as ordens necessárias para que immediatamente tenha baixa o Furriel da 6.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão de Sapadores Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira, devendo ser mandado apresentar ao Ministro de Sua Magestade o Imperador do Brasil nesta Corte, afim de seguir viagem para o Rio de Janeiro a bordo do navio Resolução, afim de receber huma graça de Sua Magestade Imperial.

D.<sup>s</sup> G.<sup>de</sup> a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> Secretaria da Guerra 31 de Maio de 1842

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Com.<sup>te</sup> Geral Intr.<sup>o</sup> do Corpo d'Eng.<sup>os</sup>

*A. M. Guilh.<sup>e</sup> Ferreri*

Chefe Intr.<sup>o</sup> da 1.<sup>a</sup> Direcção.



José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos a 13 de Junho de 1765. Concluiu, no Brasil, os seus primeiros estudos. Depois seguiu, na Universidade de Coimbra, as faculdades de filosofia e direito. Recebeu uma pensão para se aperfeiçoar, no estrangeiro, em história natural e metalurgia. Ali se conservou durante dez anos. De volta foi nomeado Intendente Geral das Minas e Lente da cadeira de metalurgia e geognosia na Universidade de Coimbra. Em 1808, durante a época das invasões francesas, alistou-se, com o seu patricio José Clemente Pereira, no Batalhão Académico, onde foi major e tenente-coronel (1). Em 1819 voltou ao Brasil. Ali concorreu, em 1822, com seus irmãos e outros patriotas, para a Independência deste grande país. Durante o Império foi ministro e deputado. Desterrado, para o estrangeiro, por motivos políticos, regressou à sua pátria em 1829 e faleceu em Niterói a 6 de Abril de 1838. De entre os seus autógrafos, existentes no Arquivo Histórico Militar, escolhemos o que vai a seguir, em que se refere à sua viagem de instrução:

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Representa a V. Ex.<sup>a</sup> o Intendente Geral das minas e metaes do Reino, que tendo deixado na mão do Enviado; e Ministro Plenipotenciario Portuguez em Viena no anno de 1795 varias caixas de mineraes, que recolhera e comprara no decurso da sua viagem montanistica pela Bohemia, Hungria, Banato e Transilvania, para que, segundo as Ordens da Corte; as fizesse enviar à Lisboa, o d.<sup>to</sup> Enviado as remettera com effeito à Trieste ao Consul Portuguez, onde ficaraõ demoradas por longo tempo.

Dezejando saber o supp.<sup>e</sup> os motivos de taó comprida demora, e onde paravão por fim taes caixas, rogou a V. Ex.<sup>a</sup> em 1805. quizesse saber do Consul de Trieste o estado deste negocio; e em 1806, tendo já V. Ex.<sup>a</sup> obtido as informações pedidas, lhe forão estas benignamente participadas. Então he q. pode saber, que seis caixas tinhão vindo no Bergantim Imperial o *Leonidas*, chegado à

---

(1) Vide o nosso artigo publicado na revista *Brasilia*, Coimbra, 1942, sob o título « José Bonifácio de Andrada e Silva, major, tenente-coronel e comandante do Corpo Militar Académico em 1809-1810 », pág. 233 a 244 e o nosso discurso pronunciado, em 1941, na Academia das Ciências de Lisboa, « José Bonifácio de Andrada e Silva, militar », Lisboa, 1942.

Lisboa em 10 de Maio de 1802, das quais, só duas entrarão na Alfandega, e quatro não se sabe onde porem; e que em 11 de Julho de 1803 vieraó quatro no Bergantim Imperial *Tantalo*, q. também não entraraó na Alfandega.

Rogou a V. Ex.<sup>a</sup> então o supp.<sup>e</sup> quizesse fazer-lhe a mercê de as mandar descobrir, e entregar: mas infelizmente ate a chegada do supp.<sup>e</sup> à Lisboa nos fins de Maio do presente anno nada se pode conseguir; e só em Lisboa, depois de muita diligencia e pesquisas, soube que as quatro caixas ultimas vindas em 1803 forão mandadas para a *Trafaria*, e q. as duas que tinham entrado na Alfandega em 1802, forão compradas, hua por Pedro de Sousa morador na Rua direita de S. Paulo, q. pede agora por ella 12800.<sup>rs</sup>, e a outra por hum Victorino, mercador de ferragem, q. mora defronte da conceição nova, o q.<sup>1</sup> quer por ella 15 moedas, tendo ambos comprado-as por hua insignificante bagatella: espantado o supp.<sup>e</sup> de se ver, sem culpa, ou consentimento seo, esbulhado da sua propriedade, por unica consolação soube que forão arrematadas na Alfandega, na conformidade de hua ordem que baixara à mesma, para q. se arrematassem os generos, q. não tivessem dono conhecido, e q. estivessem demorados por mais de tres annos na Alfandega: quaesquer q. fossem os motivos de tal Ordem, de certo não devia ella aplicar-se às caixas de mineraes do supp.<sup>e</sup>: 1.<sup>o</sup> porq. abrindo-se as caixas na Alfandega, no reverso da taboa superior vinha o nome do dono, à q.<sup>m</sup> pertencião: 2.<sup>o</sup> porq. objectos de estudo e de instrução publica não são objectos de commercio e de arrematação: 3.<sup>o</sup> porq. q.<sup>do</sup> não se soubesse o dono, caso negado, então se deverião recolher pelo menos no Museu Real da Ajuda. 4.<sup>o</sup> porq. as d.<sup>tas</sup> caixas erão remetidas ministerialm.<sup>te</sup> pelo Consul de Trieste em nome do Soberano, sem q. ao dono tivessem vindo os conhecim.<sup>tos</sup> com os quaes pudesse despachalas, môrm.<sup>te</sup> ignorando elle na Provincia, onde se achava occupado no Real Serviço, a chegada de taes caixas.

Hê duro, Ex.<sup>mo</sup> Snr. para não dizer mais, perder sem culpa propria tantos e tão interessantes mineraes adquiridos em longas viagens com m.<sup>to</sup> trabalho, despezas, e disvellos; e isto àpezar da via, e Real nome que os garantia: hê duro ficar por tão singular e inaudito modo hua precioza Collecção mineralogica com a irremediavel Lacuna de taes, e tão indispensaveis mineraes, q. servem na Universidade p.<sup>a</sup> o uso da cadeira de Metallurgia, e p.<sup>a</sup> a instrução

da mocidade Academica. Acresce a tudo isto, q. na caixa vendida ao *Mercador de Ferragem* Victorino, vem varios livros Allemães de Metallurgia, e todos os instrumentos de Geometria subterranea, q. são indispensaveis ao supp.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> o exercicio do seo cargo.

A vista do exposto pede sobremaneira o supp.<sup>te</sup>, q. S. A. R. se digne mandar, que as caixas arrematadas lhe sejam entregues, como hê de justiça, restituindo-se aos arrematantes o preço que por ellas derão; como tambem as que forão p.<sup>a</sup> a *Trafaria*; e q. V. Ex.<sup>a</sup> queira dar as providencias necessarias, p.<sup>a</sup> q. se descubrao as outras quatro, que provavelm.<sup>te</sup> se encontrarao ou no Porto franco, ou na mão do Negociante, a q.<sup>m</sup> veio consignado o Bergantim *Leonidas*, cap.<sup>m</sup> Niculáo Pachiesi, que talvez seja o Provedor do seguro, Francisco Manuel Calvet, que poderá aclarar a materia.

D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> m.<sup>tos</sup> a.<sup>s</sup> Lisboa 15 de Agosto de 1807

De V. Ex.<sup>a</sup>

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Antonio  
de Araujo de Azevedo,

Att.<sup>o</sup> ven.<sup>or</sup> Subd.<sup>to</sup> e cr.<sup>o</sup> obr.<sup>mo</sup>

*Dr. Joze Bonifacio de Andr.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup>*

O sábio franciscano Frei José Mariano da Conceição Vellozo nasceu na Vila de S. José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes (Minas Geraes), em 1742. Veio para Portugal com o vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e Sousa. Em Lisboa foi director da Tipografia do Arco do Cego e, depois, da Impressão Régia. Partiu para o Brasil, em 1807, com a Família Real e faleceu a 14 de Julho de 1811. São notáveis os seus trabalhos sobre botânica, principalmente a grande *Florae fluminensis*, cujo manuscrito, em onze volumes, se conserva na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, ao qual aludem os seguintes documentos:

Constando que no Real Jardim Botânico se achão os onze volumes da *Florae fluminensis* compostos pelo Padre Mestre Frei Jozé Marianno da Conceição Vellozo. He S. A. R. Servido que V. M.<sup>e</sup> os mande conduzir para esta Secretaria de Estado, afim de serem daqui remettidos para a Corte do Rio de Janeiro em conformidade das Ordens do mesmo Senhor.

Deos g.<sup>e</sup> a V. M.<sup>e</sup> Palacio do Gov.<sup>o</sup> em 23 de Outubro 1811.

S.<sup>r</sup> D.<sup>or</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira.

*D. Miguel Pr.<sup>a</sup> Forjaz.*

---

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Conde de Redondo

Pela carta inclusa remetida a 23 do corrente ao Ex-Administrador do Real Museu e Jardim Botânico o Dr. Alexandre Ferreira, pelo Ex.<sup>mo</sup> D. Miguel Pereira Forjaz, e não a V. Ex.<sup>cia</sup> como Inspector Geral dos mesmos Estabelecim.<sup>tos</sup>, nem ao menos a mim como actual Administrador delles, verá V. Ex.<sup>cia</sup>, que eu tenho toda a razão de nada cumprir sem ordem de V. Ex.<sup>cia</sup>, a quem penso que legitim.<sup>te</sup> semelhante carta devia primariam.<sup>te</sup> ser dirigida p.<sup>a</sup> por mim depois ser o objecto della executado, e entregar os volumes da *Florae fluminensis*, que na realid.<sup>e</sup> se achão no Museu.

V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> determinará o q̄ for servido.

Lisboa 29 de Outubro de 1811.

*Felix de Avelar Brotero.*

Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Havendo os Governadores do Reino de Portugal, e Algarves, participado no Officio N.<sup>o</sup> 432, que em cumprimento das Reaes Ordens, remettião com direcção ao Director da Imprensa Regia, Joseph Bernardes de Castro, varios effeitos pertencentes ao falecido Padre Frei Joseph Marianno da Conceição Vellozo, como também a sua *Florae fluminensis* pelo qual se recebo o mencionado Officio, os effeitos referidos, não apparecerão, dizendo o Capitão, que provavelmente estas encommendas serão incluídas nas que ahi ficarão em razão da sahida apressada do mesmo navio: Portanto Manda S. A. R. prevenir disto aos Governadores do Reyno para sua devida intelligencia. Pelo que respeita aos Prelos da Officina do Arco do Cego, que os Governadores informarão no citado officio, que se acharão encorporados na Impressão Regia dessa Corte, Determina S. A. R. que as Matrizes denominadas de Pitil, Canon, Entreduo, Breviario, baixo e Parangona, redondo, e grifo, venhão remetidas para esta Corte, dirigidas ao dito Joseph Bernardes de Castro, vindo as mesmas Matrizes acompanhadas dos correspondentes moldes; e quando aconteça não haver as Matrizes, deverão em tal caso vir os Typos. O que V. Ex.<sup>a</sup> fará constar aos mais Governadores para que assim o fação executar.

Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1812. *Conde das Galveas.*

Sr. Patriarcha Eleito de Lisboa.

Acuzo a recepção do Officio datado de 11 de Dezembro do anno passado, que V. S.<sup>a</sup> dirigio ao falecido Ministro, e Secretario de Estado, Conde de Linhares, e fico na intelligência de que, na conformidade das ordens, que a esse respeito recebeu, estavam já embarcados abordo do Bergantim Bom Successo hum Bahu, e dous Caixotes com effeitos que pertencerão ao P.<sup>c</sup> Mestre Frei Mariano Velozo, como V. S.<sup>a</sup> nelle participa.

Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1812. *Conde das Galveas.*

Snr. D. Miguel Pereira Forjaz.

Da carreira militar de Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, em Portugal, constam alguns elementos dos documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Militar.

Fêz, primeiro, serviço na marinha donde passou ao Real Corpo de Engenheiros em 1.<sup>o</sup> tenente e quatro meses depois, em 1 de Julho de 1808, era promovido a capitão.

Foi nomeado lente de matemática na Academia de Marinha. Desempenhou uma comissão de serviço na península ao sul do Tejo, em Setúbal e Almada; procedeu a reconhecimentos de outros lugares e portos e exerceu o comando militar do pôrto de Almada em 17 de Janeiro de 1810. Atingiu o pôsto de major. Em 1823 regressou à sua pátria, onde foi uma figura proeminente na política. Nasceu no Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1769 e faleceu em 11 de Setembro de 1846.

Aqui concluem as nossas notas a propósito de alguns documentos inéditos que se conservam no Arquivo Histórico Militar, que julgamos terem algum interesse por dizerem respeito a notáveis figuras brasileiras, cujas glórias partilhamos.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Coronel de Artilharia

Director do Arquivo Histórico Militar.

# JUVENTUDES

*Discurso em verso, proferido por Antônio  
Corrêa de Oliveira, na festa escolar do  
Liceu de Martins Sarmiento em Guima-  
rães, no dia 13 de Março de 1942.*

Ó clara, doce, boa *Juventude*  
Que chamaste por mim...

Pois Deus te mande o sol a dar saúde  
Na fôrça, audácia, esplêndida virtude  
De horizontes sem fim.

Sempre em mais vivo, lúcido recado,  
Que Deus te dê ao sangue português  
(Ao sangue de Quem És  
Por tantas gerações...)  
O fremir desta serra em ar lavado:  
Êste cício etéreo onde há, talvez,  
O rumor de trovões  
Diluído na esparsa melodia  
De quanto rouxinol ou cotovia  
«Filmou» seus cantos no «sonoro» alado  
Do ar cantado.

Olhai que são imagens de poesia...

Mas, eu creio, de resto,  
Que, em místico mistério, — além de nós,  
Onde a infinita vida é tóda em acto, —  
Não há a voz dum gesto  
Nem um gesto de voz  
Dos quais não fique, oculto ou manifesto,  
O perpétuo retrato...

Alma sã, corpo sã,  
Sê forte e alegre, ó Juventude! como  
Os pâmpanos, as rosas, os trigais,  
Juventudes, também, do pátrio Chão  
Que Deus criou e deu a nossos Pais.

E a lusitana Raça,  
Quando em ti se reveja, ao sol sorria,  
Dizendo: — «Andaram séculos... E a graça  
Com que parece que por mim não passa  
A efémera velhice dum só dia!»



Agora, Amigos, perdão  
Se falo em verso... Presumo  
Ser tal o meu coração  
Como as chamas: onde estão  
Enchem a casa de fumo.

Verso, é fumo, quando eu canto;  
«Lume de palha», ao ser meu;  
Fogo que na terra ardeu,  
Desfeito em cinzas. No entanto...  
O fumo procura o céu.

E, sendo em verso o que eu digo,  
Dou-te o melhor dos meus bens:  
Não pudera ser contigo  
Mais eu próprio, mais amigo,  
Cidade de Guimarães!

Se em verso falo outra vez  
É natural simpatia  
Pelos sítios onde, um dia,  
Nasce o Reino Português,  
Gémeo da Lusa Poesia.

Tôda a Nação foi menina;  
As línguas foram crianças;

— Já com Teresa «Regina»,  
A Nobre Língua Latina  
Aqui andava de esp'ranças.

Sim! a fala de Vergílio  
Em Portugal deu à luz  
O maior verbo de idílio,  
Ou de epopeia, ou concílio  
E prêgação de Jesus.

Língua, e Espada: eis a batalha,  
Tempo além, sempre em algures,  
Desde ameias de muralha  
Ao ramo, se um ramo esgalha  
O trovador Goesto Anures.

Assim (ventura é dizê-lo!)  
Par a par verso e venábulo  
Fazem um Reino tão belo:  
No chão mais alto castelo?  
Na ementa, mais um vocábulo!

Mais escampado ou montanha  
Arrancado ao Moiro e, assim,  
Província arrancada à Espanha?  
Mais uma lauda estremenha,  
Arramadinha ao latim!

Mais outra nau que, primeiro,  
Longínquas terras lobriga  
Nos cafuns do nevoeiro?  
Mais um luso cancioneiro,  
Uma saúdosa cantiga!

Mais Índias, Ásia, Padrões,  
Sob estrêlas às miríadas?  
Mais oitavas de Camões...  
E o Brasil, entre as Nações,  
Continuando os Lusíadas.



Tôdas as Raças são mães;  
Todo o berço é pequenino,  
Mesmo o de Cristo divino...  
— Ó berço de Guimarães  
No lusitano Destino!

Guimarães a quem não falta  
O tempo, como costuma,  
Ora de pedra, ora espuma:  
Cidade, Tôrre Mais Alta,  
Convento de Dona Muma!

Verde moitão de cristêlo,  
Rebatido a pedra e trave:  
Tão alto, airoso e tão grave,  
Que, em noites de sete-estrêlo,  
*Via o mar*, sonhando a nave...

Embalaste, em pátria humana,  
Portugal de amor e fé;  
E Maria Lusitana  
Teve em ti, humilde e ufana,  
A casa de Nazaré.

Mas Portugal, em seu todo  
E figura de alma e chão  
A fôrça de ser cristão  
Foi Cristo, quanto, a algum modo,  
Pode sê-lo uma Nação:

Primeiro, sai a terreiro;  
Depois, as proas ao mar;  
Por fim, no chão brasileiro,  
Deitando amarra ao Cruzeiro...  
O berço volta a embalar!

Guimarães: se tu não fôras,  
O Império não mais seria;  
Relógio, história das horas:

Sem a da aurora, as auroras  
Não chegam ao meio-dia.

Cidade em vida infinita  
Por outros céus, outro solo...  
— Ó Madre Lusa, bemdita!  
Sempre mais nova e bonita,  
Com duas pátrias ao colo!

Bemdita sejas, bemdita!



Ah, Juventude! mas, reparo, agora,  
Que, som a som, pela palavra em fora,  
Já de ti me perdia.

Depois, e tu bem vês! não é dos vélhos  
(Frias imagens como a dos espelhos)  
Que se espera a poesia.

A ti ela pertence, ó gente moça!  
Em tudo onde é que fôr (de Cristo e nossa)  
Cális das almas transbordando Altura.

Poesia, é o Sonho preparando a Acção.

Acção, é o credo professado, quando  
— Lavrando, martelando ou estudando, —  
És a esp'rança cristã que se desdobra;

És pensamento que se faz palavra,  
Palavra que doutrina, ou forja, ou lava,  
Já Catecismo prolongado em obra.

Ó Juventude (ou, antes, Juventudes,  
Juntando em ramo tôdas as virtudes)  
Pois que sois vós, ó Juventudes?... Isto:

O Místico Sinal de Jesus Cristo,  
Tornado mão e fronte  
E peito sem temor,  
Para ser feito e visto  
(O Místico Sinal de Jesus Cristo)  
De horizonte a horizonte,  
Ao sol, ao vento, ao mar, à terra em flor.

Como as fôlhas da palma  
Unindo ao mesmo tronco ou haste-mãe,  
Por vários nomes, mas numa só alma,  
Vós sois os *Evangelhos* em volume;  
Porém, não só doutrina em quêdo Bem:  
Pois logo se lhes seguem, vindo a lume,  
Os *Actos dos Apóstolos* também.

Postulantes vós sois a humilde agrado,  
Já dando, por ardente e afoito excesso,  
Quanto esperais em Deus vos seja dado!

Sacerdócio sem Ordens, mas, professo  
Na Bem-andante Regra do Regresso  
A Deus, à Pátria, ao Lar abençoado.

Nas cinco letras em agudo e eufónico  
Acentuar do vosso breve nome  
De vários, sim, mas conjugado aspecto,  
Há todo um alfabeto  
De ilimite católico  
Para quem *oiça*: para quem o tome  
Como expressão e acção da vida inteira:

Esta é a «letra agrária»: a que, primeira,  
Acode ao doce pão,  
Não só da nossa humana e rude fome  
Tão igual à da fera,  
Mas também à do Céu  
A que Jesus se deu  
Em viva Comunhão.

Depois, aberta em Ó, eis a que opera  
No tear, na bigorna,  
No duro labutar que, de era em era,  
Nos deu o tecto, o barco, a catedral,  
Enfim, as mil e uma  
Amigas coisas onde a vida arruma  
Artes e officios pelos quais nos torna  
Mais belo o mundo, mais ligeiro o mal.

Também a que se diz «independente»  
E que não menos apregoa e ensina  
Quanto a infeliz ou fortunada gente  
Depende inteiramente e eternamente  
Da Providência e protecção divina.

Mas, sobremodo, — agora, aqui, — é esta  
A Juventude em festa:  
A da «letra escolar»...

Os bravos estudantes!

Os que hão-de ser doutôres,  
Marinheiros do mar  
Ou amoráveis, sábios lavradores,  
Pois tudo é larga vida a arrotear.

Os bravos estudantes!

Os novos comungantes  
Do Livro e da Lição  
Que Deus lhes mandou dar  
E, no seu tanto e modo, também são  
A inteligência em pão,  
Ciência em cális de oiro e elevação  
Sôbre a mesa de altar.

Os bravos estudantes!

Seguindo os nossos trilhos,  
Talvez (e queira-o Deus!) para maiores  
Aléns de aventureiros caminhantes.

Amigos meus, olhai: os *nossos* filhos!  
Nossos dias de sol por entre flores,  
Nossas noites de inverno ao pé do lar.

Amigos meus, olhai: os nossos filhos!  
Nossa esp'rança e salidade  
Da própria mocidade  
E do que fomos (ou não fomos...) dantes,  
Quando também andamos a estudar.

Filhos do nosso amor! E do amor vosso,  
Ó doces Mestres que também sois pais  
A acudir-lhes ao íntimo alvoroço  
Do seu olhar interrogante e aberto:  
E que os encheis de dons espirituais  
Valendo tanto (às vezes até mais!)  
Como o Sangue ou a Herança ao tempo incerto...

Eu vos saúdo, a vós que me escutais  
E sacerdotes sois, levando os dias,  
Nas vossas penas, vossas alegrias,  
A acalantar, guiar  
O canto e vôo de tantas cotovias  
Ou rouxinóis, ou melindrosas rôlas  
Que tentam asas para bem voar.

Depois, — é ver! — são estas as Escolas  
Semelhantes a um lago abrindo ao meio  
Do Humano Estudo:  
Entre o que pode ser  
O «saber tudo»  
Ou o «nada saber».

Se não param à beira da nascente  
Do Primeiro Ensinar,

Tôda a água corrente,  
Ou rio, ou fonte, ou pequenino veio,  
Aqui virá passar:

Para, depois, — já trasbordando em onda, —  
Ir, foz além, translúcida e redonda,  
Juntar-se ao fundo «universante» mar.



Mas... Eu não vim contar as ondas! Pronto!

Nem mais um verso, pois é já sem conto  
Êste vago infinito  
Das coisas belas que... *não tenho dito.*

Porém, — como dos vélhos  
É derradeira palma  
Lembrar saúdades, dilatar conselhos...

Ó meus rapazes! eu direi ainda:

A mocidade passa, mas... não finda!

É luz que sempre fica a arder na gente:  
Qual ela foi, seremos. Feia? ou linda?  
— Tal aurora, tal poente.

Fervor não é cachão em tanto acima  
Que o próprio lume apaga onde se entorna...  
Depois da vinha vindimada, a dorna  
Não retorna à vindima.

A vida, — a exacta vida! — em seus reveses  
De saúde, de tempo ou vãos amores,  
Mal obedece ao «Padre Nosso»: às vezes.  
Não mais perdoa aos loucos devedores.

Se a tristeza algum dia te ensombrar,  
Deixa-a passar... Sê como o rouxinol,  
Que, vem a noite? espera pelo sol,  
A cantar, a rezar.

Sê manso e humilde, e cheio de carinhos,  
Mesmo se acaso os não tiveres. Olha:  
A rosa, se ao mau vento se desfolha,  
Brandas fôlhas semeia e não espinhos.

Amando aos mais, teu moço coração  
A Cristo imite, que não tem segundo,  
E, de menino, já trazia o mundo  
Sôbre a palma da mão.

Se és liso em tí, não penses mal da gente:  
Por boa a tem. Quem muito desconfia  
Das coisas e das almas que Deus cria,  
Não é bom crente.

Não digas mal por mal dizeres. Vê:  
O «dizer mal» é um rio ao pé da foz:  
Lá vai ao mar! Mas, ergue-se a maré  
Do amargo sal, voltando contra nós.

Se não és alto, por vaidades fátuas  
Não tentes rebaixar a altura aos mais:  
Não atires pedradas às estátuas  
Só porque as pedras vão... onde não vais.

Não simpatizas, por feitio oposto?  
Sim... Mas sê justo com a obra alheia.  
Por não gostar de mel, não hei-de, a gosto,  
Destruir a colmeia.

Na Obediência, quantas coisas grandes!  
E é cruz, o leme. Mas, se houver de ser...  
Só quando o Sacrifício, Amor, Dever,  
Te mandarem que Mandes.

— «Amar a Deus» — Eis tudo. Dum em um,  
Muito mandam o Rei, o Fogo, o Vento,  
Alto Senhor do Exército... Nenhum  
Manda mais que o «Primeiro Mandamento».

Depois de Deus, os Pais. Louvado seja!  
Amor a Deus, veneração paterna  
Parentes são; mas podem ir à igreja!  
Cristo lhes deu uma dispensa eterna.

Ama, de sempre (fôsse como fôsse!)  
A casa onde nasceste, a mais pobrinha;  
Só à «Porta do Céu», na «Ladaíña»,  
Pode haver um bater mais brando e doce.

Ama a Nação. Decerto! É natural  
Mesmo aos leões ou aves, terra em fora;  
— Mas, que Altura de Amor será, agora,  
Quando a Pátria se chama Portugal?!

Sim! que Altura de Amor? qual a medida,  
Nem a menos, nem mais? Que direi eu?  
— Amor tão grande como a nossa vida  
Que, além da terra, dará volta ao Céu;

Amor tão grande... Do tamanho dela,  
Desde o *Cabo da Roca* onde se fia  
A pátria em cuja teia de algum dia  
A lançadeira andou de mar a estrêla!

Ó gentes moças que Jesus proteja:  
A vossa Pátria amai de Aquém e Além;  
E assim, a Acção, católica de Igreja,  
De pátria o seja, universal também.

Amái-a em tal amor tam puro e ardente  
Qual outro igual jamais se tenha visto.  
Amái-a no Passado e no Presente,  
Para o Futuro pertencer a Cristo.



Amái-a nos seus Santos, seus Heróis ;  
E em Quem, nos dias de hoje, a foi buscar  
À perdição, lá no fundo, e que, depois,  
A ergueu, tão digna, ao nosso próprio olhar!

Que Portugal renasça a todo instante  
Em vós, como em fiel, natal Presepe:  
Salvo, por Deus e Lar, da louca, hiante,  
Horrenda tentação da horrenda Estepe.

Rogai a paz, joelhos ajoelhados ;  
Mas, se a guerra vier por culpa alheia...  
— Serra da Estrêla, eh lá! Ó Maré-cheia  
Das Armas e Barões assinalados!

Ó Juventude, sim! Cristã e bela,  
O Arado sê, a Forja, o Estudo, o Ensino;  
Ensina a Pátria por Amor Divino:

E as pátrias venham aprender com ela!



Agora, adeus, amigos meus. A Deus  
Eu o deixo convosco, o Eterno Amigo.  
Mas, por mim lhe pedi, que sou o adeus...  
E também vá comigo.

Comigo veio já. O tempo? o espaço?  
Que são, por Deus, as horas e o caminho?  
Isto que foi: num só estreito abraço,  
Guimarães e Belinho!

1942.

ANTÓNIO CORRÊA DE OLIVEIRA.

# A Memória de Ramalho

A recente passagem do 26.º aniversário da morte do autor das *Farpas* convida-nos a evocar a figura gigantesca de um panfletário que tão alto levantou a dignidade de escrever prosa em Portugal.

Morreu quasi octogenário êsse português de boa gema, meio soldado e meio frade — como a si mesmo se definia — que as nossas letras registam com o nome de Ramalho Ortigão. Mas se não pudera a idade alquebrar-lhe o porte másculo, aniquilando o esplendor daquela *Ramalhahal* figura celebrada por *Fradique*, tampouco havia logrado macular-lhe a mocidade do espírito, sempre lúcido e atento aos ditames da Inteligência.

Do glorioso autor da *Holanda* diremos, com inteira verdade, que atingiu os oitenta anos sem que tivesse envelhecido, podendo explicar-se o milagre pelas próprias palavras do escritor, para quem envelhecer não era mais do que « acharmo-nos no mundo sem uma missão que cumprir ». No seu conceito profundo, todo o espírito que se encontrasse em condições semelhantes entrava no período senil, e, por muito superior que até ali se tivesse mostrado, só lhe restava, a partir dessa hora funesta, desaparecer pela morte, ou ver-se transformado, por decadência, num lamentável embaraço para a sociedade em que podia actuar.

Não foi êste, certamente, o caso de Ramalho Ortigão, caso digno de ser lembrado e meditado pelas gerações que se sucederam àquela de quem o panfletário afirmou que não se batia já « pelo perecível prestígio da sua dama mas pela beleza imortal da sua convicção ». As posições que assumiu nas duas fases da sua vida mental corresponderam, inteiramente, à missão reformadora que as circunstâncias lhe impunham: foi, na primeira, demolidor; na segunda, reconstruiu com admirável compreensão dos excessos que cometera e com perfeito conhecimento da ordem nova que alvorecia.

A personalidade poderosa do polemista, que no meio rotineiro do Constitucionalismo assumia as proporções escandalosas de um *fenómeno*, fôra talhada por forma a não se ajustar aos moldes absurdos e acanhados da igualdade revolucionária. Nesse formidável fundibulário encarnavam,

ao mesmo tempo, a vítima e o algoz de uma sociedade que êle se esforçava por corrigir, a golpes de audácia e de sarcasmo, dos vícios e erros que a deformavam, conjuntamente se empenhando em alargar os horizontes do Espírito, limitados e deformados pelas superstições individualistas.

É certo que por longos anos sacrificou aos mitos cujo domínio perverteu as inteligências no decurso do século passado, sendo evidente, em muitas páginas das *Farpas*, o reflexo dos preconceitos que haviam de escravizá-lo, como, por exemplo, os que se referiam à credulidade científica, à falsa religião do laboratório, ao laicismo, ao anti-jesuitismo, à liberdade de consciência, ao progresso indefinido, à evolução, ao pacifismo, etc. No próprio tumultuar dessa campanha se revela, porém, a elevação intelectual do escritor, que em numerosos passos nos deixou amplamente documentada a penetração do seu génio crítico e a superioridade com que se antecipou, muitas vezes, a proclamar o pensamento renovador que, das ruínas amontoadas por cem anos de liberalismo, havia de preparar a reconstrução do edifício nacional. Se atentarmos em certas afirmações formuladas nas páginas das *Farpas*, logo nos convenceremos — como já tentei demonstrá-lo num livro que publiquei com o título de *No sãguão do Liberalismo* — que o panfletário arremetia contra os sofismas grosseiros que encobriam a verdadeira fisionomia da Nação, e não contra os elementos fundamentais da ordem tradicional.

Ramalho soube cumprir a sua missão, ao arrostar com independência e rara saúde mental contra tantos preconceitos políticos e sociais do seu tempo. Mas soube cumpri-la, também, quando as últimas ilusões se desvaneceram no seu espírito gentilíssimo.

À clara lição da experiência e à voz oculta dos seus mortos, cujas raízes mergulhavam bem fundo na terra portuguesa, deveria Ramalho a libertação mental que o levou a romper decididamente com as miragens sedutoras da mocidade, reconduzindo-o contrito e enternecido à lareira acolhedora da Raça. Quási aos oitenta anos, mas sempre moço no espírito, concluía pelas verdades tradicionais, pelas verdades nacionalistas. Aí estão a testemunhá-lo os seus escritos recolhidos nas *Últimas Farpas*, onde se encontra a célebre *Carta de um velho a um novo*, carta que deve ser considerada como testamento político do autor.

Nela confessava com desassombro que a orientação mental da mocidade dêsse tempo, de há uns vinte e cinco anos atrás, comparada à dos rapazes da sua época, estabelecia entre as respectivas cerebrações uma diferença que deslocava « o eixo do respeito na sociedade em que vive-

mos, obrigando a *élite* dos vèlhos a inclinar-se rendidamente perante a *élite* dos novos». Nela classificava já a Revolução Francesa de *supersticiosa lenda*, e se referia com o merecido desprezo àquela «estafada, ensangüentada e enlameada *declaração dos direitos do homem*. Aí reconhecia que «quebrámos estouvadamente o fio da nossa missão histórica», desmoralizando-nos, enxovalhando-nos, desportuguesando-nos. E acrescentava que, pelos processos em que vivíamos, nos fomos sucessivamente desenraizando do torrão paterno, retrogradando da ordem ascendente e lógica da evolução social, «princiando por substituir o interêsse da pátria pelo interêsse do partido, depois o interêsse do partido pelo interêsse do grupo e por fim o interêsse do grupo pelo interêsse individual de cada um».

Ramalho não assistiu indiferente, como tantos assistiram, aos ensinamentos da experiência, que foi larga e proveitosa. No evolucionar do seu pensamento, seguiu mais além do que outros *Vencidos da Vida*, concluindo com segurança e não hesitando em erguer com coragem moral, como disse António Sardinha, «os emblemas augustos do arrependimento e da ressurreição».

Porque soube vencer-se a si próprio, se transformou Ramalho Ortigão num *Vencedor da Vida*, nunca se encontrando no mundo *sem uma missão que cumprir*. E, por isso mesmo, ainda, o grande escritor morreu octogenário em plena mocidade espiritual.

Outubro de 1941.

FERNANDO CAMPOS.

---

## AINDA TIMOR

Os maus exemplos tem sempre seguidores. E, assim, quando tudo parecia encaminhar-se para a boa solução do lamentável incidente de Timor, novo ataque foi praticado contra a nossa soberania, desta vez por tropas japonesas.

Como disse Salazar: — «E' lamentável que novas violências escusadas caiam sôbre o mundo tão cansado delas e se teime em demandar a justiça através dos direitos soberanos, cuja legitimidade se não pensa contestar.»

Em verdade «nem a declaração de amigáveis sentimentos para connosco e dos seus propósitos de abandonar Timor pode fazer calar o nosso protesto e abafar a nossa mágua.»

# Conselheiro Fernando de Sousa

**F**OI com uma forte emoção que recebi a notícia do falecimento do Conselheiro Fernando de Sousa.

Em tôdas as esferas da sua admirável e prodigiosa actividade, destacante lugar occupou o Conselheiro Fernando de Sousa, que deixa na imprensa portugueza uma lacuna difficil de preencher.

Pela sua rija tempera de lutador foi alvo de muitos ataques e até de variadíssimos insultos, a que sempre resistiu o seu forte arcaboço intellectual e moral e acima dos quais a sua figura sempre se impôs com a dignidade do homem que passou a vida a lutar por Deus, pela Pátria e pelo Rei.

Na campanha contra a maçonaria, occupou o Conselheiro Fernando de Sousa um lugar de particularíssimo relêvo.

Os jornais que superiormente dirigiu foram sempre votados ao serviço de altos e nobres ideais, como a sua vida foi um nobilíssimo exemplo de amor a Deus e de amor à Pátria, a sua pena e a sua palavra, constantemente iluminadas por uma fé ardente, um só momento deixaram de falar a *linguagem da verdade* que se ouvia alto e era escutada com atenção e com carinho.

E, assim, em redor da *Época* e de *A Voz* — e dêstes falo porque são estes os do meu tempo, — grande corrente de simpatia se criou, enorme número de dedicações se firmaram e que tantas vezes postas à prova deram, certamente, ao Conselheiro Fernando de Sousa forte motivo da mais íntima consolação.

Quando em Fevereiro de 1927 os estudantes da Universidade de Coimbra, com os do Pôrto e os de Lisboa, numa manifestação que marcou o *pensar* e o *querer* da minha movimentada geração académica, gritaram alto a «guerra sem tréguas à maçonaria», — recordo-me como se fôra hoje, — recebeu o Conselheiro Fernando de Sousa, na redacção de *A Voz*, a homenagem vibrante e quente dêsse punhado de rapazes que com elevação e desassombro levaram ao Governo da Nação *o seu patriotismo sobranceiro a paixões sectárias, o vivo interêsse pelo futuro do país, pela sua prosperidade, pela dignidade do seu viver.*

Prestaram, assim, os estudantes do meu tempo à figura prestigiosa do Conselheiro Fernando de Sousa, num acto de inteira justiça, uma homenagem que bem significou a mais franca e plena adesão à campanha anti-maçónica que absorveu grande parte da sua vida de combatente e de jornalista.

E, ao recordar essa nobre atitudè da geração académica a que pertenci, mais razão tenho para chorar a morte do Conselheiro Fernando de Sousa que em tudo foi grande: — na vida, no trabalho, no jornalismo, em qualquer campo de acção que encarada seja a sua nobre e prodigiosa actividade.

Na coerência da acção e do pensamento, pode o Conselheiro Fernando de Sousa ser apontado como um dos mais nobres exemplos e isso lhe dava, a par duma enorme autoridade, a fôrça moral de que carecem os combatentes, a disciplina de atitudes que sempre constituiu a barreira forte de encontro à qual sistemáticamente se desfizeram as arremetidas das seitas e dos grupelhos que o tomaram como alvo dos seus ataques.

Foi grande em extensão e profundidade a acção e a obra do Conselheiro Fernando de Sousa.

Acção eminentemente construtiva, obra estruturalmente educadora, bem pode dizer-se que a sua acção e a sua obra sempre e através de tudo revelaram o jornalista católico e o homem católico traduzindo na beleza das suas atitudes o alto ideal que na vida serviu.

Nas colunas dos jornais, nas tribunas, como nos círculos católicos e no parlamento um só momento a pena e a palavra do Conselheiro Fernando de Sousa deixaram de galhardamente servir a Deus e à Pátria em horas bem agitadas da vida da Nação, que rara e forte coragem exigiam para as atitudes que sistemáticamente assumiu com a dignidade e a beleza que o apontam como modêlo.

E, assim, sentindo e chorando a sua morte, nestas breves e descoloridas palavras deixo francamente expressa a minha homenagem a essa grande figura de português.

Março — 1942.

BENTO CALDAS.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1842

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 2** — Com acompanhamento de muitas irmandades, de uma fôrça de infantaria n.º 14 que fazia a guarda de honra, música e imenso povo, saiu para a sua capela de S. Roque a imagem do Senhor das Pedras que, desde aquêle dia, estava na igreja de S. Dâmaso para onde tinha vindo em 6 de Outubro do ano passado, em penitência para que Deus Nosso Senhor desse sol a fim de se poderem fazer as colheitas. (P. L.).

**Dia 27** — Foi aqui conhecida a noticia de ter sido feita no Pôrto, pelo povo e pela tropa, a aclamação da Rainha e da Carta Constitucional, em consequência de ter ali chegado, dias antes, o Ministro da Justiça, Costa Cabral. O acto da aclamação foi feito com grande enthusiasmo e sossêgo. (P. L.). — Eram deputados por Guimarães António Cardoso de Faria Pinto, Barão de Albuquerque e João da Silva Carvalho.

**Dia 28** — O batalhão de infantaria n.º 14, aqui aquartelado, marcha para o Pôrto para se reunir à guarnição daquela cidade, em defesa da Rainha e da Carta Constitucional. (P. L.).

**Dia 29** — Pela Câmara e autoridades e por ordem do administrador geral de Braga, foi feito, ao meio dia, nesta vila, a aclamação da Carta Constitucional de 1826 e da Rainha. Porém os habitantes pouca parte tomaram em tais aclamações. Após estas aclamações saiu da Câmara um bando

a convidar os habitantes a iluminar as suas varandas, tanto nesta noite como nas seguintes. Além do estrealjar de alguns foguetes e do repicar dos sinos, não houve qualquer outra demonstração de regozijo público. (P. L.).

## Fevereiro

**Dia 1** — Nasceu em Vizela o dr. António Inácio Pereira de Freitas — o Freitas de Ponte de Lima — filho de José de Freitas e Oliveira, farmacêutico em Vizela, e de D. Cecília Rosa da Silva Pereira. Concluiu o curso de medicina e cirurgia em 1866 na escola do Pôrto, tendo sido laureado em diversas disciplinas e muito apreciada a sua tese *Das águas minerais em geral, e da sua applicação em particular no tratamento das moléstias cirúrgicas*. Foi nomeado, em 1871, médico do hospital de Ponte de Lima e, em 1876, médico municipal e subdelegado de saúde na mesma vila.

**Dia 12** — O distinto pintor retratista Augusto Roquemont recebeu da Misericórdia de Guimarães, pelo retrato do bemfeitor P.º Boaventura Fernandes de Meireles, a quantia de 19\$200 réis.

**Dia 20** — Decreto nomeando Ministro e Secretário dos negócios eclesiásticos e de justiça ao vimaranense João Baptista Felgueiras. A seu pedido e por decreto de 24 dêste mês, foi exonerado dêste cargo, sendo-lhe, no entanto, conservadas as honras.

**Dia 24** — «Chegou a esta vila o batalhão de infantaria n.º 14, o qual vinha do Pôrto, por ter S. M. a Rainha anuído ao movimento do Pôrto e de todo o reino a favor da Carta Constitucional. Entrou pela rua das Molianas, terreiro de S. Francisco, rua de S. Dâmaso, e foi à praça da Senhora da Oliveira, aonde formado em quadrado entouou o seu comandante (o major Rangel) os vivas à Rainha, à Carta Constitucional e a S. M. o Senhor D. Fernando. Na sua entrada apenas se deram alguns foguetes pelas ruas do seu trânsito, e só nos quartéis se deram bastantes foguetes, aonde também estavam arcos de murta, preparados por alguns oficiais e sargentos que aqui tinham ficado. Na entrada do batalhão não houve um só repique de sinos, ainda que se ajuntou bastante povo para o ver entrar. O batalhão tinha ido até Coimbra, seguindo o movimento do Pôrto a favor da Carta». (P. L.).

**Dia 26** — Decreto nomeando o Barão de Vila Pouca Administrador Geral do distrito de Braga (Governador Civil).

**Dia 27** (3.º Domingo da Quaresma) — Foi jurada, nesta vila, a Carta Constitucional de 1826. O juramento foi dado ao presidente da Câmara por tôdas as autoridades locais e depois estas o tomaram aos seus subalternos. Ao meio dia houve *Te-Deum* na Colegiada, a que assistiu o Cabido, a Câmara, Administrador do concelho, Juiz de Direito, Delegado do Procurador Régio, Juiz Ordinário com todos os escrivães, o major Rangel, comandante do 14, com tôda a officialidade em grande uniforme, e muitas pessoas. À noite houve luminárias, mandadas pôr por Bando camarário, que antecedeu a solenidade dêste dia. (P. L.).

### Março

**Dia 5** — Em casa do major do batalhão de infantaria 14, que morava na casa do Vilela, na praça de S. Tiago, foi, por tôda a officialidade do referido batalhão, prestado

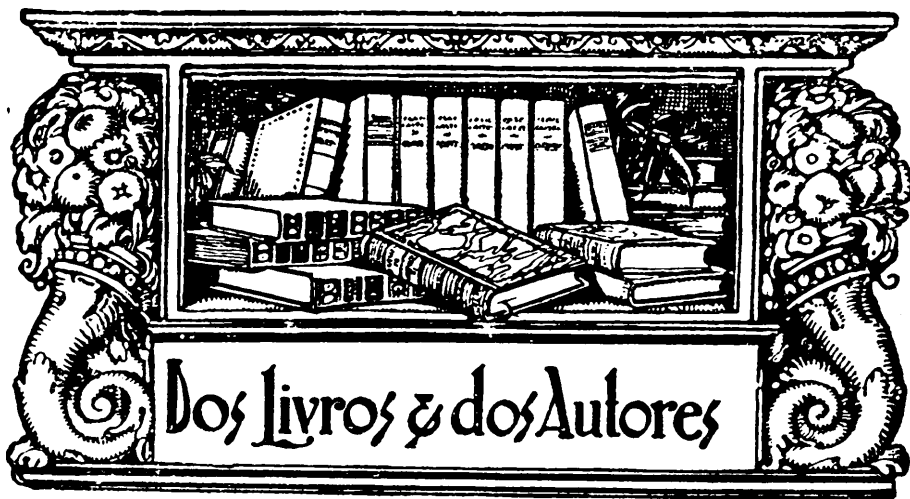
juramento à Carta Constitucional de 1836, estando a sala onde se prestou êsse juramento tôda endamascada e com o retrato da rainha. Os oficiais foram todos de grande uniforme e durante êsse acto esteve a música do batalhão a tocar o Hino da Carta, defronte da casa, queimando-se muitos morteiros. De tarde os oficiais retiraram-se num jantar em casa da Joaquina Pasteleira, e os sargentos em casa do «Salpicão». Voltaram a dar-se muitos foguetes que eram lançados das janelas. (P. L.).

**Dia 24** (quinta-feira santa) — Houve na igreja de S. Francisco a cerimónia do *Lava-Pedes*, a expensas da Ordem 3.ª, sendo lavante o ministro da mesma Ordem, Bento António de Oliveira Cardoso, bacharel formado em Cânones e cavaleiro de Aviz. Foi imenso o povo que concorreu a esta cerimónia, que já há bastantes anos se não fazia. De tarde também houve *Oficio de Trevas*, feito por curiosos nias muito bem desempenhado, especialmente na parte musical. No dia seguinte houve procissão do Entêrro, feito com tôda a grandeza e com extraordinária concorrência, não só por ser a única que se fazia neste ano, como, também, pelo interêsse que havia em ouvir o prégador, o cônego e bacharel formado em Cânones António Joaquim de Oliveira Cardoso, que sendo a primeira vez que subiu ao púlpito deixou muito satisfeito o numeroso auditório. No domingo de Ramos também se fêz a festividade dêsse dia. (P. L.).

**Dia 27** — Safu um Bando para neste dia e nos dois seguintes, em que houve repiques, os habitantes iluminarem as suas varandas em sinal de regozijo pelo nascimento do Infante D. João, em 16 dêste mês. No dia 29 houve *Te-Deum* na Colegiada, cantado pelo Cabido. P. L. não fala no Bando, referindo-se, apenas, a repiques, iluminação e *Te-Deum*.

JOÃO LOPES DE FARIA.





CARTAS I A VI. CARTA SÉTIMA. AL-  
CIBIADES, por *Platão*. Editora:  
E. Nacional, L.<sup>da</sup> Pôrto, 1941.

Nem de longe pretendo fazer a crítica a estas obras que, em boa hora, a benemérita Editora Educação Nacional incluiu na sua colecção «Obras primas de todos os tempos». A crítica de Platão está feita desde há muito tempo e por penas muito mais cultas e autorizadas do que a modesta pena que manejo. Tudo quanto dissesse pareceria estultícia, tanto mais que diante de Platão nada mais posso fazer senão admirá-lo. Quanto mais o leio, mais o admiro; mais o admiro quanto melhor conheço os homens.

Espírito gentilíssimo, profundo conhecedor da alma humana, se os homens o lêssem com outro fim mais nobre além do de alardear erudição, muito diferente seria a vida à face da Terra. Se parte da sua obra perdeu a actualidade, se outra será sempre considerada uma bela utopia, bela será sempre a sua linguagem, eternos serão sempre os princípios à luz dos quais escreveu. Por isso é de aconselhar a leitura destas obras agora editadas em português e que, é de esperar, sejam dentro em breve seguidas de mais outras escolhidas entre o largo espólio platónico. Sobretudo a leitura da *Car-*

*ta VII* impõe-se pela sua oportunidade na trágica hora que vivemos e de cujas consequências talvez nem todos nós tenhamos a consciência. Como escreve o sr. Veiga Pires, inteligente prefaciador do volume em referência, «é no instante decisivo, em que a humanidade alucinada, olhando em redor confusa e espavorida, procura direcção e amparo, que se torna indispensável dar-lhe um rumo e um apoio. Ambas as coisas se encontram aqui: — Um alto, nobre pensamento orientador, que após vinte e três séculos se mantém intacto e fecundo; o apoio dum grande ideal, que nada perdeu da sua beleza primitiva, exposto em estilo persuasivo e sereno, cheio daquela serenidade suprema que só possui o homem que pode atingir as soluções eternas».

A profunda lição do *Alcibiades* tem neste momento uma oportunidade afilitiva. Quando os homens buscam a felicidade através duma forma de governo ideal, é a voz de Platão que se ouve mais uma vez para os aconselhar com o bom senso que lhe foi peculiar. Repito: fez bem a casa Editora em incluir estes livros na citada colecção; faço votos por que a estes se sigam os restantes do «divino». É uma boa acção, é uma acção meritória que todos teremos que aplaudir e louvar.

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

OS TRÊS VERBOS DA VIDA, por *João Mendes*, S. J. Edições Juventude. S/l e s/d.

Partindo do princípio de que: «Nada nos é mais natural do que crer, esperar e amar», o rev. P.<sup>e</sup> João Mendes glosa neste seu livro o tema indicado no seu início com a frase que transcrevemos, em linguagem simples e acessível, mas não desprovida de elegância, para se tornar compreensível das mentalidades juvenis a quem é dirigido. A cada passo é invocado o testemunho de escritores, vivos ou mortos, para comprovar os juízos do Autor sôbre as virtudes ou defeitos que êles incarnaram, embora nem sempre possamos perfilhar êsses juízos que por vezes têm um carácter de dogmatismo intransigente. Estamos, porém, perfeitamente de acôrdo quanto à opinião do Autor sôbre o heroísmo cuja incompreensão pelo vulgo é espantosa. «Que é a morte heróica? É o maior sacrifício que podemos fazer pelo dever e pelo aperfeiçoamento próprio. É que acontece, tantas vezes, com aquêles que sabem morrer heróicamente nos campos de batalha?... É que... não sabem viver... Quantos que desafiaram a morte são depois miseráveis vencidos da vida, vítimas inermes da carne, do vinho, do jôgo, e até — quem o diria? — dum sorriso de troça! Quantos que vão de cara alegre para a morte, porque ela é mais leve-deira que o pêso da existência!...

De ordinário, a êsses, não os fascinam os heroísmos ocultos, os que consomem a vida lentamente, sem que ninguém os veja nem suspeite» (pág. 31).

Discutível ainda a opinião expendida a págs. 65, a propósito da parábola do bom samaritano, de que «se o compassivo caminhante socorreu o pobre moribundo, levado daquele constrangimento sensível que experimentamos diante do sangue e da dor alheia, nesse caso (que é freqüente, note-se bem), a compaixão é simples exigência da sensibilidade, que se magoa ao ver sofrer,

e se apressa a suprimir o objecto mortificativo. O sentimento é nobre (quem o duvida?), mas é claro que ainda vai repassado de egoísmo». Irá? Será na realidade egoísmo? Parece-nos muito preferível êsse *egoísmo* do samaritano do que o do sacerdote ou do levita que «passaram de largo» (Luc. x, 30-34). É o próprio Jesus que no-lo diz (id., v, 37).

Apesar de tudo achamos que êste opúsculo merece a leitura de todos, jovens ou não, porque muito pode contribuir para a edificação moral do leitor.



33 POESIAS de *Cabral do Nascimento*. Edição dos «Cadernos de Poesia». Lisboa, s/d.

O sr. C. do N. tem já no seu activo oito volumes em verso, que vem publicando desde 1916, aos quais juntou êste constituído por poesias em metros vários e algumas de outras obras suas já publicadas. Ficam desta forma habilitados os leitores que não conhecem as obras anteriores do Autor, a fazer um juízo muito aproximado acêrca do seu estro e da curva do seu espírito poético.

Não podemos filiar o sr. C. do N. em qualquer escola poética, porque a sua inspiração é caprichosa e não se submete a regras ou a cânones. A par de versos que se diriam clássicos tem outros de feição modernista, o que torna a leitura destas 33 poesias animada, sem aquela monotonia de tantas obras em verso publicadas em nossos dias. Perpassa por todo o livro um pouco de cepticismo e de descrença, ao mesmo tempo que um quasi nada de indiferença perante os factos da vida. Às vezes tem expressões de dôr profunda, noutras há o desalento originado na impossibilidade de conduzir o futuro. É livro que, embora

sem largos voos de inspiração, tem um lugar de destaque entre a avalanche de poesias que enchem os escaparates dos livrinhos.



CAMINHOS E ANSIEDADES DA POESIA  
PORTUGUESA CONTEMPORANEA,  
por Manuel Anselmo. Edições  
Cosmopólia. Lisboa, 1941.

Depois de ter ensaiado o difficil género do romance, com *O pecado original*, volta M. A. à sua preoccupação de sempre — direi, à sua vocação natural — : a crítica. É de facto na crítica literária que M. A. se sente perfeitamente à vontade, inteiramente na posse das suas brilhantes qualidades. Possui o Autor uma predisposição especial para a crítica, a qual tem vindo aperfeiçoando pelo estudo inteligentemente feito e cuidadosamente comparado dos autores portugueses. Muito novo, porém orgulhoso da mocidade, cheio de entusiasmo juvenil, é talvez por isso que M. A. tem feito incidir a sua análise crítica sobre a obra dos poetas modernos, desde Sá Carneiro e os modernistas até Miguel Torga e os contemporâneos, cujo talento poético já desabrochou inteiramente. Depois de nos ter dado um exaustivo (e por vezes abstruso) ensaio crí-

tico sobre o poeta brasileiro Jorge de Lima, M. A., sob o título com que abrimos esta nótula, oferece-nos mais três ensaios críticos: o primeiro, que dá o nome ao livro; o segundo, *Itinerário católico da moderna poesia brasileira*; o terceiro, *Sobre a «Poesia em pânico» de Murilo Mendes*. Qualquer deles é escrito com lógica, com conhecimento perfeito das obras e com aquela emoção que M. A. comunica a tudo quanto escreve. O seu estilo, nervoso e vibrante, continua a caminhar para a perfeição. A sua elocução, embora por vezes seja aqui e ali um pouco forçada, é elegante. Simplesmente não consegue manter a serenidade olímpica do crítico ante a obra dos autores, especialmente daquêles que maior afinidade têm com o seu espírito.

Apesar disso, porém, os seus processos são honestos e êle procura — e consegue — estudar com precisão o «caso» especial de cada poeta, partindo da sua obra. Os dois últimos ensaios carecem, um pouco, do equilíbrio do primeiro, mas creio bem que o Autor os não escreveu com a preocupação de dizer a última palavra sobre o assunto. Todavia todos os ensaios traduzem bem a inquietação da poesia contemporânea, que M. A. classifica, e com razão, de *trágica*.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

# ANTERO

NO

## “TESOURO POÉTICO DA INFÂNCIA”

PARA além do Antero que se revoltava contra as imperfeições da existência e que a elas juntava o seu contributo de fraco e vencido, refulgia um Antero pleno de distinção, que ficava acima das baixezas da vida e se deixava atrair pelo que era belo e luminoso. E esta atracção da luz revela-se em Antero mesmo nas horas mais desesperantes. Assim, por exemplo, no soneto *Ad Amicos* confessa a inutilidade da luta, a fraqueza invencível da vontade e a inconsistência do pensamento, mas, no entanto, da bruma do seu cântico sombrio emerge um homem para quem a alma humana « é como um hymno » « Á luz, á liberdade, ao bem fecundo », ou mesmo « Prece e clamor d'um presentir divino ». Efectivamente, no meio da sua escuridão, reluz sempre uma chama de vida, e por ela Antero se sente integrado numa ordem harmoniosa. A braços com os contratempos da vida moral, verga, agoniza e quasi sossobra, mas a tempestade passa, e o poeta levanta de novo a cabeça para saúdar, com a sinceridade habitual, o sol da esperança que, a-pesar-de tudo, lhe acalenta a alma. E quando as filosofias materialistas lhe apontam caminho que o não seduz, a sua inteligência perscrutadora recusa-se calmamente, mas o seu sentimento, êsse, levanta contra o rumo proposto um veemente protesto.

Comprimido entre as suas convicções pessoais e as que lhe vinham do pensamento então dominante, Antero confessa a poderosa fascinação que Deus sobre êle exerce <sup>(1)</sup> e nota então que Deus vive, pôsto que uma

---

(1) Rui Galvão de Carvalho, no magnífico estudo que consagrou ao Poeta no *Correio dos Açôres* (número comemorativo do centenário do nascimento de Antero, reconhece, muito lúcidamente, que a *ânsia de Divino* « nunca vez alguma o deixou nem mesmo na sua fase racionalista e revolucionaria » (Rui Galvão de Carvalho, *Visão panorâmica da obra de Antero*).

*orgulhosa e vã filosofia se aplique a negá-lo (Qula Aeternus).* As vezes sucedia que o conflito já não decorria entre o seu pensamento individual e as ideias contemporâneas, mas desencadeava-se em si próprio, por via da inteligência que pretendia impôr-se ao sentimento. Então, Antero aproximava-se com redobrado ardor das energias intuitivas e sentimentais, e herôicamente se agüentava. Nessas horas de hesitação mental, o poeta presenciava um desentendimento: « Se a cabeça se convence, o coração, esse é que não pode consolar-se com um syllogismo ». Era um anti-intelectualista e não o satisfiziam, portanto, as fórmulas silogísticas. Espírito fortemente intuitivo, desadorava os conceitos da inteligência prática e escutava a voz do sentimento, que era, por vezes, a força mental do subconsciente que se recusava a aderir aos princípios filosóficos que se lhe apresentavam. No segrêdo da sua alma havia sempre um móbil ignorado que o chamava para Deus, isto é, que o impelia para fora da realidade espacial e para a visão de tudo que subsiste sem relativismo. Pendia para o divino como as plantas se encarream para a luz. E vem então naturalmente a contemplação do real e do ideal. Antero, por isso, oferece à nossa meditação estas palavras decisivas: « Ou o universo é o delírio dum demónio, ébrio de sua mesma maldade; ou para além do extremo arco da ponte da vida nos espera o seio vasto duma bondade, a quem não esquece um ai, um suspiro só; uma mão que ate com amor os destinos partidos; uma lei de justiça, a que chamamos compensação » (1). Nesta passagem duma carta famosa se depara o homem sequioso duma ordem divina que neutralizasse, com a sua suprema perfeição, a fragilidade e a impureza dêste mundo injusto e inconstante. O seu instinto de harmonia, a sua inquietação religiosa pediam-lhe a perfeição moral, a beleza e a divindade. Só estas realidades e valores poderiam contrabalançar o incompreensível cáos da existência telúrica, e por estas concepções êle corrigia moralmente o inacabado, o imperfeito e o incompleto, que tanto repugnavam ao seu espírito sedento de eternidade. E os seus passos mais marcantes na existência serão, por isso, condicionados pelo arrebatante desejo de coordenar o incoordenado, de compor o defeituoso, de organizar o que está em desordem, de espiritualizar o concreto, de iluminar o obscuro, enfim, de criar o mundo bom, belo e perfeito, que viesse substituir aquêle mundo que é do nosso conhecimento. Foi êste o seu rumo, e daqui nasce o

---

(1) Antero de Quental, *Cartas*. Imprensa da Universidade, 2.ª edição.

delicioso encanto da sua mensagem. Essa mensagem, cheia de harmoniosa espiritualidade, projecta-se até numa obra tão modesta como o *Tesouro Poético da Infância*, onde agradavelmente se divisa uma nobre simpatia pelas crianças, pelos sentimentos puros e pelas virtudes mais santas.

Como todos os homens inclinados à inocência e à candura, Antero tinha predilecção pelos pequeninos, e movido, em parte, por tal modo de ser, adoptara as duas filhas do seu amigo Germano Meireles, êsse que tão prematuramente deixara o mundo. Mandou-as educar num colégio de religiosas doroteias, e, em cartas aos amigos, delas falava com enternecimento: «tive de me separar das pequenas que estão agora num colégio de órfãs, no Pôrto, até à idade de voltarem para a minha companhia. Fazem-me falta porque mantinham na minha vida um elemento poético tocante bem apreciável (1). Numa missiva a António de Azevedo Castelo Branco, diz ainda: «Ou aqui, ou no Pôrto (como melhor te convier) nos juntaremos. Se fôr no Pôrto, irás ver as pequenas do Germano, que ali tenho agora num colégio. São amáveis e interessantes, ainda que nenhuma delas se parece com o pai» (2). Ao mesmo destinatário escrevia, em carta de Julho de 1865: «Se tens retratos da tua filhinha, favorece-me com um exemplar; e, se não, toma nota dêste meu desejo, para quando a fizeres retratar te lembrares de mim» (3). As suas predilecções pela vida infantil tomaram ainda relêvo no *Tesouro Poético da Infância*, onde cuidou de fazer uma compilação de poesias que pudessem eficazmente contribuir para a formação moral da criança. Assim organizou uma valiosíssima antologia, que, apesar de pouco volumosa, constitue, atendendo à circunspecção com que foi elaborada, um exemplo para quaisquer autores de selectas escolares.

O livro de Antero, *destinado exclusivamente à infância*, é dedicado às mãis, as quais, na opinião do poeta, «comprehendem por instincto que é pelo caminho florido e suave da imaginação e do sentimento que a infância deve ser incaminhada para o mundo superior da razão» (4). O fito de Antero era, por conseguinte, não predominantemente uma fruição estética, mas uma boa orientação da mentalidade da criança. Para o conseguir, não estaria naturalmente indicado que se levassem os pequenos a ler, por exemplo, os clássicos ou quaisquer outros livros igualmente

---

(1) Antero de Quental, *Cartas a António de Azevedo Castelo Branco*.

(2) Idem, *ibidem*.

(3) Idem, *ibidem*, pág. 86.

(4) Antero de Quental, *Tesouro Poético da Infância*, pág. vi.

acomodados ao gôsto e à especial fisionomia psicológica dos adultos, porquanto, como diz Antero «a cada período do desenvolvimento do espírito» convém determinado «alimento». Evidentemente que a *infância só compreende e só ama o que é infantil*, donde se deduz que as leituras a ministrar às crianças devem revestir «as formas da intuição e da imaginação». Ora o género literário que particularmente nasce de tais condições psicológicas é, sem dúvida alguma, a poesia, e daqui, em Antero, a convicção de que *a poesia constitue o instrumento por excelência acomodado para desenvolver, e até evocar, na alma infantil, aquêlê sentimento do bem e do belo, sem o qual, mais tarde, a própria rectidão do carácter degenera numa dureza intolerante e estreita, a própria penetração da inteligência numa agudeza sofisticada e estéril*. Pretendia o poeta despertar na alma das crianças êsse «sentimento do bem e do belo», cuja falta diminua a personalidade dos homens mais inteligentes e mais inclinados a um procedimento direito. Parece, de facto, que a inteligência e a rectidão de carácter, para se não desvalorizarem, hão-de harmonizar-se com a emoção estética e com a bondade; também não devem oferecer resistência as exigências da sensibilidade e aos imperativos do coração. É que a moral e a inteligência, quando não completadas pelo sentimento, não evitariam, no homem, uma deficiência psicológica grave. Esta doutrina anterioriana sôbre a concepção do homem integral ainda agora tem uma perfeita actualidade e vem demonstrar uma vez mais a elegância moral de Antero, explicando-nos, além disso, que tantos espíritos rectos e inteligentes abram falência na vida social. É que lhes falta no carácter êsse *sentimento do bem e do belo*, sem o qual a vida não pode ser nobremente vivida.

Antero supunha — e isso é que é mais discutível — que a poesia seria, neste sentido, o melhor instrumento de aperfeiçoamento da alma infantil. Em todo o caso, uma restrição fazia: não lhe servia qualquer poesia, mas sômente a *poesia simples*. Esta, «revelada em forma de mitos, de exemplos e de imagens», é que devia operar, em sentido positivo, a transformação do carácter infantil. Semelhantes ideas e tais propósitos educativos trazem-nos os motivos que o compeliaram a excluir da sua pequenina antologia os poetas clássicos. A poesia clássica, pela sua desatenção ao que é simples, pelo seu conteúdo nobre e grave, pelo seu estilo austero e nem sempre acessível, era afinal, para Antero, *a verdadeira antítese do espírito infantil*.

A selecção, nesta antologia, pela sua finalidade educativa, punha de parte tôda a poesia erudita, tôdas as composições poéticas em que

houvesse vestígios da constituição psicológica do adulto, e dava preferência à poesia popular, cuja graça e simplicidade eram adequadas aos intuítos pedagógicos do antologista. Estes pretendiam servir a boa formação do homem de amanhã e tinham como objectivo «desenvolver no espírito das crianças certas tendências morais», todavia Antero, na suculenta *Advertência* que precede a sua antologia infantil, não nos esclarece suficientemente sobre a natureza dessas *tendências morais*. Sabe-se, no entanto, que foi excepcionalmente meticuloso na escolha das poesias que poderiam fomentar o incremento de tais tendências, como se depreende das peças poéticas que êle julgou capazes de servir o seu desiderato educativo.

Guiado pelo critério formativo de que partia e pela compreensão dos seus deveres de antologista, não se poupou a trabalhos, e, muito honestamente, percorreu *a qudsi totalidade dos volumes de versos portugueses publicados durante os últimos sessenta anos* (escrevia isto em 1883). A sua busca recaiu sobre os cancioneiros populares e foi ainda incidir sobre poetas portugueses e também sobre os líricos brasileiros. Antero justifica, com entusiasmo, a sua simpatia pela poesia brasileira, que lhe parece original, graciosa e cheia de individualidade. Quanto ao texto, subordinou-se ao rigorismo educativo de outros antologistas, e suprimiu estrofes, alterou palavras, «onde quer que a palavra ou a estrofe representavam ideas, sentimentos, aspectos das cousas superiores à compreensão das crianças, ou, por outros motivos, inadequados à condição infantil». Não lhe repugnou esta leve mutilação textual, atendendo a que ela se efectuava em obediência a uma intenção educacional digna de especial consideração.

Aos romanceiros e cancioneiros populares foi buscar catorze poesias, incluindo neste número a adaptação, que pessoalmente efectuou, do «romance de Goesto Anures», o qual vem acompanhado da seguinte nota: *Romance antigo: posto em linguagem moderna, por A. de Q.*. Donde se depreende que Antero não se limitou simplesmente, em certos casos, a «substituir uma ou outra palavra» (como diz), mas, se era preciso, ia até à actualização integral de todo o texto duma poesia.

A contribuição, relativamente importante, da poesia popular no *Tesouro Poético da Infância*, deriva do facto de Antero admitir a existência de afinidades psicológicas e sentimentais entre o povo e a criança. O povo, que é para o lírico dos *Sonetos* uma *grande criança colectiva*, ou então o *eterno infante*, possui também, em sua opinião, aquelas «faculdades intuitivas» que se manifestam nas crianças, e vai, por consequência, transmitir



às suas canções êsse seu modo de ser e sentir, tão natural e espontâneo. E para demonstrar que assim é, Antero evoca, significativamente, alguns incidentes da sua passada infância: «E todos nos recordamos do prazer delicioso com que escutávamos, na meninice, os contos maravilhosos ou os romances e cantigas com que alguma criada velha nos sabia encurtar, como por encanto, as horas largas dos serões de inverno.»

O interesse pelos romances populares, que o romantismo, numa demonstração de affecto pelo que era nacional e por intermédio de Garrett (1), havia pôsto em circulação literária, encontrou em Antero um simpatizante. As preferências do selector de agora foram por vezes seguras e fizeram escola para futuros antologistas, os quais, presentemente, ainda buscam, para as suas colectâneas, trechos poéticos como *A Noiva Arralana* e a *Nau Catrineta*, de que Antero, com felicidade, se apropriou.

Mas, além dos romances, há no *Tesouro Poético da Infância* cêrca de 54 composições, assim distribuídas :

Tomaz Ribeiro . . . . .	3 composições	Cândido de Figueiredo . . . . .	1 composição
A. F. de Castilho . . . . .	3 >	A. de Azevedo Castelo	
Quilherme Braga . . . . .	1 >	Branco . . . . .	1 >
João de Deus . . . . .	9 >	Gomes de Amorim . . . . .	1 >
Gonçalves Crespo . . . . .	1 >	Laurindo Rabelo . . . . .	1 >
Casimiro de Abreu . . . . .	1 >	Luiz de Mendonça . . . . .	1 >
Gonçalves Dias . . . . .	1 >	Guerra Junqueiro . . . . .	1 >
Júlio Deniz . . . . .	4 >	J. S. da Silva Ferraz . . . . .	1 >
Almeida Garrett . . . . .	1 >	Soares de Passos . . . . .	1 >
L. A. Palmeirim . . . . .	3 >	Simões Dias . . . . .	1 >
F. Palha . . . . .	1 >	Pedro Deniz . . . . .	1 >
Juqueiro Freire . . . . .	2 >	Gil Vicente . . . . .	1 >
Antero . . . . .	1 >	M. A. Alvares de Aze-	
Gomes Leal . . . . .	1 >	vedo . . . . .	1 >
Bulhão Pato . . . . .	1 >	Machado de Assis . . . . .	1 >
J. M. da Costa e Silva . . . . .	1 >	Fagundes Varela . . . . .	1 >
João de Lemos . . . . .	1 >	Henrique Augusto . . . . .	1 >
J. da Silva Gomes Leal . . . . .	1 >	Alexandre Herculano . . . . .	1 >

A análise dêste quadro permite-nos verificar, de facto, a presença de poetas brasileiros, entre os quais figuram as fortes personalidades de Gonçalves Dias e Machado de Assis (2), além de outros. Todavia são

(1) Almeida Garrett, *Romanceiro*.

(2) José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, págs. 243 e 415.

os poetas portugueses os que estão mais largamente representados. Antero inclinou-se para os líricos contemporâneos, para os românticos e até para os poetas que eram seus amigos pessoais. Entre estes se contam, por exemplo, António de Azevedo Castelo Branco, que, na época, desempenhou importantes funções políticas, João de Deus e Alexandre Herculano. Não se pode dizer também que Antero tivesse respeitado inteiramente o seu propósito pedagógico de excluir os clássicos, atendendo a que inseriu na sua antologia um passo poético de Gil Vicente, cujo estudo estava por essa época bastante atrasado. É de notar, porém, que na obra do fundador do teatro português, acham-se páginas com aquela frescura primitiva que os clássicos pròpriamente ditos raras vezes ostentam, não sendo, portanto, de estranhar que arquivasse na sua antologia alguns versos de Gil Vicente.

Como o mostra o quadro acima esquematizado, foi João de Deus que teve maior representação no *Tesouro*. Ao todo, as nove composições seguintes: *Conto, Hino de Amor, Louvores de Nossa Senhora, Salvè Rainha, A Engeitada e Orfã, Rosas no Inverno, A uma galinha, Padre Nosso, Primeiro Psalmo de David*. Esta predilecção por João de Deus é bem compreensível. O carácter eminentemente simples, natural e espontâneo do lírico do *Campo de Flores* serviria maravilhosamente os objectivos morais e estéticos de Antero, o qual desde há muito estava ligado a João de Deus por uma amizade sólida. O autor do *Livro dos Sonetos* amou e admirou com sinceridade o poeta que escreveu a elegia *A Vida*. Em carta escrita em 24 de Junho de 1886 e endereçada, de Vila do Conde, ao italiano Tommazzo Canizzaro, dizia Antero a respeito de João de Deus: «Alegrou-me imenso ver o aprêço em que V. ficou tendo o nosso João de Deus, pois além de o considerar como um dos primeiros líricos desta segunda metade do século, sou amigo dêle íntimo desde os bancos da Universidade, isto é, há mais de vinte anos. Para completar a sua impressão, dir-lhe-ei que no J. de Deus o homem corresponde inteiramente ao poeta, que a sua personalidade, e a sua vida têm a mesma suavidade, a mesma beleza igual e natural, a mesma exuberância de sentimento e a mesma simplicidade, que nos encanta nas suas composições: que apesar de ter cursado a Universidade, João de Deus não é um poeta que aprendesse ou estudasse, mas que se fêz a si e tirou tudo da sua originalidade e génio criador incomparável, não tendo em tôda a sua vida lido mais que meia dúzia de livros (a Bíblia, Virgílio, o Dante, o Camões, alguma coisa de Hugo e pouco mais) e preferindo como mestre da língua, a todos os escritores, o falar nativo do nosso povo ru-

ral» (1). Estas poucas linhas, que encerram um dos mais exactos depoimentos críticos que se conhecem sobre o lírico do *Campo de Flores*, permitem-nos compreender melhor como as composições poéticas de João de Deus teriam de ocupar uma posição destacante no *Tesouro Poético da Infância*. O homem e a obra chamavam Antero. A obra, de facto, participava abundantemente daquelas qualidades que deviam concorrer num escritor para que êle pudesse fornecer materiais para a sua antologia. Entre as poesias escolhidas por Antero, figuram peças de evidente feição religiosa, como: *Louvores de Nossa Senhora, Salvè Rainha, Padre Nosso*, etc.

Em tôda a antologia anterioriana transcende esta magnífica simpatia pelas poesias em que o elemento religioso avulta. O facto tem um alto significado educativo e, na sua singeleza, traz-nos mais um argumento para demonstrar que Antero, pressentiu a educação nova, sendo um dos primeiros que, em Portugal, advogou a educação cristã das crianças, opondo-se assim ao árido naturalismo do seu tempo. Agora já percebemos mais claramente os fins que tinha em vista quando manifestava o seu desejo de *desenvolver nas crianças certas tendências morais*. A formação cristã figurava, sem dúvida alguma, entre essas tendências que mereciam ser cultivadas.

Foi ainda obedecendo ao seu idealismo religioso que incluiu na sua antologia a bem conhecida poesia *Deus*, que anda na *Harpa do Crente*, de Alexandre Herculano. Uma poderosa simpatia intelectual uniu Antero ao primeiro historiador português (2). Os dois escritores admiraram-se mutuamente. Antero venerava Herculano e nunca mais esqueceu o acolhimento que o historiador lhe dispensou no Palácio da Ajuda, quando lhe foi ler as *Odes Modernas* ainda manuscritas. Esta veneração pelo mestre de estudos históricos vinha de mais longe e remontava à infância de Antero. Em Ponta Delgada, Antero, quando apenas tinha dez anos, ouviu recitar, ao seu professor de gramática latina, a peça poética *Deus*, escrita por Herculano. Antero comoveu-se então profundamente e os seus olhos ficaram rasos de lágrimas. *Dal por diante* — conta Antero — *interrompia muitas vezes a repetição dos casos gramaticais, para pedir ao meu paciente mentor uma nova recitação daqueles versos*. Assim se revelava o seu temperamento religioso e nascia a veneração por Herculano. A inclusão

---

(1) Antero de Quental, *Cartas*, 2.ª edição, Imprensa da Universidade, págs. 297-298.

(2) Antero fêz o panegírico de Herculano nos termos mais honrosos. Destacou as virtudes morais do grande historiador e curvou-se ante a sua magnitude intelectual.

daquela composição da *Harpa do Crente no Tesouro* é ainda homenagem a Herculano e uma livre submissão a velhos sentimentos místicos, que só na aparência se distanciaram do espírito de Antero. Nessa poesia, de acento tão nobre e sublime, Herculano glorifica o Criador e, por conseguinte, era natural que, no seu florilégio, o grande historiador fôsse chamado a colaborar na missão educativa de formar cristãmente as crianças.

Este caso de Antero assegura-nos que efectivamente o meio em que vive um homem, o momento histórico em que êle vem ao mundo, embora possam decidir do seu destino moral, são incapazes de prostrar completamente os que têm individualidade. Sucedeu isto com Antero: aparentemente renunciou à fé em que sua mãe o educara, mas ficou inalteravelmente religioso através da vida.

Um eminente intelectual contemporâneo, o Senhor D. Manuel Trindade Salgueiro, sustentou, há anos, a respeito de Antero que «se a doença o não tivesse arrastado à dolorosa tragédia que todos conhecemos, talvez viesse a praticar a fé viva da sua mãe, como sucedeu a outros nobres espíritos da sua geração (1). Efectivamente, na obra poética de Antero nos seus ensaios filosóficos, nas suas peças epistolográficas, para além dum revestimento fugaz e contingente, tumultua com insistência a *ansiedade divina* e a mais obsidiante *saúde de Deus*. O convívio demorado com Antero bem depressa convence de que Deus é o centro de inspiração de toda a obra anteriana. Um dia surgirá o crítico que há-de dar o devido relêvo a esta ideia, uma ideia que por enquanto ainda intimida alguns comentadores (2). *O Tesouro Poético da Infância*, que até agora tem andado relativamente esquecido, reflecte, uma vez mais, a transcendentalidade cristã de Antero. A ideologia positivista atingiu o escritor apenas à superfície e não subverteu a sua natureza de místico, nem lhe arrebatou a sensibilidade cristã.

A Alberto Sampaio não passou despercebido o nobre sentido educa-

---

(1) Trindade Salgueiro, *Um livro infeliz*, pág. 123.

(2) O Dr. Álvaro Pimpão, distinto professor de literatura portuguesa na Faculdade de Letras de Coimbra, afirma, em estudo recente, que a grandeza de Antero estava precisamente no facto de êle «ter ousado afirmar, contra todas as filosofias, a existência de um conflito insaciável para toda a alma portadora de Cristo (e é-se portador de Cristo pelo baptismo...) que teima em procurar fora dele a salvação do seu próprio destino. Na dolorosa, na trágica confissão desta verdade, se resume, a meu ver, a mensagem do poeta.» (Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *Antero*, 1942, pág. 16).

tivo da antologia anterior, e por isso pondera que essas poesias, destinadas às crianças, haviam sido seleccionadas com as cautelas necessárias e sem o perigo de lhes inocular ideias ou sentimentos impróprios dessa idade. Através deste procedimento, mais uma vez avulta a nobreza moral dos dois homens, o primeiro definindo e defendendo uma direcção cristã, o segundo, Alberto Sampaio (1), aplaudindo-a sem reservas.

No meio da indiferença espiritualista que deu carácter a tantas obras do século passado, surpreende-nos agradavelmente esta homenagem aos valores cristãos em homens como Antero, ou até em poetas demagógicos como Gomes Leal, o qual, à medida que vai idealizando a obra em que violentamente se lança contra o cristianismo (2), não pode conter a sua innata religiosidade e publica, em 1883, uma *História de Jesus*, em verso, e subordinada a uma ortodoxia tão severa que Alexandre da Conceição, materialista dócil, se viu forçado, nas colunas do jornal *O Século*, a condenar o então considerado deplorável desvio doutrinário de Gomes Leal. Este poeta, como Antero, Sampaio e outros grandes espíritos do século passado, entendia que as crianças deviam ficar a coberto da investida materialista e pagã da época, e, por isso, juntou à sua *História de Jesus* estas palavras: *para as criancinhas lerem*. Na verdade, estes homens do século XIX, quando não lograram libertar a inteligência dos preconceitos da ideologia dominante, jamais chegaram a perder completamente a sua nobreza de sentimentos. Em matéria de perfeição moral nenhum contudo foi tão longe como Antero, cuja distinção de espírito se projecta até em obras como o *Tesouro Poético da Infância*, que, pela sua própria índole, era, em parte, adverso a afirmações pessoais. Essa pequenina antologia, tãda repleta de anteriorismo, glorifica as grandes virtudes cristãs e anuncia a actual *educação nova* do nosso país.

3-5-1942.

FELICIANO RAMOS.

---

(1) Alberto Sampaio era padrinho de uma das filhas adoptivas de Antero, e foi um dos que se cotizou para as ajudar, como consta do seguinte passo duma carta a Oliveira Martins: «Junto a esta encontrará uma ordem de 36\$000 réis representando a minha amizade e a do meu irmão para as pequenas.» (Alberto Sampaio, *Cartas inéditas*, pág. 41).

(2) Gomes Leal, *Anti-Cristo*.

# Elogio dos sábios

O trabalho benemérito dos eruditos e dos sábios nem sempre é compreendido. A maior parte da gente não avalia, nem de longe, os altíssimos serviços que êles prestam. Olhando para êsses homens, que à Ciência e à Humanidade consagraram as suas vidas, ainda há pessoas levianas e superficiais que encolhem os ombros, sorrindo com indiferença ou desdém:

— ¿ Para que serve tanto trabalho ?

— ¿ Para que serve tanto estudo ?

¿ Para que serve? Serve para tornar a vida melhor, mais fácil, menos penosa. Todo o conforto, tôda a comodidade, todo o bem-estar e tôda a beleza da vida é fruto do silencioso e obscuro trabalho dos estudiosos, eruditos e sábios, que tudo esquecem por amor da ciência. Enquanto as multidões folgam e gozam, trabalham êles. Os investigadores e os cientistas não têm horas de descanso; não têm domingos nem feriados. Para êles, tôdas as horas são de trabalho e de estudo. À noite, enquanto uns dormem, na santa paz do Senhor, e outros se divertem nos teatros, nos cinemas, nos clubes, nos bailes e nos casinos, os intelectuais e os sábios debruçam-se, cheios de ansiedade, sôbre as mesas de estudo ou dos laboratórios. Muitas vezes, não dormem, não se deitam, arrastados pelo entusiasmo das suas experiências, ou pela « febre » da inspiração!

Estudando em silêncio, envelhecem precocemente. Êsses homens — maiores do que os maiores heróis celebrados pela fama — sabem que sacrificam a sua mocidade, que desprezam os legítimos prazeres da vida, compreendem que apressam a morte, e, a-pesar-de tudo isso, persistem no estudo e na investigação. Por cada um que alcança a meta ambicionada, quantas e quantas vítimas! A ciência também possui o seu martirólogo. Almeida Garrett qualifica os sábios de « pobres *velhos-crianças* que no retiro do seu gabinete — (quantas vezes desconfortada trapeira em que falta o pão e a roupa!) vivem na inocência dos costumes

primitivos, e na feliz ignorância de nossas questões políticas, cenobitas no meio do mundo..." (1).

Para os eruditos e sábios, o maior mal ainda não é morrer: a grande infelicidade consiste em não atingir o cume ambicionado, o ideal por eles entrevisto em sonhos. Há muitos que morrem antes de conseguirem o objectivo final da sua vida: a descoberta, a invenção ou a obra à qual se consagraram de alma e coração. Há outros que empobrecem, realizando sucessivas experiências e sacrificando tudo quanto possuem ou quanto ganham, ao seu trabalho científico! E a par destes, há os que são pobres, desgraçados génios incompreendidos, cujas ideias e concepções morrem, quasi sempre com eles, abafadas pelo sorriso dos homens vulgares ou cépticos, que não só não os ajudam como ainda os classificam de visionários!

De uma forma ou de outra, os intelectuais e os sábios verdadeiros nunca desistem: as derrotas e os insucessos não os amarfanham. A cada inêxito, recomeçam sempre no dia seguinte, com a mesma fé, com o mesmo ardor, com a mesma paixão sublime. Alguns perdem a vista, de tanto ler e estudar; e não é caso raro o daqueles que chegam a perder o uso da razão!

O público indouto está longe de avaliar as torturas, as inquietações e ansiedades do intelectual, que se consagra inteiramente ao estudo, à investigação e à ciência. Não pode avaliar quantas vigílias, quantos sacrificios, quantas privações, quantas lágrimas custa o progresso e a civilização, fruto do esforço e da dedicação altruista dos sábios.

Quando muito, aclama um ou outro mais feliz, pertencente ao pequeno grupo dos que conseguiram êxitos mais palpáveis e espectaculosos! Mas os outros, os que baquearam a meio do caminho, os que forneceram preciosos elementos, sem terem conseguido chegar ao fim? Dêsses, ninguém, regra geral, se lembra. E no entanto, a interdependência dos diversos ramos do saber humano é tão grande, que mesmo as ciências mais teóricas e abstractas servem os interesses da Humanidade. Não é apenas o médico, o engenheiro, o higienista ou o agrónomo que são úteis: são igualmente úteis o botânico, o astrónomo, o matemático, o historiador, o sociólogo, o filósofo, o etnógrafo... Cada um fornece a sua quota-parte para a harmonia geral da ciência, conforme Goethe admiravelmente especificava, ao referir-se a Schiller e Meyer: "Cada um de

---

(1) Almeida Garrett, *Política* (vol. II), *Propriedade Literária*.

---

nós limita-se a avançar no seu domínio, e, como estes domínios se tocam, o progresso de um representa ganho para os dois restantes » (1).

Enganam-se redondamente aquêles que reputam esta ou aquela ciência de menos importância. Tôdas elas se completam, visto a solidariedade entre si existente. Tão útil à humanidade é o sábio que descobre um sôro, que salvará milhares de vidas, como aquêles que encontra uma sublime norma moral, susceptível de marcar o caminho do dever aos homens; tão útil é o filósofo que procura ansiosamente a Verdade, como o literato — poeta, prosador ou romancista — que procura a beleza honesta e digna, susceptível de sublimar a vida humana. Todos êles sofrem as mesmas inquietações e dores. Castilho com razão afirma que o mister das Letras, « emquanto se mantém na sua pureza natural... é mais que um mister; é um sacerdócio; mas é também mais que um sacerdócio, porque é muitas vezes um martírio » (2).

Ciências exactas e ciências abstractas, tôdas precisam de cultores desinteressados, que se esqueçam de si próprios, estabelecendo, como lema de vida, a aspiração suprema de serem úteis.

Os sábios verdadeiros são incompreendidos, porque se afastam do mundo. Em geral, apenas são conhecidos e apreciados por um pequeno número; e são caluniados pela inveja dos mediocres, e pela ignorância dos nulos. Como hão-de as multidões conhecê-los e venerá-los, se êles não aparecem nos cafés, não freqüentam os teatros, não visitam as antecâmaras ministeriais, não coçam as esquinas; se êles, em suma, não fazem a sua propaganda nem o seu reclame?

O mundo olha para êles sem os entender. Chama-lhes *lunáticos* ou *mágicos*. Há mesmo quem os julgue uns inúteis, porque ao fim do dia não apresentam, pronto e concluído, como o operário, qualquer objecto material, visível e palpável! Para semelhantes insensatos, o trabalho exaustivo e inglório do pensamento, ao qual se deve tudo quanto é grande e belo, não vale nada, embora todos beneficiem dêle, quotidianamente, em casa e na rua, porque as grandes maravilhas da civilização representam a sua eterna glória.

Mas os sábios vivem superiores às misérias da terra « com um mínimo de necessidades físicas, numa espécie de isolamento encantado » (3).

---

(1) *Lettres choisies de Goethe*, traduites par M.<sup>lle</sup> A. Fanta.

(2) António Feliciano de Castilho, *Telas Literárias* (vol. 1), *Elogio histórico de Augusto Frederico de Castilho*.

(3) Eugène Raïga, *L'envie — Son rôle social*.

---



Verdadeiros «sonhadores científicos», como lhe chamou Emílio Picard, não ouvem nada do que os cerca: nem motejos, nem injustiças, nem tempestades, nem revoluções. A *sua dama* é a Ciência ou a Poesia e nada mais lhes interessa. Enquanto o mundo grita, barafusta, fala e goza, eles estudam, investigam, observam, analisam, concebem hipóteses, fazem experiências, formulam leis científicas. O exemplo de Arquimedes é típico. A cidade de Siracusa fôra ocupada pelo exército romano, e os soldados invasores entraram em casa d'êle, sem que o sábio desse conta de tais ocorrências, e sem que ouvisse as perguntas que lhe faziam — ¡ tão embebido estava nos seus cálculos !

A felicidade dos sábios consiste em investigar, em descobrir, em produzir, em aliviar a humanidade do pesado fardo da sua ignorância.

¿O mundo não compreende isto e moteja, ridiculariza ou desconhece os sábios? Tanto pior para êle, visto revelar, por esta maneira, a sua inferioridade e a sua ingratidão. ¿Pois não houve, há anos, um jornal português que, categoricamente, colocou no mesmo pé de igualdade — como sendo os maiores homens do século actual — os sábios Marconi, Edison e o jogador de futebol Pinga e o pugilista Santa (Camarão) (1) ?!

O mundo está assim mesmo. Festeja as estrêlas de cinema, pede autógrafos aos actores donjuanescos da pantalha, aclama com delírio os ciclistas dos diversos «circuitos» e «voltas»; e enquanto faz isto e muito mais de igual estilo, desconhece, olímpicamente, os altos serviços dos sábios e dos eruditos, fautores da civilização, e que sem o mínimo desfalecimento, trabalham de dia e de noite, no silêncio dos seus gabinetes, dos seus laboratórios, das suas oficinas.

As multidões só admiram os actos aparatosos. A renúncia obscura não as seduz, o sacrificio heróico e sublime não as impressiona. No entanto, é no sacrificio que reside tôda a grandeza do esforço intelectual puro. Já Santa Teresinha de Lisieux afirmava: « A todos os êxtases, eu prefiro o sacrificio ».

A vida dos sábios é tôda de sacrificio moral, intelectual e físico. Pela Ciência e pela Humanidade, eles sacrificam os seus legítimos ócios e prazeres, sacrificam a saúde, o bem-estar, e até os próprios affectos da família. É preciso, pois, que se lhes dê alguma compensação, ainda que seja mínima. Só pode haver justiça e progresso nos países em que a inteligência encontra estímulos, garantias morais, jurídicas e económicas.

---

(1) Garantimos a autenticidade do facto.

Já no século passado Almeida Garrett propunha, como necessária, «... a declaração dos direitos da inteligência, da propriedade dos que trabalham no silêncio do gabinete, rodeados da penúria e da fome tantas vezes — vítimas da ciência, mártires da civilização, que não poucos o têm pago com a vida, que pela maior parte sacrificam fortuna, saúde, o futuro de seus filhos à glória das letras do seu país e da espécie humana...» (1).

Cercados de incompreensões, os sábios, os intelectuais e os estudiosos dignos de tal nome, acabam, muitas vezes, por se afastar da praça pública. E desse isolamento os acusam ¿ Mas como poderiam êles trabalhar, no meio da confusão e do borborinho do mundo? O isolamento é a sua libertação, e nêle encontram, mesmo assim, um pouco daquela paz e daquela precária felicidade que o mundo lhes nega quási sempre: « Felizes os homens que, vivem nos seus laboratórios, no meio das suas retortas, dos seus instrumentos de investigação e dos seus livros, sem se preocuparem com os ruídos de fora, porque colocam tôda a sua felicidade na pura comoção intelectual, todos os dias renovada pelo entusiasmo das suas investigações. Os tormentos da inveja são por êles desconhecidos » (2).

MÁRIO GONÇALVES VIANA.

---

(1) Almeida Garrett, *Política* (Vol. II), Representação à Rainha, 1851.

(2) Eugène Raïga, *L'envie*.

# FIDELIDADE REAL

Pode a Monarquia anteceder uma nacionalidade. Mas nacionalidade sem Monarquia, é que nós não vemos persistir e fortificar-se na existência acidentada dos povos da velha Europa.

ANTÓNIO SARDINHA.

**E**M seguida à convenção de Évora-Monte, assinada em Maio de 1834, abandonava a sua Pátria a bordo da fragata inglesa «Stag», no dia 1 de Junho do mesmo ano, o Rei de Portugal D. Miguel I.

Era o epílogo de uma larga luta travada entre dois irmãos, sangue do mesmo sangue. Ambições e intrigas mesquinhas atiravam para o exílio um Rei Incomparável.

D. Miguel que tinha contraído matrimónio com sua sobrinha, D. Maria II, com quem casara por procuração em 1826 — tinha ela nove anos — consorciou-se, depois da dissolução do mesmo casamento, em 1834, a 24 de Setembro de 1851, com a Princesa Senhora Dona Adelaide Sofia de Loewenstein-Wertein-Rosemberg, que pelo seu casamento teve o tratamento de Majestade e que depois da morte de D. Miguel, ocorrida a 14 de Novembro de 1866, entrou na vida religiosa a 12 de Junho de 1897, no Convento de Santa Cecília, na ilha de Wight.

A Rainha Senhora Dona Adelaide de Bragança, nasceu a 3 de Abril de 1831 e faleceu no seu duplo exílio, em santidade, com 78 anos de idade a 16 de Dezembro de 1909.

«Para retratar, verdadeiramente, o carácter de Dom Miguel é necessário dizer, antes de tudo, que era justamente o contrário do que espalhava tendenciosamente, a maçonaria. Era dotado de uma extremada bondade de coração e delicadeza de sentimentos; a sua inteligência era clara, de uma pronta apreensão e o seu critério absolutamente direito. Pela palavra e pelas acções sempre mostrou ser um verdadeiro cristão, cheio de temor de Deus e de índole cavalheiresca. Todos os seus princípios e as suas acções eram reguladas segundo as leis de Deus e da Igreja.

No curso da vida era alegre, amável, benevolente para com todos; mas testemunhava predilecção pelos que sofriam e pelos pobres que, em tôda a parte, o amaram, o veneraram e o buscavam. Chegava a chorar com os que choravam e alegrar-se com a felicidade alheia.

Era lendária a sua bondade; contava-se que, muito menino ainda, já mostrava um grande coração pelos que sofriam. Quando, em 1807, a Família Real Portuguesa se refugiou no Brasil, a escravatura não estava ainda abolida. Um dia, o Infante, apenas com cinco anos, viu na rua um negrito cujas costas mostravam os cortes de duras chicotadas. A esta vista o pequeno Infante rompeu em soluços sem consolação até que o pretinho foi comprado ao duro senhor e pôsto no Paço ao abrigo de maus tratos. Muitas vezes, quando à noite despiam o Infante, as suas aias notavam a ausência da camisa... perguntado, respondia naturalmente: «Sim, sim, vi uma criança nua e então dei-lhe a camisa.» Outras vezes ainda, não tendo mais dinheiro, dava as colheres de prata de seu uso. Ralhavam-lhe, mas, voluntarioso, as camisas e as colheres de prata continuavam a faltar nos Paços Reais.

Se o coração de D. Miguel se mostrou sempre cheio de caridade pelo próximo, mais cheio estava ainda de respeito por Deus e pela Sua Igreja. Uma fé viva e profunda com uma profunda e viva piedade eram os alicerces da sua vida interior, dominando tôdas as acções. O título de Majestade Fidelíssima, que Roma deu aos Reis de Portugal, melhor se applicaria a êste Rei destronado, do que a qualquer outro.

Sobre a personalidade do Senhor Dom Duarte, publicou o Dr. Tomaz Ribeiro Colaço no semanário *Fradique* de 19 de Abril de 1934, uma entrevista com o Sr. Conselheiro Azevedo Coutinho, donde extraímos o seguinte:

— «Eu tinha tido, já, muitas provas directas de uma invulgar inteligência, de um raro equilíbrio. Tivera também, informações seguras, de que não podia descrever totalmente, mas poderiam ser optimistas... Neste primeiro contacto directo aconteceu-me porém o que não previra: — ver largamente ultrapassada a minha mais ansiosa expectativa. Tenho quasi setenta anos, e nunca me aconteceu, falando com *um rapaz*, sentir logo, nêle, uma superioridade que se me impusesse assim. Ao cabo de cinco minutos de conversa, o Senhor D. Duarte é irresistivelmente o Superior, o Chefe, a quem escutamos.

«Creio que o meu passado me coloca ao abrigo de que me supõem fácil de intimidar. Pois asseguro-lhe isto:— temos um Chefe. E note, o Senhor D. Duarte é a simplicidade em pessoa.»

.....  
Azevedo Coutinho falou ainda da maneira por que o Senhor D. Duarte encara a questão social, da sua noção de uma Monarquia Popular, baseada no Povo, «que foi sempre o grande amigo do Rei» uma Monarquia de Hoje, que só procura em ontem as raízes históricas de uma indispensável continuidade, e realiza as grandes lições modernas, que só ela pode estavelmente realizar.»

O mesmo amor do povo e do País, transparece nas aspirações do Neto do grande Rei Proscrito, afirmando a preocupação ancestral daquela Família.

ABÍLIO COELHO.

---

## EM TERRAS DE ANGOLA

De entre os amigos de *Gil Vicente* é justo salientar o nome do nosso prezado Camarada Sr. Herculano Lopes Ferreira, a quem esta Revista deve a expansão que conquistou naquela nossa província ultramarina. Por motivo do seu regresso ao Continente, fica a ser nosso Delegado em Luanda o também nosso amigo Sr. Amadeu Pinto Leite Cristelo, com quem devem ser tratados os assuntos que digam respeito à *Gil Vicente*.

Manifestamos ao Sr. Herculano Lopes Ferreira o nosso reconhecimento muito sincero e cumprimos o nosso novo Delegado, Sr. Amadeu Cristelo, também já credor da nossa muita estima.

# Em recordação do Congresso da J. C. F. em Lisboa

*A Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Maria Carlota Ferrão de Tavares e Távora, filha do nosso Director Sr. D. José Ferrão, dá-nos, neste artigo de grande misticismo e exaltação religiosa, as suas impressões sôbre a grandeza do acontecimento social e católico passado em Lisboa por ocasião do Congresso da J. C. F. e da romagem da Virgem da Fátima.*

*A Senhora D. Maria Carlota que já se tem afirmado uma oradora de largos recursos em diversas sessões das Juventudes em que tem tomado parte, revela neste primeiro trabalho que publica, qualidades que, vencidas as naturais indecisões, se irão acentuando cada vez mais. As suas impressões, denotam um poder de observação e de descrição próprio de um espírito culto.*

*É por isso que, com os nossos cumprimentos, esperamos que a Senhora D. Maria Carlota continue a distinguir, com novos trabalhos, esta Revista que seu pai distintamente dirige.*

A. de O.

**N**O dia 8 de Abril, dia que ficará gravado no coração de todos como hora bem dita de Fé e Amor à Virgem, saiu da Cova da Iria, a caminho da Capital, a Imagem miraculosa da Senhora da Fátima! À despedida, acorreram numerosos peregrinos, e foi entre lágrimas e súplicas que êles dirigiram à Virgem o seu saúdoso adeus. A formar alas, fora do recinto, muitos pastores — classe humilde e boa onde a Senhora escolhera os Seus videntes da Fátima, — e, junto dêles, para que a Virgem os abençoasse também, os seus pacíficos rebanhos.

Pastorinhos que nascem, vivem e morrem sob êsse Céu miraculoso da Fátima, como é inocente e santa a vossa alma, quam afastados viveis dos gritos lancinantes de morte e dor, que, hoje, ecoam pelo Mundo!

Ourém... Leiria... — sentinelas firmes dêste Portugal vèlhinho, — acorreram entusiásticamente à passagem da Senhora e fizeram vibrar, ao som marcial dos toques de clarins, as muralhas já corroídas dos seus Castelos.

Criancinhas que, habitualmente, ajoelham à beira dos caminhos, pedindo esmola aos peregrinos, vieram ajoelhar, também, à passagem da Virgem e pediram-Lhe uma esmola, a esmola da Paz.

*Mãe dos pequeninos, dai-nos a Paz!*

E os sinos, que bem tocaram nesse dia de grande festa! Foi em honra da Mãe de Deus que êles repicaram, os sinos pequeninos dos campanários, os sinos grandes das Igrejas, os sinos gigantes dos Mosteiros!

Batalha... Alcobaça... Ó penhõres magníficos da gratidão e amor dos nossos Antepassados à Virgem! Pedras rendilhadas e venerandas, vós fôsteis iluminadas pelo olhar d'Aquela para honra de Quem, há séculos, com tanto carinho vos trabalharam. O olhar da Senhora pousou sôbre vós, demorada, insistentemente, fazendo-vos reviver os feitos grandiosos do Passado. Os nossos heróis, prostrados perante a Imagem, suplicaram-lhe, com o Portugal de hoje, a continuação da Paz para o Portugal de amanhã!

*Rainha dos Portugueses, dai-nos a Paz!*

Gentes dos campos e das serras vieram à estrada, engalanaram os caminhos, acenaram lenços, entoaram cânticos, dirigiram súplicas! Aos pés da Imagem, como chuva abundante e permanente, caíam as mais lindas flores, e, à mistura com elas, meio escondidas entre a folhagem, cartas e bilhetes, palavras mal legíveis, algumas, mas que a Virgem interpretava só em vê-las: súplicas de corações angustiados, preces de misericórdia para almas e corpos enfermos, desejos veementes de Paz, ex-votos reconhecidos de milagres alcançados. E, pela estrada fora, quantos quadros dignos da pena de poetas e escritores!

Junto à porta aberta de sua casa, uma mãe aflita — os olhos, onde já secaram as lágrimas, congestionados pela dor, as mãos, trémulas pelo desespero — espera a passagem da Virgem, e, perante a comoção de todos quantos a viram, num gesto que só a Senhora compreendeu, porque também é Mãe, apontou-Lhe a porta aberta de sua casa. Lá dentro, nessa hora em que passava a Senhora das Dores, mas também das Graças, jazia moribundo, um seu filho muito querido... e... se a Senhora quisesse... ficaria curado!

Corpos que a doença desformou, faces maceradas pelo sofrimento, vèlhinhos — almas a arder em Fé, outras movidas pela curiosidade, — de tudo se viu pela estrada além; mas nos olhos de todos, sempre os mes-

mos sentimentos: primeiro de alegria e esperança nAquele que, ao longe, se começava a avistar; depois, de comoção e súplica à Virgem, que passava junto dêles; e, finalmente, de saúde pela doce Imagem que, já ao longe, se afastava!

E, assim, entrou a Senhora, em magnífico cortejo, ao entardecer de 8 de Abril, na cidade de Lisboa. Esperava-a, devidamente organizada, uma grande multidão que, desde o princípio da tarde, ali se reunira numa ânsia infinda de receber a Virgem da Fátima.

O Campo Grande parecia, nessa tarde, maior que nunca, tão impressionante era o espectáculo admirável da fusão, pelo ambiente de sobrenatural que se respirava, de crentes e descrentes, de ricos e pobres, de jovens e vélhos.

Já à noite, entrou a Imagem da Senhora na Igreja da Fátima tendo então Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Sr. Cardial Patriarca, em breves palavras, demonstrado ao povo, ali presente, a alegria de Nossa Senhora, a da Igreja e a dêle, pelo triunfo da viagem até Lisboa e pela grandiosa manifestação da chegada! Com chave de ouro começava o Congresso que as raparigas da J. C. F. haviam organizado, e nesse ambiente de Fé e de Amor se cumpriram todos os números do programa. Em sessões de estudo variadas, versaram oradoras ilustres interessantíssimos temas, e as conclusões do Congresso, lidas no dia 11, pela Presidente Nacional na última dessas sessões, ficaram gravadas no coração das 12.000 raparigas, então presentes em Lisboa, como palavra de ordem para a continuação do seu apostolado futuro. Não poderei deixar de me referir aos dois outros números do programa dêsse dia 11, àquele fim da tarde em que milhares de raparigas, cabeças levantadas, conscientes do seu querer e sentir se dirigiram, levando à frente os estandartes, até ao Patriarcado, e, ali, debaixo das janelas de Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Sr. D. Manuel Cerejeira, fizeram uma manifestação tão sentida, vibrante, entusiasta, a Sua Ex.<sup>a</sup>, à Igreja, à A. C. e a Portugal, quam sentida, vibrante, entusiasta era a Fé que ardia naqueles corações de mulheres cristãs e Portuguesas.

Também a sessão do Coliseu dos Recreios constituiu um espectáculo belo e deslumbrante, já pelo aspecto de mocidade e côr dado, pelas raparigas, à sala, já pelo brilhante desempenho do entusiástico «Côro Falado», já, finalmente, pela vibrante alocação do Sr. Cardial Patriarca que, comovidamente, agradeceu às raparigas — como mais tarde o fêz, também, a uma Dirigente, o Sr. General Carmona — em nome da Igreja e de Portugal, a maneira como elas, com o seu Congresso, se haviam mostrado dignas continuadoras dos Santos desta Terra, dos heróis desta Pátria!



Chegara o dia 12, último dia do Congresso. De manhãzinha, lá partimos para a Missa Campal celebrada na Praça do Império, Praça que quasi direi sagrada para os Portugueses, pelas recordações que ali vivemos — recordações do Passado, recordações do Presente... Na nossa frente, os Jerónimos — reliquia majestosa e linda do Poder de Portugal no Passado, — dum e de outro lado, dois Pavilhões-testemunhos dessa magnífica Exposição que, no Presente, veio demonstrar ainda uma vez, a imortal vitalidade desta Raça Lusitana — e, finalmente, por detrás de nós, o Tejo — caminho tantas vezes sulcado para honra e glória da Pátria Portuguesa! — Entre os Pavilhões, a meio da Praça, erguia-se o Altar. Para àquem da linha de Cascais, milhares de raparigas com suas blusas azuis; para além, a massa imensa do Povo! Foi tal o ambiente de recolhimento e união durante a Santa Missa que, os milhares de pessoas ali presentes, dir-se-iam uma só — união mística e perfeita entre os fiéis e o sacerdote. Nos olhos, sei lá em quantos, havia lágrimas de comoção.

O momento da Comunhão foi soleníssimo. Trinta sacerdotes, debaixo doutras tantas umbelas, levaram a cada um dos comungantes, espalhados aqui e além pela Praça imensa, a Hóstia Santa, o pão transformado naquêle Altar no corpo e sangue de Cristo.

Durante a Missa, falara o Sr. Bispo de Helenópole, e as suas palavras tiveram o condão de gravar mais profundo na alma, como recordação eterna, o acto soleníssimo a que acabáramos de assistir.

Ao terminar êsse inolvidável dia 12, assistimos à mais imponente e impressionante manifestação de Fé, jamais vivida em Lisboa.

Com efeito, o que se passou de maravilhoso nessa noite bemdita, é impossível de descrever; poder-se-á, melhor ou pior, dizer alguma coisa sôbre a imponência e a beleza do espectáculo que os olhos viram, mas não se encontrarão palavras que traduzam o que de estranho, de sobrenatural, as almas então sentiram! A abrir a Procissão, num acordar de almas rebeldes ou indiferentes, o toque vibrante de clarins. Depois... sei lá quantos milhares de pessoas, figuras ilustres da Igreja, do Govêrno, altas patentes civis e militares, Legião, Mocidade, aristocratas, plebeus, ricos e pobres, todos irmanados no mesmo preito e alumiados pela luz tão débil mas salutar dêses milhares de vèlinhas que se acenderam para louvor da Mãe celeste. As blusas azuis de milhares de raparigas, formavam mancha imensa a contrastar, pela suavidade de seu tom, com o vermelho vivo das luzes. E as estrêlas, lá em cima, brilharam nessa noite com maior intensidade, quais fogueiras gigantescas, emprestando o brilho da sua luz celeste à luz terrena das nossas vèlinhas!

E a Procissão lá seguia... Três horas durou ela e, durante êsse tempo, nunca se deixaram de ouvir cânticos e orações, de mistura com lágrimas de comoção, cânticos, lágrimas e orações tão devotas, tão sinceras, que dir-se-iam flechas certeiras e rápidas a subirem até ao Trono de Deus! Mar imenso de luz (labareda ardente de fogo, corações e almas unidas na mesma Fé), teve tal grandiosidade que até mesmo os que foram ver a Procissão, levados talvez pelo espírito de crítica ou curiosidade, guardavam o mais respeitoso silêncio: olhos transfigurados pela surpresa, pelo poder do sobrenatural, lábios trémulos balbuciando, alguns, as palavras meio esquecidas da Avé-Maria, de pé, ignorantes do tempo, insensíveis à fadiga que os tomava.

Por tôda a parte se via gente: nas árvores, nas varandas, nas janelas, nos telhados; e, em todos, o mesmo respeito, a mesma comoção... Nas casas havia velas acesas — setas luminosas a recordar à Senhora cada um dos lares, cada um dos habitantes! Assim Lisboa se transformou, nessa noite bemdita, num gigantesco braseiro onde caíam, sem murchar, as flores imortais das preces e das lágrimas: *Senhora da Fátima, dai-nos a Paz... A Paz, para o mundo, a Paz, para aquêles que deixamos em nossas casas, enfermos de alma, doentes de corpo, a continuação da Paz em Portugal.*

E quando, ao recolher da Procissão, a Senhora passava no Seu andar, montanha elevada das mais lindas flores, todos sentiam um arrepio de comoção, de êxtase. Os lábios tremiam, as mãos erguiam-se instintivamente em atitude devota, e dos olhos rolavam as mais sentidas lágrimas. E a Virgem, ao olhar aquela multidão submissa ao Seu celestial Poder, compreendia os desejos que os lábios se negavam a balbuciar, convertia corações, afastava dúvidas. Pelas duas da madrugada havia ainda, em frente da Igreja de Fátima, muitas velas acesas, muitas centenas de pessoas que, após a Bênção do Santíssimo, ali ficaram para assistir à Missa, à qual se seguiria a partida da Imagem para Fátima. As cinco horas, muitos dos que tinham ido descansar, voltaram, e, a despedida dAquele que passara pela cidade de Lisboa, deixando um rasto de luz, de bênçãos e graças, fez-se no mais comovente e devoto «adeus».

A viagem de regresso, foi talvez, — dizia-me alguém, — mais impressionante que a da ida. Não se passariam cem metros de estrada, sem que se deixasse de ver gente; gente que estivera ali a noite, de vigília, não fôsse a Senhora passar sem que êles A vissem. A certa altura, avistaram-se muitos marinheiros, alunos duma Escola e, êsses, para que a Virgem melhor os visse, lhes concedesse uma bênção especial, formaram

em fila, a tóda a largura da estrada, de joelhos em terra, de mãos postas em oração.

Os trabalhadores, operários, artistas, foram nessa manhã mais contentes que nunca para o trabalho. É que haviam começado o dia pela visão celestial da Mãe de Deus e, Ela, abençoara-os, a êles, a suas famílias, a seus honrados utensílios de trabalho...

Como o coração da Senhora ficaria contente com tão comevedoras provas de Amor de Seus filhos! Na estrada, junto às choupanas e casas mais pobres, havia, aqui e além, paus espetados no chão e, pendentes de cordas suspensas entre cada um, — quais ricos brocados em magníficas varandas, — pôs, essa pobre gente, em honra da Virgem, tudo quanto de mais rico possuía: lençóis, toalhas, cobertas...

Que enternecedor espectáculo aquê! De repente, alguém, num entusiasmo louco de Amor e de esperança, lança-se, num grito de súplica, sem se importar com o que lhe possa acontecer, para a camioneta em andamento. O cortejo parou. Todos julgaram que a pobre mulher ficara gravemente ferida. Porém, do alto do Seu trôno, a Senhora, olhara para ela e com êsse olhar, protegera-a do perigo, dera-lhe a alegria de alma que ela, confiante, Lhe multiplicara!

E... pelo caminho além, sempre gente, sempre orações, sempre cânticos, sempre lágrimas e flores, sempre flores e lágrimas!

Algures, apareceram na estrada garbosos e jovens cavaleiros que, em guarda de honra à Imaculada, seguiram dum e outro lado do andor, uns dez quilómetros. Era um grupo de alunos da Escola Agrícola de Santarém que, vinha, assim, demonstrar à Rainha do Céu que também os rapazes da nossa terra a sabem honrar e amar!

Passava já das cinco horas da tarde quando a Imagem da Senhora entrou na Cova da Iria. Inúmeros peregrinos a esperavam.

Era o dia 13 e ninguém saíra sem primeiro assistir à Missa dos doentes celebrada, por licença especial, a essa adiantada hora.

Estava terminado o Congresso da J. C. F., Congresso que, graças a Deus, nos deu uma prova valiosíssima da onda de Fé e de recristianização que, através de Fátima, reconduzirá Portugal ao seu lugar de Nação Cristianíssima, de Nação fidelíssima dos nossos reis doutroa.

MARIA CARLOTA FERRÃO DE TAVARES E TÁVORA.

## COUSAS DA MADEIRA

# Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos

### 3—Males e Remédios

Deveríamos rematar esta parte com aunar tudo que já se disse, ampliando-a, dando-lhe forma, pois como ficou composta achámo-la díspar e resumida para o grande número de lendas (1), factos, memórias, hábitos, crenças, usos e costumes que, de idade em idade, se transmitiram entre os da grei. Dêste modo leitores amigos, tende paciência, mas depois de me haverdes ouvido nalgumas, poucas, das muitas crenças e superstições das nossas gentes, certo de que viver com o povo é viver nas duas verdades fundamentais da nossa raça, peço-vos trilhemos juntos, com a vossa benevolência e em passeio de desenfado, a bizarra e vastíssima estrada do remédio caseiro.

Por via de regra, na Madeira, o doente pobre busca alívio a seus males com *mèzinhas*, conseguíveis de ervas do campo. A medicina caseira é vasta.

A ciência popular oferece rico receituário para a cura das mais conhecidas e exquisitas doenças, e assim, há *mèzinhas* para quem sofre do peito, ou para males do coração, para o atrofiado ou para quem é atreito a desmaios, há-as enfim para tôdas as moléstias do corpo, e refiro-me sòmente às do corpo porque para os achaques da alma, para êsses, a sua cura, na razão do povo, *está em Deus*.

Não vos maço de novo aqui, com a descrição da cura do olhado-mau a que o homem está treito; nisso, embora ligeiramente, já tocamos.

Não vos falo, tam pouco, nas boas ou nas más andanças da fortuna, — que o conhecer dessas incumbe às mulheres de cartas, leitoras do futuro, como do presente...

Não vos quero chamar a enfado, para nada, pois a querê-lo narrar-

---

(1) A êste trabalho ainda se seguirá um terceiro e último, que será o quinto da série, no qual se referirão mais algumas lendas que foram esquecidas nos dois primeiros ensaios.

-vos-ia mais umas quantas superstições do nosso povo, tôdas elas prenhes do belo e do ingénuo, e, a talho de foice, poderíamos contar agora algumas ao acaso: espelho que se quebra e anuncia desgraça para breve; o beijo em pessoa que na mão tenha uma luz acesa, ou o deixar passar entêrro estando deitado ou à mesa, pois traz morte grande entre os familiares; treze pessoas à mesa agoura morte que leva dentro de um ano, mais dia menos dia, o mais novo dos comensais; a galinha que cante como galo deve ser abatida por anunciadora de tristezas, ... e quantas mais que ficam esquecidas...

Não vos importuno por agora com as formosas e individuadas ingenuidades da manhã do S. João, ou do S. Pedro, pois isso fica para a próxima (1).

Não quero chamar a terreiro, por nada dêste mundo nem do outro, ao bicho-mau (2) porque se o desejasse iria contigo, leitor amigo, a uma encruzilhada de caminhos, aí pelas minguadas horas das doze badaladas, e, uma vez ali, deitado de costas, e com os braços em cruz, um canivete aberto de travessa na bôca, e ainda tendo o indispensável lenço vermelho, dava três assobios dos dobrados e, a vosso contento, o teríamos a nosso lado. Mas disso me arredo por não querer negócios, por reduzidos que sejam, com o diabo, e ainda por não possuir resistência bastante para, às cavalitas, carregar seu pesado e volumoso corpanzil até às profundas... Se tu, leitor amigo, podes e queres, vai, mas deixa-me em paz...

Também não é de queda trazer-vos à fala para lastimar, por tornar o dia em nefasto, o sal que se espalhou; o azeite que se entornou ou a tinta de escrever que se derramou. Não merece a pena aborrecer-vos pelo poisar do papagarro (mocho) por sabido que traz consigo a ruína e a morte à casa em cujo parapeito ou telhado descansou. Para que falar do cão que, pela noite, uivou, se com êste lamento êle chora para breve a morte do dono?! (3).

---

(1) No estudo que nesta série a êste se segue, *Romagens & Romarias; Tipos & Costumâcias*, diremos algo sôbre o assunto. Falaremos então, com mais desenvolvimento, do costume de ir pela meia-noite do dia do Santo à beira-mar procurar ver a sua imagem a qual a se não reflectir nas águas é indicação segura de que no ano vindouro já ali não irá o triste condenado. Em ôvo deitado num copo pode o Santo predizer o futuro de seu devoto preguntante, e as casamenteiras procuram, nesta noite, em bocejos de água-benta, ou nas sortes de papelinhos, o nome de seu futuro...

(2) Dão êste nome ao demónio.

(3) Nalgumas localidades o uivo do cão indica a passagem de *ar ruim*, portador do quebranto, de que já falamos.

Nada disso...

A crença nas feiticeiras e seus malefícios, nas bruxas e seu danado vício de chupar o sangue às crianças adormecidas (1), a credence no mau olhado e nas correntezas de ar mau, vivem arreigadas no sentir do nosso simpático povo.

E, como se enganam aquêles que, na credulidade e ingenuidade do nosso povo, olham (mas sem ver, porque não o podem!) a ignorância das classes menos cultas! Quantas lições nos não presta o povo com estas suas formosíssimas certeza?!...

Mas, neste momento queremos, tão somente, dar-vos, embora em prosa pobre, os mais cadimos e conhecidos recursos da medicina popular islena.

E para começar, e como em tudo pelo princípio, aconselhamos às mães inexperientes, não esqueçam um cuidado de primeira hora: as águas em que, pela primeira vez, é lavado o recém-nascido devem ser lançadas em sumidouro. Libertem-se do mau costume de atirá-las à rua, lugar que, pela calada da noite, as bruxas com certeza procurarão para maldade grave no menino. Quantas vezes o povo deita vozes contra a mãe de néscio por esta descuidadamente ter arremessado (culpa que trouxe a doença do menino!) com as águas ao caminho!...

É de recordar aos pais nunca dêem uma dita (2) a suas filhas solteiras: desgraça grande será, pois estas ao comê-la ficarão condenadas a, uma vez casadas, terem parto difícil de dois gémeos.

(Continua)

FERNANDO DE AGUIAR.

---

(1) Com uma tesoura aberta sobre a cabeceira, afasta-se o perigo, muitas vezes a própria morte, porque no lugar onde haja tesoura aberta não entra bruxa.

(2) Fenómeno teratológico: união natural de dois frutos em um só. É comum no fruto da bananeira.

---

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1842

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Abril

**Dia 4** — Ao romper da aurora repicaram os sinos de tôdas as tôrres, por ser o aniversário natalício de S. M. a Senhora D. Maria II. Ao meio dia houve uma brilhante parada, na Praça do Tournal, feita pelo batalhão de infantaria n.º 14, a que assistiu imenso povo. O comandante do batalhão (major Rangel), deu vivas a S. M. a Senhora D. Maria II, a S. M. o Senhor D. Fernando e à Carta Constitucional.

Nessa ocasião estrelejaram bastantes foguetes, tanto na Praça do Tournal como de frente da Câmara.

A officialidade reuniu-se num jantar, na casa do Beringel, oferecida para êsse fim pelo capitão Bezerra, do mesmo batalhão. Por convite da Câmara, por meio de Bando, houve, à noite, iluminação geral. (P. L.).

**Dia 11** — Acompanhado de sua espôsa, filha do Duque de Palmela, chegou aqui o filho do Conde de Terena, José, e mais pessoas da sua comitiva. Andavam em viagem pela província.

No dia seguinte visitaram a Colegiada, o Hospital de S. Francisco, etc., e partiram para Braga. (P. L.).

**Dia 17** — Toma posse do comando do batalhão de infantaria 14, aqui aquartelado, o coronel José Luiz de Brito e Melo. (P. L.).

**Dia 25** — Por decreto de D. Maria II é cedido à Câmara o convento dos religiosos de S. Domingos para nêle se estabelecer o tribunal judicial.

## Maiο

**Dia 3** — O 2.º Barão de Vila Pouca é nomeado Par do Reino.

**Dia 11** — Chegou a esta vila o Visconde de Valongo, general da província. Foi hós-

pede do Barão de Vila Pouca. No dia seguinte passou revista ao batalhão n.º 14, regressando, no dia 13, ao seu quartel-general, em Braga. (P. L.).

**Dia 26** — Perto do meio dia saiu a procissão de *Corpus Cristi*, a-pesar-de ter chovido tôda a manhã e estar a chover quando saiu, e até quando se recolheu. Esta procissão estava preparada para ser uma das melhores que se tinham feito e esta circunstância, aliada à teimosia de alguns membros da Câmara e do Cabido, fizeram com que saísse, estragando-se todos os paramentos, opas, etc. As Ordens Terceiras e as Irmandades já não contavam que a procissão saísse, sendo preciso, por isso, que a Câmara as mandasse chamar. (P. L.).

## Junho

**Dia 5 (Domingo)** — Foi feita a eleição dos eleitores de província, para elegerem os Deputados, segundo a Carta Constitucional, saindo eleitores nos círculos eleitorais desta vila, os seguintes: — na Colegiada, José Joaquim Vieira, António de Nápoles e o major Rangel, de infantaria 14. No de S. Sebastião, o bacharel João António de Oliveira Cardoso. O partido setembrista, ligado ao partido miguelista, trabalhou muito em opposição ao partido cartista. Foi, porém, vencido, não só nos círculos da vila, mas, também, nos da aldeia. Na vila houve perfeito sossêgo. (P. L.).

**Dia 19** — Na cidade de Braga, bem como em tôdas as cabeças de província, procedeu-se à eleição dos Deputados. Desta vila foi eleito o conselheiro João Baptista Felgueiras. A maior parte dos deputados pertencia ao partido «chamorro». (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



CARTAS A UM CÉPTICO SÔBRE AS FORMAS DE GOVÊRNO, por José Maria Pemán. Edições «Gama». Lisboa, 1941.

Nunca se deve perder a oportunidade de traçar duas linhas sôbre trabalhos género *Cartas* que o escritor espanhol Pemán acaba de publicar.

Trata-se dum ensaio onde a lógica é o fulcro para a essência do estudo a que Pemán se dedicou. E digamos que é na clareza do Raciocínio que o escritor consegue atingir a sua finalidade. Não se perde em noções estéreis para explicar o seu pensamento, nem busca artificios para alcançar a conclusão.

Tudo está inteiramente harmónico, certo, coerente. E para maior relêvo não lhe falta brilho literário.

Mas que pretende Pemán? Sòmente esta idea: a única forma de govêrno que dá estabilidade à Nação assenta numa Monarquia. A Nação será tanto mais feliz quanto o govêrno ascender por hereditariedade ao mando do Povo. Ao Rei sucede o Príncipe — companheiro e instruído na técnica do govêrno.

Opõe-se dêste modo à forma da Repú-

blica que carece de chefes mediante o carácter electivo e à resultante luta de facções. E daqui não poder a Nação continuar a obra que o governante anterior ordenou e executou.

Pemán escreve para um «céptico» e cremos que tem razão em criar êsse céptico numa época empírica como a que vivemos. As suas *Cartas* são como raios de luz a varrer as trevas em que vivem tantos perderam o rumo nas grandes encruzilhadas do labirinto da dúvida.



ANTES DA VIDA. O ANJO. Confissão, 1941. DIANTE DA VIDA, indícios, 1941, por António Pôrto-Além.

António Pôrto-Além confessa no seu livro *O Anjo* um caso pessoal de Amor. O problema afectivo que o domina produz um ser particular que busca uma personalidade, embora ainda indefinida. Quere dizer: foi de tal maneira fundamental o choque da sua alma com outra alma afim, que a sua vida ficou inteiramente à mercê das acções e reacções do seu semelhante.

Que se passou? O que acontece com

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---



qualquer indivíduo: a aproximação de outros, que o acaso trouxe, sem cuidar de tempo e lugar, a convivência, o entendimento e a vida afectiva a circunscrever-se àquele mundo tão pequeno de dois seres, mas que toma as proporções dum cosmo. Depois nem sempre o affecto tem o mesmo ritmo e à sinceridade choca qualquer desinteligência que de momento se não soluciona. A rutura abriu-se e até ao abandono total pouco falta.

Ficam porém as «feridas da alma», as paixões da alma que têm produzido os grandes Artistas, os pintores, os músicos, os romancistas — chagas que não se fecham, que são do domínio interior e dão uma vida especial ao ser.

Pôrto-Além é um espírito deste género e para dar saída aos seus recalques — para me servir da linguagem freudiana — publicou *O Anjo*, colectânea de pensamentos sobre o seu caso de amor, em linguagem simples, estilo fácil e sem pretensões a criar Escola.

Se Pôrto-Além escolhesse a Poesia talvez o tema sãsse mais belo, alcançasse ritmo e seria de melhor interpretação. O seu trabalho é Prosa e a esta nem sempre vão bem todos os assuntos.

No outro livro, *Diante da Vida*, quis Pôrto-Além permitir-nos a sua observação sobre a Vida, a Morte, o Mundo — tal qual um pensador de que Eugénio d'Ors nos dá um exemplo em *Grandeza e Servidão da Inteligência*.

Pôrto-Além possui ideias — e já é muito — acerca do ambiente que o rodeia, mas ainda não está seguro da jornada que pretende caminhar: hesita entre o céu que o atrai no seu esplendor de silêncio e a terra na sua balbúrdia dinâmica. Ele pensa no Belo como certos poetas gregos, tem da Beleza conceitos a que não devem ser alheias leituras de Platão. E quando o seu espiritualismo escoa pelas páginas do seu trabalho, sente-se a influência de Santo Agostinho ou de Pascal.

Pôrto-Além deverá libertar-se, nos seus

trabalhos futuros, das influências filosóficas que o dominam porque, como afirma Brunswik a uma escola sucede outra, e em nada esta é semelhante àquela — e a Vida é a primeira grande mestra.

Viver, viver muito, viver a vida presente e tirar dela o melhor quinhão para construir, com o nosso esforço o futuro, é o que deverá fazer Pôrto-Além.



BEATO JOÃO DE BRITO, por *João Ameal*. Edição do S. P. N. Lisboa.

Trata-se duma conferência que João Ameal realizou e onde nos dá a conhecer a biografia do Beato João de Brito.

Ainda na adolescência, já se revelava o germen que havia de gerar o grande evangelizador do Oriente e depois, aqui, o alto coração e a pureza de alma que faziam do missionário um Beato, pelo qual a Igreja, e particularmente Portugal se interessariam para o levar ao altar sob o signo de santidade.

Lê-se o livro com agrado e a edição é cuidada.



LISBOA, Texto de *Norberto de Araújo*, ilustrações de *Maria Keil do Amaral*. Edições S. P. N. Lisboa.

O Secretariado da Propaganda Nacional, na sua alta missão de cultura, publicou o roteiro de Lisboa que Norberto de Araújo, grande e ilustrado olissipógrafo, redigiu e a talentosa pintora Maria Keil ilustrou com o timbre moderno que a caracteriza.

Nas suas páginas passam a história da cidade a longas pinceladas, os lugares pre-

directos dos alfacinhas, espalhados aqui e além, sejam jardins, parques ou bairros e miradoiros; depois os seus tipos característicos, oriundos dos quatro cantos de Portugal mas que pelo seu aglomerado fazem parte de Lisboa, como a varina de Estarreja, o pequeno vendedor de jornais buliçoso, rápido, prestável — o ardina; o saloio, vendedor de hortaliças e a saloia, por regra lavadeira.

Oferece-nos o livro várias digressões, e tantas e tantas tem a Capital, no intuito de orientar o caminheiro para um melhor conhecimento de Lisboa.

Como tôdas as publicações saídas do S. P. N. é dum fino gôsto artistico e de atraente apresentação.

JORGE ANTUNES.



PROJECCÃO DE CAMÕES NAS LETRAS INGLÊSAS, por *Luiz Curdim*, Lisboa, 1941.

O sr. dr. L. C., antigo professor da extinta Faculdade de Letras do Pôrto, é um especialista em assuntos ligados ao estudo da língua e da literatura inglêsas, que conhece como poucos no nosso país. Vasta é já a sua bibliografia sôbre o assunto, e muitas são também as traduções de alguns dos maiores poetas inglêses e americanos, as quais tem publicado em revistas literárias e em livro. Podemos, por isso, sem receio considerar o dr. L. C. como um dos pioneiros mais incansáveis da divulgação da literatura inglêsa no nosso país, o que me apraz registar nesta modesta tribuna, porque também sou um dos que se esforçam, tanto quanto mo permitem as minhas exiguas fôrças, por tornar conhecida uma literatura em que sobressaem, entre tantas centenas de nomes illustres, os de Chaucer, Sha-

kespeare, Bacon, Bunyan, De Foe, Addison, Dryden, Pope, Goldsmith, Johnson, Shelley, Sheridan, Byron, Wordsworth, Macaulay, Carlyle, e tantos outros cujos nomes encheriam as páginas desta revista, qualquer deles com tantos direitos como os outros para aqui figurarem.

Com o volume agora publicado procura o dr. L. C. mostrar como foi grande o interêsse despertado por Camões em Inglaterra, logo após a primeira versão ali feita em 1665 por Fanshaw. Consta o livrinho de uma « Introdução » e mais três capítulos.

No capítulo I são estudadas as relações literárias anglo-portuguesas, em especial a penetração das letras portuguesas em Inglaterra, para provar que esta se liga « muito de perto às relações históricas e económicas entre os dois países ». Ali se mostra como já no século XVI eram conhecidos muitos autores portuguezes, especialmente « os que se ocupam dos nossos descobrimentos e expansão pelo mundo ». Vemos depois como o interêsse por Portugal e pelas letras portuguesas não diminuiu, e como ali apareceram no século XVII muitas traduções de autores portuguezes, feitas quer do latim, quer do castelhamo, e como no 3.º quartel daquele século appareceu a primeira tradução inglêsa dos *Lusíadas*, já citada. Tal interêsse aumenta ainda mais com o advento do Romantismo, especialmente depois das traduções e dos originaes de Mickle, de Lord Strangford, de Southey, de Adamson e outros, até aos nossos dias em que do lado de lá da Mancha appareceu a pléiade illustre de lusófilos, à frente dos quais é justo destacar dois nomes a quem nunca poderemos pagar o muito que lhes devemos: o Prof. Edgar Prestage e o sr. Aubrey F. G. Bell.

O capítulo II é todo occupado com o estudo e análise, embora passageira dada a exigüidade do volume, das traduções inglêsas de Camões, quer das suas líricas, quer do seu poema. Curiosas são as informações que o A. nos dá quanto ao modo como se houveram os tradutores inglêses

de Camões, e como alguns ladearam as naturais dificuldades motivadas, sobretudo, pela índole diferente das duas línguas.

O capítulo III estuda as linhas gerais da evolução do renome de Camões em Inglaterra, notando como, uma vez conhecido, Camões foi considerado poeta digno de ombrear com os grandes poetas épicos de que a humanidade se orgulha, e terminando com um resumo das traduções estrangeiras do poeta, para acentuar que foi «a Inglaterra — excluindo a vizinha Espanha, e mau grado a enorme diferença das duas línguas, — o primeiro país onde veio a público uma tradução dos *Lustadas*, pouco mais de três quartos de século depois da nossa edição *princeps*: isto é, ainda três anos antes da primeira tradução italiana, mas com 80 anos de precedência quanto à primeira versão francesa, e com 151 anos de precedência quanto à primeira versão alemã».

Embora resumido — por ser adaptação duma conferência que o A. realizou em Agosto de 1939 no Curso de Férias da Faculdade de Letras de Lisboa, agora publicada na magnífica colecção «Cadernos Culturais» da Editorial Inquérito — é livro que se torna indispensável conhecer, e deve figurar em todas as livrarias, não só dos camonistas, como de todos os homens cultos, e, sobretudo, de todos quantos amam as letras inglesas. Apesar de ser um volume de 70 páginas, muitas e preciosas são as indicações bibliográficas que fornece. Bem fez o sr. dr. L. C. em publicá-lo. Oxalá que no futuro torne extensivo o seu estudo a outros autores portugueses conhecidos em Inglaterra, pois é natural que as suas actuais ocupações lhe não permitam dar ao volu-

minho presente aquêlê desenvolvimento que seria para desejar.



AS FILIGRANAS, por *Luiz Chaves*.  
Edições S. P. N. Lisboa, 1941.

Este livro é um mimo; edição lindíssima, em óptimo papel, ilustrada com belos desenhos de Guida Ottolini, creio ser único na sua espécie quanto ao assunto versado pelo (sem favor) ilustre Autor, uma das nossas maiores autoridades vivas no campo da etnografia. Quero crer que ao sr. dr. L. C. esteja reservado num futuro breve o ocupar o lugar lamentavelmente vago pela morte do Mestre que foi J. Leite de Vasconcelos. Curioso anotador e comentador do folclore popular, devotado e amoroso inventariante desses pobres pelourinhos portugueses, o sr. dr. L. C. juntou agora, com esta linda edição do S. P. N., um novo e valioso trabalho de investigação à sua vasta bibliografia.

Consta êle de cinco capítulos. No primeiro estuda o Autor o ouro no folclore, citando para o caso muitas quadras curiosíssimas e fazendo excertos de alguns romances populares. O segundo é o estudo comparativo da joalheria desde os tempos pre-históricos. O terceiro é um breve resumo acerca da origem da joalheria portuguesa. Os dois últimos estudam, com desenvolvimento, a delicada arte da filigrana e dos motivos em uso no nosso País.

E' obra valiosa, escrita em linguagem elegante e escorreita, e que vem valorizar imenso a numerosa bibliografia etnográfica de Portugal.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

# A PROVÍNCIA DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

Seu nome geral, e nomes étnicos <sup>(1)</sup>

*O original deste valioso trabalho do saúdoso Dr. Leite de Vasconcellos ficou em mão do nosso prezado camarada António A. Dória. Publicando-o, prestamos homenagem à memória do distinto etnógrafo.*

NUM extenso território, como é a província de Entre-Douro-e-Minho, onde há grande número de rios, que ora se relacionam entre si, ora, em direcções sensivelmente paralelas, se lançam no mar, cuja praia se apresenta quási em linha recta <sup>(2)</sup>, era natural que os nomes deles servissem para demarcação de terrenos intermédios, onde existissem *villas* rústicas ou outras propriedades. Assim acontecia antigamente, e com freqüência. Vejamos exemplos, que não se colheram agora de propósito, e só à mercê de anteriores e casuais leituras.

---

(1) Abreviatura (iniciais de obras) usadas neste artigo.

AHP — *Arquivo Histórico Português*.

AP — *Archeologo Português* (O).

CC — *Corpus codicum* da Câmara Municipal do Pôrto.

DC — *Diplomata et Chartae*.

EP — *Etnografia Portuguesa*.

RL — *Revista Lusitana*.

VMH — *Vimaranis Monumenta Historica*.

(2) Já no séc. I Pompónio Mela, que era Hipano de origem, se impressionou com a direitura de certos sitios da costa ocidental: *De situ orbis*, liv. III, cap. I.

Os rios mencionam-se nos documentos, umas vezes caminhando os redactores do Norte de Portugal para o Sul, outras ao invés. Nós começamos pelo Norte.

Entre Minho e Cávado, ou como se lê na *Nova Malta*, II, 73, que se reporta às Inquirições de 1258 (no vol. impresso das Inquirições, I, 298), *terra d'entre Cadavo* <sup>(1)</sup> e *Mínio*; ouvidor *entre Cavado e Mynho*, no AP, XIII, 39 (P.<sup>o</sup> Cunha Brito).

Entre Lima e Douro, ou como vem no texto: «Domno Egas pervenit in terram inter urbium *Durio et Limia*. Doc. de 1053, DC, n.<sup>o</sup> 384 <sup>(2)</sup>. Cf. *Elucid.*, s. v. *almandra*.

... *inter Limia et Kátavo*. Doc. de 1081, DC, n.<sup>o</sup> 595. No intervalo dos dois rios ficavam: a *villa Quiriaz cum adjuntionibus suis*, a *villa Argunli*, a *villa Gallegus*, *Villa Frigida*, e *Villa Mediana*.

Entre Homem e Cávado: *inter rivulo Cádavo et Homem*, num doc. de 1033 (num apógrafo feito no séc. XVIII); *juogado de Antre Omê e Cádavo*, no *N. Malta*, I, 349, que se reporta às Inquirições de 1258. Ao julgado se refere também P. de Azevedo in *AHP*, II, 370; e houve conhecidamente um concelho do mesmo nome (abstraindo de ser *Cávado* ou *Cádavo* o nome do rio), de que fala o P.<sup>o</sup> Carvalho, I, 222-225, cujas freguesias pertencem agora ao de Amares.

Entre Cávado e Ave: *vilas meas... quos (sic) aveo (=habeo) inter Ave et Cátavo*, em 1033, DC, n.<sup>o</sup> 281; «heredidade... que aveo (=habeo) in villa Pegiarios... *discurrente rivulo Alister* («Este»), *inter Ave et Kádavo*», doc. de 1034, DC, n.<sup>o</sup> 284; *inter Kátavo et Ave*, em 1081, DC, n.<sup>o</sup> 595, com muitas vilas no intervalo.

Entre Cávado e Este: *inter Cádabo et Aliste*, em 965, DC, n.<sup>o</sup> 91.

Entre Ave e Este (seu afluente): *inter Ave et Alister*, em 1012, DC, n.<sup>o</sup> 218; noutro doc. de 1036, ib., n.<sup>o</sup> 292; noutro de 1052, ib., n.<sup>o</sup> 381; *inter Abe et Aleste*, em 1056, n.<sup>o</sup> 400; *inter Ave et Alister*, ib., n.<sup>o</sup> 408; *S. Martinho de Entre Ave e Este* nas Inquirições de 1220, pp. 20, 185, 231.

Entre Ave e Avizela (hoje «Vizela»): *inter bis alveis Ave et Avizela*, em 1044, DC, n.<sup>o</sup> 332; *inter bis alveis vehementibus (!) Ave et Avizella*, em 1049, ib., n.<sup>o</sup> 372, expressão que se repete no n.<sup>o</sup> 410, de 1058. *Avizela* é um diminutivo de *Ave*, e pois que o povo confundiu este nome (pôsto que pre-romano) com o substantivo comum e vulgar *ave*, disse,

(1) *Cádavo* é a forma antiga de *Cávado*. Cf. *EP*, II 14.

(2) Ou o escriba se equivocou, pondo *urbium* em vez de *rivus*, *rivulus* (ou outro sinónimo de veia de água), ou está *urbs* por «território» (vid. *EP*, I, 20).

falando da região abrangida pelos dois rios, *entre ambas as Aves* <sup>(1)</sup>, por exemplo: *territorio inter ambas Aves*, em 926, DC, n.º 31, p. <sup>(2)</sup>; e bem assim nas Inquirições de 1220, pp. 66, 67, 157, 203, 254, 255, onde se lê S. Lourenço, S. Pedro, S. Miguel de *Inter ambas Aves*, nomes de freguesias que cabiam no extenso território. Ainda no séc. XVI escreve o D.º João de Barros: «*Entre ambas as Aves* he aquella parte onde está Guimarães» <sup>(3)</sup>; e no séc. XVII-XVIII o P.º Carvalho «*Entre-Ambas-as-Aves* continua o termo de Barcelos», e o geógrafo coloca aí: S. Lourenço de Romão, S. Miguel de Entre ambas as Aves, Santo André de Sobrado, S. Tiago de Lordelo, Santa Maria de Gardizela, S. Pedro de Riba de Ave, S. Salvador de Gandarela, e Santa Cristina de Cerzedelo, que são obadias ou curados, e uma é vigairaria <sup>(4)</sup>. Esta verdadeira região (ou sub-região) relaciona-se com a de Riba de Ave, que assim considereï noutra obra, e que compreende freguesias, lugares, e quintas dos concelhos de Famalição, S. Tirso, e Guimarães» <sup>(5)</sup>.

... *inter Ave et Durio*, onde ficavam muitas vilas; em 1081, DC, n.º 595. D. Afonso III, nas Inquirições de 1258, pág. 738, dirige-se a *toti populo de inter Dorium et Avem*, e define a *terra* que a comissão há-de inquirir: ... *ubi incipit in fox Dorii, et eundo eundo superius usque ubi intrat Tamega in Dorium* («Entre os Rios»), et inde eundo superius per Tamegam sicut dividitur terminus de Celorico et de Cabeceyras cum Barroso, et inde sicut vadet directe ad fluvium de Ave, et inde per rivum de Ave sicut intrat in mare... Cf. já as mesmas Inquirições, I, 457.

... *inter Ave et Selio* («Selho», riacho ao pé de Guimarães, afluente do Ave), em 1059, DC, n.º 420 (pág. 259). Nas Inquirições de 1220 fala-se de S. Jorge de *inter Avem et Selium*, I, 171, 213. TERRA D'ANTRE SELHO E AVE, do almoxarifado de Guimarães, dada em teença (tenencia) a Domingos Annes, em 1369: nos VMH, pág. 411 B.

Entre Vizela e Douro. Carta de D. Afonso IV, de 1327, a Lopo Steevez, veedor da justiça do rei *antre Douro e Vizela*: vid. *Dissert. chronolog.*, II, 247.

Entre Leça e Douro: «... *nostram hereditatem in Custodias (Custodias) inter Durio et Leça*», em 975, DC, n.º 109. Outro exemplo no n.º 206 (*villa Custodias*).

---

(1) Cf. *Lições de Filologia*, 2.ª ed., págs. 322-323.

(2) Cf. *EP*, I, 20.

(3) *Geografia*, pág. 94.

(4) *Corografia*, I, 293.

(5) Vid. os meus *Opusculos*, III, 170-172.

... *inter Sousa et Sousella*, em 1049, DC, n.º 373. *Sousela* é diminutivo de *Sousa*; cf. *Vizela* ou *Avizela*, supra; *Tuela*, nome de um rio trasmontano, que, depois de receber o Rabaçal, se chama *Tua* (Baptista, *Chorographia*, I, 49), *Vouzela*, (nas *Lições de Filolog.*, 2.ª ed., pág. 325).

Entre *Sousa* e Douro: «in loco... *inter Durio et Sausa*», em 1070, DC, n.º 305.

... *inter Tamiga et Sausa*, em 1030, DC, n.º 735.

Entre *Tâmega* e Douro, isto é: *inter Dorio et Tamega*, em 959, nos DC, pág. 46, repetidamente; *inter duo flumina Durio et Tameca*, em 1046, DC, n.º 345; *inter bis alveis Durio et Tamica*, em 1077, DC, n.º 543; vid. também n.º 590; comarca e correição de Tralos Montes e *antre Doyro e Tamega*, em 1444, na *N. Malta*, I, 185; correição de *antre Doyro e Tamega*, em 1492, em P.º Alves, *Brag.*, III, 193; comarca de *antre Douro e Tamega*, em 1530, no *AHP*, VII, 241.

Tôdas as mencionadas expressões <sup>(1)</sup>, no geral, têm carácter puramente descritivo — e talvez o leitor folgasse de recolher por instantes no espírito a imagem de uma província de tal modo regada e viçosa — : êsse carácter também a denominação da nossa província o teve de princípio, e foi só pelo tempo adiante, após algumas hesitações, que, como vamos ver, o perdeu, e ela se fixou como nome próprio. Eis aqui um fenómeno gramatical mui corrente.

No foral de Cidadelhe, de 1224, diz D. Sancho II aos povoadores que não têm o dever de ir em expedições militares senão quando fôr o rei, desde os rios Douro até o Minho <sup>(2)</sup>, disposição a que torna a aludir-se depois, por exemplo, nas *Inquisitiones* de D. Afonso III (1258): *si Dominus Rex fuerit inter Dorium et Minium* <sup>(3)</sup>. Em 1253 dirige-se o mesmo D. Afonso III *toti populo* a Minio usque ad Dorium <sup>(4)</sup>. Nos dois casos as expressões são ainda menos do que descritivas, são narrativas, mas vão-se encaminhando para o nome próprio, que nos aparece claramente nos *Nobiliarios* (sec. XIII-XIV), «Gonçalo Mendes de Briteiros, fronteiro por el-rei em Antre-Douro-e-Minho» <sup>(5)</sup>, como a preposição *em* o prova. É o mais antigo exemplo, que conheço, do emprêgo de *Antre* como elemento componente do nome da província; noutro passo da mesma obra

(1) Já em parte citadas com outras nos meus *Opusculos*, III, 155-172 e 185-188.

(2) *Leges*, pág. 600.

(3) *Inquisitiones*, I, 496.

(4) *Leges*, pág. 192.

(5) *Scriptores*, pág. 150.

lê-se: «D. Afonso de Portugall era hi (em Ponte de Lima)... com todo o poder d'Antre-Doyro-e-Minho», que também se pode entender *d'antre* (1). Um poeta da época dionisiana escreve: *ir caminho d'Antre Doyro e Minho*, onde a expressão é nome próprio; e em continuação: *ir antre Doyro e Minho*, sem outra preposição que não seja *antre* (2), que, na significação de «para», se usa aqui depois de um verbo de movimento (3).

Em documentos de 1310:... *que o conde avia entre Doiro e Minho* (4); de 1316: *meirinho-mor antre Douro e Minho* (5); 1326: ... *que para este mandey antre Doyro e Minho citar* (6); de 1406: ... *meirinho-mor antre Doiro e Minho* (7); e em passos da *Crónica de D. João I*, de F. Lopes: *que estava antre Doiro e Minho* (8). ... *villas e lugares antre Douro e Minho* (9), vemos *antre*, sem nenhuma dúvida, como preposição; em *meirinho moor na comarca d'antre Doiro e Minho*, num documento de 1455 (10), tanto pode ser realmente *antre* como *Antre*, e é curioso que num texto de 1482 aparecem, muito distintos, os dois sentidos:... carta por que *Amtre Doyro e Minho* pagasse taalha (finta, contribuição) pera as obras de Barçellos;... o duque de Villaviçosa foy *amtre Doyro e Minho* e vyo o rendimento dos dinheiros... (11).

No séc. XVI temos: *a Antre Douro e Minho* (1522) (12); *per todo Antre Douro e Minho* (1531-1532) (13), onde a expressão é nome próprio. Ao falar de certos vocábulos que condizem com a forma latina, nota João de

---

(1) *Scriptores*, pág. 294.

(2) *Cancion. da Vaticana*, n.º 912. — Acêrca da data vid. J. J. Nunes, *Cantigas d'amigo*, I, 316-318. A poesia de que me sirvo pertence à classe das *cantigas de escarnho e de mal-dizer*.

(3) Vid. o que publiquei em *A Ling. Portug.* (revista), II, 43-44. Outros exemplos: *ir antre Douro e Minho* (1482) nos meus *Opusculos*, III, 185.

(4) *VMH*, pág. 391, B. Talvez *entre* em vez de *antre*.

(5) *Ibid.*, pág. 392, B.

(6) *CC*, I, 63, 65. Vid. o que acima se disse de *antre* com verbos de movimento.

(7) *AP*, XIII, 39 (P.º Cunha Brito).

(8) Pt. I, ed. de Braamcamp, pág. 8 (cap. 4).

(9) Pt. II, ed. da Imp. da Univ. de Coimbra, pág. 136 (cap. 78).

(10) *AHP*, II, 61.

(11) *AP*, XXI, 8 (P.º Cunha Brito): lugares que depois citei nos meus *Opusculos*, III, 185.

(12) Gil Vicente, III, 370. Acêrca da data vid. Braamcamp Freire, *Gil Vicente*, pág. 127.

(13) *Ineditos*, V, 555.



Barros (1540), «que muitos se usam *antre Douro e Minho*, conservador da semente portuguesa» (1): *antre* é preposição, mas na mente do autor pairava o nome próprio, senão não juntaria, como apôsto, *conservador da semente portuguesa*. Goes (1567) escreve: Fulano, *chançerel dantrre Douro e Minho* (2): tanto pode entender-se nome próprio, como frase; Fr. Bernardo de Brito (1597); *por todo Entre Douro e Minho* (3), manifestamente nome próprio. Pedro de Mariz (1599): «muitos lugares de Galliza, e *antre Douro e Minho* (4), também com dois sentidos, pois na segunda parte do excerto pode subentender-se *de antes de antre*.

No séc. XVII predomina o nome próprio nos exemplos que colhi (5); em todo o caso, sei de alguns em contrário (6), e ainda no comêço do séc. XVIII escreve Fr. Lucas de Santa Catarina: «hum morgado *que entre o Douro e Minho occupa* a melhor de suas terras...» (7), com *entre* como preposição. A mesma indecisão dos dois sentidos se encontra numa *Ode* dirigida a D. João VI em 1817 por «hum honrado lavrador da provincia de ENTRE DOURO E MINHO» (8).

De facto, quando em textos antigos se lê *comarca* ou *provincia* de *entre Douro e Minho*, *concelhos de entre Douro e Minho*, *homens de entre Douro e Minho*, não pode decidir-se se para a mente do redactor *entre Douro e Minho* é expressão descritiva ou nome próprio, senão quando as mesmas expressões concorreram com outras, como *comarca* ou *provincia*

(1) *Compilação de varias obras*, Lisboa 1785, págs. 225-226.

(2) *Chronica de D. Emanuel*, cap. 13, na ed. da Imp. da Univ. de Coimbra, 1926, de que me sirvo, pág. 51.

(3) *ML*, I, 528 (liv. IV, cap. 24).

(4) *Dialogos de varia historia*, diálogo IV, cap. 9.º Sirvo-me da ed. de 1599 (Ribeira de Sernache dos Alhos), de que possuo um exemplar.

(5) Vid.: G. Estaço, *Varias antiguidades*, 1625, cap. 56; A. Brandão, *ML*, III, 281 (a 1.ª ed. é de 1632); F. Brandão *ML*, V (1650), 56 v; Henriquez de Abreu, *Vida de Santa Quitéria*, Coimbra 1651, pág. 305; D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica de S. Agostinho*, 1.ª parte, 1668; Fr. Manuel da Esperança († 1670) apud Solidonio Leite (Brasileiro). *Classicos esquecidos*, pág. 87; Vilas-Boas, *Nobiliarch. portug.*, 1676, pág. 17.

(6) *Agiologio Lusit.*, I, (1652): «Guimarães, villa celebre *entre Douro e Minho*»; e *Memor. de Guimarães* do P.º Torquato, págs. 34, 46, 188, embora a págs. 17 e 18 se leia *comarca d'entre Douro e Minho*, e a pág. 27 rios *d'entre Douro e Minho*, expressões a que convém sentido duplo.

(7) *Seram Politico*, Lisboa 1704, pág. 181.

(8) Folheto publicado em Lisboa, Impressão Régia, com o título de *Ao muito alto e muito poderoso rei do Reino Unido*, etc., de 7 páginas.

da *Beira*, da *Estremadura*, etc., onde há indubitáveis nomes próprios. Só a grafia nos poderia auxiliar, se ela fôsse rigorosa, isto é, se se escrevesse conscientemente *entre* (*antre*) ou *Entre* (*Antre*), como fêz, por exemplo, Rebêlo da Costa, *Descrição do Porto*, 1789: *provincia d'entre Douro e Minho* <sup>(1)</sup>, e Caetano de Sousa, *Hist. Genealogica, provincia de Entre Douro e Minho* <sup>(2)</sup>.

Na origem até devia ter-se dito *antre o Douro e o Minho*, com o artigo <sup>(3)</sup>.

A noção de que *antre* ou *entre Douro e Minho* equivalia a um nome próprio começou muito cedo a surgir no espírito das gentes, como se viu dos *Nobiliarios*; mas pois que a expressão se iniciava por uma preposição, parecia cómodo empregar esta como tal, para se evitar concomitância com outra, que fôsse necessária no andamento do discurso, v. g., *a, em, de, para, por*, etc.: e portanto a expressão *entre Douro e Minho* manteve-se até o séc. XVIII (Fr. Lucas e Rebêlo da Costa) ou XIX <sup>(4)</sup>.

Com *Entre Douro-e-Minho* coexistia na linguagem popular *Entre-douraminho*, como se lê na *Amalthea*, 1673 <sup>(5)</sup>, por *Antredouraminho*. Abstraindo da frase *a Minio usque ad Dorium*, não conheço *Entre* ou *Antre Minho e Douro*, e unicamente sei da expressão de que tenho falado.

Ao nome da província correspondia literariamente *interamnense* como adjectivo étnico, às vezes substantivado: de *inter amnes*. Alguns exemplos no *Viriato Tragico*, de Braz Garcia de Mascarenhas, 1699:

#### Lusitanos, Vaceos, e INTERAMNENSES

c. III, est. 91 (e logo a seguir se fala do Douro e dos Bracarenenses); *Tratado das mais frequentes enfermidades*, tradutor, António Francisco da

---

<sup>(1)</sup> P. I da «Descrição preliminar».

<sup>(2)</sup> Tomo VI, pág. 648.

<sup>(3)</sup> A algum leitor frívolo afigurar-se-ão talvez demasiadas tantas datas e citações. É que elle não descobre que as penetra um raciocínio unificador, e desconhece que esta demonstração é agora a primeira vez que se faz com desenvolvimento.

<sup>(4)</sup> Já em 1927 na minha obra *De t. em terra*, vol. I, pág. 215, publiquei com o título de «A expressão *Entre-Douro-e-Minho*» uma sùmula da matéria agora tratada. Em 1934 occupou-se também do assunto o Sr. Melo de Matos no *Arquivo de Viana do Castelo*, n.º 5, págs. 149-150 (artigo já citado acima). Na carta de D. Denis, de 1316, publicada na *VMH*, pág. 392, A e B, e a que elle se refere, devia grafar-se *antre Douro e Minho*, e não *Antre*, porque não temos aqui um nome próprio, e apenas uma expressão descriptiva.

<sup>(5)</sup> De Fr. Tomás da Luz, pág. 145.

Costa, cirurgião... INTERAMNENSE, natural do couto de Tibaens, Lisboa, 1747; *Chronica da prov. da Conceição* por Fr. Pedro de Jesus Maria José, Vianez INTERAMNENSE, Lisboa 1754; *Pombeiro Interamnense*, título de uma obra de Francisco do Nascimento Silveira, Lisboa 1803. Quem hoje se servir da expressão *Entre Douro-e-Minho* (que, como já tenho dito, julgo muito boa como designação de província), e quiser empregar um adjectivo ou substantivo étnico, que se lhe aplique, não pode deixar de empregar aquê. Na língua popular nunca se usou nenhum.

Um sinónimo, igualmente literário, de *interamnense*, em latim moderno *Interamnensis*, o temos no *Mappa de Portugal* de Castro: (província) *Duriminea* <sup>(1)</sup>, e noutra obra do citado Nascimento Silveira: *gente duriminia*, *terra duriminia* <sup>(2)</sup>.

A expressão perifrástica *Entre-Douro-e-Minho*, oral e tradicionalmente caída hoje em desuso, mas que há tendência para restaurar <sup>(3)</sup>, simplificou-se em *Minho*, ao que já acima se aludiu. A simplificação começou, já se vê, no povo, em cuja linguagem se manifestam a cada instante fenómenos dêstes, e depois passou para a literatura. Os mais antigos exemplos que colhi, ou que me ocorrem, não vão além do séc. XVII. Havê-los-á acaso anteriores.

Lê-se num documento de D. Afonso VI, de 1664: *exército do MINHO, govêrno das armas da província do MINHO* <sup>(4)</sup>. Na *Hist. Genealógica*, VI (1739) MINHO, num lugar, e a pág. 648, ainda: «província de *Entre Douro e Minho*» noutro <sup>(5)</sup>. Na *Descripção do Porto* do citado Rebêlo da Costa (1789), também MINHO e *Entre-Douro-e-Minho* <sup>(6)</sup>.

É no sentido de «Entre-Douro-e-Minho» que as Cartas Constitucionais de 1822 e 1826 dão a uma das províncias o nome de *Minho*. Semelhantemente entendem assim autores modernos que trataram dela, em geral ou em particular, por exemplo: Perestrello, *Dicc. geogr.*, t. I

(1) Tomo I, pág. 45.

(2) *Côro das Musas*, liv. I, págs. 3, 9, 44.

(3) Por exemplo: um dos *grêmios* a que se fez referência geral na *EP*, II, 637, até se intitula *Grémio de Entre Douro e Minho*, e à sua sede chama-se *Casa de Entre Douro e Minho*: cf. *O Seculo* de 12-v-1936.

(4) Transcrito pelo P.<sup>o</sup> Torquato Peixoto, *Memorias de Guimarães*, págs. 401 a 405.

(5) Pág. 645 e 648.

(6) Na «Descripção preliminar», pág. 1 (com um mapa) diz *provincia d'entre Douro e Minho*, e no índice, pág. 375: *provincia do Minho*.

(1850), traz *Minho*, e remete para *Entre-Douro-e-Minho*; Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, t. 1, 4.<sup>a</sup> ed. (1886), alude ao nome antigo, pág. 34, e adopta depois *Minho*, págs. 35 e 37; J. Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, 2 vols., Lisboa 1886-1887; F. Figueiredo, *Chuvas do Minho*, 1891; Amorim, *O Minho rural*, 1907; Seirós da Cunha, *O Minho vinicola*, 1920; Veloso de Araújo, *O Minho rural e a agricultura moderna*, 1928, designam todos êles por *Minho* os três distritos de Viana, Braga e Pôrto; e Seirós da Cunha chega a dar-lhe como sinónimo, a pág. 22, *Entre-Douro-e-Minho*. Mas também há quem diga e escreva *Minho* no sentido das divisões oficiais de 1833 e 1835 isto é, excluindo o distrito do Pôrto, e portanto com acepção menos ampla que *Entre-Douro-e-Minho*. O povo em *Minho* compreende, mais geralmente, apenas os distritos de Viana e de Braga, ao que acrescentará, quando muito, algum concelho do distrito do Pôrto, mais vizinho da cidade; com a primeira concepção combinam títulos de jornais, como *Correio do Minho*, *Diario do Minho*, ambos de Braga, *Estrela do Minho*, de Famalicão, *O Minhoto*, de Valença. De modo que nesta nomenclatura, como noutras, existe grande trapalhada.

*Minhoto*, escolhido, como vimos agora, para um título de jornal, é o nome étnico mais usual do habitante do Minho (em qualquer sentido que se tome a palavra): é claro, *Minhoto*, *Minhota*. O mais antigo texto que me ocorre do emprêgo do masculino vem em Rebêlo da Costa (séc. XVIII), *ob. cit.*, pág. XIV. A par de *Minhota* usa-se *Minhoteira*, mas muito menos (o masculino nunca o ouvi). Dos dois étnicos falam cantigas populares:

Sou do Minho, sou *Minhoto*...

Em Pires, *Cantos populares*, IV, n.º 9.591.

Sou do Minho, sou do Minho,  
Sou do Minho, lá da beira;  
Sou filha d'uma *Minhota*,  
Trago o chapéu á vareira (1).

---

(1) Cantiga que ouvi em Bouro. No verso 2.º *lá da beira* quer dizer na extremidade do Minho. Os Minhotos dizem freqüentemente *à minha beira* por «perto de mim». Camilo, pôsto que não fôsse Minhoto, estava impregnado de vida minhota, e escreveu nos *Mystérios de Fafe*, 5.<sup>a</sup> ed., pág. 84, falando de uns bandidos: «chegaram á beira de Fafe ao anoitecer». E a pág. 91: «viu Rosa... á beira do marido. — Cf. os

Sou do Minho, sou Minhoto,  
Filho d'uma Minhoteira (1):  
Pego nos picos ás costas,  
Vou a trabalhar p'ra a Beira (2).

Sou do Minho, sou Minhota,  
Filha d'uma Minhoteira:  
Pego na roca e fio...  
Caminho, e vou para a feira... (3)

Canções populares são em regra documentação pronta para qualquer assunto etnográfico, pois que elas reflectem com exactidão o nosso viver quotidiano.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

---

meus *Opusculos*, II, 161, 475, etc. Outra cantiga, que ouvi em Melgaço, diz também:

Sou do Minho, sou do Minho,  
Sou do Minho, sou da beira...  
Sou filho d'uma viuva,  
Trago o chapéu á vareira...

a qual cantiga é variante da antecedente, e onde de certo *beira* está no sentido que vimos nesta, e não no de *Beira* (provincia), o que seria disparatado. Outra cantiga para juntar:

Viva S. Paio e Paderne  
Também viva S. Martinhol  
É a melhor mocidade  
Que tem a *borda do Minho*...

Ouvi-a na provincia. As três povoações do 1.º verso pertencem ao concelho de Melgaço.

(1) É *uma*, não *ũa* (o que seria aqui realmente mais eufónico).

(2) Ouvia-a a uma mulher de Fozcoa, vila onde a Minhoteira dão o sentido de mulher do Minho. — Os pedreiros do Minho vão trabalhar para muitas partes de Portugal, e até usam uma giria especial ou *latim* (cf. os meus *Opusculos*, IV, 587, e II, 321).

(3) Ouvi-a em Mesão-frio. — A roca é instrumento de trabalho muito característico das mulheres do Minho: cf. Fr. João dos Santos, *Ethiopia Oriental*, Liv. I, cap. XII, lugar que citei na *RL*, V, 311, onde porém se imprimiu por engano «séc. XVI» em vez de «séc. XVI-XVII».

# Príncipes e princesas do Brasil

**D. Pedro II.** Segundo e último imperador do Brasil, pela implantação da república em 1889. Nasceu no Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1825 e foi aclamado «Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil», a 7 de Abril de 1831, por abdicação de seu pai. Faleceu em Paris, em Dezembro de 1891. Os seus restos mortais vieram para Lisboa, para S. Vicente de Fora, sendo em 1920, definitivamente trasladados para o Rio de Janeiro, para o panteão dos imperadores, em Petrópolis.

Pode dizer-se que D. Pedro foi um soberano muito querido e respeitado, mesmo pelos seus próprios adversários, não só pela sua vasta cultura e notável distinção, como também pelas suas qualidades excepcionais.

Foi um viajante ilustre, convivendo com as maiores celebridades do seu tempo. O seu profundo amor pelas letras e pelas ciências muito contribuiu para o progresso do Brasil, que amou sinceramente.

São de Carlos Darwin estas palavras: «O Imperador tem feito tanto pela ciência, que todo o sábio lhe deve o maior respeito.»

Casou a 4 de Setembro de 1843, com a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, a «Mãe dos Brasileiros», que nasceu em Nápoles a 14 de Março de 1822, e era filha de Francisco I, rei das Duas Sicílias, e de Maria Isabel de Bourbon, infanta de Espanha.

Faleceu a imperatriz no Pôrto a 28 de Dezembro de 1889, sendo trasladada para S. Vicente de Fora e em 1920, juntamente com seu Marido, para o Rio de Janeiro.

Dêsse consórcio nasceram os príncipes D. Afonso e D. Pedro, que morreram pouco tempo depois, e as princesas D. Isabel Cristina e D. Leopoldina.

**D. Isabel Cristina.** Nasceu no Rio de Janeiro a 29 de Julho de 1846, e faleceu no castelo d'Eu a 14 de Novembro de 1921. Consorciou-se a 15 de Outubro de 1864 com o príncipe Gastão de Orleans, conde d'Eu, que nasceu em Neuilly a 29 de Abril de 1842. Era filho do duque de

Nemours e da princesa Vitória de Saxe-Coburgo-Gotha e neto de Luiz Filipe I, rei de França.

Educada pelos mais ilustres homens de letras e sábios brasileiros, o seu nome, como o de seu pai, figuram entre os benfeitores da humanidade pela glória da abolição da escravatura no Brasil. Do seu casamento nasceram os príncipes D. Pedro, D. Luiz e D. António.

**D. Pedro.** Príncipe do Grão-Pará, nasceu em Petrópolis, a 15 de Outubro de 1875, e casou em Versailhes, a 14 de Novembro de 1908, com a condessa Maria Isabel Dobzensky de Dobrozenicz, filha de João Venceslau, conde Dobzensky de Dobrozenicz, e da condessa Isabel Kotulinsky de Kotulin. Dêsse casamento nasceram cinco filhos.

**D. Isabel.** Princesa de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu no castelo d'Eu, em 13 de Novembro de 1911.

**D. Pedro de Alcantara.** Príncipe de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu no castelo d'Eu, em 19 de Fevereiro de 1913.

**D. Maria Francisca.** Princesa de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu no castelo d'Eu, em 8 de Setembro de 1914.

**D. João.** Príncipe de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu em Boulogne sur Saine, em 15 de Outubro de 1916.

**D. Maria Teresa.** Princesa de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu em Boulogne sur Saine, em 18 de Junho de 1919.

**D. Luiz.** Príncipe de Orleans e Bragança; alteza imperial e real, herdeiro presuntivo do trono do Brasil, pela renúncia de seu irmão D. Pedro, de 30 de Outubro de 1908. Nasceu em Petrópolis, a 26 de Janeiro de 1878, e casou em Cannes, a 4 de Novembro de 1908, com a princesa Maria de Bourbon-Sicilia, filha do príncipe Afonso de Bourbon-Sicília, conde de Caserta, e da princesa Antonieta. Faleceu na mesma cidade francesa, a 26 de Março de 1920. Dêsse matrimónio nasceram três filhos.

*D. Pedro Henrique (III).* Príncipe de Orleans e Bragança; príncipe do Grão-Pará. Herdeiro do trono brasileiro. Nasceu em Boulogne sur Saine, em 13 de Setembro de 1909. Esteve há anos em Lisboa.

*D. Luiz.* Príncipe de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu em Cannes, em 19 de Fevereiro de 1911.

*D. Pia Maria.* Princesa de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu em Boulogne sur Saine, em 4 de Março de 1913.

**D. António.** Príncipe de Orleans e Bragança; alteza real. Nasceu em Paris, em 9 de Agosto de 1881 e faleceu em Londres a 29 de Novembro de 1918. Era tenente de hussardos austríacos. Tinha, entre outras condecorações, a Grã-Cruz das Ordens de Pedro I, do Brasil; de Cristo, de Portugal, e do Sol Nascente, do Japão.

A Princesa D. Leopoldina, filha de D. Pedro II, que nasceu um ano depois de sua irmã D. Isabel Cristina, isto é, a 13 de Julho de 1847, casou a 15 de Dezembro de 1864, com o príncipe Augusto, duque de Saxe.

Vimos assim que por parte do filho primogénito de D. João VI — D. Pedro — os seus descendentes uns são brasileiros, e outros alemães, os do ramo Saxe-Coburgo-Gotha, pelo casamento da princesa D. Isabel Cristina com o príncipe Gastão de Orleans, conde d'Eu.

Também por parte da rainha D. Maria II se nota o mesmo facto. A 28 de Janeiro de 1835, casou com D. Augusto Beauharnais, príncipe de Eichstaedt, que exactamente dois meses depois faleceu de uma angina, não deixando descendência.

A 9 de Abril de 1836, passou a rainha a segundas núpcias com D. Fernando, príncipe e duque de Saxe-Coburgo-Gotha, alteza sereníssima, que tomou o título de rei depois do nascimento do primeiro filho.

Dos filhos desta soberana, só três deixaram descendência: o rei D. Luiz I, e suas irmãs, as infantas D. Maria Ana e D. Antónia. A descendência de D. Luiz extinguiu-se com a morte, sem sucessão, de D. Manuel II. A infanta D. Maria Ana consorciou-se com o príncipe de Saxe; os seus descendentes são saxões e austríacos. A infante D. Antónia casou-se com o príncipe de Hohenzollern; os seus descendentes são alemães e romenos.

Assim, um único príncipe, embora nascido no estrangeiro, onde o



conservam e prendem leis iníquas e obsoletas, afirma pela lei do sangue os seus direitos sôbre a fidelíssima casa de Bragança, o Senhor Dom Duarte, neto de D. Miguel I, e bisneto de D. João VI.

Já o conde Wrangel, na sua obra *Les Maisons Souveraines d'Europe*, vol. 1.º, afirmava que quem representava a casa de Bragança, era o filho de D. Miguel I (hoje o seu Descendente).

A independência do Brasil foi proclamada a 7 de Setembro de 1822, por D. Pedro I como imperador do Brasil, IV como rei de Portugal. Nasceu no Palácio Nacional de Queluz a 12 de Outubro de 1798 e casou a 13 de Maio de 1817 com Maria Leopoldina, arquiduquesa da Austria, filha do imperador Francisco I. Dêsse casamento nasceu a rainha D. Maria II.

Separada assim esta grande e rica colônia da tutela de Portugal, jamais conheceu os benefícios da paz, o que levou o imperador a abdicar em favor de seu filho, regressando a Lisboa, onde veio a falecer precisamente no mesmo lugar onde nasceu, a 24 de Setembro de 1834. Tinha então 36 anos de idade. Jaz em S. Vicente de Fora, e o seu coração no Pôrto, na Igreja de Nossa Senhora da Lapa.

ABÍLIO COELHO.



# TRADIÇÕES RELIGIOSAS

## OS CÍRIOS ESTREMENHOS

A TRAVESSANDO imutavelmente os séculos como singelas exteriorizações de fé e de alegria populares, subsistem ainda na Estremadura Cis- e Transtagana, algumas festas de romagem a que o povo dá a designação de *círios*.

Vêm de longínquas eras, conservando indestrutível um cunho típico e castiço, alterado apenas num ou noutra pormenor pelo espírito da época.

Estas peregrinações, com sua auréola religiosa e seu travor profano, fazem reviver o culto duma antiga tradição. Com pequenas variantes, a súpula é esta:

De localidades dispersas, acorrem, em dias determinados do ano, irmandades e ranchadas de romeiros que, na mesma exaltação de humildade enternecedora, vão dispor em templo distante a imagem da Virgem, mantida durante um ano inteiro em altar alheio. Outras confrarias, precedidas de festeiros, limitam-se a participar nas romagens com andores, anjos e música, aguardando — em obediência ao ciclo estabelecido — que às suas freguesias caiba a glória de, por sua vez, serem depositárias de tam veneranda relíquia. Este uso muito remoto resumia-se inicialmente na oferta de uma tocha, «círio», realçada de doirados, pinturas e ornatos.

\*

\* \*

À frente de cada *círio*, caminha o juiz, empunhando com sobrançeria o bastão, e a seu lado o tesoureiro, ambos de andainas novas, todos ufanos pelo prestígio que a festança lhes empresta. Depois, o séquito álaçre dos mordomos, devotos e povoléu, a cavalo, de carro, a pé, conduzindo estandartes, flâmulas e pendões, espargidos de bordados amaneirados e pinturas, em que há desmandos de fantasia.

As charangas com os metais luzentes e fardetas agaloadas, fazem parte integrante da fisionomia graciosa destas peregrinações.

Numa tropeada, os cavalos felpudos, desnalgados, mas nervosos no passinho choutado, ajaezados com galhardia e recobertos com vistosos cobrejões. Montam-nos romeiros, empertigados sôbre as selas, amparando garbosas moçoilas sentadas na garupa das montadas.

Em carruagens ou a cavalo, seguem numa aleluia festiva as virgens e o alado bando de anjinhos, incumbidos dos cânticos sagrados. Estas *lôas* são a nota emocional dos círios. Há-as apropriadas a cada uma das cerimónias: para a partida do préstito, para os episódios sacros do percurso, para serem declamadas nas povoações do trânsito, na recepção dos estandartes (vozes gratulatórias), à despedida da Senhora (vozes saúdosas) e ao chegar ao templo.

E' imprescindível o arraial, vibrante de alarido e de bulício, onde enxameiam devotos e forasteiros.

Mastros engrinaldados, galhardetes, festões, barracas de lona com pim-pam-pum e tiro ao alvo, música, foguetes, repiques de sinos, bailaricos e merendas fartas. Ambiente próprio, vibração, colorido local, ar garrido, risos telintantes, alegria simples.

Ruidoso e festivo frémito de vida entre a massa compacta e movediça.

\*  
\* \*

São antiqüíssimos os círios da Senhora-da-Nazaré, da Senhora-do-Cabo e da Senhora-da-Atalaia, tendo os dois primeiros, antigos pergaminhos que os distinguem com o grau de Reais. Muitos, vão-se oblitando pelos anos fora ou perdendo as velhas características, como os da Penha-de-França, da Senhora do Livramento (Mafra), das Mercês (Meleças), da Piedade, da Luz, da Peninha, da Encarnação da Guia e tantos mais.

O da Senhora-do-Cabo, data pelo menos de 1430, tendo tido noutros tempos raro luzimento e solenidade. A Virgem recebe as preces dos crentes num santuário perdido nos contrafortes da Serra da Arrábida, em local adorável e calmo, onde o rumor oceânico e a aspereza da serrania convidam à meditação e ao recolhimento.

Segundo Fr. António da Piedade, a esta romagem concorriam, além de muitas freguesias transtaganas, vinte e oito do Têrmo de Lisboa. Recentemente, acha-se reduzida às de: Alcabideche, Barcarena, Belas,

Belém, Benfica, Carnaxide, Cascais, Fanhões, Loures, Lousa, Luz, Odivelas, Oeiras, Montelavar, S. Martinho, S. Miguel, S. Pedro e Santa Maria de Sintra, S. João das Lampas, S. Domingos de Rana, Santo Estêvão das Galés, S. Pedro de Almargem do Bispo, Rio de Mouro, Terrugem, Tojal, Tojalinho e poucas mais.

Uma bula apostólica, confirmada em Maio de 1585, condenava e proibia impedimentos em terra e no mar, feitos aos romeiros da Senhora-do-Cabo.

Quando, na plenitude da crença e do esplendor festivo, a imagem saía da Igreja da Senhora das Dores, em Belém, para ser conduzida ao tranqüilo isolamento da sua guarida em Cabo Espichel, todos os componentes da romagem seguiam numa luzida flotilha, constituída por galeotas e bergantins da Casa Real, com os mastros engalanados de bandeiras, sendo costume a Torre de Belém salvar, no acto da abalada.

A Virgem, com o manto ricamente bordado pela Rainha D. Maria I, era conduzida em galantíssimo estufim doirado, tirado a duas parelhas, belo trabalho português do século XVIII.

A escultura da imagem de Nossa Senhora, opulenta obra de arte em madeira de buxo, é atribuída a Machado de Castro.

Também o Rei D. José e o infante D. Francisco, filho de D. Pedro II, tiveram grande devoção por esta Virgem. O Príncipe Regente D. João (depois VI) divulgou um «rial aviso» proibindo exploração dos peregrinos pelos vendedores, no arraial, documento este existente ainda hoje no arquivo de Sezimbra.

O círio da Senhora-do-Cabo a partir do século XV, passou a ser feito unicamente por uma irmandade, que conduz todos os anos a Virgem e o pendão. Ficam depositados cada ano em sua freguesia, que toma o encargo das solenidades da Igreja e organização da festividade.

Devido à sua origem e qualidade dos romeiros, esta peregrinação foi designada também por «Círio dos Saloios» e «Círio do Têrmo de Lisboa».

\*

\* \* \*

A romaria processional à Senhora-da-Nazaré, data igualmente do século XV e a ela têm concorrido círios de Alcainça, Alfeizerão, Aljubarrota, Azueira, Caldas-da-Rainha, Carvoeira, Cheleiros, Cós, Enxara-do-Bispo, Ericeira, Fanga-da-Fé, Mafra, Maiorca, Matações, Montelavar, Olhalvo, Penela, Pôrto-de-Moz, Santarém, Santo Estêvão das Galés,

Santo Izidoro, S. João das Lampas, Sobral da Abelheira, S. Pedro da Cadeira, S. Silvestre do Gradil, Terrugem, Tornada e outros.

A Rainha D. Leonor, mulher de D. João II, tinha particular predilecção por estas romagens. D. João V também lhe não era desafecto, como o demonstrou com o oferecimento à Igreja de Santa Maria de Óbidos, de uma elegante berlinda com boleia, para conduzir nos círios a imagem de Nossa Senhora, veículo que pela delicadeza dos ornamentos e doirados, figurou no Cortejo Histórico de Viaturas, organizado em 1934, em Lisboa.

Numa gravura de 1810 oferecida a «S. A. R. o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel Juis da Festividade do Cabo de Bellas», lê-se a seguinte versalhada encimada pelo escudo real português: (*Luiz Chaves, O Archeologo Português, vol. XXI, 1916, pág. 70*).

Dos nossos suspiros  
Sois Cabo ditoso,  
Amparo piedoso  
Na terra e no mar.

E, em 1828, «*sendo conduzida em huma rica berlinda, pela primeira vez, a imagem da Senhora da Nazareth, da Capella Real de Queluz, em o antigo Cirio da mesma Real Capella, ao Templo da Pedreneira...*» foram recitadas no percurso da romagem, pelo trio de anjos, algumas composições poéticas — lóas — não só em louvor da Virgem, mas ainda pelo «*faustoso motivo do Feliz Regresso, e aclamação de Sua Real Magestade ElRei Nosso Senhor D. Miguel Primeiro*».

Por curiosidade se transcreve uma das lóas:

A Virgem da Nazareth  
Bella Filha d'Israel  
He quem trouxe a Portugal  
O Nosso Rei D. Miguel.

Mariano Pina, em 1886, surpreendeu a partida dum círio das Caldas da Rainha, para a Nazaré, conseguindo fixar essa animada aguarela numa das suas crónicas sorridentes:

«... uma doirada berlinda joanina, adornada com florescências verdes, amarelas e vermelhas dos ramos de penas, transporta a excelsa imagem da Virgem. O cocheiro e os moços, vestidos de archeiros, de maticões, meia azul até ao joelho e sapato branco de salto de prateleira, poeirentos e de barba desleixada; o sr. prior, traz ao pescoço a chave-

zinha de prata que fecha a berlinda; os anjos, os inevitáveis três anjos, garridos e vistosos, vestidinhos à romana, de capacete de papelão enterado para a nuca, saiote azul, manto escarlate, luvas brancas de algodão, na mão direita um lenço de rendas, tacões tortos e depois esganiçando lôas festivas no meio da praça.

. . . . .  
Não lhe levamos diamantes  
Nem rubis, nem *ismiraldas*;  
Vamos pôr em suas aras  
O amor *di* o povo *di* as Caldas.»

E em réplica os dois outros anjos que constituem o terceto, gesticulando e com voz desarmoniosa, declamam, cada um por sua vez, as lôas que lhes estão confiadas.

E a filarmónica arrebenta com o hino; e o zabumba e os pratos ensurdecem o ar; e os foguetes sobem desesperados, trepam doidos para o azul, os belos foguetes de três respostas... e as bombas a estalarem debaixo das saias das camponesas. Os burros assustados desatam em correrias alucinadas; e o juiz do círio, mais cheio e mais digno que um digno par do reino sorri do êxito, olhando de lado para si, para a sua capa de sêda branca, para as suas luvas de meia, para a sua vara de prata — e tudo desaparece na volta da estrada, por entre ramos de canaviais e de salgueiros, ouvindo-se apenas a filarmónica tocando o hino da carta, e vendo-se, de quando em quando, no azul, os foguetes estalando em nuvens de fumo branco.»

Se, pelo contrário, a vila é que recebia o círio, o hino era de congratulação e louvor:

. . . . .  
Exultai, filhos das Caldas  
E cubri-vos d'alegria,  
Pois tendes à vossa vista  
A Bandeira de Maria.

O círio da Senhora-da-Nazaré realiza-se em Setembro e termina o seu percurso no Templo da Pederneira. O da Senhora-da-Encarnação também se efectua ainda, embora com interrupções. São apenas três as freguesias por onde transita a imagem: Carregueira, Pedra e Môçafaneira. Na romagem procedente desta última povoação, incorporam-se os peregrinos montados em jericos, e estes, enfeitados com esmêro.

Conforme depoimentos de Luiz Chaves — *Portugal Além* — e Paulo Freire — *Loas e Círios do Concelho de Mafra* — algumas destas romagens tiveram costumes privativos e inconfundíveis: o de Penela, com danças burlescas e mascaradas; o de Santarém, com charamela na abertura do préstito e um agrupamento musical de pretos. O de Mafra sobressaía a todos em pompa e encanto muito característicos, sendo designado pelo *círio da Prata Grande*.

O «giro» dêste círio era constituído por dezassete freguesias, de modo que só transcorridos dezassete anos voltava ao mesmo lugar.

Reportamo-nos ainda às referidas fontes de informação:

A imagem, com a veste tôda resplendente, era transportada numa berlinda, acompanhada por criados da Casa Real e por três anjos, estes de meias brancas, sapatos, saiotes e largos calções, capa recamada de prata e ouro, chapéu tricórneo emplumado.

O do meio, empunhando majestoso o estandarte da Virgem, era o incumbido da recitação das lôas, depois de dadas as obrigatórias três voltas em redor do templo. O juiz do círio denunciava-se por um enorme chapéu; carros, cavalos e machos iam enfeitados com garridice. Para remate, o bodo, a que assistiam os festeiros de opa branca de sêda. Distribuíam-se confeitos, fartéis, bolos de açúcar, vinho e moedas novas de três vinténs, de prata.

Outrora a entrada do círio numa povoação era anunciada pelo toque de trombetas e a cerimónia da entrega da bandeira era acompanhada de lágrimas de devoção.

\*

\* \*

A romagem da Atalaia é uma tradição setecentista, sempre mantida até nossos dias.

Reconstituamos com o auxílio de Arnaldo Fonseca, o que era êsse festival, em 1897:

«A chegada dos círios, sábado, a Aldegalega é o comêço da festa. E com mais quatro quilómetros de má estrada a percorrer, ei-los depois em festiva via sacra, trepando à ermíndinha da Atalaia.

Os de Lisboa com os seus anjinhos brancos; os seus irmãos de melena engraxada, o chapéu desabado, a capa azul e branca; as suas ovarinas de saias rodadas, o pé descalço ou metido na tamanquinha aguda...

Os de Palmela, em carretas, a Senhora numa berlinda sob um baldaquino de damasco e a carreta puxada por um burro orgulhosamente ajazado com uma colcha de *crochet*, dessas da cama. E outros e outros, com o seu pendão alçado, a imagemzinha num andor tremelicando, anjos da côr de chocolate em cabeleiras encanudadas e lustrosas, uma fantasia de música atrás, e a cauda dos romeiros... mafarricos alegres piruetando em cima de cavalos... e bebendo... e bebendo.

À noite, a feira, o arraial, fantástico de aspecto. Canta-se, dança-se. Já os círios se instalaram nas suas casas, iluminaram-lhes as fachadas, dão bailes...

Ao primeiro clarão da aurora, os «caramelos», êles de jaqueta voltada, elas de toalhas bordadas na cabeça, vão na sua vélha romaria à fonte santa, à fonte milagrosa, molhar a cara, molhar as mãos, chafurdar, rir.

Próximo à fonte, filas de alguidares esperam fregueses, e o pregão repete-se: «*A dez réis... ó gentes... quem mais se lava?*»

O disco do sol sobe, sobe sempre, agora rubro, depois côr de ouro...

Então a faina dos círios, a volta dos «caramelos» ao cruzeiro, a cavalo, sem chapéu, o pendão erguido, e as mulheres na garupa com o seu cetro dourado.

E é assim uma fila de cinqüenta, num galopar de vitória, elas com o seu perfil bonito, êles rudes, fortes, negros, brutos. E cada grupo lembra um rapto e um triunfo, e parece que assim caminham, na glória dum abraço, a oferecer à Senhora da Atalaia um sacrifício pagão de amor.

Sinos repicam, um bombo ou tambor compassam a gemedura duma gaita de foles... e os foguetes estalam constantemente, estridulamente.»

\*  
\* \*

A romaria devota da Senhora da Atalaia, consegue sobreviver, cheia de individualidade, unção religiosa, soberania, ternura e pitoresco.

Realiza-se anualmente, no último domingo de Agosto, com a romagem dos círios rivais da Carregueira e Olhos-de-Água a que se juntam os de Sezimbra, Palmela, Santa Maria, Anunciada e Quinta do Anjo; com a cavalgada picaresca dos «caramelos» bandeirantes; com a típica cerimónia da lavagem dos romeiros na fonte milagrosa, onde a tradição diz ter apa-



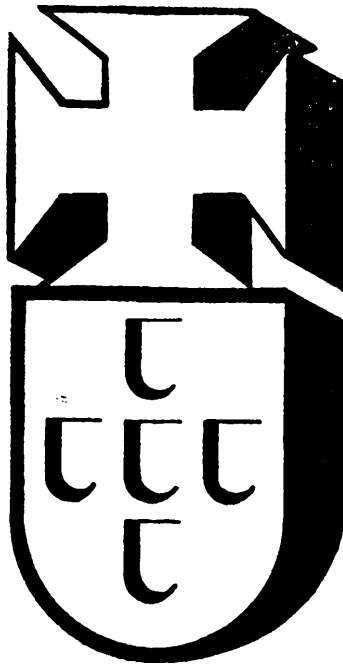
recido a imagem da Virgem; com o arraial ruído e festivo, as notas estridentes dos fungágs e o estralejar constante do foguetório.

Não esmorece a chama augusta da fé, o ímpeto alucinado do folguedo.

Nestes crispados dias, esta e outras manifestações de alegria e de crença, extasiam não só as sensibilidades contemplativas, mas ainda os espíritos investigadores que vêm nos pormenores etnográficos destas romagens, motivos de exaltação para o nosso prestígio tradicional.

GUILHERME FELGUEIRAS,

Do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia;  
da Associação dos Arqueólogos Portugueses.



## Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos

(Continuação da pág. 95)

REMÉDIOS caseiros encontra-os o povo da Madeira nas ervas e nos fetos, que pelos campos, pelas serras, pelas margens virentes das ribeiras, por rochas abruptas, pelas mais elevadas escarpas, pela cidade, pelas vilas... por tôda a parte abundam.

Não há que estranhar pois, ser o madeirense sabido e versado em medicina de trazer por casa.

Quem há, pois, que não saiba medicamentar-se, ou — o que mais é! — aconselhar drogas aos de padecimento?

E assim...

Ao icterico deve dar-se o chá dos rizomas de morangueiro, mas o chupamento da cana do açúcar também não é de se fugir ao seu emprêgo.

Para o coração manda a medicina doméstica, tratá-lo com chás de laranjeira, ou, melhor ainda, com o chá de pessegueiro inglês.

O chá de laranjeira é servido para a dispneia; e para o mesmo mal há ainda o de hortelã-pimenta.

Agente medicinal, na albuminúria, é o chá de amor de burro.

O chá de barba de milho é cura nas doenças da bexiga, e o de linhaça nas dos intestinos e para o sangue.

Como estimulante das funções digestivas emprega-se o chá de aniz; para amenorreias produzidas pela atonia do útero é sudorífico a arruda. Para todos os padecimentos uterinos ensina, emfim, a terapêutica caseira várias infusões: a de aguardente de cana (quanto mais vêlha, mais de aconselhar-se), madre de louro, arruda em botão, cravo da Índia, erva-doce; a de alfavaca, amor de burro e acelgas; ou ainda a de losna. Para banhos quentes deita-se na água, com o mesmo fim curativo, a alfazema, a alfavaca, o amor de burro e ainda o alecrim de Nossa Senhora... E para colocar sôbre o útero emprega-se a mór das vezes uma cata-

plasma de arruda, alfazema e rosmaninho, tudo muito bem pisado e a que se junta um ôvo batido e alguma farinha-triga.

O chá de canela-branca é de uso correntio nas diarreias: no tratamento das disenterias há quem aconselhe ainda o chá de alfavacas de cobra, ou a limonada de vinagre, esta para casos mais agudos.

Para o estômago, o chá de erva-cidreira, o chá de macela ou camomila, e ainda o chá de funcho; para as cólicas o de romã.

O chá de hortelã-pimenta é dado às crianças atacadas de lombrigas. E o chá de perpétua-branca é tomado contra a asma em nove manhãs seguidas, estando-se em jejum.

O alecrim, planta benta, é de todos os arbustos da rica flora da Madeira o mais praticado como remédio caseiro (1).

As bentas, que são ramos de árvores ou arbustos (quási sempre, de preferência, o alecrim de Nossa Senhora!), colhidos na manhã de S. João, têm grande virtude: servem para em noite de inverno forte atirá-las contra o tempo, têm o condão de anular os efeitos do empresado pelo olhado mau, servem para botar em perfumes, e como remédio caseiro tem procura de dois em carga.

Certo e dos bons remédios na cura da urorreia, temos a infusão de fôlhas de jambeiro.

Para a gripe, constipações fortes e pneumónicas é geral o chá de eucalipto (2).

Tal há que julgue de usar, na cura do urólito, a infusão da erva de São João (3): para melhor e mais radical tratamento deve o padecente ser abstinente de carne, vinho ou aguardente, sem o que difíceis serão suas melhoras.

Para a hiperídrose é de emprêgo universal as águas de salsa, e para as sardas a água de rosas.

O chá de erva-doce tem qualidades hipnóticas.

O urjebão ou urjevão aplicado como purgante, cataplasma, ou infusão é de grande resultado na hipocolia e outras mais maleitas do fígado: a infusão de marroio também é de seu uso.

---

(1) Já sabemos também dos seus benéficos efeitos no combate contra os artificios diabólicos, o mau olhado, e as correntezas de ar ruim. Tem muita aceitação a cruz de alecrim, colocada por detrás da porta de entrada.

(2) Não esquecer porém tirar a nervura principal da fôlha do eucalipto, pois, na sabedoria das nações, esta é venenosa.

(3) A erva de São João é o hipericão, o também chamado malfurada.

Uma clara de ôvo, um pouco de urina da ocasião, nata de leite fresco e um tudo nada de azeite, bem misturados com uma pitada de sal, saram as queimaduras.

O raquitismo nas crianças é curado pela sua imersão em mosto, ao sair do lagar.

O madeirense para combater o reumatismo, costuma empregar o enxôfre e o petróleo em fricção; de grande resultado é a batata <sup>(1)</sup> nova que deve usar-se permanentemente junto ao lugar adoecido. As fricções com aguardente, vinho ligeiramente aquecido, alcool canforado, ou as lavagens com cozimentos de alecrim de Nossa Senhora, ou com água de mar morna, são de aplicação vulgar. E a superstição ensina que o petróleo dado sôbre o mal com pena de galinha preta, é de efeito imediato e radical.

As nevralgias tratam-se, colocando-se no lugar da dôr batata nova cortada às rodelas, mas o povo também emprega a cebola branca assada nas brasas e aplicada o mais quente que suportar se possa. Também há quem aplique os sinapismos de vinagre, de água fria, e muitos mais.

Para secar o leite às mãis, nada melhor do que estas colocarem seu ramo de salsa debaixo dos braços.

Retenção de urinas e mais padecimentos de vias urinárias, curam-se com semicúpio morno, com infusões de sempre-noiva, amor de burro <sup>(2)</sup>, artemija <sup>(3)</sup>, barba de milho, lentilha de água, hipericão, pedúnculos de cereja, e de grama: o chá de pessegueiro inglês ou o chá de barba de milho também é de aconselhar nestas doenças.

É desconsciência não ensinar ao verrugoso o toucinho que, depois de esfregado na verruga, deve ser arremessado ao braseiro, pelo próprio padecente, mas de costas para o fogo. O sal friccionado no lugar da verruga e do mesmo modo lançado ao fogo é também remédio santo, mas há quem use friccionar o suco da celidônia <sup>(4)</sup>.

As pevides de abóbora-machado são de grande acção na expulsão de vermes, e mais em especial na das lombrigas.

---

(1) A conhecida semilha.

(2) Em Portugal, é conhecido por *repassagem*: é o *bidens pilosa*. Os autores do *Elucidário Madeirense* dizem ser « composta tubuliflora anual, oriunda da América meridional e perfeitamente naturalizada na Madeira. As suas fôlhas superiores são de ordinário 3 sectas e os seus frutos têm 2-4 arestas rígidas e retorso-celheadas. É muito usada nos campos como emenagogo, e recebe também os nomes de setas e malpica ».

(3) Artemísia ou alfinetes de senhora. É empregado como diurético e emenagogo. É a « despedida de verão » de todo o Portugal

(4) É planta comum no Funchal e deve pertencer às papaveráceas. Produz suco amarelo e cáustico.

Muita gente manda na epistaxe levantar o braço correspondente ao lado da narícula de onde o sangue se escôa, deixando o dedo indicador em linha vertical, e, levantando-se o possível a cabeça, introduzir uma pitada de sal fino na venta respectiva.

Na doença da via (1) recomenda-se ao hemorroidário a infusão de alfavaca de cobra (2), de uso interno ou externo, êste em semicúpios.

Dar um sapato, e de preferência dos mais mal perfumados, a cheirar, é de eficácia na síncope, pois com o perfume o doente pela certa acordará de seu desmaio. Ao mesmo tempo pode recorrer-se ao escalda-pés.

A asma trata-se com o caldo de lesmas ou com o excremento de pombo-macho.

O mel de abelhas é cura na bronquite, mas o chá de eucalipto com um pingo de aguardente nada para desprezar.

O amor de burro, e a erva de Santa Maria (3), são ervas de muita aceitação, e quando cozidas ou pisadas formam um eficaz unguento de aplicação externa. Da erisipela é cura garantida o sangue extraído da crista de um galo, morto na ocasião. O tremoço moído também tem sua aplicação na cura da mesma doença.

No tratamento do panariz, rebentos de carvalho bem pisados e colocados sôbre o dedo doente, estando o enfêrmo em jejum.

O bálsamo de canudo (4) tem grande emprêgo: é de uso na cura de feridas, e o seu suco, nas doenças de olhos, um louvar a Deus.

Para feridas serve-se ainda o nosso povo do suco do inhame de lagartixa (5), mas o chá de malvas, de sabugueiro e outras mais ervas é também de uso na lavagem das mesmas (6).

A água de macela é para curar inflamações de olhos, e ao terçoelho sára o miolo de pão esfregado, nove dias seguidos estando o padecente em jejum.

---

(1) Hemorroidal.

(2) Planta urticácea.

(3) *Solanum nigrum* «Solanacea de fôlhas ovadas ou romboidais, de ordinário sinuado-dentadas; flores brancas, reunidas em cimeiras corimbiformes; bagas negras na maturação. Encontra-se nos entulhos, muros, lugares cultivados, etc., no Funchal e arredores. As fôlhas desta planta são empregadas como anódinas; adicionando-se-lhes azeite depois de cortadas e esmagadas, formam o chamado emplasto ou unguento das Aires, muito útil no tratamento das feridas e inflamações», *Elucidário Madeirense*.

(4) *Kleinia repens*. Originária do Cabo da Boa Esperança.

(5) Também de uso na cura da epilepsia. É planta de rocha.

(6) Não nos referimos aqui às rezas para sarar as feridas, pois disso já noutro lugar nos ocupamos.

É medicamento eficaz e seguro no fleimão, a cataplasma de banana, batata e cenoura, a que se deve juntar a linhaça.

Já falamos <sup>(1)</sup> nas qualidades terapêuticas da cinza e cuspo no tratamento das impingens, mas não devemos esquecer, para o bom resultado se obter, acompanharmos a fricção pela cantilena <sup>(2)</sup> costumada e ordenada em tais casos.

As impigens e outras mais maleitas cutâneas curam-se ainda com o emprêgo de muitas outras plantas: infusão de moleirinha, de amor-perfeito, urtiga, fôlha de nogueira, teijeira, azêda, bôlsa de pastor, para uso interno; e água do mar para o uso externo.

O côbro <sup>(3)</sup> é tratado com a aplicação de farinha torrada, misturada com óleo de forja.

O chá de macela é correntio nas cólicas e outras doenças de estômago. Nas dispepsias, água quente tomada em jejum.

Uma fatia de pão torrado e embebido em vinho quente é popular para as dores de estômago: o lugar doente deve ser agasalhado com um pano de lã aquecido para evitar-se as constipações do estômago.

O lembedor <sup>(4)</sup> de agrião é recomendado nas doenças pulmonares, pois dá *refilhos novos* aos pulmões atingidos: o agrião cru é excelente antiscorbútico.

Os frutos ou a raiz do nosso já conhecido aipo, afugentador como já sabemos das feiticeiras — *aipo branco das serras*, nome por que é mais celebrado — tem ainda qualidades diuréticas e hiperestésicas, ou antes, estimulantes.

Contra a falta de apetite, toma-se o chá de alecrim. Como calmante, a água de alface.

Nas amigdalites, faz-se gargarejo com a mesma água onde se ferveu o amorico <sup>(5)</sup>, ou a diabelha <sup>(6)</sup>.

Para purificar o sangue nada melhor há do que uma infusão de azêda, quando bebida em jejum.

---

(1) Foi ao tratarmos dalgumas rezas.

(2) Impingem rabicha, que vieste aqui buscar? Cuspo da bôca e cinza do lar para te curar.

(3) Não se deve confundir com o cobrelo. Na Madeira êste nome é empregado para as eczemas da cara.

(4) « *Lambedor* ».

(5) Da família das rosáceas, sub-família das Rosoideas.

(6) É planta com as fôlhas em roseta, peludas, e os frutos espigas estreitas, com pedúnculos basilares. *Plantago Coronopus*.

O suco da espadana <sup>(1)</sup> é milagreiro nas doenças de origem cancerosa. Nos traumatismos, aplique-se as fôlhas do engos pisadas.

Como tónico, emenagogo e hiperestésico afamou-se o tam vulgar *cuidados*, espalhado descuidadosamente por quási todos os jardins e *quintais* da Madeira.

E muitos, muitos mais são os medicamentos de inventiva popular, com que o isleno usa e abusa na cura das suas e de alheias maleitas. No esquecimento ficam ainda, entre outros, a utilidade do chá de segurelha nas febres e outras doenças, os cozimentos das raízes e das fôlhas do buxo para os casos de reumatismo, a borragem com as suas qualidades sudoríficas e diuréticas, ou as tantas e tão excelentes propriedades medicinais que se encontram no fruto da bananeira.

Já vai longa esta lista e o melhor é ficarmos por aqui e mudarmos rumo até outro documento etnográfico de altíssimo valor para os vindouros: os milagres, que o povo nos seus falares reproduz como uma das nossas duas verdades fundamentais da raça — a verdade cristã.

*(Continua)*

FERNANDO DE AGUIAR.

---

(1) As suas fôlhas glaucas e longas servem, depois de murchas e abertas, para substituir o vime na atadura de molhos.

---



NA TÔRRE MAIS ALTA, por *Antônio Corrêa d'Oliveira*. Edição do Núcleo de Guimarães do C. N. E. s/d.

O ilustre Poeta, autor de tantas obras primas, escreveu este côro falado para ser dito pelos Escutas vimaranenses no Castelo nas «Vésperas da Senhora da Conceição». Como obra poética é mais uma grinalda de flores alvíssimas a juntar às muitas que A. C. de O. tem produzido. Perpassa-a um ritmo grave de exaltação nacionalista e intensa religiosidade, que são a essência mesmo da poesia do Autor da *Criação*. Corresponde perfeitamente ao fim para que foi escrita e não desmerece dos méritos do Poeta.



COMO FALAR — COMO ESCREVER, por *Augusto Moreno*. Vol. 1. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1941.

Depois de nos ter dado o *Joio na Seara* e os quatro volumes das *Lições de Linguagem* o infantigável divulgador sr. A. M. oferece-nos agora este volume que, como os anteriores, pertence à colecção «Estu-

dos de língua pátria». Tem o A. a seu cargo, no *Primeiro de Janeiro*, do Pôrto, uma secção de consulta que tem por título o mesmo do volume agora editado. São as primeiras dezenas das suas respostas que o constituem e que, como os anteriores, estão destinadas a levar os que querem aprender a escrever melhor a sua língua e a pronunciar-la sem incorrecções.

O volume é acompanhado de um índice alfabético das matérias versadas, mas cuja disposição não é de molde a facilitar as buscas. Espero que nos volumes subsequentes a ordenação dos seus índices seja *rigorosamente* alfabética, pois de outro modo só contribuirá para a perda de tempo do consultor.



CONTOS PARA AS CRIANÇAS E MOCIDADE, por *Fernando Llamas*. Editora Educação Nacional, Ld.ª Pôrto, 1941.

São estes contos constituídos por pequeninos fascículos quinzenais, de que se encontram publicados cinco. Os que tenho presentes têm por título: *O Pobre*

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---



*Pintor* (com *Os três sábios*), *O Lobo doente*, *O Macaco e o Rei* (com *O Pastor e a Estrêla* e *Solidariedade*) e *A Maior preciosidade* (com *Há males que vêm por bem* e *Uma rapariga inteligente*).

Num curto prefácio ao 1.º fascículo, o A. expõe os seus fins. Dirigindo-se aos seus pequenos leitores diz: «D'ora-avante tôdas as quinzenas vos darei uma pequena história que ao mesmo tempo vos instrua e distraia. Hei-de contar-vos contos agradáveis, donde sempre quereirei tirar uma lição; narrar-vos cenas e acontecimentos, cujo conhecimento é sempre proveitoso.» E acentua: «O meu maior interesse, porém, será mostrar-vos que vivemos no meio dos homens e que somos todos tanto mais felizes quanto maior fôr a solidariedade e o amor que nos unam. O mundo não é, ou não deve ser, manicómio onde cada um faça o que muito bem lhe apeteça; antes pelo contrário, é necessário que seja um lar onde todos nos dêmos as mãos.»

Pelos volumes até agora publicados parece-me que o A. alcançou o seu fim, pois as histórias narradas são de fundo moral irrepreensível e edificante. A edição é acompanhada de desenhos.



O FANTASMA DAS ASAS DE OURO, por Vicente Blasco Ibañez. Trad. de Agostinho Forte. 1941. Livraria Peninsular Editora. Lisboa.

A aparição desta nova tradução dum romance de Blasco Ibañez prova, ao que parece, que o gôsto do público ainda se não cansou do género cultivado por aquêl copioso novelista, a quem inegavelmente se devem algumas páginas brilhantes, mas que, sacrificando ao gôsto do público de língua castelhana, acabou por se repetir, produzindo ao mesmo tempo

obras inferiores, que em nada aumentaram os seus créditos de escritor.

Na sua primeira fase literária, quando ainda estava viva a fama de Zola e o realismo subsistia e tinha fiéis adeptos, B. I. escreveu algumas novelas que, como *La Catedral*, *Sangre y Arena*, *Entre naranjos*, *Tierra de todos* e outras correram o mundo e levaram o seu nome aos meios cultos da Europa e da América. *Los cuatro jinetes del Apocalipsis* criaram-lhe um ambiente de entusiasmo que talvez contribuisse para o fazer esquecer o que um escritor deve a si próprio, procurando lisongear os leitores, falando-lhes ao gôsto, tantas vezes duvidoso. Isso, agravado com uma acção política a que, como escritor, deveria manter-se sempre alheio, fê-lo produzir nos poucos anos de vida que ainda teve tantas ou mais obras do que até então escrevera, precipitadamente escritas, de linguagem descuidada e entreccho inverosímil.

*O Fantasma das Asas de Ouro* é uma das tais. De enrêdo mais que discutível, com personagens autómatos, sem vida própria, pela bôca dos quais se ouve falar o autor, sem psicologia (salvo, talvez, Jasmínia, a heroína), decorre o romance (que no fim de contas não passa de «novela») num ambiente de que temos uma vaga idea, quando em algumas breves páginas B. I. nos poderia ter dado descrições admiráveis da Costa Azul, em Mônaco e em Monte-Carlo, onde decorre a maior parte da acção. Os acontecimentos precipitam-se o sobrepõem-se e terminam por deixar o leitor desorientado.

A 3.ª parte, em especial, é absolutamente inverosímil, levando-nos a crer que o Autor a escreveu apressadamente para se desembaraçar dum trabalho talvez penoso. Quando assistíamos a uma possível regeneração daquele impossível Williams Cereceda, surge num *coup de théâtre* a heroína, de quem nada sabíamos desde o princípio dessa 3.ª parte, produ-

zindo no coração do antigo amante uma reacção tam desconcertante que com dificuldade a podemos acreditar. Depois, por uma súbita reviravolta, para que o leitor não fôra convenientemente preparado, desaparece de repente, deixando o amante, depois de o ter emprazado a fugir! Creio bem que entre os maus livros de B. I. êste deve ser dos piores: nem observação, nem psicologia, nem beleza de linguagem; nada o recomenda, nem mesmo o desenho da capa que, pretendendo ser simbólico, não passa duma obra da mais elementar falta de gôsto.

A tradução é correcta.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



PALAVRAS À JUVENTUDE, por *Alfredo Pimenta*. Publicações «Pola Grey». Pôrto, 1941.

A *inquietação*, palavra da moda que atravessou as fronteiras, também veio encontrar, entre nós, campo aberto à sua proliferação.

E porque se apresenta com tonalidades doentias, derrotistas e altamente perigosas para as juventudes, é que o Dr. Alfredo Pimenta dirigiu à gente moça estas admiráveis *Palavras*.

A *inquietação* estava a desorientar a juventude, inclinada a abraçar tudo quanto se lhe apresenta sob o aspecto de *modernismo*. E existe sempre quem, na sua ânsia de dividir para enfraquecer, se torne paladino de certos conformismos políticos que há conveniência em rebater para que a Verdade se liberte da cadeia de ilusões com que pretendem algemá-la.

Ao serviço da Verdade, levantou o Dr. Alfredo Pimenta, na Sala Salazar da Universidade do Pôrto, na memorável

noite de 31 de Outubro do ano findo, a sua voz autorizada de incansável lutador. A Verdade é sempre dura e, por isso, cria sempre irritações mal contidas, que também desta vez explodiram.

Evidentemente que existem os sinceros inquietos em presença da grande tragédia que vai pelo Mundo. Mas, exactamente para estes, é que o Dr. Alfredo Pimenta foi claro, preciso, decidido, enérgico, admirável.

Estas *Palavras à Juventude* atingem o fim que o seu A. pretende: — a demonstração da utilidade e oportunidade da solução monárquica que sempre presidiu à vida secular do povo português. Aponta o perigo bolchevista, que é agora muito maior que em qualquer outra ocasião, embora a muitos pareça tão inofensivo e de tão fácil recristianização, que até se esquece — ainda bem perto de nós — a grande tragédia da Espanha. Esquece-se, tão lamentavelmente, que o bolchevismo vitorioso seria o cilindro que esmagaria a Europa e provocaria o arrasamento de tôdas as altitudes. Na verdade, como afirmou Mgr. Gay, o terreno das ilusões é tão vasto como a obra da criação.

Mas, a-par dos sinceros inquietos há os calculistas, aquêles que se afirmam católicos e monárquicos, mas receiam o «politique d'abord» do aforismo maurrasiano. Não discutem, é certo, a verdade da doutrina, mas não a defendem com o entusiasmo que é próprio dos jovens que se afirmam pela Monarquia por uma conclusão da inteligência.

Muito deve a Boa Causa à persistente e fecunda actividade do valoroso escritor. A conferência do Pôrto e a sua publicação constituem mais uma das boas obras do Dr. Alfredo Pimenta em defeza do Portugal bem português que desejamos legar a nossos filhos.

Na hora negra que se atravessa, faz bem clarear os espíritos com a luz forte que irradia das *Palavras à Juventude*.

CURSO DE LITURGIA ROMANA, por *Dom António Coelho, O. S. B.* (tômo I). Editores, Mosteiro de Singeverga. Negrellos, 1941.

Não se pode falar da Liturgia sem recordar êsse grande apóstolo da obra de Deus, que foi o saúdoso Dom António Coelho, autor do *Curso* que aparece agora em nova edição, sob os auspícios beneditinos do Mosteiro de Singeverga.

E porque assim é, vem êste primeiro e valioso tomo enriquecido com um belo *Préambulo* do Padre J. Paulo de Carvalho em que a figura inesquecível de Dom António nos é revelada em todo o seu valor e na sua infatigável paixão de liturgista que tão grande transformação conseguiu operar na mentalidade religiosa do nosso país.

Êste tômo é consagrado à Liturgia Fundamental, à Liturgia Laudativa e à Liturgia Sacramental. É verdadeiramente *Opus Dei*, repleta de ensinamentos que um bem elaborado índice-analítico-alfabético mais valoriza, pela facilidade de consulta que proporciona.



MÚSICA E MUSICOS ALEMÃES, por *José Viana da Motta*. Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1941.

Viana da Mota, Mestre na sublime Arte, escreveu êste volume sôbre música e músicos alemães.

Começa por umas páginas de recordação dos anos de 1882 e 1914, no primeiro, quando veio a Lisboa a célebre pianista alemã Sofia Menter e o A., então com 14 anos, se preparava para os estudos no Conservatório de Berlim, fundado pelos irmãos Scharwenka. Salienta o interesse de el-rei D. Fernando pelo aperfeiçoamento, nos estudos da Música, daquele que volvidos anos, viria a ser o inconfundível Mestre.

Estas páginas de recordação da vida do A. na Alemanha contém uma referência «a um grande artista nosso, mas que na Alemanha viveu longo tempo, ali alcançou os seus maiores triunfos, ali foi o mais intensamente admirado e compreendido, e ali faleceu: Francisco de Andrade, que criou uma escola de arte dramática».

A representação do «Parsifal» em Bayreuth, no verão de 1884, constituiu o maior acontecimento na vida artística de Viana da Mota.

As recordações sucedem-se, até que entramos em contacto com os grandes músicos: — *Bach* à volta do qual um escrito de Saint-Saëns levantou grande discussão a que Viana da Mota não faltou com a sua autorizada opinião, embora discutível; *Haydn* forte personalidade, mais inovador que revolucionário, com bastante valor; *Beethoven* que é analisado na evolução dos seus *três estilos*. Bem a-propósito é citado Bernardo Moreira de Sá que executou no Pôrto, com outros artistas, todos os quartetos de Beethoven. *Hoffmann*, poeta e músico; *Liszt*, no testemunho do A. «o mais acessível grande homem que se pode imaginar», *Wagner* de que a representação bayreutheana do «Parsifal» tanto havia de influir na formação artística de Viana da Mota, *Wotan*, *Bülow*, tão pouco compreendido, e *Carlos Klindworth* que «operou uma revolução no campo da técnica pianística».

Na *Vária* incluem-se ainda outros trabalhos sôbre «Estética», «História da Música», «Pedagogia» e «Cartas de Músicos», que mais valorizam êste valiosíssimo volume.

E porque é que de tantas evocações não hão-de surgir as *Memórias* de Mestre Viana da Mota? Todos teríamos a lucrar, os curiosos das coisas da Arte musical e os verdadeiros Artistas.

MANUEL ALVES D'OLIVEIRA.

# O Príncipe Fidelíssimo

**D**EPOIS da morte inesperada do Senhor D. Manuel II, morte que encheu de profunda mágoa o coração de todos os bons portugueses, e não tendo o falecido monarca deixado sucessão, é indiscutivelmente o Senhor D. Duarte o legítimo representante dinástico da Casa Reinante portuguesa, visto na Sua Pessoa se reunirem as condições necessárias para ficar investido naquele direito.

D. Duarte é portanto hoje o Rei, — escreve Tomaz Ribeiro Colaço — porque Deus quis chamar a Si o seu Antecessor, e porque engloba nos seus direitos essas Vontades que, estando antes d'Ele, já n'Ele delegaram os direitos que teriam.

O problema monárquico tem portanto esta premissa, contra a qual nada pode o mais categorizado ou o mais obscuro dos monárquicos: — a D. Manuel II sucedeu D. Duarte II.

Êste Príncipe que possui o mais elevado exemplo de virtude, de espírito e de inteligência, pondo acima do interêsse pessoal o engrandecimento da sua Pátria, é bem o digno sucessor de seu Avô D. Miguel I e de seu Primo D. Manuel II — dois grandes Reis que, embora no exílio, souberam fervorosamente amar e defender o seu país.

Amar e servir Portugal é também a sua constante preocupação.

Sobre a personalidade dêste Príncipe Fidelíssimo, publicou o Dr. Caetano Beirão nesta Revista e no jornal *A Voz*, dois interessantes e oportunos artigos intitulados: «O Novo Príncipe», que a Causa Monárquica editou em separata e cuja leitura recomendamos.

As directrizes que o Senhor D. Duarte preconizou à organização oficial da Causa Monárquica, ficaram esclarecidas numa entrevista concedida em 21 de Novembro de 1935, a um redactor do grande quotidiano parisiense *Le Jour*: «A União Monárquica portuguesa não é um partido político, pois é mais do que isso: testemunho vivo do passado histórico da nossa nacionalidade, constitue uma reserva nacional, a garantia do futuro.

«Quando Portugal julgar possível ou necessário o regresso da Monarquia, o meu país poderá contar sempre comigo, que considero a co-

roa o símbolo da unidade nacional; e pode estar certo de que à Monarquia a que tanto quero, presidirão a justiça, a autoridade e a competência, e nela os sentimentos e princípios religiosos da grande maioria dos portugueses que serão devidamente respeitados pelo Estado.»

Palavras simples e claras que dispensam comentários.

Sob o aspecto colonial, que na opinião do Senhor D. Duarte é um dos mais importantes problemas portugueses, declarou: « Ah! Se fôsse possível, e quanto antes, canalizar para a nossa África não emigrantes mas *famílias de trabalhadores!* Assegurar-lhes um mínimo de estabilidade, e deixar o resto à estupenda iniciativa individual dos portugueses, que faz milagres em tôda a parte... Num curto espaço de tempo, haveria nas Províncias Ultramarinas o que melhor poderia dar-lhes profunda feição portuguesa: — uma população trabalhadora, amorosa da terra em que prosperava.»

Ainda a confirmar o interêsse que tanto prende a atenção do nosso amado Príncipe sôbre êste magno problema, esclarece-nos o Dr. Hipólito Raposo: « Uma das publicações que o Senhor D. Duarte lê, e comenta, e anota, chegando a pedir esclarecimentos em cartas que escreve, é o *Boletim da Agência Geral das Colónias.*»

Definida assim a posição do Senhor D. Duarte no quadro da política nacional, só nos resta dar graças a Deus por termos um Príncipe que tão nobremente sabe honrar as tradições dos seus gloriosos Antecessores.

ABÍLIO COELHO.

---

*« Pelas bênçãos de Deus, descidas sôbre o primeiro dos Lares portugueses, veremos renascer a esperança da continuidade da Dinastia, pela desejada Descendência de Quem hoje representa, por varonia, os seus Augustos Avós, os Reis Dom Afonso Henriques, Dom João I e Dom João IV, os soberanos da Fundação, da Independência e da Restauração de Portugal. »*

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO.

# O P.<sup>o</sup> Martins Capela

## HOMEM PLENO. FLORES DE CIÊNCIA E DE TALENTO

(Excerpto do livro a publicar *Mestre e precursor*).

O P.<sup>o</sup> Martins Capela vai quasi a meio da jornada... «Vincaram-se-lhe as rugas: na testa, porque muito pensou; ao canto da bôca, porque muito sofreu» (1).

Outrem que não o seu espírito de atleta haveria de pensar na reforma. Êle, porém, refaz-se da tortura moral de uma velhice que se avizinha e prepara-se para a melhor época da sua vida: ao menos para a que mais vale diante de Deus e dos homens.

Até aqui, não passava de um modesto cura de aldeia. Padre novo, mourejou na terra natal, esforçando-se por manter acesa a lâmpada da fé, num meio adorável para o seu espírito de artista. Depois, guiado pela mão carinhosa do sábio Dr. Rodrigues Cosgaya, director do Colégio de Ermezinde, ali ensinou até 1873, ano em que foi provido canònicamente em Painzela. Aí se demorou pouco mais de um ano, visto que, a 26 de Agôsto de 1875, se encontrava já à frente da Carvalheira, para onde havia sido transferido.

Após o regresso do Colégio do Barro, achámo-lo novamente em Ermezinde a leccionar Filosofia Escolástica, História Natural e Ciências, aproveitando o ensejo para se ir treinando no conhecimento das matérias, em que desejava fazer provas, mais tarde, quando julgasse poder concorrer ao magistério liceal.

Acentua-se a veneta do culto do vélho. Por essa altura um grupo de arqueólogos esforça-se por tornar conhecidas imensas riquezas sepultadas debaixo do pó dos arquivos ou da cinza do esquecimento. A Pré-

---

(1) *O último olhar de Jesus*, Antero de Figueiredo, pág. 14.

-História, a Arqueologia e o folclore interessam vivamente os apaixonados das velharias e dos costumes de Portugal.

O P.<sup>e</sup> Martins Capela, a dois passos da cidade do Pôrto, não podia furtar-se ao convívio intelectual de homens, cujas aspirações tão bem diziam com as suas. Contactou com êles, senão pessoalmente ao menos lendo-os e seguindo, a distância, o malucar das suas preocupações arqueológicas.

A vélha Geira destacou-se, maravilhosa e imponente, no seu espírito de artista. Via-a deslizar, coleante, em arabescos, fronteira à sua casa. De longe em longe, perfilavam-se os miliários e garatujas, verdadeiros hieroglifos, sulcavam as faces duras dessas moles de granito.

Muitas decifrara-as o Argote; Hübner registara as demais. Entretanto, não haveria nenhuma perdida, em cômodo solitário ou em abismo profundo, aonde a intempérie dos anos e a maldade dos homens tivessem lançado qualquer fragmento de miliário ou até o miliário inteiro?

Porque não havia êle de calcurriar montes e vales, seguindo a trajectória da via romana até onde fôsse possível, descobrindo os miliários arrojados ao solo e copiando os dizeres das inscrições?

Porque não havia de palmilhar o traçado completo de tôdas as vias romanas que saíam de Braga, e tôdas as que deslizavam pelo Minho e Trás-os-Montes?

Daf as viagens ao Pôrto nos dias feriados, subindo à Biblioteca Pública a fim de investigar tudo quanto se houvesse já escrito sôbre a matéria que lhe dizia respeito (1). Nas férias largava com o criado e vá de surpreender, na vastidão imensa do norte os sulcos das vias romanas...

Até 1910, ano em que sentiu cair-lhe sôbre o espírito o braço fatal que lhe arrebatou das mãos a espada fulgurante de escritor, êle dá-se inteiramente ao convívio dos livros, ao culto do saber, à alegria de formar os corações dos jovens no amor às Letras e à Igreja.

Encontrara o rumo definitivo do seu espírito...

Uma outra ambição o seduzia por aquela altura: passar no exame de magistério liceal e para êle carregou todo o esforço possível.

Contudo fê-lo sem pressas, a passo firme, lento, mas seguro.

Desde 1880 a 1888, ano em que se apresentou diante do júri, ou fôsse na Formiga ou no Colégio do Espírito Santo, em Braga, apenas tinha em vista guardar na memória o arsenal de conhecimentos, graças aos quais lhe não seria difícil lograr o fim proposto.

---

(1) *Miliários*, pág. 15.

Adivinha-se aqui o temperamento do sacerdote: lento na resolução, tímido, não se atirando para o obstáculo sem a certeza de o transpor, calculado, metódico. O P.<sup>e</sup> Martins Capela anda pelo seguro.

As portas do Liceu abrir-se-lhe-iam aos 46 anos? Embora: o que importava era vencer, galgar o cume cimeiro da sua maior aspiração.

Lento e firme, com a certeza do êxito; jamais a dúvida ou o receio a torturar-lhe o espírito.

Não tinha a consciência da sua pena de ouro. Escreve *A Roma*. Tôda a imprensa elogia o sacerdote humanista e o livro escrito no mais puro génio da língua. Sena Freitas, então o director do *Progresso Católico*, desfaz-se em encómios ao valor intrínseco da obra e aos méritos literários do escritor. Incita-o a escrever. Suplica-lhe a graça de umas palavras, de onde em onde, para com elas esmaltar a revista que dirige. Embalde! Martins Capela fecha-se na concha da sua timidez e vai mascando no silêncio dos livros os temores da sua pena clássica.

Com os *Millários* observou-se o mesmo. Os furores arqueológicos salteiam-no desde a infância; definem-se com o Argote e Frei Bernardo de Brito; diluem-se nos cuidados da vida paroquial; acordam em revoada na visita a Roma; tornam-se prementes — insidiantes na Formiga. No entanto, só em 1895 — volvidos 15 anos... é que vêem a luz da publicidade.

É certo que tanto os *Millários* como *A Roma* ficarão para o futuro como índice de uma vasta cultura.

Não obstante, melhor fôra para as Letras Pátrias e para a Igreja que êle pusesse de lado escrúpulos de estilo, receios de vãos defeitos imaginários, e forcejasse por dar-nos, em cada ano, um volume sério, profundo, como só êle sabia escrevê-los.

Infeliz como o P.<sup>e</sup> Sena Freitas, pelo que diz respeito à fama que os séculos viriam a dar-lhe, o P.<sup>e</sup> Martins Capela vingaria sobrepor-se à má vontade dos homens e aos caprichos da crítica, vencendo em quantidade, já que o seu estro o fêz grande, entre os maiores cultores da língua portuguesa.

Que a gente... não chega a aperceber-se da justiça que há em exaltar o poeta do *Só* e aquêlo outro, amigo do vinho, da folia e das rimas novas, ou ainda o vate filósofo, não dispondo de umas linhas — escassas, fugidias embora... — que pusessem no devido lugar um homem com uma obra imortal no género de *Os Millários* e que não pode ser ultrapassado no descritivo dêsse delicioso brinco literário *A Roma*.

Alberto Sampaio, que tão homenageado foi não vale metade, literà-



riamente falando e até no ponto de vista do número de obras escritas ou do mérito intrínseco delas. Não obstante, o P.<sup>o</sup> Martins Capela morreu para o grande público e êle vive na admiração e no respeito de todos.

Triste sina dos homens...

É uma injustiça? Evidentemente. Mas que vamos fazer-lhe?

Continuemos, porém, o estudo biográfico do mestre.

Em face do que dito vai, não nos admiremos de que seja pouco fértil em incidentes a vida do P.<sup>o</sup> Martins Capela nestes anos de ensino. Vivia para a cátedra e para os livros. O mais deslizava como torrente à margem das suas preocupações.

Embora sem indicar minúcias, pelo que toca à vida do P.<sup>o</sup> Martins Capela na Formiga, em Braga, em Viana e, por último, de novo em Braga até 1910, eu julgo útil fazer um esboço das suas ocupações nesta época, servindo-me da correspondência trocada entre êle e Martins Sarmiento a propósito de vários assuntos (1).

Sigámo-los, que o tempo não será perdido.

No verão de 1882, o P.<sup>o</sup> Martins Capela recebe nas Caldas de Vizela, onde se encontra, uma carta do ilustre vimaranense a propor-lhe uma visita à Calcedónia e ao Gerez, servindo o autor dos *Miliários* de amável cicerone. Volta a escrever-lhe de Ancora, aonde fôra a banhos, lamentando que várias circunstâncias o impedissem a êle, Martins Sarmiento, de satisfazer o desejo de uma visita ao Gerez e à Calcedónia. Ensina-o a conhecer e estudar os dólmenes, em que deve ser fértil a serra.

A 8 de Dezembro, do mesmo ano, Martins Sarmiento queixa-se de não poder acompanhar Martins Capela na viagem que êle vai fazer a Paredes do Coura a fim de estudar as inscrições de dois novos miliários aí aparecidos. Diz-lhe, todavia, como há-de subir à vila nortenha, que é sair do combóio em S. Pedro da Tôrre e cavalgar possante égua até Rubiães, para o que tem de falar a pessoa capaz de lhe conseguir a montada. A pena que sente em não o acompanhar vai ser esquecida na alegria de palmilhar juntamente com êle o Barroso, à cata do traçado da via romana por aquêles sítios.

A 10 de Janeiro de 1883, verifica-se que o P.<sup>o</sup> Capela foi a Paredes do Coura, onde viu as inscrições. Vai agora tentar a decifração de hipotéticos miliários existentes na via romana que passava em Labruge, Ponte do Lima.

---

(1) O original encontra-se na biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães.

Se tivéssemos as cartas do P.<sup>o</sup> Capela a Martins Sarmento — há bastantes na Sociedade Martins Sarmento em Guimarães, no entanto o maço está incompleto... — e as cotejassemos com as dêste, poderíamos refazer os planos e as caminhadas do primeiro em todos estes anos.

A primeira é de Junho, de 1883. O sábio diz a Martins Sarmento que projecta uma visita à Galiza, calcurriando a via romana até Astorga, derivando após em direcção a Chaves, ou Trás-os-Montes.

Martins Sarmento, respondendo em Junho dêsse ano ao pedido de P.<sup>o</sup> Capela de que o orientasse na viagem à Galiza, diz-lhe que só Hübner e Silvelo o podem elucidar. Falam acêrca de achados arqueológicos vários. Martins Capela acarinha mil e um projectos e Sarmento estimula-o a não esmorecer no entusiasmo, sugerindo o auxílio de Luciano Cordeiro e de Pequito para as suas investigações.

Se bem o pensou, melhor o fêz. O P.<sup>o</sup> Martins Capela tentou chegar à Astorga e reentrar em Portugal, por Chaves. Em vão, porém. Foi melhor sucedido em Viana, para onde fôra a banhos. Dali saíu para excursões a S. Luzia e Labruge, que palmilhou à vontade. Isto diz a Martins Sarmento, em carta de 22 de Setembro de 1883. A recolha de materiais e o estudo das inscrições leva-o a esquecer o amigo. Sarmento alarma-se e a 28 de Novembro quer saber novidades. Informa-o juntamente dos achados obtidos na Póvoa de Varzim, onde esteve a banhos. Ali explorou as terras vizinhas: Terroso, Rio Mau, etc. Aqui viu uma inscrição que envia a Martins Capela a fim de êle a decifrar. Êste dá-lhe a chave do arabesco e, por seu turno, pede um esclarecimento a respeito de uma outra inscrição, achada em S. Comba.

A 6 de Novembro, o professor da Formiga vai às terras da Maia e dá conta do que viu a Sarmento, que o incita a continuar as pesquisas, acenando-lhe com as riquezas arqueológicas vistas aí, por êle, em várias excursões. Refere-se à viagem que os Fenícios teriam realizado à Inglaterra, estudo em que anda empenhado o que é interessantíssimo.

Abre-se um hiato, na correspondência, até 1886. Por carta do autor de *A Roma* de 10 de Maio, dêsse ano, sabemos que o sábio vimaranense pedira umas linhas ao P.<sup>o</sup> Capela para a *Revista de Guimarães*. Êste promete escrever alguma coisa e, referindo-se às excursões, diz que só nas férias poderá continuar a exploração da Geira.

Em Dezembro, de 1887, agradece a oferta dos *Argonautas* de Martins Capela, ao qual faz um rasgado elogio no *Escholio* (1).

---

(1) *Escholio*, n.º 2, pág. 60.

A 7 de Agosto de 1888, informa o amigo de que está a preparar-se activamente para o exame de magistério liceal. Há três anos que estuda sem cessar. Em férias não lhe sobra o tempo nem disposição para as pesquisas no Gerez. Refere-se ao cordão sanitário enviado pelo governo para a fronteira e, a propósito do *Eschollo* dirigido por êle, quando professor no Colégio do Espírito Santo, diz-lhe que morreu...

De Vizela volta a escrever ao mestre e informa-o de que os exames para magistério liceal se efectuam em Outubro: quer dois meses para rever as matérias.

Em 1891 felicita-o por se achar já restabelecido e refere-se à Colegiada de Guimarães, que pensavam em restaurar.

Martins Sarmiento há-de ter respondido a essas cartas. No entanto faltam na colecção, de que nos vimos servindo. O P.<sup>e</sup> Capela vai mantendo o fogo sagrado da amizade, em missivas freqüentes e já agora para levar ao sábio a chama de entusiasmo arqueológico que o devora.

A 11 de Outubro, conta ao distinto escritor vimaranense o que viu em Chaves. Aí informa que ambos — Martins Sarmiento e êle — foram de longada até à Calcedónia, visita que muito desejavam e na qual tinham pensado várias vezes.

A 19 e 24, refere-se à viagem a Nive e Guimarães. A 27 nada tem de novo. A de 27 de Dezembro diz que o P.<sup>e</sup> Pinheiro de Bragança anda empenhado em descobrir o traçado da via romana que passava por aquêles sítios. A 21 agradece o envio do *Suplemento* que êle havia pedido. Não continua com o estudo do Homem. Fá-lo-á a seu tempo.

Em Abril, de 1894, a 12, informa que os *Miliários* já vão adiantados. Tem três aulas diárias. Estuda imenso.

Em 22 de Outubro, anuncia que vão seguir, em Janeiro, as primeiras tiras de papel manuscrito a fim de ser composto o livro.

A correspondência de Martins Sarmiento reaparece agora para informar o amigo de que tinha chegado a resposta de Hübner.

Não concorda com as suas opiniões.

A 23, dá vários esclarecimentos e agradece a próxima visita do P.<sup>e</sup> Martins Capela a Guimarães. Manifesta-lhe o desejo de conhecer mais profundamente a sua obra.

Em 18 de Março, comunica-lhe que esteve doente e dá informes a respeito da via romana que passa pela Cabreira. Podem prestar magníficos auxílios os abades de Sobreposta e Salomonde.

Em Junho, a 6, já se encontra na Citânia, onde escreve. Chove imenso.

Na de 26 de Julho presta-lhe esclarecimentos que muito podem ajudá-lo na visita a Paredes do Coura. Basta dirigir-se ao P.<sup>e</sup> Narciso ou ao juiz Pestana.

O P.<sup>e</sup> Capela resolve tornar públicas as inscrições havidas em Paredes do Coura e solicitadas por Hübner. Sarmento pede-lhe para falar das vias romanas publicando um estudo na *Revista de Guimarães*. Se quisesse, aditá-las-ia aos *Millários*.

Em Dezembro, a 6, disserta pormenorizadamente da via romana que seguia pela Cabreira. A 26 do mesmo mês, dá vários esclarecimentos e escusa-se de escrever o prometido estudo sôbre vias romanas, por nunca a haver palmilhado.

O P.<sup>e</sup> Martins Capela informa-o, a 20 de Janeiro de 1895, de que já corrigiu as primeiras provas do livro. Sarmento responde que ainda bem e presta algumas soluções.

Há ainda outras missivas que nada interessam à biografia do P.<sup>e</sup> Martins Capela, surgindo, finalmente, uma, de 16 de Outubro de 1895, em que se refere com elogio aos *Millários* sentindo, não obstante, que nêle se diga ser Martins Sarmento um entendido em coisas romanas, êle que só percebe alguma coisa do pré-romano.

Em 5 de Dezembro, do mesmo ano, faz um rasgado elogio ao livro e indica os estrangeiros, a quem deve ser remetido. Nota, porém, a falta de um mapa com as vias romanas.

Continua a manifestar-se o temperamento do sacerdote: Martins Capela receia a crítica. Apesar dos elogios que esta disse a propósito do *A Roma*, êle teme a apreciação de homens como o próprio Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos e outros.

Mas foi um autêntico sucesso: Hübner, na *Revista Crítica Espanhola*, de Madrid, Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos no seu *Arqueólogo Português*, os jornais *Aurora do Cávado*, *Palavra*, *Correio Nacional* e José Sampaio Bruno, todos lhe tecem rasgados encômios.

Martins Sarmento diz a seu respeito: « Ainda não ouvi dizer do seu livro senão que é óptimo, excelente ».

A 7 e 30 de Março, de 1896, informa-o de que mandou a crítica dos *Millários* para a *Vida Moderna* e como nela dissesse que apenas cinco pessoas se haviam referido a um livro daquela natureza, tanto a Academia das Ciências como a Associação dos Arqueólogos desejam nomeá-lo sócio correspondente, desfazendo com elogios extemporâneos a falta havida primeiro.

O francês Caguet referiu-se aos *Millários* na *Révue de Archeologie*.

Das cartas até 22 de Dezembro, de 1896, nenhuma tem importância a não ser aquela em que o felicita pela sua transferência para Braga.

É natural que nem todos os leitores hajam tido a paciência de seguir até final a exposição agreste das missivas. Não obstante, venhamos em que era o melhor caminho para conhecer a actividade do P.<sup>o</sup> Martins Capela, desde o ano em que esteve na Formiga até à transferência do liceu de Viana do Castelo para o de Braga.

Informa-se agora que o exame para o magistério liceal foi um assombro. Nem admira. Há três anos que se preparava mais a rigor: no tempo lectivo, ensinando as disciplinas em que poderia acaso estar menos em dia com as matérias — Física, Ciências, Química, História e Filosofia — em férias, recapitulando as demais.

A verdade é que foi êle o primeiro classificado de quantos se apresentaram. Devido à elevada classificação, foi-lhe indicado um lugar vago no Pôrto. Vendo, porém, que ia de encontro aos desejos de um colega, desistiu do lugar a seu favor e aceitou a nomeação para Viana, onde ensinou, a partir de 1888 <sup>(1)</sup>.

Aí se conservou até 1895, ano em que, a instâncias de D. António de Freitas Honorato e por intervenção do Conselheiro Dr. Jerónimo Pimentel, veio transferido para o liceu de Braga.

S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> queria-o nesta cidade a fim de que êle regesse a cadeira de Filosofia Tomista, da qual era intransigente defensor e apoloquista.

Aqui se conservou, até 1912. A tormenta prostrou-o sem ânimo. Depois recolheu à Carvalheira, descrente dos homens e receoso dos acontecimentos.

P.<sup>o</sup> A. LUIZ VAZ.

---

(1) Despacho de 30-10-1888. Em Viana ensinou Geografia e Filosofia. Por despacho de 24-11-1896 foi colocado em Braga.

---

# Epistolário da Infanta D. Maria Ana Vitória de Bragança

[1786-1787]

encontrado em Madrid em consequência  
da revolução marxista

*Ao procurar, nos arquivos espanhóis, a correspondência da nossa Rainha D. Maria I, que me permitiu traçar com certa segurança o seu perfil moral e determinar certos passos do seu reinado até então mal focados ou desconhecidos — notei a falta das colecções das cartas relativas a alguns períodos da sua vida e nomeadamente daquelas que de-certo havia de ter escrito a sua filha casada em Espanha, e das que se referiam à morte prematura da referida Princesa e do filho primogénito o Príncipe D. José, ocorridas ambas em 1788.*

*A páginas 44 e 45 da minha monografia sobre a nossa Rainha reinante, registei essa falta. Nos Arquivos de Madrid e Simancas ninguém me soube dar conta delas. Consideravam-se perdidas.*

*Foi precisa a guerra civil de 1936-39 para se descobrir o seu paradeiro.*

*Depois que os vermelhos em Madrid assaltaram palácios e arquivos particulares, muitos vallosos documentos foram encontrados ao desbarato. Para salvar e pôr em ordem quantos foi possível achar nessas condições, se criou o Serviço de Recuperação Bibliográfica que, por seu turno, entregou tais papéis à Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.*

*Ora, entre eles se encontraram as cartas de que o artigo que adiante se transcreve — traduzido do Correo Erudito, revista de letras e artes que se publica em Madrid, — nos dá conhecimento.*

*É seu autor o Sr. D. Pablo Alvarez Rubiano, professor de História na Universidade de Valência, que exerce hoje as funções*

*de Secretário do illustre Director Geral de Belas-Artes, Sr. Marquês de Lozoya.*

*Investigador muito distinto a quem a cultura espanhola deve assinalados serviços, como a descoberta e o estudo crítico de importantes documentos relativos à dominação espanhola em África e na América, é o Prof. Rubiano devotado amator das coisas de Portugal, e foi quem encontrou na Recuperação Bibliográfica as epístolas setecentistas da nossa Família Real, de que felizmente nos quis dar conta no pequeno ensaio que se vai ler e que bem prova o seu conhecimento da nossa História.*

*Cumpre-me agradecer ao erudito professor o ensejo que me proporcionou de saber da existência e do paradeiro dessas cartas, e as amáveis referências que se dignou fazer ao meu nome e ao meu trabalho sobre D. Maria I.*

CAETANO BEIRÃO.

**A** PARECERAM nos armazéns de Recuperação Bibliográfica umas cartas de índole particular, escritas por membros da Família Real Portuguesa, à Infanta Maria Ana Vitória, filha dos Reis lusitanos D. Maria I e D. Pedro III, e esposa do Infante espanhol D. Gabriel António de Bourbon, o cultíssimo humanista, tradutor da obra de Salústio. Os cadernos encontrados são seis: um do pai, Pedro III, do ano de 1786, composto apenas de 38 cartas, pois, neste mesmo ano, teve lugar o seu falecimento; dois da mãe, a Rainha Maria, de 1786 (103 cartas) e 1787 (104 cartas), respectivamente; outros dois do então Infante D. João, futuro Regente e sucessor de D. Maria I com o nome de João VI, referentes aos mesmos anos de 86 e 87, 105 e 104 cartas, com duas ou três de D. Carlota Joaquina; e outro, finalmente, da Infanta D. Maria Ana, tia da esposa de D. Gabriel, relativo a 1787 e que compreende 65 cartas.

A rápida leitura que das referidas cartas fizemos, levou-nos a reconhecer a necessidade imperiosa de projectar nova luz sobre estes reinados, tão mal compreendidos, da história portuguesa. Etapas históricas subseqüentes à *pombalina* e de transição para a nossa época, com suas lutas e profundas diferenças de ordem política, encontram-se apenas deli neadas nos seus mais precisos contornos, carecendo as suas figuras históricas de acentuado relêvo, em contraste com as características do período imediatamente anterior.

Causas de ordem política, semelhantes às que existiram na nossa pátria em períodos análogos, deram motivo à formação de um *cliché* tradicional relativo a estes reinados posteriores ao de D. José I. E os historiadores liberais portugueses, levados pela sua admiração por Pombal, traçaram com tintas negras os reinados de D. Maria I e D. João VI, apresentando concretamente estes soberanos e a sua côrte como simples instrumentos da clerezia no terreno político, atentos sempre a tôda a espécie de devoções e práticas religiosas, chegando tais escritores a pôr em discussão a própria inteligência dos egrégios monarcas.

Ora, tal não foi a realidade histórica. O ilustre escritor português Caetano Beirão publicava em 1934 um interessante estudo sôbre «D. Maria I». Obra admirável, produto de investigações extensas levadas a cabo nos arquivos espanhóis e lusitanos, desmente à luz documental a lenda tecida em tôrno daquele reinado. A análise minuciosa das centenas de cartas examinadas, permitiram-lhe descobrir em D. Maria a ponderação e o equilíbrio da sua alma de mulher e da sua consciência de Rainha. Não encontrou Caetano Beirão a menor sombra de exagêro místico na figura daquela soberana. Outro tanto podemos deduzir da leitura das cartas a que nos referimos, inspiradas tôdas elas num amor suave e puro pela filha adorada e ausente, à qual a tutela de mãi procurava guiar no caminho difícil do seu novo estado.

A infantazinha portuguesa — delicada beleza e grácil figura — de 17 anos apenas ao começar êste epistolário, acabava de contrair solene matrimónio, por razão de Estado, em 23 de Maio de 1785, com o Infante espanhol. As discretas negociações levadas a efeito entre as côrtes de D. Maria I e de seu tio, o nosso Rei Carlos III, foram conduzidas ao feliz têrmo do duplo casamento dos mencionados Infantes e de D. Carlota Joaquina, a filha mais vélha dos então Príncipes das Astúrias, com D. João, filho segundo dos Reis de Portugal. Assim se estreitaram os laços há muito existentes entre os dois países.

E a razão de Estado do casamento de que nos ocupamos, teve o seu complemento no verdadeiro amor dos jovens desposados. Achava-se Maria Ana Vitória, ao começar o ano de 1786, prestes a dar à luz. E a Rainha portuguesa, inundada de alegria ante o próximo nascimento do primeiro neto, deixava transparecer a sua impaciência e o seu júbilo nas carinhosas cartas que dirigia à filha.

Triste, porém, havia de ser para ela o ano a que nos referimos. O seu coração de mulher ia sofrer o rude golpe da morte do marido bem amado; e, embora pudesse dominar a sua dor, encontrando no bál-



samo da resignação cristã as forças suficientes para vencer o seu infortúnio, quando tais golpes se repetiram, dois anos depois, com o falecimento do Príncipe do Brasil, herdeiro do trono, e da filha e genro, os Infantes espanhóis, todo o seu sistema nervoso, tão alquebrado, se ressentiu gravemente. E assim, ao chegarem pouco depois a Lisboa — segundo regista o Marquês de Rezende, filho do Marquês de Penalva, camarista da Rainha — as notícias dos excessos cometidos em França pela Revolução triunfante, o seu temperamento delicado não pôde mais resistir, obscurecendo-se a luz da razão naquela inteligência antes tão ponderada.

Em 4 de Fevereiro de 1792, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, reclamava com angústia ao ministro português em Londres a partida para Lisboa do então célebre alienista Dr. Willis; porém, impotente a ciência perante os superiores desígnios, perdia-se tôda a esperança de remédio em Outubro do mesmo ano, começando então a governar, em nome de sua mãe incapacitada, o Príncipe D. João, com 25 anos, o qual, em Julho de 1789, adoptava o título de Regente do Reino, sentando a seu lado, no trono, a espanhola Carlota Joaquina, de temperamento enérgico, tão mal tratada pelos historiógrafos partidários das novas tendências revolucionárias, que nessa época começaram a triunfar.

Os historiadores do quadro constituído pelo período de que nos ocupamos, costumam salientar o aspecto lúgubre daquela côrte de obscurantismo. E, todavia, pode concluir-se da leitura atenta das cartas reais, que na côrte de Pedro e de Maria não eram escassos os concertos nocturnos e as veladas de ópera, e, sobretudo, as deslocações freqüentes até as várias propriedades realengas. As jornadas régias de Samora e Salvaterra, Caldas e Alcobaça, Queluz e Caxias, etc., eram aproveitadas pela ilustre senhora para dar freqüentes passeios, durante os quais manifestava amiúde as suas qualidades de amazona. Talvez que à prática reiterada da equitação se deva em parte a majestosa presença e arrogância física da sua pessoa, que os historiógrafos não deixam de registar.

Nada mais comovente do que as expressões de ternura dirigidas à filha, quando se decide, por fim, a dar-lhe a triste notícia de que já não tinha pai. Falecido êste em 25 de Maio de 1786, ocultou-se a D. Maria Ana Vitória a ocorrência para que o seu debilitado organismo se não ressentisse, até que se encontrasse, depois do parto, com resistência suficiente para suportar tal desgosto. E nas suas sentidas palavras se reflecte a forte e arreigada convicção cristã, que recalca os affectos humanos, para

elevant o espírito em súplica de silenciosa resignação a suportar os desígnios da vontade suprema.

De tôdas as cartas que fazem parte dêste interessante epistolário se desprende, qual suavíssimo aroma, a compenetração íntima de todos os membros da Família Real. Prodigam-se mutuamente frases do mais sincero carinho, resplandecendo através de tudo a excelsa bondade da rainha reinante. Dêste modo se compreende a índole que D. Maria I soube acertadamente imprimir ao seu reinado. Tratava-se de corrigir a obra anti-religiosa de Carvalho, conservando, porém, do seu labor ingente de tantos anos de govêrno, o muito e grandemente benéfico que era útil conservar, atendendo aos interesses supremos da nação portuguesa. Esta foi a norma geral da sua conduta, embora, como não podia deixar de ser, se verificasse nos primeiros anos do reinado a violência própria dos dias da *viradeira*, que, ainda assim, ela soube conter, com a sua generosidade magnânima, nos limites discretos do esquecimento e do perdão.

A adversidade, determinante eterna dos destinos humanos, veio interromper bem depressa a serena felicidade do lar daqueles jovens esposos. Em 2 de Novembro de 1788, expirava a infantazinha portuguesa, sem ter completado 20 anos de idade, dois meses depois do falecimento de seu irmão José, herdeiro do trono da sua pátria nativa. A morte da Princesa, que acabava de atingir a plenitude da sua mocidade, encheu de pesar e de melancolia o marido, D. Gabriel, que igualmente descia à sepultura 20 dias passados. Tão prematuro fim contribuiu para inundar de dor o ânimo de D. Maria I, alterando profundamente o já quebrantadíssimo sistema nervoso da Rainha portuguesa.

Ao recobramos actualidade, por via do Serviço de Recuperação, as cartas a que atrás nos referimos, evocamos com prazer aquêlê plácido lar, presidido pela ilustração e pelo amor, e prematuramente desfeito pela morte implacável. Subsistem dele, como vestígios espirituais, a recordação literária da obra do Infante D. Gabriel e a suave sombra da companheira que lhe perfumou a vida.

PABLO ALVAREZ RUBIANO.

# Considerações doutrinais

**A**S poucas palavras que seguem não se apresentam com a intenção tôla de pretensa orientação.

São palavras nascidas dum coração jovem mas decidido ao Sacrifício pelo seu Ideal, são uma como que expansão da sua alma, colóquio com os que sob a mesma égide militam com firmeza porque não constituem conjunto desordenado à procura de rumos ou de caminhos, de mestres ou de doutrinas.

Temos tudo isto, que falta a muitos, infelizmente, e que falta, até, àqueles que por aí se fazem apóstolos do Mal com a desagregação que, sem saber talvez, provocam nas camadas a que chegam.

Temos caminhos e temos rumos.

Temos chefes e temos doutrina.

Não trilhamos veredas sinuosas que espreitam precipícios, nem perscrutamos a limpidez do Céu à procura da estrêla que nos guie na viagem.

Temos na nossa formação mental *Deus* que fêz o *milagre* de tôda a nossa História; temos o amor da *Pátria* que nos viu nascer e que engrandeceram os nossos avoengos preclaros; e temos a incarnation do Poder que a majestade Divina deixou na terra ao criar o homem — temos o que o Autor de *Ao Princípio era o Verbo* chama «a Pátria com figura humana» — o *Rei*.

Por isso é que não temos *Inquietação*; por isso é que não abandonamos o nosso *caminho* para procurar outro, que o não encontramos mais nobre nem iluminado por claridades tamanhas; por isso é que trabalhamos de alma e coração para melhorar o estado de espirito daqueles que conhecemos debatendo-se em ânsias de morte com os ideais deletérios que lhes ministraram.

\*  
\* \* \*

Nos tempos de Afonso Costa & C.<sup>ª</sup>, quem era, de facto, monárquico, tinha ocasião bastante de o provar, com obras mais que com palavras, que as circunstâncias o permitiam. Hoje os dias são outros.

Não há bombas lançadas por facinoras que nos espreitem às esquinas; não há perseguição contra quem vai à missa e se diz católico; não se vai prender a casa quem se afirma monárquico; não se impede a celebração do culto com fantochadas sinistras de *cultuais* diabólicas. Há ordem e há progresso. Há ordem e há um governo que, mais que pela força bruta, se impõe à consideração nacional e mundial pelo respeito, pela ombridade de que se cerca e de que usa. Mas não há tudo o que, terrenamente, pode aspirar-se para que esta ordem, este progresso e este respeito governamental se prolonguem, honrando quem manda e nobilitando quem obedece.

Há um sistema social que se dirige ao bem comum. É verdade. Mas não é mentira que este sistema social é passageiro pelo carácter de que se reveste.

A continuidade governamental que Salazar tem insuflado ao governo não é obra dos princípios republicanos que, por natureza, prégam e exigem a descontinuidade, a cisão, a luta intestina. Doutra sorte, mesmo, se não compreende uma república. Para levar a cabo a obra de ressurreição nacional que temos observado, Salazar teve de ir passando à prática os ensinamentos que hauriu nos mananciais dos mestres são de pensamento. Teve de, paulatinamente, ir convencendo a opinião pública, pelas realizações empreendidas, que não podíamos, não devíamos, voltar ao fracasso em que viveramos, que nos acolhera no seu amplexo de asfixiamento da vitalidade nacional. Teve de expurgar Portugal do vírus que nos infestara para poder chegar onde estamos.

Muito se fêz; não tudo. Há, ainda (com mágoa o reconhecemos), quem maquine na sombra das alfurjas maçónicas, disfarçadas e com outros nomes, para o nosso abatimento. Há, ainda, quem procure adormecer a nossa consciência viril com os narcóticos de idealismos doentios que tentam propalar nos nossos meios. Na escola como na oficina, na Praça Pública como nos cafés, na cátedra como nos escritórios, há as forças do Mal, bem que nem sempre com carácter latente, que intentam corromper aquêles com quem acompanham e a quem directa ou indirectamente ministram ensinamentos de qualquer ordem: técnica ou científica. E, parece incrível, até na orientação religiosa anda, de envolta com os imutáveis princípios do Evangelho, muita intenção vesga, muita e muito disfarçada influência maléfica.

Só o não vê, só o não sente, quem não freqüente estes meios ou quem é cego, voluntária ou involuntariamente, que há estes dois graus de cegueira no espírito de muita gente. Ora, perante isto, a nossa posi-

ção tem bem clara a sua justificação: luta aberta às forças do Mal. Luta que se traduz pelas conversas com os Amigos ou com os conhecidos; luta que se traduza pela palavra oral ou escrita, na imprensa ou nas assembleas; luta que se traduza, sobretudo, pelo exemplo, para que haja coerência perfeita entre a forma de pensar, de sentir e de agir.

Somos monárquicos. Desejamos, com tôdas as veras da nossa alma, tanto mais moça quanto mais acalentada pela fôrça dos ideais eternos da Pátria, libertar esta mesma Pátria, que, ao chegar ao mundo, recebemos em herança dos que nos antecederam, das garras daqueles que procuram engalfinhá-la, submergi-la na situação caótica que já uma vez tivemos concretizada.

Isto não se consegue sem muito trabalho, não se alcança sem estudo, não vale a pena tentar-se não havendo a convicção da idea directriz que nos serve de pendão. É preciso que essa, no geral heterogêneamente constituída, opinião pública tome contacto com a nossa doutrinação que tende a preservá-la dos erros que a cercam e que cada vez mais avondemente surgem. É preciso que temperemos o aço lusiada dos nossos espíritos ao fogo dos Ideais Sagrados que assistiram ao dealbar da madrugada da nossa nacionalidade, que a acompanharam e acalentaram nos transe difíceis da sua vida, que aos seus mais nobres e dignos cometimentos presidiram.

Deus, Pátria e Rei — condensa, sintetiza, perfeitamente, tôda a nossa História genuinamente Portuguesa.

Deus, Pátria e Rei — o Poder sob a protecção da Divindade — explicam tôda uma vida Heróica dum povo que, pequeno no território, sempre foi grande na Alma que Deus lhe infundiu.

Deus, Pátria e Rei — desde S. Mamede, Ourique, às campanhas de África — eis os inextrincavelmente ligados princípios que orientaram e alimentaram a esperança de todos aquêles que pela sua e nossa bela Pátria deram o seu sangue.

Deus, Pátria e Rei, eis o lema que nos impusemos e pelo qual nas Aras Sagradas dos Sepulcros dos nossos Heróis jurámos viver e sacrificar-nos.

\*  
\*   \*  
\*

Como novos e portadores de uma doutrina que somos não podemos encarar a frio as chagas que se nos deparem e de que enferme a vida social.

Saná-las enquanto é tempo é o nosso dever. Doutra sorte cabemos a responsabilidade do médico que vê um enfermo no estertor da hora última e lhe volta costas criminosamente.

Ao trabalho, à luta, com todos os nossos recursos, para conseguirmos o nosso fim. O meio em que vivemos no rodopiar vertiginoso da vida, se nos não é de todo adverso, também nos não é favorável por inteiro. Isto só representa, só significa uma coisa: que precisamos de agir para o tornar melhor.

E nunca, no ardor deste combate que urge travar, nos sirva de estímulo, para atingir o fim, a miragem de satisfação de qualquer intento vesgo. Então não vale a pena meter ombros à tarefa.

Haja, sim, aliada à sinceridade das convicções, a ambição desta única recompensa: *a paz da consciência pelo dever cumprido.*

Nunca nos deixemos seduzir pelas aliciantes palavras daqueles que nos disserem: — «porque te sacrificas? não vês que nada lucras?»

Respondamos-lhes com a trilogia que orienta a nossa acção e digamos-lhes que nos basta a satisfação de corroborar o axioma latino — *labor coronat opus.*

Com os olhos em Deus, esforcemo-nos por conseguir que o futuro da Pátria não seja abandonado outra vez à voragem dos aventureiros que já ocuparam lugares de mando.

Vamos ao *reaportuguesamento de Portugal* que prègava magistralmente o imorredoiro António Sardinha.

Temos o futuro nas mãos, que todos somos jovens e a mais ninguém que a nós incumbe êste encargo. O dia de amanhã será aquilo para que nós trabalhemos. Ou damos à Nação a consciência de si própria, reintegrando-a na sua tradição pura de Sete Séculos, ou corremos o risco de ser apontados, mais tarde, como indolentes, quando alguma coisa podíamos fazer; como inoperantes, quando se esperava que alguma coisa fizéssemos; como destruidores ou contribuintes para a destruição, quando se esperava que construíssemos e não deixássemos subverter-se o que havia.

Não queiramos tal labéu na nossa consciência; não permitamos que tal mácula impenda sôbre a memória da nossa geração.

*Por Deus, pela Pátria e pelo Rei!*

A. PINTO ALMEIDA.

## COUSAS DA MADEIRA

### III

## Milagres & Outros Sucedimentos...

**M**ILAGRES e outros sucedimentos... porque? Donde nome tão arredo dado a ensaio sôbre as gentes da minha terra? Porque buscar nome tão cristão a coisas tão profanas?

A razão do vocábulo apresenta-se por si mesma: cultor apaixonado da tradição, da santa tradição dos portugueses, é useiro procurarmos a nossos ensaios substantivo apropriado no sentir do nosso povo.

Por muito estranha e imprópria pareça — e embora para alguns até extravagância — a rubrica escolhida para tabuleta de chamariz a êste mercado de usos e costumes de gentes de tão portuguesa fama, não o é tanto como o leitor amigo por certo, como aquêles outros, o julgará.

É o nome mais em entendimento com o sentir e a verdade de nossos ensaios. É o nome mais em conformidade com a religiosidade do nosso povo. É, finalmente, o nome mais em inteligência com a tradição da grei.

O povo português, Raça de Heróis, e de Santos, sempre viveu nos milagres. Em sua formosa ingenuidade, estas famílias, — o provinciano de Portugal, como o vilão ou o campónio da tão apoucada calça de seriguilha das vilas e dos campos da Madeira, — sempre buscaram na lenda ou no milagre explicação a seu formoso e cristianíssimo viver.

\*

\* \* \*

Não só de lendas, de rezas ou de romances se deve falar ao estudar a literatura popular portuguesa: tantos que a esta matéria, em que são doutos, hão consagrado conscienciosas laudas, nos ensinam, com a sua lição para outras regiões do país, ser de inventariar tudo o mais que de qualquer modo nos revele a simplicidade, o viver e a feliz inventiva do nosso povo.

Em verdade, nas suas ditangas, nas suas narrativas históricas, nos seus contos não romanceados, e mesmo nos romanceados ou fabulosos, nas suas narrações de milagres — para não falarmos nos contos para os pequenos portugueses que muitos e riquíssimos são, — em tudo isso empresta e lega o povo, com rudeza e simplicidade nas suas formas e nas suas expressões, com viveza e alma apaixonada nos seus bons sentimentos, o melhor material para solidar os alicerces da história das nossas santas gentes.

Nos seus regionalismos lingüísticos, nos exemplos das suas locuções de uso correntio, encontramos lição bastante com que construir a majestosa literatura portuguesa, e, mais ainda, a verdadeira história do mundo português.

Pois bem, eu creio, e esta crença é para mim certeza, em que na tradição de um povo reside tôda a essência do espiritualismo mais verdadeiro da Nação.

Valorar os costumes do povo nas suas mais humildes formas é dever de todos quantos são mesteiros no ofício de duro combate à anti-nação. O povo, aquêle da melhor ralé, — como diria o clássico — vive, como sempre viveu e viverá, arredado das malquerenças políticas pois em sua rudeza só conhece ser português à feição do Portugal vélho de oito séculos.

A família, essa família que é sacrário dos usos e dos costumes de altas gerações, é para o povo melhor engenheira que a política, de sempre sua madrastra.

Vivemos uma hora peremptória, para a qual a dilação custa sangueiras e, quantas vezes, a perda dos direitos de nação. O resgate está no povo, nessa grei de oito séculos que, mesmo na desgraça, desconhecendo o egoísmo, só admite duas verdades; as duas verdades eternas da nossa Raça de Réis, de Heróis e de Santos.

\*

\* \*

Neste momento de derrocada em que se procura apear pedra a pedra todo o magnífico edifício da civilização de nossos avós, em que o camartelo bárbaro de povos nortenhos investindo o majestoso palácio da cidade latina procura demoli-lo, neste momento em que, longe da Fé que tudo alumia e da Verdade que tudo esclarece, se faz sofrer e desapparecer nações de tradição, inda a mais antiga e nobre, — não é ademais



buscarmos e colhermos os ensinamentos para a lição, na tradição da greek, gentes da nossa raça, homens de uma só fé e um só querer inquebrantáveis, — Portugal, terra de nossos avoengos (1).

Portugal foi a pátria onde sempre mais se sentiu e viveu a Tradição. É de nossos dias a lição desses angustiosos tempos em que Lisboa, cidade aberta ao tiro e à bomba, e com Lisboa todo o mundo português, choravam vergonha pelo opróbrio e recordavam tempos velhos de cem anos.

E então saudosos, todos se lembravam em família, de aquêlê Senhor Rei que em defensão do povo abatera *pola ley, & pola grei* o poderio da casta política; recordava-se, em noites de pilhagem, aquêlê grande Rei que mandava castigar com crueza os ladrões da fazenda e da honra alheias; chorava-se, em tardes de parlamento tumultuoso, a calma das tão tradicionais côrtes da Monarquia portuguesa em que a voz da greek era sempre a mais ouvida; rezava-se, por aquêlê honrado e leal português que em penhor de soma avultada dera, com universal admiração, as suas barbas encanecidas em serviço de seu Rei e Senhor natural, nos dias tristes em que a Portugal se recusou o mísero metal.

É que quando os corações se entregam mais aos interesses e às paixões dos partidos do que ao sentimento e ao amor da Nação, quando o povo deseja mais o triunfo de seus ideais do que o bem da república, com o enfraquecimento vem a derrocada e, quantas vezes, a perda da mais verdadeira liberdade. Não infamemos a nação que é o povo, mas os políticos que são a anti-nação.

A lição está na história dos povos: Roma e a Grécia, são exemplos do passado; Portugal e a Espanha, lição do presente...

Nesta luta de ideais a que a Europa angustiada assiste, vive-se o quadro de nossos males passados, a colheita da má sementeira feita há cem anos. É o barbarismo ateu, — sempre o mesmo barbarismo! — procurando, com toneladas de bombas de quinhentos quilos, destruir êsse latinismo luminoso, mas não iluminista, herdado de nossos avós. É êsse mesmo barbarismo ateu que, vindo do norte, já em nossa pequena casa lusitana buscou anarquizar costumes de tão perfeita beleza e de tão por-

---

(1) Não se procure ver aqui inclinação para qualquer dos países agora, infelizmente para o Mundo, em luta: somos português e só português queremos viver e morrer. Não somos em defensão de nenhuma das partes belicosas, pois além de português só sabemos, e queremos, ser católico e latino.

---

tuguesa fama. É êsse mesmíssimo barbarismo que, com a destruição da família, traz o barbarismo moral, a perversão nos costumes.

Deshumano procedimento o dêstes homens sem religião, sem lar e de falsa moral!...

Olhando êsse livro admirável que Fustel de Coulanges escreveu (1) como ficamos saúdosos pela latinidade quási perdida!

Não é lição de nossos dias a França das hostes radicais que, com o olvido de sua honrosa tradição, buscou a desgraça e cavou sua ruína grande, a que tristemente assistimos! Não foi o esquecimento da tradição, num desvairamento iluminista, quem, com a dissolução dos costumes, trouxe o descrédito e a desesperança à nobre família dos carlovíngios, onde premeu a república dos povos Messalinas de desordenados costumes?!

A lição é presente...

Êste desmancho de juízos e confusão de políticas que presenciamos tementes, provém do descrédito, da destruição e da perdição da família, causa grande dos males de que é teatro o mundo.

Hora muito formosa nas horas de Deus é aquela em que o povo na sua ingenuidade e candura, esquecido de horas minguadas, ou do diabo, — como soía dizer-se, — pois estas para êle nunca contam, revive velhustros sucessos dos tempos de nossos avós porque certo é ser êste o melhor motivo de firmeza e de fé em seus costumes e em suas virtudes de nação.

O povo, ora grandiloquente, ora singelo e sentimental, é de uma elevação quási religiosa na incompreendida formosura e sã verdade de seus ditos, de seus adágios, ou de narrativas, como outras não há. Suas narrativas, quer sejam milagres ou lendas, quer romances ou fábulas, histórias fantásticas para embalar meninos ou rezas com que afugentar coisas ruins, são em linguagem tão sentimental e tão vivida que sempre nos mostram o Portugal vélho de oito séculos, desvestido das destemperanças terrenas e das taras dos sem-fronteiras, desgraça maior em tôdas as nações.

Não digo, nem há mesmo mais para dizer de gente de tão arraigados costumes, como a de terras e lares portugueses.

Eu fico porém em que, neste desconcôrto das nações, num tempo em que se compõem e descompõem nações, se talham e retalham Estados,

---

(1) *La Cité Antique*. Ed. Hachette, Paris.

num tempo no qual a fé e os costumes sofrem embates de rija tempestade, não é despropósito usar êste género de literatura para, em escriptura pobre mas sentida, trazer ao mundo que lê, mas vive apartado do povo — encarnação do Portugal vélho — e injustamente o esquece, a elevação, a pureza, e a elegante simplicidade que, com a tradição, os da nossa Grei, trazem consigo em sentido amor e rendido preito pela nação de Afonso Henriques e de tantos outros senhores Reis.

E é por isso que, a não fazer corpo por mim, muito gosto do trato com a gente do povo, pois nesta sinto sempre, a-par-da mais encantadora ingenuidade, a mais vívida lição de patriotismo.

E fenecendo estes comentários trazidos acinte porque muito hei visto de inconfundível beleza, e de cristã e portuguesa verdade, em assuntos de homens de rudes letras, direi ainda que é o comedimento, tão portuguez, nos costumes, que nos libera do desconcerto e descaminho que as nações dêste vélho mundo, neste momento de amarga tristura, vivem e sofrem.

Corramos agora — mais uma vez leitor amigo, — pela memória dos povos e contemos, desta feita, alguns milagres, e outros sucedimentos, ou sucessos, dos que costumam ser ouvidos, em noites de seroada, por lares portuguezíssimos e em terra portuguesa, embora para além das fronteiras de Mar que sòzinhos nossos antepassados ensinaram a caminhar.

*(Continua)*

FERNANDO DE AGUIAR.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1842

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

## Julho

**Dia 2**—Decreto nomeando João de Melo Pereira de Sampaio, Governador Civil de Braga. Pediu escusa deste honroso cargo, em 7, por estar a remédios, a qual lhe foi concedida a 11 deste mês.

**Dia 13** — A Irmandade da Misericórdia comprou por 1.600.000 réis, em hasta pública e para instalação do Hospital, o convento e dependências dos Capuchos.

**Dia 25** — Às 2 horas da manhã faleceu, nesta vila, com 38 anos, pouco mais ou menos, Joaquim de Meneses Cardoso, morgado da Portela, comendador da Ordem de Cristo, bacharel formado, que foi Juiz de Fora em Esposende e era actualmente vereador da Câmara Municipal de Guimarães. (P. L.).

## Agosto

**Dia 1** — Em virtude do Administrador Geral, Barão de Vila Pouca, ter de tomar parte em Côrtes como par do reino, foi a Braga, para interinamente tomar conta da Administração Geral, António de Nápoles Vaz Vieira, da Casa do Costeado. (P. L.).

**Dia 15** — Em sessão de Mesa da Misericórdia o Provedor, José Joaquim Vieira,

participou a compra do convento e mais propriedades dos Capuchos, e, ao mesmo tempo, a necessidade de se nomear uma comissão para que cuidando nos arranjos próprios para que se leve a efeito a mudança do Hospital, aquisição das pertencas do mesmo convento, que estão extra-aviadas, e tôdas as mais cousas necessárias, propôs, e a Mesa aprovou, para a compor, Domingos José Alves de Abreu, João de Matos Peixoto, Pedro de Barros Leiva, Custódio José Ribeiro Guimarães e João de Castro Sampaio, a quem se officiará para aceitação do mesmo cargo. Resolveu-se, ainda, que fôsse pôsto em arrematação o arrendamento da cêrca do Convento dos Capuchos, a principiar em dia de Todos-os-Santos do corrente ano e se mandasse vir um *riscador* do Pôrto que faça o risco do novo Hospital e o exame do terreno.

— Na igreja da Colegiada fez-se a festa a Nossa Senhora da Oliveira na forma do seu antiqüíssimo costume, «só com a diferença de na véspera, haver, no Campo da Feira, iluminação, fogo do ar e preso e uma grande máquina que infelizmente ardeu logo ao subir. (Por este tempo o uso das máquinas chegou a constituir mania nesta vila, havendo dias de duas, três e mais). Na procissão, a guarda de honra foi feita pelo batalhão de infantaria n.º 14, comandado pelo seu coronel José Luiz de Brito». (P. L.).

## Setembro

**Dia 10** — A Mesa e Definitório da Ordem Terceira de S. Domingos determinam que se dê já princípio à sacristia da sua capela, como fôra deliberado em 17 de Março dêste ano, e à casa do despacho, continuando as obras nas traseiras da mesma capela.

**Dia 18** — De madrugada choveu bastante, o que não acontecia há já bastante tempo, sendo êste verão muito sêco. Os rios levavam tam pouca água que os moinhos do Ave não podiam moer. A estiagem foi tam grande que até muitas árvores secaram. (P. L.).

**Dia 22** — Tocaram os sinos da Colegiada e de outras igrejas, ao romper da aurora, ao meio dia e à noite, em comemoração do aniversário da entrada da Rainha em Lisboa. (P. L.).

**Dia 25** — Foi aqui conhecida a notícia de ter falecido em Lisboa, no dia 16, António Manuel Vieira de Castro, ministro de estado honorário e deputado às Côrtes. Era natural de S. Vicente de Passos, julgado desta vila, e tinha sido abade de S. Clemente de Basto, uma das maiores abadias do arcebispado de Braga, onde nunca residiu. Da sua vida religiosa só direi que foi sempre um inimigo da classe eclesiástica, como evidentemente mostrou em vários actos que praticou quando foi Ministro das Justiças. (P. L.).

## Outubro

**Dia 29** — Vindo de Braga, chegou aqui o Ministro de Estado honorário, inspector das Obras Públicas e Militares de Lisboa e coronel do real corpo de engenheiros, Luiz Mousinho da Silveira Albuquerque, havendo, por tal motivo, repiques de sinos ao romper da aurora, ao meio dia e

à noite. À noite houve, também, iluminação nos Quartéis, queimando-se muitos foguetes. No dia seguinte foi para o Pôrto (P. L.).

## Novembro

**Dia 13** — Foi feito o apuramento dos camaristas votados na eleição do domingo anterior, 6 do corrente, obtendo maior número de votos os seguintes: o médico Souto; António Joaquim Leiva, bacharel; Custódio José Ribeiro, proprietário; Carreira, proprietário; Pedro de Barros Leiva, proprietário; Miguel Fernandes Vilela, negociante e Francisco Ribeiro Agra proprietário. Para Juiz ordinário obteve maior votação o bacharel João António de Oliveira Cardoso. (P. L.).

**Dia 20** — Em casa de um lavrador da freguesia de Rendufe appareceu morto Jerónimo Sardão, do Miradouro, dizendo-se que tendo ficado em casa do lavrador, enquanto êste e a familia foram à missa, foi acometido de um ataque de «gota» (que costumavam dar-lhe), caíra ao lar e se queimara a ponto de estar em perigo de vida, e vendo-se então neste estado declarara que tinha assassinado a sobrinha do Nápoles e fêz outras declarações em que envolvia muita gente desta vila, o que sendo sabido pela mesma acabaram de o matar, ou o mataram queimando-o, enterrando-o de noite, pelo que chegando ao conhecimento do ministro interino desta vila, Carreira, foi ordenado que o Juiz de Direito substituto fôsse no dia seguinte à igreja de Rendufe para mandar desenterrar o cadáver e proceder a exame com facultativos. Quem tinha pedido ao lavrador para ter em sua casa êste criminoso tinha sido o João Subdevesa, de S. Torcato. (P. L.).

**Dia 23** — Pelo Governador Civil de Braga foram suspensos o administrador

do concelho, José Inácio de Abreu Vieira, e o 1.º substituto, João Baptista Leite de Lemos, ficando a servir o 3.º substituto João António do Couto Gouveia e Carreira, até se concluírem as investigações a que se estava a proceder acêrca do homem que tinha aparecido morto em Rendufe. (P. L.).

**Dia 28** — Pela reorganização do exército, dêste dia, passaram os corpos de infantaria a ser outra vez regimentos, em vez de batalhões, e como por esta reorganização foram dissolvidos os batalhões n.º 12, 14, 15, 23, 27 e 29 e as suas companhias distribuídas pelos 16 corpos de infantaria e 1 de Granadeiros da Rainha, que ficaram existindo, as praças de pré do batalhão de infantaria 14, estacionado em Guimarães, foram assim distribuídas: — as da 1.ª companhia passaram para a 7.ª do regimento n.º 2; as da 2.ª e 5.ª para as 7.ª e 8.ª do regimento n.º 3; as da 3.ª e 4.ª para as 7.ª e 8.ª do regimento n.º 8, e as da 6.ª para a 7.ª do regimento n.º 13.

## Dezembro

**Dia 7** — O *Periódico dos Pobres no Pôrto* informa: — « De madrugada, neste dia 7, o administrador do concelho João António do Couto Gouveia e Carreira cercou as casas dos Sudovesas e Prativos: prendeu êste e aquêl fugiu, quando o soube, pois não estava em casa. Diz-se que esta prisão foi resultado das confissões que fizera o tal Jerónimo Cêto quando morreu ou quando o mataram no Miradouro. Diz-se que fôra êste que matara a sobrinha de António de Nápoles e que os outros o induziram; porém inda se não sabe claramente a verdade. » Pelo mesmo motivo foi preso o cirurgião Domingos de Rabiços e foi procurado, também para ser preso, o Jerónimo das Lages, que não foi encontrado. O Domingos de Rabiços foi sôlto

no dia 15, tendo alguns indivíduos do Miradouro e da Pisca, em sinal de regozijo, dado alguns foguetes do ar e feito uma grande festada, que acabou com a intervenção do administrador em exercício, Carreira, e da Polícia que o acompanhava, tendo sido feitas algumas prisões. (P. L.).

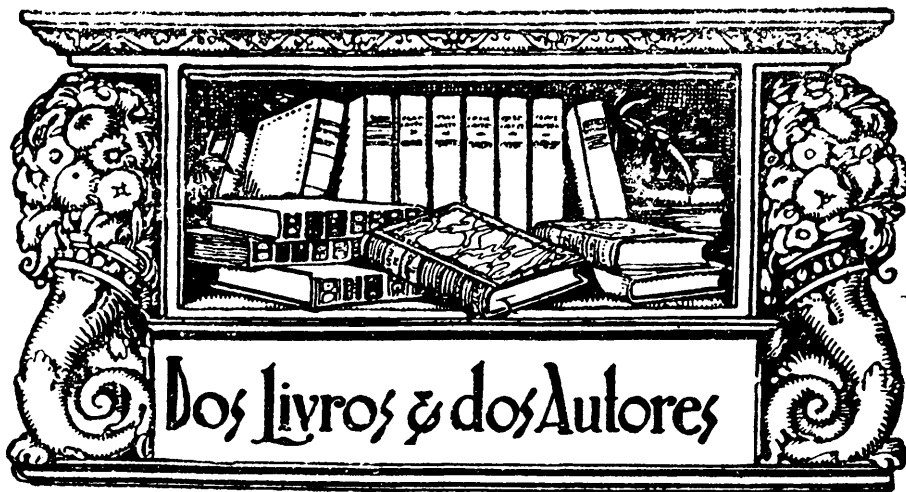
**Dia 18** — Foi, por portaria, mandada entregar a administração do correiro a Miguel Fernandes da Silva Vilela, em substituição de José Lopes Vieira de Castro, irmão do falecido ministro de estado António Manuel Vieira de Castro. A administração do correio tinha sido retirada ao Vilela e dada, na revolução de Setembro, ao José Vieira de Castro. Também foi conhecida a notícia da nomeação de Francisco José da Silva Basto para tabelião de notas da comarca e do Cabido. (P. L.).

**Dia 22** — Foram nomeados, por decreto, juizes substitutos do juízo de Guimarães para o próximo ano de 1843, os bacharéis Lourenço Leite de Castro, António Joaquim Ferreira de Eça e Leiva, João António de Oliveira Cardoso e João José Rodrigues de Freitas.

**Dia 28** — A Câmara oficiou a tôdas as juntas de paróquia dêste concelho para que subscrevessem para o monumento de D. Pedro IV que estava projectado levantar-se no Toural. Não concorreram com donativo algum.

**Dia 30** — Foi aqui conhecido o decreto que nomeia o bacharel João António de Oliveira Cardoso, homem probo e recto, administrador do concelho, e seu substituto João António Carreira. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



QU'EST-CE QUE L'EUROPE?, por *Gonzague de Reynold*. I. *Les Origines*. Librairie de l'Université. Triebourg, 1941.

O autor ilustre de *Portugal* e de *l'Europe Tragique* decidiu escrever esta obra, cujo vol. I tem o título destas notas, para responder a uma pergunta que os europeus fazem o si próprios há mais de um século (pág. 25), pergunta que não fazem *par curiosité d'esprit et désir de s'instruire mas avec angoisse parce qu'ils veulent vivre*.

Divide o Autor o livro em cinco capítulos, as cinco respostas que, em sua opinião, a pergunta pode obter: a resposta geográfica, a resposta mitológica, a resposta dos navegadores gregos, a resposta dos conquistadores romanos e a resposta mediterrânea.

Quanto à primeira, depois de estudar a Europa sob o ponto de vista geográfico, a sua estrutura, o seu carácter, as condições naturais da civilização europeia que nasceu do mar, conclue por que a Europa é uma península da Ásia e o continente do homem e do espírito. Bem tristes provas vem ela dando do seu culto pelo espírito desde o séc. XVI, pelo menos. Ainda

dentro deste capítulo, divide a Europa em duas: a oriental, que termina no Vístula, a ocidental, daí para cá, considerando aquela como uma Eurásia, e esta a verdadeira Europa europeia.

No segundo capítulo procura G. de R. explicar o mito de Europa, cujo nome aparece citado pela primeira vez na *Teogonia* de Hesíodo e, há bem poucos anos, inspirou um poema simbólico e encantador ao malogrado António Sardinha. Criticando o método racionalista dos que pretendem interpretar historicamente o mito, acentua o exagêro desse método que teve os seus corifeus em Éforo, Evémero e Diodoro Sículo, na antiguidade, e Bayle e o padre Barnier no séc. XVIII. Segue, depois, estudando as interpretações geográfica e topográfica, topológica (segundo Victor Bérard), arqueológica e etimológica, para concluir que a Europa veio da Ásia a quem foi roubada por um deus (pág. 142).

No cap. III passa em resumo as várias navegações dos gregos no Mediterrâneo e no Atlântico, algumas delas duvidosas, se não falsas, para concluir que foram os gregos os primeiros que tiveram a idéia continental da Europa e a separaram da Ásia.

O cap. IV é todo dedicado aos con-

---

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

---

quistadores romanos que completaram no interior o quadro delineado pelos gregos por mar (pág. 201), concluindo por que *la mission romaine fut de prendre la civilisation méditerranéenne et de la poster dans le continent, d'où elle deviendra la civilisation chrétienne, universelle* (pág. 254).

No último capítulo começa por afirmar que antes de haver vida europeia havia vida mediterrânea (pág. 257) e que foi o Mediterrâneo «o meio marítimo» em que a nossa civilização se formou e donde safu para se estender por todo o continente e daí por tôda a Terra. Na conclusão dêste capítulo e da obra, acentua o Autor as bases naturais do Mediterrâneo, que são a unidade geológica, a unidade geográfica e a unidade do clima, a sua situação excepcional de mar a ligar três continentes, que considera lugar da história universal, pois todos os acontecimentos de lá partiram ou lá vêm terminar, concluindo que a história do Mediterrâneo é a história do mundo e que sem êle não há Europa (pág. 301).

Na minha modesta opinião, a obra do ilustre professor e pensador suíço é um trabalho de filosofia da história; e, como todos os do género, é discutível nas suas conclusões. Não é pròpriamente no corpo da obra, mas no Prefácio, que se patenteiam as idéias do Autor quanto ao assunto. É lá que o filósofo está inteiramente à vontade, e onde precisamente as discordâncias podem acentuar-se mais. Todavia nesta breve nota não pretendo discutir as teorias de G. de R., o que deixarei para outro lugar e só quando a obra estiver completa. Devendo constar de três volumes e estando publicado apenas êste, quaisquer críticas serão prematuras.

Não quero, porém, deixar de acentuar desde já que, quaisquer que sejam as idéias que sôbre a obra possamos ter, uma coisa há que não podemos pôr em dúvida: a honestidade de processos, o seu

equilíbrio e a sua clareza, como raras vezes estamos habituados a ver. Não posso deixar de reconhecer mais que *Qu'est-ce que l'Europe?* em nada desmerece dos créditos do conde G. de R., considerado com justiça um dos primeiros pensadores dos nossos tempos.



A HISTÓRIA SÈRGISTA DE PORTUGAL,  
por J. Preto Pacheco. Edições  
«Gama». Lisboa, 1941.

Trata-se dum opúsculo de crítica objectiva ao primeiro volume da *História de Portugal*, há pouco dado a público pelo sr. dr. António Sérgio. Escrito em linguagem serena, discute as opiniões daquele distinto ensaísta, procurando «atingir exclusivamente erros de doutrina, erros de critério, erros de factos, indesculpáveis deficiências de informação a quem se propõe escrever de *História* e, sobretudo, da *História do nosso Portugal*», como diz o sr. J. P. P. numa breve nota com que abre o volume.

Se, pessoalmente, não posso concordar com tôdas as opiniões do Autor, devô reconhecer contudo que pôs a questão com correcção, raras vezes saindo da mais estrita objectividade. De aconselhar seria que aqui e ali, especialmente no final do cap. VII, esta obra fôsse expungida de certas expressões um pouco mais vivas, que não se compadecem com um trabalho de crítica objectiva, o que estaria mais de acôrdo com o lema a que o sr. J. P. P., na sua já citada nota prévia, nos diz obedecer sempre: «amai os homens, pulverizai os erros». Apesar disso não posso deixar de reconhecer que o Autor procurou manter-se dentro dum equilíbrio de expressão que muito o honra e o faz destacar entre os que em Portugal se dedicam à crítica, na maioria dos casos feita com acinte, com muita lin-



guagem cheia de veneno, com muito insulto, e, sobretudo, com muito pouco respeito por si próprios.



TEXTOS LITERÁRIOS. Edição da Empresa Textos Literários. Lisboa.

Esta magnífica colecção — de que tenho aqui em frente 10 volumes — vem há pouco mais de cinco anos oferecendo ao estudioso pequenas antologias, rigorosamente seleccionadas e acompanhadas de notas, dos nossos melhores escritores. Sabendo-se que os volumes publicados foram coligidos e anotados pelos srs. drs. António Sérgio, Hernâni Cidade, Rodrigues Lapa, Marques Braga e Agostinho da Silva, parece-me que se tornava desnecessário dizer mais nada sobre o valor da colecção. Todavia entendo ser meu dever acentuar entre outros méritos a sua seriedade e o seu escrúpulo: seriedade, porque não pretende especular, numa ocasião em que o mercado abunda em colecções semelhantes, nem tôdas entregues à cura de quem para tal estaria naturalmente indicado; escrúpulo, porque, embora se trate de antologias, os seus seleccionadores foram invariavelmente aos textos dignos de fé, muitas vezes aos manuscritos dos próprios autores ou às edições por estes anotadas. Os textos oferecidos ao público foram rigorosamente escolhidos e comparados, sendo por isso absolutamente dignos de fé.

Os volumes que tenho aqui são os seguintes, recentemente publicados: *Relógios falantes*, de D. Francisco Manuel de Melo, *Frei Luiz de Sousa*, de Almeida Garrett, *Éclogas*, de Bernardim Ribeiro, *Líricas*, de Luiz de Camões, *Crestomatia arcaica*, *Dom Duarte e os Prosadores da Casa de Aviz*, *O Descobrimento da Índia (Ásia, Década I, Livro IV)*, de João de Barros, *Quadros da Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, *Sermão de S.<sup>to</sup> António aos Peixes*, e *Car-*

*tas a D. Afonso VI*, do P.<sup>e</sup> António Vieira, e *Sátiras*, de Nicolau Tolentino, todos seleccionados, prefaciados e anotados, pelo indefesso trabalhador que é o dr. Manuel Rodrigues Lapa. Cada volume é precedido duma introdução na qual se estuda a vida e a obra do autor ou autores que nêle figuram, e onde se indicam as razões justificativas da edição. Sempre que se torna necessário esclarecer um termo ou um passo no fundo da página figuram as anotações convenientes, o que muito facilita a leitura e a interpretação dos textos. A ortografia foi simplificada, excepto naqueles vacábulos que já desapareceram da língua ou se transformaram de tal modo que substituí-los pelos actuais seria atraiçoar o pensamento do autor. Tratando-se de obras destinadas aos estudantes e ao povo, não me parece digno de censura tal critério. Publicar, por exemplo, textos dos *Livros das linhagens* ou até do *Cancioneiro Geral* na sua caótica ortografia, seria afastar dos volumes o leitor mais animoso. Não pretenderam os seleccionadores fazer obra de erudição; por isso é compreensível o critério adoptado.

Analisando agora cada volume separadamente veremos que: os *Relógios falantes* é o curioso apólogo dos *Apólogos dialogais* do ilustre e desgraçado clássico seicentista; o *Frei Luiz de Sousa* é o texto completo do famoso drama de Garrett, baseado na 1.<sup>a</sup> edição de 1844, «com a revisão de Garrett, que era muito escrupuloso na emenda dos seus trabalhos». Segundo o afirma, o inteligente anotador examinou a primeira redacção do drama, isto é, o texto que serviu para a impressão, e ainda um manuscrito da redacção definitiva, pertencente à antiga Inspecção dos Teatros. Aguardamos, agora, a edição crítica do drama, que o sr. dr. Rodrigues Lapa nos promete. As *Éclogas* de Bernardim Ribeiro, contém: a *Écloga de Jano e Franco*, a *Écloga chamada Jano*, e a Sextina «Ontem pôs-se o sol», que o Anotador classi-

fica, e muito bem, de «extraordinária e misteriosa». As *Líricas* de Luiz de Camões encerram: nove redondilhas, onze sonetos, quatro canções, uma écloga e a famosa poesia «O desconcerto do mundo». A *Crestomatia arcaica* é constituída por um título de cessão em latim bárbaro, um auto de partilhas e um testamento, datados respectivamente de 1161, 1192 e 1193; doze cantigas trovadorescas (de amigo, de amor e de escárneo), um cantar de Afonso o Sábio e doze textos em prosa, quasi todos dos *Livros das Linhagens*. *Dom Duarte e os Prosadores da Casa de Aviz* é constituído por textos do *Livro da Montaria*, atribuído a D. João I, do *Leal Conselheiro* e da *Ensinança de bem cavalgar*, de D. Duarte, e da *Virtuosa bemejitoria*, do Infante D. Pedro. O *Descobrimento da Índia* é a narrativa de João de Barros no livro IV da Década I da *Asia*. Os *Quadros*, de Fernão Lopes, são constituídos por treze excertos da 1.ª e 2.ª parte da *Crónica de D. João I* do velho e ilustre cronista. O *Sermão de S.º António aos Peixes* é a famosa peça oratória com que o grande jesuíta pretendeu censurar os colonos que oprimiam os índios. As *Sátiras* de Tolentino são respigadas da sua obra e contêm, entre outros, excertos do *Passeio*, da *Função* e do *Bilhar*.

Colecção valiosa sob todos os aspectos por que se considere, ela é uma boa acção para com a cultura portuguesa, pelo que representa de esforço no sentido da divulgação das belezas da nossa literatura nas camadas populares. Digna é por isso de aplauso e de incitamento.



BOLETIM DOS TRABALHOS HISTÓRICOS.  
Volume V, n.º 3 e 4. Guimarães,  
1940.

Nos dois fascículos acima indicados deste importante arquivo documental, continua-se a publicação do *Livro dos Privilégios de*

*Nossa Senhora da Oliveira, dos Termos das entregas das Pratas das Corporações, Igrejas, etc.*, em cumprimento do decreto de Junot em 1808, das *Inquirições sobre a pureza do sangue*, e mais *Dois cartas de D. João IV, duas da Rainha D. Luiza de Gusmão e uma de D. Afonso VI*.



PÁGINAS ESCOLHIDAS, pelo *Padre Manuel Bernardes*. Editora Educação Nacional. Pôrto, 1941.

É o 4.º volume da colecção «Autores clássicos» que a benemérita e operosa Empresa portuense vem editando há poucos anos, sob a direcção do sr. dr. Mário Gonçalves Viana que nela tem revelado superior competência. O volume agora publicado é precedido dum extenso ensaio deste Sr., no qual a vida e a obra do ilustre Bernardes são estudadas com carinho e com saber. Se a vida do grande escritor não teve lances dramáticos, numa agitação de tantos outros seres seus contemporâneos, nem por isso foi apagada. «Basta-lhe ter sido um notável, artista da palavra e um egrégio pensador — escreve o sr. dr. M. G. V. — para que a sua existência não possa, de modo algum, ser considerada tranqüila» (pág. 11). É mais adiante:

«É verdade que a prosa do P.º Manuel Bernardes é serena, pacificadora e calmante. Mas essa admirável serenidade, reflexo de uma consciência boníssima e fruto de longas meditações, não representa um sinónimo de estagnação. Em muitos pontos se adivinha a inquietação moral do escritor. A obra de Bernardes reflecte, em bastantes paízes, os escrúpulos e as torturas do Cristiano e do Sacerdote» (pág. 92).

O capítulo que estuda a psicologia de Bernardes é perfeito, revelador do profundo conhecimento que o Autor possui da obra do ilustre Oratoriano.

Da obra dá-nos um resumo de tudo

quanto êle escreveu, com observações críticas muito acertadas, estudando a seguir o P.º Manuel Bernardes como sacerdote, como prêgador e como pedagogo. Considerando-o como prêgador, compara-o a Vieira, dizendo que se não tem as «grandiosas audácias» do Jesuíta, «ganham-lhe na clareza da exposição, na suavidade do estilo, no adequado das parábolas no tom de sinceridade, e na mística ternura que se evola de todos os seus magníficos excursos. Bernardes não abusa das hipérbolés, nem das invectivas; é mais sereno do que Vieira, é mais evangélico: repreende com doçura, castiga com amor, aconselha com generosidade. E mesmo nos quadros horribéis e patéticos não é, decerto, *um trovão*, como pretendia o famoso Jesuíta, é um amigo benevolente, um orientador sagaz, um moralista prudente; é, em suma, um Varão apostólico» (pág. 50).

Como pedagogo entende o sr. dr. M. G. V. que Bernardes «deve ser colocado a par dos melhores educadores portugueses» e que a «história da Pedagogia tem praticado uma flagrante injustiça, não incluindo o nome dêste insigne Congregado entre os grandes propugnadores da causa da educação familiar e pública» (pág. 65). Com cuidado e perfeição transcreve passagens das obras e sermões de Bernardes que no-lo revelam, de facto, um educador primoroso, que nada tem de intransigente, antes «se esforça por conciliar a perfeição moral com as necessidades e imposições sociais. Quere a pureza, mas não desdenha a prudência» (pág. 74), concluindo por afirmar que não «é fácil

encontrar autor que trate com mais penetração psicológica e com mais serenidade êstes melindrosos problemas educativos», pelo que «Bernardes deve, com razão, ser colocado entre os grandes Mestres da Pedagogia Portuguesa» (pág. 75).

A parte final do magnífico ensaio é dedicada ao estudo da projecção da obra do P.º Manuel Bernardes, mostrando a influência que exerceu directa ou indirectamente em outros escritores portugueses, nomeadamente Castilho e Rebêlo da Silva.

Êste ensaio constitue doravante espécie valiosa entre as obras de referência a Bernardes, e cujo conhecimento é indispensável a quantos queiram estudar a obra do grande escritor de Seiscentos. O corpo do volume é constituído por excertos, cuidadosamente anotados, das seguintes obras de Bernardes: *Sermões, Exercícios Espirituais, Estímulo Prático, Os últimos fins do homem, Armas da Castidade, Luz e Calor, e Pão partido em pequeninos*. São felizes a maioria dos excertos, e as anotações claras e oportunas, esclarecendo muitos passos da Bíblia, a que Bernardes se refere ou cita.

Promete-nos agora o sr. dr. M. G. V. um segundo volume de Bernardes, constituído por excertos da *Nova Floresta*, com o que, por preço módico e em cómoda edição, qualquer estudioso terá à mão o que de melhor escreveu o Eça de Queiroz do século XVII.

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA.

---

**Novidades:** — Foi pôsto à venda a nova edição de *Na Feira dos Mitos*, o admirável livro de António Sardinha.

Edições «Gama», prossequindo na sua benemérita cruzada, prometem-nos, também para muito breve, *Glossário dos Tempos*, livro inédito do saúdoso Mestre, que despertará nos meios literários e políticos, onde é aguardado com o mais vivo interêsse, profunda sensação.



# A PRIMEIRA FAMILIA PORTUGUESA

A impressão jubilosa causada no País inteiro pela notícia do casamento do Senhor D. Duarte, é um sintoma bem claro daquilo que pode ser chamado, com verdade, a *convalescença nacional*.

Convalescença de uma longa enfermidade de mais de cem anos — se quisermos marcar-lhe o ponto de partida histórico, poderemos situá-lo nessa fatídica jornada de 24 de Agosto de 1820 que pôs à solta, entre nós, os diabos do individualismo — durante os quais os portugueses esqueceram o tradicional sentimento da comunidade de interesses e de destinos, para entrarem nas perigosas sendas das lutas civis, dos conflitos incessantes, do permanente fratricídio.

Antes, Portugal era uma Nação — isto é: um bloco homogêneo e solidário, com a consciência de um caminho a percorrer e de uma missão a cumprir.

O caminho, sabemos qual foi: dos laboriosos esforços da formação e da consolidação, sob a égide dos Monarcas afonsinos, até à plenitude expansionista das navegações, dos descobrimentos, da fundação dos Impérios novos: o do Extremo-Oriente, na Índia, o do Extremo-Occidente, no Brasil; depois, o colapso heróico de Alcácer-Quibir, a amarga subalternização da monarquia dualista, sob Reis estrangeiros, a esplêndida arrancada do 1.º de Dezembro, a epopeia militar, diplomática e ultramarina da Restauração, o ponderado equilíbrio reconstrutivo dos primeiros Braganças, o exótico e tirânico reformismo pombalino, a tentativa honesta e fecunda de D. Maria I e dos seus colaboradores para edificar sôbre as ruínas acumuladas; emfim, ao influxo devastador da Revolução Francesa, vinda até nós pela invasão napoleónica, o contágio das ideas subversivas, a decomposição da vélha sociedade cristã e patriarcal, a retirada inevitável e inteligente de D. João VI e da Côrte para além-Atlântico — e a queda vertical no pântano liberal-maçónico de que a heróica intrepidez de D. Miguel I não consegue salvar-nos.

Êste, o caminho. Quanto à missão, conhecêmo-la também. Gerado em plena cruzada peninsular, nasce Portugal sob os signos da guerra santa. Talha, em glória e sangue, o seu contorno geográfico-político.

E mal acaba, com D. Afonso III, de expulsar os mouros do território, principia logo a erguer o sonho de ir mais longe — e, com D. Diniz, alarga as sementeiras dos pinhais que hão-de transformar-se nos barcos aventureiros do Infante. Apenas consegue firmar, em Aljubarrota, uma independência indiscutível, salta o Estreito, crava em Ceuta a primeira bandeira de Cristo na África.

De Sagres, o Navegador lança velas ao mar, nos rumos do Descobrimento e do Apostolado. Em cada praia que atinge, em cada região onde desembarca, a nossa gente levanta altares, erige cruzeiros, espalha a luz fraterna e resgatadora do Evangelho. Com as armadas e as expedições, vai a ofensiva de Amor dos missionários. Assim marcamos a nossa vocação: encher o Universo do nome de Deus, fazer, da obra imperial, obra de Fé.

Um caminho, uma missão. Uma nação, um chefe. Vencemos, chegamos além do mundo conhecido, praticamos feitos incríveis, ultrapassamos constantemente a nós próprios — porque temos unidade de crenças, unidade de objectivos e unidade de comando. Portugal histórico, Portugal criador e universalista pelo Verbo que difunde — é inseparável de duas realidades substanciais: *o espírito de família* e a *obediência ao Rei*, Chefe da Família portuguesa. Enquanto essas duas realidades existem e caracterizam a vida nacional, somos grandes, somos fortes — e somos felizes.

Há mais de cem anos que as perdemos ambas. *O espírito da família*, primeiro — com o aparecimento das seitas e dos partidos, a pulverização irremediável do bloco português em mil parcelas desavindas. E, como consequência, a Realeza tutelar — reduzida a chancela inerte, a ficção supérflua, a simples auto-negação dolorosa. Até que se chegou onde a lógica exigia: — a dissolver por completo a Nação na anarquia brava das quadrilhas; a assassinar um Rei e a expulsar-lhe o Filho.

Sucedeu isto há cerca de três décadas. Tocamos, depois, o fundo do abismo. Mas, antes de nêle desaparecermos, novo prodígio, nova arrancada. E um largo trabalho de paciente reconstrução — material, de início; política e moral, a seguir. Portugal encontrava outra vez o caminho e a missão perdidos. E a primeira realidade substancial da vida colectiva reaparecia: *o espírito de família*.

É esse *espírito de família*, despertado, que se manifesta agora, perante a grande notícia do casamento do Senhor D. Duarte — herdeiro e imagem do Fundador, do Restaurador, de quantos Soberanos fizeram, acrescentaram e representaram a Pátria de oito séculos.

JOÃO AMEAL.



S. M. a Senhora D. Maria Francisca



S. S. M. M. nos jardins da Sr.<sup>a</sup> Marquesa do Cadaval, em Colares

# Impressões dum noivado real

**F**OI um verdadeiro acontecimento mundano e político o casamento do Chefe da Família Real portuguesa com uma princesa da Casa Imperial brasileira.

O acto civil realizou-se no dia 13 de Outubro, às 4 horas da tarde, na Embaixada de Portugal. Foram testemunhas por parte do Duque D. Duarte de Bragança, o barão de Saavedra e por parte da princesa D. Maria Francisca de Orleães e Bragança, o dr. Oliveira e Castro, advogado da Família Imperial. À cerimónia, que decorreu com a maior intimidade, assistiram a Família Imperial, o embaixador dr. Martinho Nobre de Melo, funcionários superiores da embaixada e consulado, os condes de Almada e de Castro, visconde de Carnaxide, comendador Sousa Cruz, etc. <sup>1</sup>

Dois dias depois, pelas 11,30 horas, tinha lugar na Catedral de Petrópolis — panteão dos imperadores — a cerimónia religiosa do enlace dos dois príncipes de Bragança. Segundo relato das agências noticiosas, uma enorme multidão aguardava, desde as primeiras horas da manhã, a chegada dos régios noivos. Ao centro da nave, ladeada por brasões da Casa Imperial brasileira e da Casa Real portuguesa, foi colocada a Coroa de Bragança. O piso da igreja estava coberto por uma rica tapeçaria, com dois grandes tapêtes históricos de Aubusson. Candelabros de prata, do tempo de D. João VI, com as armas reais portuguesas, ornamentavam a mesa da comunhão. Um conjunto verdadeiramente majestoso.

Durante a cerimónia religiosa cantou o côro dos Franciscanos, acompanhado de órgão, e uma orquestra, que no momento de Elevação, executou o hino nacional.

Foram padrinhos por parte do duque de Bragança, sua irmã a infanta Senhora D. Filipa Maria e o príncipe das Astúrias, representado pelo conde de Almada. Por parte da princesa imperial, a Rainha Senhora D. Amélia, representada pelo conselheiro Camelo Lampreia e o Conde de Paris, representado pelo príncipe D. João, irmão da noiva.

Além de tôda a Família Imperial, assistiram o Corpo Diplomático, ministros, autoridades e altas personalidades portuguesas e brasileiras.



Em duas poltronas especiais estavam o Núncio Apostólico e a senhora Darcy Vargas, espôsa do Chefe do Estado.

Terminado o acto, os noivos rezaram junto do túmulo do imperador D. Pedro II.

No mesmo dia celebrou-se em Lisboa, na igreja de S. Domingos, uma missa de acção de graças pelo casamento dos dois príncipes de Bragança. No templo, que estava literalmente cheio, viam-se entre a numerosa assistência, além do conselheiro Azevedo Coutinho, o comandante Paiva Couceiro, e o dr. Ivo Cruz, director do Conservatório Nacional de Música.

No dia 30 do mesmo mês, às 9 horas da manhã, de regresso do Brasil, passaram por Lisboa a caminho da Suíça, onde fixaram residência, os Duques de Bragança, que eram aguardados no aeroporto de Cabo Ruivo por várias pessoas entre as quais os condes da Torre, condessa de Castro, conde das Alcaçovas, visconde do Torrão, D. João de Almeida, etc.

A Suas Altezas Reais foram apresentados cumprimentos de boas-vindas, tendo sido oferecido à princesa lindos ramos de cravos vermelhos.

De entre as muitas manifestações de simpatia que o Senhor D. Duarte recebeu por parte das entidades oficiais e particulares, durante a sua estada na grande Nação-irmã, destaca-se a do Liceu Literário Português, a visita à fábrica de tecidos da Companhia Progresso Industrial do Brasil, em Bangú, onde foi homenageado com um grande banquete e a recepção que lhe foi oferecida no Centro da Colónia Portuguesa de Minas Gerais.

O ilustre visitante — escreveu o *Estado de Minas* — foi ali recebido por figuras expressivas da colónia portuguesa entre nós, precisamente às 16,30 horas. No pórtico da sede do Centro, uma comissão de senhoras e senhorinhas recebeu o príncipe português, com uma salva de palmas e flores que emprestaram uma solenidade maior à presença do visitante real àquele sodalício.

Tôda a imprensa brasileira se ocupou de tam importante acontecimento e, embora preocupada com a guerra, não deixou de lhe dar o brilho necessário.

O *Jornal*, do Rio de Janeiro, escreveu: « Além dos motivos de ordem histórica e sentimental pela união dos dois ramos da Casa de Bragança, durante algum tempo cingidos, mas que reinou tanto em Portugal como no Brasil, reveste-se agora de especial relêvo, não só pelas circunstâncias românticas que acompanharam o noivado, mas ainda pela cordeal convivência mundana que a nossa melhor sociedade tem com os descendentes da Família Imperial, há alguns anos residente entre nós, e finalmente

pelos dons especiais da princesa consorte, que passou parte da sua infância e mocidade no Brasil e em especial em Petrópolis. »

O *Estado de Minas*, de 4 de Agosto, com o título: A Associação Comercial ofereceu uma recepção ao ilustre filho de Portugal, escreveu que revestiu-se de excepcional brilhantismo e distinção social a recepção que a direcção da Associação Comercial de Minas dedicou ao príncipe D. Duarte de Bragança e ao conde de Almada.

Depois do sr. Gomes Vidal, presidente daquele organismo económico, ter pronunciado um brilhante discurso que foi, por mais de uma vez, interrompido pelos aplausos da numerosa e selecta assistência, dirigindo-se ao Senhor D. Duarte, disse: « Ao significar a vossa alteza a manifestação emotiva e sincera das homenagens das classes conservadoras de Minas Gerais, queremos, antes, formular os melhores votos pelo completo êxito de vossa missão no Estado e ainda pela grandeza crescente de Portugal, a cujo grande e nobre povo estamos ligados por laços de sangue e de espírito. »

O Dr. Newton de Paiva, que em nome da direcção da Associação Comercial, foi incumbido de transmitir ao Senhor D. Duarte, as homenagens das classes produtoras mineiras, ao concluir a sua brilhante oração enalteceu os laços indissolúveis de aproximação espiritual entre os dois povos irmãos, dizendo que as classes produtoras de Minas Gerais se sentiam felizes pela oportunidade de prestar a sua homenagem sincera e espontânea a tam ilustres visitantes, lídimos representantes dos ideais, da inteligência e da cultura de Portugal.

Publicou o ilustre escritor e jornalista brasileiro, sr. Humberto Ribeiro no *Jornal do Comércio*, de 26 de Julho, um interessante artigo, em que, entre outras cousas, escreveu: « Foi entre operários, manipuladores de drogas, serventes, que me avistei, em plena oficina de trabalho da *Casa Grande*, com D. Duarte Nuno. Apresentado, estendeu-me cordealmente a mão. Sua Alteza vinha de conversar com gente do povo e guardou para todos a mesma amabilidade, encontrando sempre na palavra cativante um termo apropriado.

Homem culto e inteligente, os assuntos não lhe embarçam o raciocínio, porque fãcilmente sabe abordá-los, muito embora mantenha um cunho acentuado, não só de fidalguia, mas também de discreção.»

Dias antes do seu casamento, a princesa D. Maria Francisca, manifestando o desejo de conhecer os descendentes de El-Rei o Senhor D. Miguel I, partiu para Nova York num « Clipper », acompanhada da Infanta Senhora D. Filipa Maria, que a apresentou à Grã-duquesa Carlota

do Luxemburgo e a imperatriz Zita da Hungria, que devido à guerra se encontram naquela cidade americana.

O *Diário Popular*, de Lisboa, teve a honra de entrevistar, por intermédio do seu correspondente especial na América do Norte, a neta de D. João IV, que se mostrou encantada por dizer algumas palavras para os portugueses, que tanto admira.

«Sua Alteza Imperial é uma senhora de formosura notável, notável pela expressão dum rosto correcto, sereno, que uns olhos risonhos iluminam de ternura e de bondade. É pessoa de porte distintíssimo, — que se marca no aprumo do talhe, da simplicidade, quasi modéstia, dum vestido sem arrebiques e na dignidade das maneiras, que rescendem àquela «naturalidade natural», das gentes de raça. É gradualmente cativante, sem o menor esforço e o menor excesso. Encantadora.

Perto dela encontra-se a irmã do seu noivo e sua companheira de viagem, a Princesa D. Filipa. Figura de assinalável discrição e distinção, que nos olhos claros, no entanto, deixava entrever uns vagos restos de temor, não fôsse...

Falando de Portugal, a futura Duquesa de Bragança afirmou: «Todo o amor pela terra de meus avós e de meus pais e que desde pequenina aprendi a querer bem. Tudo quanto, naturalmente, para ela me chama, no bom sangue português que me corre nas veias. O que digo nessa doce língua, minha fala de infância e de mocidade, e fala também das minhas rezas e de tantas das minhas amizades, e de meu pai e de meu noivo... Se longe do Brasil e de Portugal nasci, do que não tenho culpa, a um e outro estimo e venero, como se os olhos se me abrissem pela primeira vez debaixo do mesmo e lindo céu que ambos cobre, à beira do mesmo e grande mar que ambos prende. E que mais dizer-lhe se é tudo o que sinto.»

Pela graça de Deus, ao fim de 114 anos, os dois ramos da Casa de Bragança ligam-se com o casamento do neto de D. Miguel I com a bisneta de D. Pedro IV, sob a bênção do Céu e dos dois povos atlânticos.

ABILIO COELHO.

# Política e literatura

*O artigo que a seguir publicamos, devido à fulgurante pena dos nossos amigos e colaboradores Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães, transcrito do importante «Diário de S. Paulo», do Brasil, merece ser lido e apreciado por todos os portugueses.*

A inquietude que caracteriza a actual hora portuguesa, depara nítido reflexo nos planos da ética e da estética literária. As balizas da cultura nacional contemporânea, indicam-se virtualmente pelas directrizes de ordem sociológica e política mais predominantes na nossa época e no nosso meio.

Não é recente êsse íntimo fenómeno de conexão. Sempre Portugal político viveu a par de Portugal literário, interpretando-o, completando-o. As formas de govêrno, a essência dos sistemas, os grandes actos reveladores da energia ou da fraqueza nacional, derivaram invariavelmente da consciência, mais ou menos pura, formada nas reservas da classe mental.

A tóda a literatura viva corresponde necessariamente um período de acção. A tóda a literatura morta corresponde necessariamente um período de estagnamento. Por literatura entende-se superior valor intellectual, traduzido em sínteses compreensíveis no Verso ou na Prosa, na Comédia ou no Drama, no Romance ou na Crítica.

A simbiose do espírito político-literário mais se acentua e faz sentir nas épocas de intenso rejuvenescimento espiritualista, quando os homens, senhores de novas doutrinas e de novos meios de agir e pensar, trazem para a fronteira das realidades, suas contemporâneas, o clarão de um pensamento renovador.

No início da Decadência, ao diluir-se com a vida de D. Sebastião a própria existência da nacionalidade portuguesa, versos, e dos mais belos, gravaram fortemente, na alma de três gerações sucessivas, o sentimento da grandeza perdida e a esperança do resgate nacional. Em Camões encontramos o primeiro exemplo de identidade política e literária, expressa aliás no mais perfeito monumento da Poesia universal. Sem a

sua influência não se explicariam os imponderáveis que, subtraídos à visão do declínio, justificaram, para além da derrota, o milagre de 1640.

Garrett e Herculano viveram outro instante excepcional da nossa História. Os ventos funestos sopravam, então, de França, contagiando as almas de violência subversiva e romântica. Servidores do Constitucionalismo, em obediência ao espírito dominante do tempo, Garrett e Herculano asfixiaram, rapidamente, na atmosfera sem grandeza que a acção posterior à sua obra cultural criou.

No horizonte intelectual de há cinqüenta anos, deparamos facilmente outra justificação da regra evocada. Fatigados de liberalismo, errantes no labirinto de filosofias sem rumo certo nem fé definida, os superiores espíritos coetâneos seguiram desalentadamente a esteira torturada de Antero de Quental. Inclinaram-se, com êle, para as sugestões vagas de Proudhon. Apregoaram as virtudes de um débil socialismo de Estado, abstracto e quimérico, mais desvaio de sonhadores do que concepção fria de estadistas. A notável série das *Conferências do Casino* equivaliu ao brusco rasgar de uma cortina, no cenário obscuro do pensamento da época.

Teófilo Braga, Sampaio Bruno e Basílio Teles, seguiram o itinerário de aspirações imediatas na nebulosidade espiritual em que quasi todos se debatiam. Traçaram os deliniamentos da doutrina republicana, um pouco ao acaso, sem unidade de directriz nem íntimo parentesco filosófico. Dada a amplitude de que se revestiu, essa revolta mental implicou conseqüências de facto. Tal foi a origem da intensa labareda que, alguns anos depois, consumiu uma monarquia descaracterizada, já possessa de epilepsia democrática e demagógica.

Teófilo Braga, dúctil por temperamento, aceitou de bom grado o regime republicano; prendeu até a responsabilidade de primeiro magistrado da Nação à balbúrdia sanguinolenta da profecia eciana, Bruno e Basílio Teles conservaram-se alheios à vaidade pessoal, voluntariamente superiores no intenso deflagrar de paixões que subvertou o predomínio legítimo das inteligências sem mácula.

Por êrro crítico e por natural revolta contra a decomposição moral de uma hora mesquinha, muitos bons espíritos combateram na monarquia defeitos que não eram de ordem monárquica, mas da própria expressão liberalista do Poder. Exacerbaram, em vez de anularem a verdadeira causa. Isto é, atribuíram à democracia amplidões mais latas. Prepararam o seu reinado soberano, quando o remédio consistia talvez em violentá-la e destruí-la.

O grupo célebre dos *Vencidos da Vida*, elegantes do pensamento e

do traje, decretou a morte do liberalismo coroado, longe do clamor inútil das barricadas, pela mordedura incisiva da sátira, pela crítica impiedosa dos costumes, pelo realismo cru do romance em voga, pela observação exacta das deliquescentes figuras da época. A sua obra, não só eivada de essência destruidora, como é comum julgar-se, foi longamente incompreendida e maltratada. O que se afigurou simples exagêro risonho, comentário ligeiro e fácil, foi análise profunda, desconcertante, embora prematura, em que levedava uma fremente aspiração de vida nova.

Explodiu, então, a graça portuguesa de Fialho. Queimaram como vitriolo certas páginas candentes de *Os Gatos*, onde, com arrebatamento próximo do génio, foram denunciados e profligados muitos dos vícios peculiares, intrínsecos, e muitas das taras, miseravelmente adquiridas, da nossa personalidade rácica. Eça de Queiroz assestou o monóculo cintilante sôbre a existência nacional. Surpreendeu Carlos da Maia na sua ociosidade e sonhos pueris. Tornou cómico o talento real de João da Ega. Fêz Gouvarinho ministro. Deu foros de símbolo ao Conselheiro Acácio. Revelou a trapallice de Palma Cavalão e o *chiquismo* afectado de Dâmaso Salcêde. Anotou, emfim, com exageros de retina é certo, mas também com fundamental veracidade, todo o ridículo de uma sociedade-zinha sem varonilidade nem grandeza. Por seu turno, Ramalho Ortigão trouxe uma parcela de equilíbrio e saúde intelectual à grave doença colectiva. O seu caso foi, porém, único entre a confrangedora planura espiritualista dos valores de então. Oliveira Martins descreu do ressurgimento pátrio e do destino português. Não encontrou na realidade viva da história senão motivos de acabrunhamento e desânimo. Guerra Junqueiro e Gomes Leal incendiaram as almas moças, naturalmente propensas a pirotecnias verbais, com versos onde trovões reboam e coriscos relampejam tempestuosa violência. Atingiram, ambos, no Catolicismo e na Pátria, os fundamentos da nossa existência colectiva.

Aptos a medir com superior percepção intelectual, no horizonte da vida portuguesa, a influência da sua própria obra, muitos dêsses espíritos atentaram, com remorso, nas ruínas que o seu negativismo provocou. A rectificação veio, porém, demasiadamente tarde, quando impossível era obstar às desastrosas conseqüências da tarefa realizada. Reconciliado com a monarquia, Oliveira Martins surgiu no domínio objectivo da política nacional, em hora bem tormentosa para a estabilidade da Realeza. Ousadamente preconizou que o poder pessoal do Rei, fortalecido e prestigiado, se libertasse enèrgicamente das asfixiantes restrições

do sistema constitucionalista. Para além dêsse esforço inglório, à margem da sua obra de erudito e de esteta, Oliveira Martins auto-absolveu o seu cepticismo amargo ao escrever as páginas desassombradas do *Portugal Contemporâneo*, o admirável tríptico biográfico de *Os Filhos de D. João I*, de *Nun'Alvares* e do *Príncipe Perfeito*. Não foi alheia à malograda tentativa de salvação monárquica, empreendida pelo historiador, a valiosa concordância de Antero de Quental, já desiludido de outras verdades que não fôssem as que o seu sentimento, naturalmente tradicionalista, se sentia propenso a aceitar. Fialho de Almeida, sempre impulsivo, aderiu à situação *franquista*, sem quebra de dignidade nem entorse de pensamento. Mais de que anti-monárquica, foi anti-liberalista a sua fogosa mentalidade de revoltado. Por amor dessa atitude, o admirável prosador exilou-se e morreu entre a paisagem natal do Alentejo, larga e violenta como a sua obra, dizem uns que de morte natural, outros que de suicídio. A penitência de Eça de Queiroz, mais subjectiva e literária, não desceu tanto à planície do *quotodiano*, de que excepcionais requintes de sensibilidade naturalmente o afastaram. Denuncia, porém, com clareza, a aceitação voluntária das verdades tradicionais que, aristocrata da prosa e gentilhomem do espírito, sempre respeitou, mas não viu florescer na insuficiência impressionante de uma Pátria em crepúsculo. Gomes Leal, o implacável fundibulário do *Anti-Cristo*, genuflectiu, mais tarde, ante o altar católico, na confissão humilde, mas exaltadora, dos seus erros. Sofreu a inadversão traiçoeira de muitos falsos amigos, com o singular heroísmo moral e a força de carácter que tumultuam nas suas apóstrofes exaltadas. Apenas em Guerra Junqueiro a penitência é dubitativa e insincera. Para além da sátira iconoclasta (ela denuncia sempre atavismo israelítico) tudo na sua obra é vago, orquestral e retórico. O franciscanismo das derradeiras páginas não equivale a um sincero arrependimento religioso, mas a uma tentativa de impossível adaptação intelectual às tendências predominantes de uma época diversa.

No preciso momento em que a adivinhação crítica dessa excepcional pléiade literária aconselhou a necessidade de construir o quer que fôsse sobre o descalabro que a sua descrença provocara, abateram-se fragorosamente, para nunca mais se reconstituírem, os condenáveis alicerces do liberalismo monárquico, facultando a exacerbação violenta de princípios até à data em energia latente. Houve depois quem defendesse a estrutura do constitucionalismo coroadado, mas a inteligência já então, e definitivamente, o exilara, como pernicioso ao interesse público e à própria dignidade do homem.

Com a proclamação da república, avolumou-se a maré da mediocridade intelectual. Acentuou-se, em tôrno do Espírito, a incompreensão, o vácuo. A obra republicana prendeu-se demasiadamente, desde o início, a interesses inglórios de *clan*. Fugiu à influência salvadora de uma orientação superior. Com o advento do regime não apareceu, como natural seria, qualquer movimento valioso de inteligência, capaz de soltar, sôbre o uivo dos instintos alvoroçados, um claro brado de ressurreição. Tal honra pertenceu, por altura de 1914, à chamada geração coimbrã que sonhou e conferiu asas ao *Integralismo Lusitano*. Foi decisiva, no ambiente nacional, a intervenção desse audacioso movimento doutrinário. Pode considerar-se até a mais notável de tôdas, na história cultural dos nossos últimos trinta anos.

Desconhece uma grande parte do Brasil (mesmo do Brasil culto, que tão afastado vive da nossa familiariedade mental), as mais salientes figuras dessa cruzada de néo-reaportuguesamento. Ignora quasi o engenho de Hipólito Raposo, prosador eminente que em portuguesíssima expressão esculpe pensamentos e sentimentos de uma lusitanidade perfeita. Ignora Pequito Rebêlo, economista notável e lavrador de espraído saber e funda comoção rural. Ignora a sensibilidade aristocrática de Alberto de Monsaraz, poeta de emotivas cadências e de entusiasmos juvenis, em que se exalta um corajoso temperamento de batalhador. Ignora a vivacidade intelectual de Afonso Lucas, jornalista incisivo e espírito excepcionalmente lúcido. Ignora a devoção artística de Luiz de Almeida Braga, a sua prosa eurítmica e elegante, onde vibra a claridade das madrugada líricas, no meio dia luminoso de um estilo adulto. Orador de inspiração espontânea e singularmente acadêmica, ouviram-no maravilhados, vai há alguns anos, os habitantes de S. Paulo. A inteligência brasileira ignora também a profunda erudição do desaparecido Xavier Cordeiro, jurisconsulto eminente e cultíssimo. Não acontece o mesmo com António Sardinha, ensaísta, historiador, crítico de excepcional relêvo, a quem se deve o impulso caloroso do verbo que se tornou flâmula de inteligências em vitoriosa marcha. Muitos brasileiros de hoje o admiram e interpretam. Confessa-o abertamente, em mais de um passo, a honestidade mental de Jackson de Figueiredo, secundogênito de além-mar. Rolão Prêto, chefe do *Nacional Sindicalismo*, galvanizador de entusiasmos e autêntico comandante de almas, é outro nome prestigioso que o futuro colocará em mais íntimo contacto com a inteligência brasileira.

O *Integralismo Lusitano*, a que tôdas essas claras vontades criaram



fisionomia ideológica e prática, não se confinou sibariticamente no domínio superior, mas incompleto, da idea pura. Desceu ao plano da acção. Insuflou, mais tarde, com a sua seiva extravasante, o corpo de movimentos políticos afins. Completou a tarefa dos raros espíritos que já anteriormente confiavam no ressurgimento português, na exaltação das virtudes rálicas, pelo que de valioso elas representavam ainda, ao térmo de um século de desnacionalização sistemática.

Entre os maiores da esperança nacional, geradores de freima activa, é dever de inteligência mencionar o nome glorioso de António Corrêa d'Oliveira (razões de sangue não dão ousio a esquecê-lo). Num período decadente, empolado pelas preocupações estéticas do nefelibatismo, do simbolismo e de outras barbaridades equivalentemente sónicas, o Poeta foi apenas português e mais nada. Justo é considerá-lo precursor da moderna geração e seu verdadeiro Mestre. Mais esbatida, encontramos em Manuel da Silva Gaio e Afonso Lopes Vieira a herança poética de Garrett, o enternecido amor das nossas cousas: — a enxada que cava, mó que gira, trinco que isola, água que refresca, pão que alimenta. Alberto de Oliveira enlevou-se no sentimento precoce de quanto pertence à alma e paisagem portuguesas. Repetiu o profundo lusitanismo de Nobre, tam esquecido, por nosso mal. Jaime de Magalhães Lima escutou as vozes íntimas do lar lusíada; como um lavrador predestinado cultivou uma gleba fecunda de espirituais renovos.

Sistematizados os anseios dos precusores através da campanha integralista, o movimento militar de Maio surgiu como uma consequência lógica e inevitável. Implantou, porém, uma situação política revulsiva ao sentido monárquico da nascente. Ostensivos à permanência do regime republicano e na desilusão de realizarem imediatamente a totalidade das suas aspirações nacionais, os integralistas afastaram-se, sem demora, do tablado político. De igual modo procederam, ao verificarem a inutilidade do seu esforço, alguns nacionalistas de índole mais maleável (Trindade Coelho, Homem Cristo, Filho e Martinho Nobre de Melo) que, não colocavam em equação a vida do regime. Uma vez mais, a honestidade intelectual dos doutrinautores feneceu ao contacto hostil das realidades.

Outra geração curiosa — a dos que têm trinta anos — vem resgatar (se ainda é possível!) o involuntário desastre da anterior. A sua directriz espiritual corresponde aos itinerários apontados pela visão luminosa de Sardinha. Só a ultrapassa no conhecimento dos factos recentes, que o ensaísta notável, tam prematuramente desaparecido, não logrou ver.

Em Arte, como em Política, a juventude portuguesa contemporânea apresenta-se virtuosamente inconformista e revolucionária. Exprime o culto da máxima independência intelectual. Todo o decalque lhe repugna. Não é indiferente à beleza ou utilidade das velhas regras necessárias ao homem, mas a repetição afigura-se-lhe sempre um absurdo cerceamento de vida. Conserva-se superior ao prazer doentio da *última moda*, que mata, pela tortura da originalidade, tantas indoles insensivelmente pessoais e curiosas. Revela, mau grado a sua consciente rebeldia, uma forte disciplina mental em que lateja já, talvez ainda mal definido, um poderoso germe criador. A sua visão esqueceu a minudência que confunde, pelo volume que esclarece e empolga. A sua análise desprezou a aparência que engana, pela estrutura que solidifica e constrói. A própria concisão, dom superior que o conhecimento das realidades e das ideias concede ao homem, é atributo peculiar à sua personalidade. Em Arte, busca atingir beleza ideativa, para além da artificiosa beleza formal em que nossos pais cultivaram um diletantismo decadente e infecundo. Em Política, ascende da complexidade vazia dos sistemas à esquematização crítica dos postulados. Surge, literariamente, após a tentativa vitoriosa de Marinetti, mas não esgota a banalidade fatigante dos subjectivismos sem sentido. Sente e pratica, politicamente, por forma original, o impulso das grandes tendências nacionais e cristãs. É posterior a Mussolini e Hitler, criadores das duas revoluções profundas que inutilizaram os efeitos desastrosos do desatino russo. Sobre êsse aspecto, filia a sua origem de inconformismo na ânsia de uma vida diferente, incompatível com os limites convencionais do lucro e do oiro, assassinos de todos os clamores de justiça e de todos os direitos de inteligência. Perante o problema social, que considera o primeiro do nosso tempo, não se subordina também a um idealismo romântico que tanto pôde aquecer as páginas revolucionárias de Vitor Hugo como inspirar os discutíveis axiomas de Karl Marx. Procura antes, afadigadamente, as profundas raízes da endemia geral, no enfraquecido organismo da sociedade portuguesa. Tal curiosidade, anunciadora de acção violenta, encaminha a uma finalidade praticamente objectiva. Obriga a esquecer as aspirações puramente literárias da sua personalidade, para viver as ideias contemporâneas, em projecção dinâmica. Daí, o devotamento com que iniciou, dentro dos mais variados sectores, o estudo crítico dos sistemas e das ideias, a revisão corajosa de muitas verdades vilipendiadas porque necessárias para a solução justa do problema hodierno.

À juventude presente, anti-romântica por desconfiança, incansável

---

delapidadora das ilusões que a vitimariam, não é lícito exigir, como índice intelectual, uma completa bibliografia literária. Mòrmente enquanto não diminuir, pelo auto-domínio das ideas serenamente vividas, o fogo combativo gasto em pô-las a uma sociedade acéfala e disvirilizada. Os seus representantes mais lídimos marcariam fácilmente posições de relêvo nos domínios da estética e da emoção, em que a cultura entra como disciplinadora do gôsto. Objectivos intelectuais mirram ou mirraram a seiva de várias vocações quási irrelveladas: Guilherme de Faria, Águia de Pina, Sousa Rêgo, Eugénio de Belonor, Garcia Domingues, António Pedro, Lepierre Tinoco, Barradas de Oliveira. Todos êles dignificam a geração a que, problemáticos valores, pertencemos também.

CLÁUDIO E ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA GUIMARÃES.



# Gli studi storici in Italia

LA storiografia italiana fu tra le prime ad avvertire i difetti delle vecchie scuole; l'influenza del metodo filologico-narrativo, i limiti di quello economico-giuridico; si stancò della mera erudizione e sottopose, d'altra parte, ad una critica stringente le fallaci illusioni del materialismo storico. Volle riprendere contatto con le vere sorgenti del pensiero, con le tradizioni dello storicismo, con il rinnovamento filosofico dell'idealismo. Ripudiò gli schemi sociologici, perché rigidi e astratti di contro all'eterno fluire e variare della vita storica, come un tempo s'era vigorosamente liberata dalle preoccupazioni teologiche e finalistiche, e sentì crescere e dominare l'interesse per i problemi etico-politici. Mutamento profondo che, certo, non poté compiersi d'un tratto, né senza polemiche. E finché queste durarono, i dibattiti teoretici e metodologici parvero sollecitare e in pari tempo ostacolare, la fioritura delle opere. Oggi si discute meno e si produce di più. Sul concetto etico-politico della storia é raggiunto un accordo quasi generale; in tal senso tra i Maestri (come il Croce e il Volpe) e le più giovani reclute non sussiste un divario profondo. Qualche voce s'alza in difesa della « irrazionalità » della storia; qualche altra insiste su la necessità di orientare certi studi anche in senso sociologico come fu fatto nei decenni ultimi in Germania, in Francia, negli Stati Uniti, qualche altra — più timida — torna a battere sul carattere prevalentemente artistico della grande opera storica. Ma la varietà non scaturisce da queste voci discordi, nasce piuttosto dalla diversità d'interessi affioranti nell'orbita della storiografia idealistica.

La storia della cultura e la storia delle dottrine politiche hanno contribuito in larga misura a ravvivare gli studi medioevalistici. Il *Medioevo* del Volpe rimane sempre come la migliore opera di sintesi, cui ora si aggiungono le ampie trattazioni del Caggese e del Salvatorelli. Ma le nuove tendenze é più facile scoprirle nei libri di alcuni giovani come: Gabriele Pepe o Nino Valeri, e Dupré-Theseider. La feconda scuola di Pietro Fedele, che ha già dato valenti studiosi come il Morghen, può ora contare su una numerosa schiera di nuove reclute (Martini, Brezzi, Bertolini). Anche gli studi di storia del diritto ricevono un nuovo

impulso da un gruppo di giovani (Calasso, Mochi-Onory, De Vergottini, Paradisi, Codignola), alcuni dei quali, come il Maranini e il Viora, rivolgono in particolar modo le loro indagini all'esame del substrato politico degli istituti o delle correnti giuridiche.

Una più equa valutazione dell'età barocca, della Controriforma, e del lungo periodo di dominio spagnolo in Italia, s'è fatta strada dopo le opere del Croce e con gli studi di Fausto Nicolini, di Federico Chabod e di Carlo Morandi, relativi al Napoletano e alla Lombardia nel Cinque e Seicento. Si parla meno d'una assoluta quanto generica decadenza, di «malgoverno spagnolo», di servilismo verso lo straniero. Si esaminano invece, sgombrato il terreno dai luoghi comuni e dai giudizi tradizionali nati nel Risorgimento per ovvie ragioni polemiche, le forze positive e negative della Penisola nella loro concreta realtà. Il vecchio quadro del Seicento muta sensibilmente: l'esperienza dell'assolutismo che accentra ed unifica intorno allo stato elementi diversi e lontani nello sforzo di riconnettere ciò che le tendenze particolaristiche avevano disgregato, l'esaurirsi dei minori stati signorili cui corrisponde un rafforzamento del Piemonte Sabauda, la stessa resistenza di Venezia che, nel tramonto della sua grandezza, assolve fino all'estremo il proprio compito di difesa nei mari d'Italia, non possono certo considerarsi come aspetti e prove d'una totale decadenza. La vera e profonda crisi italiana fu fatta nello smorzarsi di quell'entusiasmo morale; e di quell'energia creatrice che avevano alimentato la rigogliosa fioritura comunale e il moto innovatore della Rinascita.

Ma con Settecento l'Italia acquista consapevolezza della propria condizione, misura il cammino percorso da altri, avverte il fermentare d'antiche e nuove forze, comincia a sentire la *nazione* non più come fatto letterario, ma come realtà storico-morale, e quindi come esigenza politica.

Sono gli esordi del Risorgimento. A questa indagine sulla ripresa della vita italiana hanno collaborato quasi tutti gli storici della presente generazione, spesso distribuendosi il compito, studiando cioè regione per regione la genesi della nuova Italia. Ci troviamo dinanzi ad un rigoglio di vita e di pensiero, ad una volontà operosa, ad un innesto di spiriti e di forme nuove sul tronco glorioso della tradizione; al dissolversi della vecchia Italia regionale ed al precoce articolarsi della futura Nazione.

Una grande fortuna hanno sempre gli studi sul periodo centrale del Risorgimento, dal 1815 al 1870. Più che gli scritti del Luzio, meno vicini alla sensibilità storica attuale, hanno destato profondo interesse le opere di Antonio Anzillotti, di Adolfo Omedeo, del De Maistre, del Rodolico e del Maturi.

•

A chi osservi il panorama generale degli studi di storia contemporanea, in questi ultimi anni, non può sfuggire un carattere nuovo e così accennato da costituire un valore indicativo tutt'altro che trascurabile. Vogliamo riferirci al cresciuto interesse per i grandi problemi politici internazionali. La nostra storiografia è uscita dal chiuso di certi temi obbligati, ha preso a spaziare entro un orizzonte più vasto e, tuttavia, sempre aderente alle esigenze attuali. Vorremmo dire che s'è fatta Europea; il che, beninteso, non significa abbandono del carattere nazionale o concessione a tendenze cosmopolitiche, a gusti universalizzanti, ma solamente che gli studi storici hanno accompagnato il crescere dell'Italia a grande Potenza, il suo porsi come elemento di tale e creatore della civiltà contemporanea, avvertendone l'intima importanza e le necessità culturali che ne scaturiscono.

Non a caso molti tra gli storici più vigili o più giovani hanno orientato la loro attività nel senso di affrontare lo studio delle grandi questioni europee e della posizione in esse assunta dall'Italia. Rivive così la tradizione italiana della storiografia diplomatica che dopo gli ultimi decenni dello scorso secolo sembrava essersi interrotta o illanguidita.

Si sviluppa anche una storiografia politica coloniale; in questo settore fino a qualche anno fa, escluse alcune ottime opere singole, non si era lavorato sistematicamente. Mancavano riviste, aiuti, insegnamenti universitari; mancavano interesse vivo e reale. Oggi le ricerche cominciano ad organizzarsi ed a dare buoni frutti.

•

Anche la storia degli altri popoli non è assente da un bilancio degli studi italiani; una *storia dell'America Latina* di Gino Voria, una dell'*India Moderna*, di Luigi Sualì, una del l'*Inghilterra* di Pietro Silva, nonché varie altre che non possiamo ricordare.

È da osservare che oggi gli storici italiani compiono frequenti indagini archivistiche all'estero, particolarmente a Vienna, Berlino, Parigi, Londra, Valladolid. A Roma sono sorti quattro Istituti storici italiani coordinati da una aggiunta centrale; i periodici specializzati o che si occupano largamente di storia, superano il centinaio e sono una prova eloquente del lavoro compiuto e del vasto programma per l'avvenire.

CARLO MORANDI.

# A Lira de Vaz Craveiro

**N**O turbilhão lentejoulado dos poetas, a que se convencionou chamar *modernos*, é raro encontrar-se um livro que desperte interesse e comentário sérios. As excepções, por serem poucas, são casos a estudar, por merecedores de uma crítica equilibrada, seja pela sua objectividade ou pela preocupação do que dentro de si contêm.

Do poeta Vaz Craveiro, — artista dos *Símbolos* e pensador de *Os Loucos* — veio-me às mãos o seu novo livro *De Mim, da Terra e do Mar*.

Volto a ler estes poemas no seu conjunto e concluo que, da triologia, qualquer dos volumes prende e satisfaz a nossa inteligência porque em qualquer deles o seu autor nos mostra quanto é e quanto vale como Poeta, sabendo o que diz em versos que refletem uma cultura e inteligência acessível a poucos, de feição intimamente criadora, mesmo quando expressional.

É uma personalidade forte, alheia às lamechas amorosas, dominando o complexo orquestral do filosófico e metafísico, mas capaz de rendilhar o mais puro lirismo desta nossa ingenuidade lusiada, desde os motivos da Natureza ao conflito do Homem.

O *De Mim*, por diferente e original, traz consigo um fluído que nos leva atrás do seu autor e nos deixa suspensos da *sua maneira de ser*. São versos raros, de rimas ricas, que surpreendem pelo formal do conceito, pela técnica, pelo ritmo soante e dissonante, pelo imprevisível dos motivos e pela inquietação e vibração interior. Tanto nos dá a impressão dum demonstrativo (*identidade relacional*) objectivado, capaz de, tateando as estrêlas, procurar Deus, como vai ao fundo das minas olhar as cousas e ouvir as almas dos que por lá sofrem, sem esquecer nestes caminhos a oportunidade de sondar tóda a sua inquietação do ser para o *Não Ser...*

O seu potencial vibratório desperta o nosso conceito de humanidade e conduz-nos a uma semelhança perceptiva pois como diz Fierens Gevaert « a individualidade é o princípio essencial da Arte », assim como « no fenómeno artístico a verdadeira causa específica é a psicologia do

autor». Porque êste livro está cheio dum creacionismo artístico, lembra-mo-nos de W. James quando diz que «o pessoalismo é o mais importante de tudo».

Vaz Craveiro diz-nos na sua carta auto-exejctica de *Símbolos* o suficiente para se compreender quanto a sua humanidade vibra com o sofrimento alheio, porque sua alma *o sente «partindo dum estado inteiramente contemplativo»* daquelas *vozes desfiando mudamente as atitudes*.

Deduzo que o que é objectivado em descritivo apresenta um mecanismo psíquico semelhante ao fenómeno de Antero, isto é: «faz por admirável inversão aparecer uma intensa projecção psíquica com > simples receptividade sensorial» no comentário do Dr. Vieira de Almeida.

Mas Vaz Craveiro não é (e daqui o seu modernismo), um poeta revolucionário. É antes um esteta da inquietação *sentida e vivida*, num temperamento o mais contemplativo, em crise de conversão que se adivinha. No interrogativo dialéctico é o racional que domina sem que por isto se possa chamar racionalista. Encontra-se a tendência do menos para o mais espiritual (Maritan) sobretudo nos solilóquios da parte *De Mim*. É aqui aclarada pelas tentativas e sondagens que já vem de longe, *Loucos e Símbolos*, até ao Desejo Inicial de 1941. A cultura filosófica, nimbada de misticismo, projecta constantes interrogativas cheias de beleza onde o auditivo da forma acompanha o visual, se fôr lido em voz alta. Por quanto se vem dizendo, entende-se que o descritivo apresentado como visão externa é fenómeno centripto (criação interna) resultante do contacto psicológico, pois nos cenários do rústico e do marítimo os *dramatis personæ* são tratados por determinação de comportamento de semelhança, isto é: o poeta pensou-os (depois de os ter visto em objectivado) vivendo-os num sentido de humanidade semelhante. Nem sempre é fácil acompanhá-lo na evolução do pensamento, defeito de hermetismo resultante da cultura, pois até em versos de sete sílabas, de aparência simplista, mergulha nas funduras metafísicas:

Meu desejo peregrino  
Andas no mundo, vadio,  
A interpretar-me o destino!...  
Bem te sinto em desvario:  
Sonho, loucura, onde vais?

Quem te anima ao redopio?  
Não tens voz e falas tanto!...

.....



. . . . .  
Oíço-te em mim; que resumes  
E queres desta carcaça  
Onde a alma sofre e chora?

. . . . .  
. . . . .  
Volta o silêncio a falar-me  
Neste vazio global:  
— Quem abre a cova ao destino?  
O' Morte: — tens outra morte?

Quem marca o seu funeral? (1937).

Os temas: «Tacteando», «Quem bateu no meu postigo?», «Insatisfeito», todo o livro *De Mim* é uma interrogação da própria alma que por sua vez interroga a «Muda eloquência do silêncio».

Quando o poeta *vê* do postigo dos seus olhos o mundo, dá-nos curiosas confissões resultantes, cremos, de estados de alma de fatalismos poéticos, sofrimentos do Eu na luta de inadaptação ao meio e à vida. Assim se explica o desejo de

Sentir a ânsia de viver, perene,  
Em *síntese total* — o que não falo  
Mas sinto segredar-me a tóda a hora!...

Ninguém sabe,  
E o pensamento roda, — é um moínho  
Falando (e não o calo)  
Que ri e canta, sofre e também chora...

Acreditemos que nada mais complexo pode existir que o fenómeno de criação de imagens fora da ficção literária. Ora quem nos revela desejar

Sentir, livre, a razão  
Vencendo o abstracto — ir consciente  
De perfeição em perfeição...

. . . . .  
. . . . .

E quando a hora derradeira fôsse  
(Olhando atrás os passos da jornada)  
Tóda a harmonia do meu ser sentisæ  
Ter caminhado a rota desejada,

sem esconder o sofrimento e compreensão da imperfeição humana, deixará a alma esfrangalhada e dorida pelo caminho:

Ah! Só quisera ser o que não sou,  
*Sempre aquêle* que os outros não conhecem!

«Desejo», «Ansia de mais para mais», «Riso e chôro amalgamado», «Que lume fêz tal milagre» são um encadeamento contínuo de interrogações dialécticas:

. . . . .  
Embriaguez de desejos  
Por ruins caminhos andados...  
— Fartai a bôca de beijos  
De ilusões, — ó desherdados!...

A sua sensibilidade vibra e sofre com o sofrimento dos outros e pergunta:

Porque não damos as mãos  
A melhorar tudo isto?  
Se todos somos irmãos  
Na cruz alçada de Cristo?!...

«Tacteando», «Ser e não ser», são ainda a continuação da inconformidade da alma:

. . . . .  
A vida é um enorme pesadelo,  
Batalha que nunca finda!...  
Lutamos há tanto tempo  
Sem começarmos ainda...

De vez em quando encontra uma pousada que demonstra a capacidade de tratar motivos, como «Lembrança»; aqui os versos são duma ternura cheia de sonho e de beleza:

. . . . .  
Que feliz nino que eu era  
Com a lua em minhas mãos  
Para o luar desfiar!...  
Reis da terra me invejavam  
E as princesas me acenavam  
Para com elas brincar  
Nos eiros dos seus castelos!...

No mesmo sonho onde vou,  
Brincava então com a luz  
E da luz me enamorava  
Quando nela os olhos meus  
Mais o corpo eu embrulhava  
Fiando ledos novelos!...

Era uma lua tamanha,  
Tôda cheia, tam branquinha,  
Grande bola lêvezinha  
Tal uma teia de aranha  
E que luz?! — que luz tam branca,  
Tam macia... (1940)

Lirismo do melhor a contrastar com a interpretação dum «Tempo-  
ral» ou do rústico. Na parte *Da Terra* há o despertar da comoção rural  
porque a terra chamava de longe e exigia a sua prece de humildade. Assim  
a dialogação do Cavador é uma interpretação do exógeno para a realiza-  
ção centripta:

Vales e montes, ladeiras,  
Enxadas vazai, vazai!...  
Na hora das sementeiras,  
Bôcas de terra: — cantai!...

Que a terra fala, tem voz,  
Bem na entende a raiz...  
Já vem de nossos avós,  
— Ninguém sabe o que lhe diz...

.....

Cavar!... Cavar!...

Abrir a terra a cantar  
É nosso mister;  
E quantas vezes a sonhar  
Por largo tempo  
Nós lhe dizemos queixas e segredos  
Como se a terra fôsse a mulher  
No nosso pensamento...

.....

O que é que a terra dirá,  
Quando me fôr a comer?

Ela tem olhos pagãos  
Mas a sua bôca fria  
Bem conhece as minhas mãos  
Que lhe tocam todo o dia!...

Há-de comê-las com jeito  
— Que à terra cheiram, verás...

Nota-se a mesma instabilidade do Eu neste rústico que se observa no lavrador de *Os Loucos*. Todo êste cenário — iamõs acreditar — é uma criação psíquica de inadaptação, resultante duma vida diàriamente em conflito com a de relação. A profissão do poeta, fatalmente, modera, pela constante realidade, a sua maneira de ser e abafa grande parte do que poderia contar. Talvez por isto, faz vestir as boiras dum luar puríssimo, pinta-nos as eiras de aquarelas estranhas, põe a terra a sofrer dando-se em fartura e louva a Deus o milagre dos frutos sem esquecer a prece pelo favor do pão de cada dia...

E os seios abissais da terra abrindo,  
Acreditarás, cavando,  
Que nêles a raiz há-de medrar,  
E o húmus dar-se em cachos refulgindo,  
Amadurando,  
Por milagre do sol, da chuva e dom dos céus.

«Sombras», pelo descritivo, interpretação e técnica, é um dos melhores temas dêste livro. Da expressão em bõca alheia dos «Cavadores» aqui é a própria emotividade que fala. Ao cair da noite o ambiente descrito é perfeito, diluído e orquestral. Há instantês de luz transfigurados interpretados dum modo raro:

Hora de Harmonia!  
As nostalgias trágicas do ser  
Ouvem-te a voz que vem do Todo!  
— Infinita vibração de imagens,  
A tua luz, — ó sol! é um desejo  
Em adeus a alma das paisagens,  
Das árvores ao lodo!...

Deus mostra-nos a ocasião melhor de pensar na eternidade, pois tôda aquela harmonia é obra do Criador que nos oferece daqueles momentos para se render graças à sua compreensão e crença:

.....  
.....

O' bõca pecadora: sê calada  
Que a terra sofre a germinar; vê bem:  
— Tôda a Harmonia (da existência ao Nada)  
Deus a compôs, — só Deus! — e mais ninguém... (1941)

«Temporal» e «Ida ao Mar», partes finais dêste livro, sabem a maresia. Dinamismo, violência, penetração psicológica intensa e dramática, sombras e pragas de naufrágios, ódios, orações e imprecações, são um cântico ao trabalho do homem do mar. Dois temas que firmam um poeta:

.....  
Manhã da cõr do sol que nasceu rubro?

Atrõa um búzio o ar por tõda a praia  
Num clamor de festa...  
Inquietas, as gaivotas voam baixo,  
Novelando incertos rumos...  
A aragem  
Balbucia seus líquidos segredos  
(Lesta voz a diluir-se em fumos),  
Ecos das conchas, algas ou corais  
Ao morrer na borda  
Quando o mar é límpido aquário!...

Manhã da cõr do sol que o céu transborda!  
Instante extraordinário  
De luz em cromatismo!  
Hora tõda Outubro  
Misteriosa, eremítica, outonal,  
Diferente das demais.  
— É bem aquela hora virginal  
Que tudo transfigura, tudo!  
Hora em que o céu e mar mal se distinguem  
Em azulínea cõr, — de tam iguais!

.....  
.....  
Sob a Fé do padroeiro  
Que vêem na sua cruz,  
Lá vai o barco ao pesqueiro...

.....  
.....  
Transfigura-se o mar e o céu num tom de luz!...

Vaz Craveiro dá-nos, como ninguém, as cambiantes desta faina do litoral, e não conhecemos nada semelhante ao que tam bem nos diz. O seu «Temporal» mostra tõda a pujança da sua técnica e extravaza os moldes interpretativos do sofrimento dos outros numa água forte magnífica. Arripia e comove. Mãos em ogiva a rezarem, grávidas oferecendo

os frutos dos ventres pelo milagre, mulheres esfarrapadas e pánicas, e os velhos trementes do « assesto e gñela do inferno » porque

.....  
O mêdo adeja nesta hora parda,  
A terra treme com o trovejar,  
E tudo é fumo sem que nada arda  
— Que a chuva é artista e sabe esfumaçar!...  
.....  
Vultos chorosos sôbre a orla tremem,  
Ermas de esperança as almas por viúvas;  
As vagas amainaram, já não fremem,  
Foi-se o vento no largo com as chuvas...

Morre a treva no céu sinistra e fria,  
Sorri a aurora e a manhã desgarrar:  
— Anda no ar um réquiem de agonia;  
Nem uma vela, só, aponta à barra!!!

O drama cotidiano dos seus patrícios marinheiros é tratado por quem verdadeiramente o sente e soube interpretar. Estes dois últimos temas dão-nos a pedra de toque das suas possibilidades como poeta e artista, dos melhores entre os melhores dos modernos. A sua interpretação do sensível pelo psíquico; a caminhada para a perfeição do ser, tôda a via dolorosa do *De Mim* onde a arquitectura anímica é contínua e lógica; o seu descritivo dos motivos bem afagado a buril de exigência crítica; o seu verso ora fluido ou aritmico que a técnica maneja como quere e as rimas que surpreendem, dão-nos a conhecer uma complexa e culta personalidade que marcou o seu lugar.

Sabe ser contemplativo ou emotivo; vai do ingénuo lirismo ao filosófico; do simbolismo realista ao néo-misticismo cristão; e a sua dialéctica e auto-crítica arrastam-nos pelos caminhos por onde divaga. Na independência da forma e dos motivos, êste poeta criou na « voz das velhas cousas forma nova » e deu-nos em versos magníficos um pouco (ou mesmo muito) do quanto a sua alma sente essas « abissais inquietações ». O tempo se encarregará de lhe dar o lugar que lhe pertence.

Janeiro de 1942.

J. C.



A MUMIFICAÇÃO DE D. JOÃO II, por *José Crespo*. Separata da «Imprensa Médica». Ano VI, n.º 11. 1940. O PYRIDUM NAS DOENÇAS ERUPTIVAS, pelo *mesmo Autor*. DIE CHEMOTHERAPEUTISCHE BEHANDLUNG DER EXANTHEMATISCHEN KRANKHEITEN, pelo *mesmo Autor*. Separatas de «Die Medizinische Welt». Ano XIV, n.º 37. Setembro de 1940.

São três ensaios, melhor dois ensaios médicos do sr. dr. J. C., Delegado de Saúde em Viana do Castelo, ambos versando problemas da especialidade do Autor.

No primeiro estuda o sr. dr. J. C. a debatida questão da morte de D. João II, que já tentou um médico ilustre como o falecido sábio Prof. Ricardo Jorge, e sobre a qual também emitiram parecer os drs. José Carlos Lopes, Manuel Bento de Sousa, D. António de Lencastre e Sebastião José da Silva Freitas.

Como se sabe, há diferentes opiniões sobre a morte do grande Rei, e embora nem todos estejam de acôrdo quanto ao autor ou autores da morte, o consenso geral parece ser o de que êle morreu envenenado; mas também neste caso há dúvidas quanto

ao tóxico que provocou a morte do Monarca. Uns inclinam-se para o arsénico, baseando-se na mumificação do cadáver que permaneceu incorrupto até que os soldados de Napoleão o reduziram a cinzas na sua vandálica invasão de Portugal. Outros contestam, e uns e outros baseiam as suas afirmações em princípios que me abstenho de criticar, por estarem fora da minha alçada.

É sempre difícil fazer um diagnóstico retrospectivo, sobretudo quando, como neste caso, êle tem de basear-se sobre os depoimentos dos cronistas coevos. O sr. dr. J. C. assenta o seu nas afirmações de Damião de Góis que, ao referir-se à trasladação do cadáver de Alvor para a Batalha diz que «do corpo saía um tão bom cheiro, que a todos fêz espantar», e que quando o Cardial D. Henrique mandou abrir o túmulo de D. João II em 1555, «sentira sair dele um suavíssimo odor». Na opinião do sr. dr. J. C. não têm os autores lido com atenção os cronistas, aliás chegariam à conclusão de que «o cadáver de D. João II não se corrompeu porque sofreu manipulações balsâmicas». Na sua opinião as exalações do cadáver só podem «atribuir-se à presença de substâncias balsâmicas. Vários motivos nos recomendam a veracidade do facto: 1.º) O cronista (Damião de Góis)

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

é um historiador sério, que marca pela veracidade e imparcialidade; 2.º) As testemunhas presenciais são absolutamente insuspeitas — D. Manuel, D. Jorge e mais tarde D. Henrique, que nunca teria afirmado um facto que não tivesse constatado; 3.º) Se D. Diogo Ortiz começou a proclamar do alto do púlpito a *santidade* de D. João II é porque alguma coisa o impressionou profundamente».

Daqui conclue que como D. João II morreu no Algarve, «em condições já de si favoráveis à mumificação: diarreia e vômitos persistentes, inanição, ingestão de arsénico», e se tornava urgente trasladar o cadáver para a Batalha, em virtude da demora do trajecto os médicos e cirurgiões que acompanhavam o rei doente fizeram o que era de uso nesta emergência: embalsamaram-no». Essa foi a razão principal da mumificação.

Os dois folhetos seguintes são constituídos pelo mesmo assunto, respectivamente em português e em alemão, e versam o problema do uso do Pyridium em casos de sarampo, escarlatina e varicela, cujos bons resultados foram comprovados pelo A. em casos por êle tratados, pelo que conclue que se o Pyridium «não obsta à infecção previne as complicações, o que tem uma importância considerável», acentuando que o «Pyridium tem sobre a erupção, quer se trate de sarampo, escarlatina ou varicela, esta particularidade: não atenua a abundância do exantema, a intensidade da reacção cutânea, mas encurta-a».



CORRESPONDÊNCIA INÉDITA DE ALBERTO SAMPAIO. Guimarães, 1941. 2 vols.

Para comemorar o 1.º centenário do nascimento do grande historiador que honrou Guimarães e Portugal, coligiu a benemérita Sociedade Martins Sarmento muitas cartas

inéditas de Alberto Sampaio, publicando-as em número especial da gloriosa *Revista de Guimarães*, inegavelmente uma daquelas que mais jus têm à nossa admiração. Não esquece Guimarães os seus filhos ilustres, e sempre que se lhe oferece oportunidade, glorifica-os geralmente de modo imorredoiro. Dá, assim, o velho burgo afonsino, de tão gloriosa história e não menos gloriosa tradição, um exemplo às demais terras do País, muitas das quais têm sido duma ingratidão indesculpável para com a memória dos que as honraram.

Foi Alberto Sampaio dignamente evocado no ano findo e nos princípios deste pelos seus conterrâneos. Mas de tôdas as homenagens prestadas à sua memória é mais grata ao meu espírito a que a SMS lhe prestou editando-lhe as cartas inéditas e que constituem o corpo destes volumes de edição luxuosa. Dirigidas a Joaquim de Araújo, a Martins Sarmento, a Oliveira Martins, ao Abade de Tâgilde, a Luiz de Magalhães e a Rocha Peixoto, director e fundador da *Portugalia*, durante os últimos anos da vida do grande historiador, elas são um elemento preciosíssimo, para o estudo da personalidade de Alberto Sampaio, como historiador e como homem. Nas cartas escritas ao Abade de Tâgilde mostra-se claramente a sua probidade histórica, como nas dirigidas a Oliveira Martins se nos revela o homem patriota, mas incapaz de se deixar seduzir pela política.

Em tôdas elas, porém, o que ressalta com assombrosa nitidez é o conceito que A. S. fazia da amizade. Na carta que em 1-9-1894 escreveu a Luiz de Magalhães, dizia, referindo-se à morte de Oliveira Martins, que tão profunda impressão lhe causara (pág. 77):

«... a gente já estava, é certo, quasi prevenida que a sua vida não seria muito longa, mas a precipitação do desenlace final desnorteou-me de tal modo que todo o tempo me tem parecido pouco para sentir



a immensa saudade do seu desaparecimento. A falta d'um amigo determina sempre como a atrophia d'uma parte do nosso ser moral; á medida que a morte os vae ceifando, começamos a sentir-nos sós, n'um mundo que se vae ermando d'affeições.»

A carta endereçada ao mesmo, e datada de 15-8-1899, é comovente. Nela se refere o historiador à morte de Martins Sarmento, de quem foi grande amigo.

«Mais um amigo que vejo desaparecer. As saudades, que deixou a todos que o conheciam, são immensas: mas eu tenho mais razão que qualquer outro de sentir a sua morte, por ser uma das poucas pessoas, com quem eu convivia aqui. Não faz idea, como me entristece esta solidão, que todos os dias augmenta em volta de mim!» (pág. 90).

Referindo-se, nesta mesma carta, ao illustre amigo desaparecido, escreve:

«Não fallando no sabio, era um caracter d'ouro, sempre prompto a apaixonar-se e auxiliar quanto era bom. Acabou-se. Resta a saudade, que é a flor imarcessível do coração humano.»

Na carta que a 21-8-1900 escreveu ao mesmo a consolá-lo pela morte de Eça de Queiroz (de quem Luiz de Magalhães foi amigo íntimo):

«Avalio bem quanto o deve ter entristecido o fallecimento do Eça de Queiroz, impressão dolorosa que ha de persistir ainda por m.<sup>to</sup> tempo, até se delir n'uma doce saudade perenne. Todos marchamos para aquelle descanso eterno: um hoje, outros amanhã. E' o destino do mundo, se a natureza fosse benéfica, tinha-nos tirado a sensibilidade: mas também faltava-nos um dos maiores encantos da vida, o de chorar e lembrar as pessoas idas que nos foram caras» (pág. 98).

O 1.<sup>o</sup> vol. é valorizado com um estudo que, sôbre A. S., escreveu o sr. major Mário Cardoso, illustre Presidente da S. M. S.

Quando a benemérita Sociedade Martins Sarmento publicou êste 1.<sup>o</sup> vol. de cartas do grande historiador, para comemorar o 1.<sup>o</sup> centenário do seu nascimento, ignorava-se a existência das que êle escrevera ao fundador e director da gloriosa revista *Portugalia*, as quais se encontravam em poder do distinto critico de arte sr. dr. Manuel Monteiro, que gentilmente informou do facto o sr. major Mário Cardoso, durante tantos anos Presidente muito illustre daquela não menos illustre Sociedade vimezanense. Daí nasceu a ideia, logo posta em prática, de se publicar um novo volume em complemento daquele, que tão notável êxito alcançou

Abre êste 2.<sup>o</sup> vol. com um breve estudo do sr. dr. M. M. sôbre as relações do sábio historiador com o sábio pòveiro. Tôdas ellas versam assuntos que se prendem com a publicação dos trabalhos de Alberto Sampaio na *Portugalia*, e estão escritas naquelle estilo desafectado, simples e severo que caracterizou os trabalhos do historiador. Tem particular interêsse a carta n.<sup>o</sup> 9, de pág. 21, escrita a propósito do estudo de Rocha Peixoto *O cruel e triste Fado*, e na qual Alberto Sampaio se refere ao «desarranjo historico do estado portuguez» e que entendia proceder «sobretudo da justaposição de dois povos — norte e sul, de genio differente, sem que um pudesse dominar o outro. Se se tivesse, dado este predominio, Portugal teria unidade de acção, como por exemplo a Inglaterra, onde o Saxão impera sobre tôdas as outras raças: aqui aconteceu o contrario: conquistada a terra, nem o norte pôde predominar sobre o sul, nem este sobre aquele; deste modo ficou uma coisa desconexa, à mercê do primeiro que chega ao poder».

Ê mais ou menos a tese de Basílio Telles, que António Sardinha combateu, embora nem sempre estribado em bases científicas, mas que hoje não tem razão de ser.

JARDINS E PALÁCIOS DOS MARQUESES DE FRONTEIRA, por *José Cassiano Neves*. Edições «Gama». Lisboa, MCMXLI.

O majestoso palácio dos Marqueses de Fronteira encontrou agora no sr. J. C. N. um amoroso monografista, talvez o que até hoje mais exaustivamente o estudasse. Já conhecia o estudo dêste senhor há tempos publicado na brilhante revista *Ocidente*; mas o trabalho agora saído é mais completo do que aquêle.

Depois de se referir à história da fundação do palácio, o sr. J. C. N. descreve-nos detidamente o edifício, cujos pormenores mais insignificantes nos dá a conhecer, esclarecendo a sua descrição com magníficas fotografias de algumas das dependências do palácio; a seguir entra na descrição dos jardins, terminando por dar uma breve nota genealógica da família Mascarenhas, em que anda o título de Marquês de Fronteira e Alorna. A par das várias fotografias dos interiores e dos jardins, contém a obra uma que reproduz o retrato do 1.º Marquês de Fronteira, existente na famosa galeria dos Uffizi, de Florença e diversas outras dos azulejos, dos jardins, os quais representam alguns generais da guerra da Restauração. Obra de magnífica apresentação, nitidamente impressa em óptimo papel e com uma capa curiosa, tem dois *sendes* que um tanto a prejudicam: um, é ter as notas separadas do corpo do texto, em apêndice, o que embaraça uma consulta rápida; outro, é o excesso de transcrições de outros trabalhos referentes ao palácio. Conhecendo-o tão bem como conhece, o sr. J. C. N. podia muito bem prescindir

delas, servindo-se exclusivamente dos seus conhecimentos adquiridos em fonte directa.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



JOGOS FLORAIS DA FIGUEIRA DA FOZ. Produções literárias premiadas no 1.º Torneio. Edição da Tipografia «Montes Herminios». Ceia, 1942.

Aos Jogos Florais da Figueira da Foz, realizados no ano de 1941, acorreram diversos poetas e prosadores de diferentes pontos do país.

As produções premiadas foram reunidas neste elegante e proveitoso volume, desde as simples mas encantadoras quadras aos burilados sonetos, desde as poesias líricas às históricas, desde as novelas desportivas às narrativas — reportagens, não esquecendo os inspirados Contos que fecham o volume.

Estes Jogos Florais despertaram vivo interesse entre muitos dos que, entre nós, se dedicam às coisas do espírito. A Figueira foi obrigatoriamente cantada por todos êles, e bem o merece a melhor praia da nossa Beira.

Entre os poetas, aparece Jerónimo de Almeida, nosso distinto conterrâneo, que justamente obteve alguns dos prémios estabelecidos, disputados por tantos e tão diversos concorrentes. Como obra de estímulo, os Jogos Florais da Figueira da Foz constituem um meritório acontecimento que gostaríamos de ver secundado por outras terras.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

# ÍNDICE DO XVIII VOLUME

## TEXTO:

	PÁGS.
Sanabiles fecit nationes — <i>Redacção</i> . . . . .	5
O Rei — <i>António Sardinha</i> . . . . .	7
Elvas — Quinta do Bispo — <i>Azinhã Abelho</i> . . . . .	8
O Tricentenário da «Gazeta» — <i>Alberto V. Braga</i> . . . . .	12
Notas apostas ao romance «Calcanhar do Mundo» — <i>Jorge Vernex</i> . . . . .	21
Portugal Eterno — <i>Fernando de Aguiar</i> . . . . .	27
Algumas figuras notáveis do Brasil, do tempo colonial, no Arquivo Histórico Militar — <i>Henrique de Campos Ferreira Lima</i> . . . . .	37
Juventudes — <i>António Corrêa d'Oliveira</i> . . . . .	47
A Memória de Ramalho — <i>Fernando Campos</i> . . . . .	59
Ainda Timor — <i>Redacção</i> . . . . .	61
Conselheiro Fernando de Sousa — <i>Bento Caldas</i> . . . . .	62
Velharias Vimaraneses (1842) — <i>João Lopes de Faria</i> . . . . . 64, 96 e	157
Antero no «Tesouro Poético da Infância» — <i>Feliciano Ramos</i> . . . . .	69
Elogio dos sábios — <i>Mário Gonçalves Viana</i> . . . . .	79
Fidelidade Real — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .	84
Em terras de Angola — <i>Redacção</i> . . . . .	86
Em recordação do Congresso da J. C. F. em Lisboa — <i>Maria Carlota Ferrão de Tavares e Távora</i> . . . . .	87
Cousas da Madeira — Credos & Superstições, Milagres & Outros Sucesdimentos — <i>Fernando de Aguiar</i> . . . . . 93, 123 e	152
A Província de Entre Douro-e-Minho — Seu nome geral, e nomes étnicos — <i>J. Leite de Vasconcelos</i> . . . . .	101
Príncipes e princesas do Brasil — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .	111
Tradições Religiosas — Os cirios estremenhos — <i>Guilherme Felgueiras</i> . . . . .	115
O Príncipe Fedelíssimo — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .	133
O P.º Martins Capela — <i>P.º A. Luiz Vaz</i> . . . . .	135
Epistolário da Infanta D. Maria Ana Vitória de Bragança — <i>Pablo Alvarez Rubiano</i> . . . . .	143
Considerações doutrinárias — <i>A. Pinto Almeida</i> . . . . .	148
A primeira Família Portuguesa — <i>João Ameal</i> . . . . .	165
Impressões dum noivado real — <i>Abílio Coelho</i> . . . . .	167
Política e Literatura — <i>Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães</i> . . . . .	171
Oli studi storici in Italia — <i>Carlo Morandi</i> . . . . .	179
A Lira de Vaz Craveiro — <i>J. C.</i> . . . . .	182

## Dos Livros & dos Autores:

<i>Lagoa Escura</i> , por Hipólito Raposo . . . . .	30
<i>Armand Godoy</i> , por Emile Schaub-Koch . . . . .	32
<i>A França e o mundo da cultura alemã</i> , por Gustav Steinbömer . . . . .	33

	PÁGS.
<i>Páginas corporativas</i> , por Fernando Campos . . . . .	34
<i>Italia e Franca davanti alla Storia</i> , por Ettore Rota . . . . .	35
<i>Assuntos Regionais</i> , por Jorge Vernex . . . . .	36
<i>Cartas I a VI — Carta Sétima — Alcibiades</i> , Platão . . . . .	66
<i>Os três verbos da vida</i> , por João Mendes S. J. . . . .	67
<i>33 Poesias</i> , de Cabral do Nascimento . . . . .	67
<i>Caminhos e Ansiedades da Poesia Portuguesa Contemporânea</i> , por Manuel Anselmo . . . . .	68
<i>Cartas a um céptico sobre as formas de governo</i> , por José Maria Pemán	97
<i>Antes da Vida. O Anjo. Diante da Vida</i> , por António Porto-Vlem . .	97
<i>Beato João de Brito</i> , por João Ameal . . . . .	98
<i>Lisboa</i> — Texto de Norberto de Araújo . . . . .	98
<i>Projecção de Camões nas letras inglêsas</i> , por Luiz Cardim . . . . .	99
<i>As Filigranas</i> , por Luiz Chaves . . . . .	100
<i>Na Torre mais alta</i> , por António Corrêa d'Oliveira . . . . .	129
<i>Como falar — Como escrever</i> , por Augusto Moreno . . . . .	129
<i>Contos para as crianças e mocidade</i> , por Fernando Llamas . . . . .	129
<i>O fantasma das asas de ouro</i> , por Vicente Blasco Ibañez . . . . .	130
<i>Palavras à Juventude</i> , por Alfredo Pimenta . . . . .	131
<i>Curso de Liturgia Romana</i> , por Dom António Coelho . . . . .	132
<i>Música e músicos alemães</i> , por José Viana da Motta . . . . .	132
<i>Qu'es-ce que l'Europe?</i> , por Gonzague de Reynold . . . . .	160
<i>A história sêrgista de Portugal</i> , por J. Prêto Pacheco . . . . .	161
<i>Textos literários</i> . . . . .	162
<i>Boletim de Trabalhos Históricos</i> . . . . .	163
<i>Páginas escolhidas</i> , pelo Padre Manuel Bernardes . . . . .	163
<i>A mumificação de D. João II</i> , por José Crespo . . . . .	190
<i>O Pyridium nas doenças eruptivas</i> , por José Crespo . . . . .	190
<i>Die Chemotherapeutische Behandlung der Exanthematischen Krankheiten</i> , por José Crespo . . . . .	190
<i>Correspondência inédita de Alberto Sampaio</i> . . . . .	191
<i>Jardins e palácios dos Marqueses de Fronteira</i> , por José Cassiano Neves	193
<i>Jogos Florais da Figueira da Foz</i> . . . . .	193

**Ilustrações :**

«Gazeta» . . . . .	15
«O Azemel Vimaranesense» . . . . .	19 e 20
S. M. a Senhora D. Maria Francisca . . . . .	166-A
S. S. M. M. nos jardins da Snr. <sup>a</sup> Marquesa do Cadaval, em Colares . . .	166-B

**Índice dos Autores :**

A. Luiz Vaz (P. <sup>o</sup> ) . . . . .	135
A. Pinto de Almeida . . . . .	148
Abílio Coelho . . . . .	84, 111, 133 e 167

	PÁGS.
Alberto V. Braga . . . . .	12
António A. Dória . . . . .	30, 66, 99, 129, 160 e 190
António Corrêa d'Oliveira. . . . .	47
António Sardinha . . . . .	7
Azinhã Abelho. . . . .	8
Bento Caldas . . . . .	62
Caitano Beirão . . . . .	143
Carlo Morandi . . . . .	179
Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães . . . . .	171
Feliciano Ramos . . . . .	69
Fernando de Aguiar . . . . .	27, 93, 123 e 152
Fernando Campos . . . . .	59
Guilherme Felgueiras . . . . .	115
Henrique de Campos Ferreira Lima (Coronel). . . . .	37
J. C. . . . .	182
J. Leite de Vasconcelos. . . . .	101
João Ameal . . . . .	165
João Lopes de Faria . . . . .	64, 96 e 157
Jorge Antunes . . . . .	97
Jorge Vernex . . . . .	21
Manuel Alves de Oliveira. . . . .	34, 131 e 193
Mário Gonçalves Viana . . . . .	79
Maria Carlota Ferrão de Tavares e Távora. . . . .	87
Pablo Alvarez Rubiano . . . . .	144